



J. M. KEYNES

AS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS DA PAZ

COLEÇÃO
CLÁSSICOS IPRI

Comitê Editorial:

Celso Lafer
Marcelo de Paiva Abreu
Gelson Fonseca Júnior
Carlos Henrique Cardim

A reflexão sobre a temática das relações internacionais está presente desde os pensadores da antiguidade grega, como é o caso de Tucídides. Igualmente, obras como a *Utopia*, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu requerem, para sua melhor compreensão, uma leitura sob a ótica mais ampla das relações entre estados e povos. No mundo moderno, como é sabido, a disciplina Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial e, desde então, experimentou notável desenvolvimento, transformando-se em matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Assim sendo, as relações internacionais constituem área essencial do conhecimento que é, ao mesmo tempo, antiga, moderna e contemporânea.

No Brasil, apesar do crescente interesse nos meios acadêmico, político, empresarial, sindical e jornalístico pelos assuntos de relações exteriores e política internacional, constata-se enorme carência bibliográfica nessa matéria. Nesse sentido, o IPRI, a Editora Universidade de Brasília e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo estabeleceram parceria para viabilizar a edição sistemática, sob a forma de coleção, de obras básicas para o estudo das relações internacionais. Algumas das obras incluídas na coleção nunca foram traduzidas para o português, como *O Direito da Paz e da Guerra* de Hugo Grotius, enquanto outros títulos, apesar de não serem inéditos em língua portuguesa, encontram-se esgotados, sendo de difícil acesso. Desse modo, a coleção *CLÁSSICOS IPRI* tem por objetivo facilitar ao público interessado o acesso a obras consideradas fundamentais para o estudo das relações internacionais em seus aspectos histórico, conceitual e teórico.

Cada um dos livros da coleção contará com apresentação feita por um especialista que situará a obra em seu tempo, discutindo também sua importância dentro do panorama geral da reflexão sobre as relações entre povos e nações. Os *CLÁSSICOS IPRI* destinam-se especialmente ao meio universitário brasileiro que tem registrado, nos últimos anos, um expressivo aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação na área de relações internacionais.

Coleção **CLÁSSICOS IPRI**

TUCIDIDES

"História da Guerra do Peloponeso"

Prefácio: Hélio Jaguaribe

E. H. CARR

"Vinte Anos de Crise 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais"

Prefácio: Eiji Sato

J. M. KEYNES

"As Consequências Econômicas da Paz"

Prefácio: Marcelo de Paiva Abreu

RAYMOND ARON

"Paz e Guerra entre as Nações"

Prefácio: Antonio Paim

MAQUIAVEL

"Escritos Selecionados"

Prefácio e organização: José Augusto Guilhon Albuquerque

HUGO GROTIUS

"O Direito da Guerra e da Paz"

Prefácio: Celso Lafer

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

"Escritos Selecionados"

Organização e prefácio: Ricardo Velez Rodrigues

HANS MORGENTHAU

"A Política entre as Nações"

Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg

IMMANUEL KANT

"Escritos Políticos"

Prefácio: Carlos Henrique Cardim

SAMUEL PUFENDORF

"Do Direito Natural e das Gentes"

Prefácio: Tércio Sampaio Ferraz Júnior

CARL VON CLAUSEWITZ

"Da Guerra"

Prefácio: Domício Proença

G. W. F. HEGEL

"Textos Selecionados"

Organização e prefácio: Franklin Trein

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

"Textos Selecionados"

Organização e prefácio: Gelson Fonseca Jr.

NORMAN ANGELL

"A Grande Ilusão"

Prefácio: José Paradiso

THOMAS MORE

"Utopia"

Prefácio: João Almino

"Conselhos Diplomáticos"

Vários autores

Organização e prefácio: Luiz Felipe de Seixas Corrêa

EMERICH DE Vattel

"O Direito das Gentes"

Tradução e prefácio: Vicente Marotta Rangel

THOMAS HOBBS

"Textos Selecionados"

Organização e prefácio: Renato Janine Ribeiro

ABBÉ DE SAINT PIERRE

"Projeto para uma Paz Perpétua para a Europa"

SAINT SIMON

"Reorganização da Sociedade Européia"

Organização e prefácio: Ricardo Seitenfuss

HEDLEY BULL

"A Sociedade Anárquica"

Prefácio: Williams Gonçalves

FRANCISCO DE VITORIA

"De Indis et De Jure Belli"

Prefácio: Fernando Augusto Albuquerque Mourão

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado: Professor CELSO LAFER

Secretário Geral: Embaixador OSMAR CHOIFI

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG

Presidente: Embaixadora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA - CHDD

Diretor: Embaixador ÁLVARO DA COSTA FRANCO

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS IPRI

Diretor: Ministro CARLOS HENRIQUE CARDIM

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Professor LAURO MORHY

Diretor da Editora Universidade de Brasília: ALEXANDRE LIMA

Conselho Editorial

Elisabeth Cancelli (*Presidente*), Alexandre Lima, Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski, José Maria G. de Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor Presidente: SÉRGIO KOBAYASHI

Diretor Vice-Presidente: LUIZ CARLOS FRIGERIO

Diretor Industrial: CARLOS NICOLAEWSKY

Diretor Financeiro e Administrativo: RICHARD VAINBERG



J. M. KEYNES

AS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS DA PAZ

Prefácio:

Marcelo de Paiva Abreu

Tradução:

Sérgio Bath

Imprensa Oficial do Estado
Editora Universidade de Brasília
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

São Paulo, 2002

Copyright © The Royal Economic Society 1971

Título Original: *The Economic Consequences of the Peace*

Publicado originalmente em 1919 pela Macmillan & Co. Ltd., London.

Tradução de Sérgio Bath

Direitos © desta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02 bloco C n.º. 78, 2.º andar

70300-500 Brasília, DF

A presente edição foi feita em forma cooperativa da Editora Universidade de Brasília com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Todos os direitos reservados conforme a lei. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora Universidade de Brasília.

Equipe técnica:

EIITI SATO (Planejamento editorial); EUGÊNIA DÉ CARLI DE ALMEIDA (Edição gráfica); RAINALDO AMANCIO E SILVA (Programação visual)

Fotolitos, impressão e acabamento:

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Keynes, John Maynard, 1883–1946.

As conseqüências econômicas da paz / John Maynard Keynes ; tradução de Sérgio Bath ; prefácio Marcelo de Paiva Abreu. -- São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI ; v. 3)

Título original : The economic consequences of the peace.
Bibliografia.

ISBN 85-230-0662-1 (Editora UnB)

ISBN 85-7060-005-4 (Imprensa Oficial do Estado)

1. Guerra Mundial, 1914-1918 – Aspectos econômicos
2. História econômica – 1918–1945 3. Keynes, John Maynard, 1883–1946 4. Tratado de Versalhes (1919) I. Abreu, Marcelo de Paiva. II. Título. III. Série.

02–0766

CDD–940.53142

Índices para catálogo sistemático:

1. Guerra Mundial, 1914–1918 : Tratado de paz : Conseqüências econômicas : Europa : História 940.53142
2. Tratado de paz : Guerra Mundial, 1914–1918 : Conseqüências econômicas : Europa : História 940.53142

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA.....	IX
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	XXXI
PREFÁCIO À EDIÇÃO FRANCESA.....	XXXIII
CAPÍTULO I: Introdução.....	1
CAPÍTULO II: A Europa antes da guerra.....	5
CAPÍTULO III: A Conferência de paz.....	17
CAPÍTULO IV: O Tratado.....	37
CAPÍTULO V: As reparações.....	77
Capítulo VI: A Europa depois do Tratado.....	157
Capítulo VII: Soluções.....	175
Índice Remissivo.....	207

PREFÁCIO

Keynes e as conseqüências econômicas da paz

Marcelo de Paiva Abreu¹

AS CONSEQÜÊNCIAS Econômicas da Paz teve enorme influência nos anos vinte do século passado. É considerado por muitos a melhor obra de Keynes.² O melhor livro de um autor que Bertrand Russell julgava ter o intelecto mais afiado e mais claro que jamais havia encontrado certamente merece atenção especial.³ Esta introdução está dividida em quatro seções. Na primeira, são tratadas de forma muito breve a vida e a obra de Keynes. Na segunda, a atenção está centrada exclusivamente em *As Conseqüências Econômicas da Paz*. A terceira parte trata dos desdobramentos relacionados às reparações e demais cláusulas do Tratado de Versalhes ocorridos após a publicação da obra de Keynes. Segue-se uma curta conclusão.

I. KEYNES: VIDA E OBRA⁴

John Maynard Keynes nasceu em 1883, filho da alta classe média profissional vitoriana. Estudou em Eton e Cambridge, onde foi

¹ Professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio. Ph. D. em Economia pela Universidade de Cambridge. O autor agradece os comentários de Alice R. de Paiva Abreu e Rogério L.F. Werneck.

² Skidelsky (1983), p. 384 e Russell (1967), p. 71.

³ Russell (1967), p. 72.

⁴ As biografias clássicas de Keynes são as de Harrod (1951), Moggridge (1992) e Skidelsky (1983), (1992) e (2000). A primeira tem as virtudes e os defeitos de ter sido escrita por um

aluno de King's College. Em 1905, graduou-se com distinção em matemática, mas, em seguida, sob a orientação de Alfred Marshall, interessou-se crescentemente por economia. Passou dois anos no India Office em 1906-1908 e de seu interesse na economia indiana resultou o seu primeiro livro curto sobre assuntos econômicos, *Indian Currency and Finance*⁵, publicado em 1913, que seria seguido por *As Conseqüências Econômicas da Paz*⁶ (1919). Em 1908, voltou para Cambridge, como *lecturer* em economia, *fellow* de King's College (até a sua morte, em 1946) e logo se tornou editor do *Economic Journal* (1911-1945). Ocupou boa parte de seu tempo livre no período anterior à Primeira Guerra Mundial na redação de *A Treatise on Probability* que só seria publicado em 1921. Datam do pré-guerra interesses que o acompanhariam a vida inteira: especulação financeira, livros antigos – especialmente de história da ciência –, as artes, inicialmente como consumidor, depois como patrono. Em 1915, foi para o Tesouro. Sua carreira como funcionário público culminaria na Conferência de Paz de Paris, em 1919, da qual participaria como principal representante do Tesouro na delegação britânica. Inconformado com o tratamento dispensado pelos vencedores à Alemanha, afastou-se da delegação antes que o Tratado de Versalhes fosse assinado.

As Conseqüências Econômicas da Paz foi escrito como reação indignada à postura dos aliados imediatamente após voltar de Paris. Como já foi mencionado, a obra e a sua essência analítica bem como os desdobramentos futuros das questões relacionadas ao cumprimento das cláusulas do tratado serão considerados nas seções 2 e 3 que se seguem. Mas cabe aqui o registro de que o

amigo de Keynes: é bastante acrítica e mais pobre do ponto de vista documental do que as mais modernas. A de Moggridge é a mais focada do ponto de vista estritamente econômico e beneficia-se da intimidade do autor, um dos editores das *Collected Works (CW)*, com a documentação primária. A de Skidelsky é de longe a mais completa. Especialmente no volume final, há certa insistência em descobrir um alinhamento de Keynes com o liberalismo que não é convincentemente sustentado pela evidência apresentada. Milo Keynes (1975) e Wood (1983) incluem materiais adicionais de grande interesse para a biografia de Keynes.

⁵ *CW*, vol. I.

⁶ Para a edição original definitiva em inglês ver *CW*, vol. II.

episódio marca o primeiro de muitos outros em que Keynes, extremamente persistente na difusão de suas idéias, viu frustradas suas tentativas de influenciar políticas públicas. De fato, uma possível forma de relatar a vida de Keynes é acompanhando as suas diversas derrotas pessoais que, em muitos casos, se converteriam em vitórias estratégicas.

O retumbante sucesso da publicação de *As Conseqüências Econômicas da Paz*⁷ em 1919 marcou um ponto de inflexão na carreira de Keynes, afastando-o, ao menos formalmente, do centro decisório da política econômica britânica até 1940.⁸ Por vinte anos, a influência de Keynes foi exercida através da publicação de verdadeira barragem de artigos, panfletos e livros. Uma seqüela de *As Conseqüências*, intitulada *A Revision of the Treaty*⁹, publicada em 1922, também foi um *bestseller*, mas era um livro curto muito mais técnico do que *As Conseqüências*. Sem a mesma contundência ou elegância, coroou as preocupações de Keynes quanto a reparações e dívidas interaliadas no período imediatamente pós-Primeira Guerra Mundial. Logo em seguida, em 1923, Keynes publicou *A Tract on Monetary Reform*¹⁰, que seria o último de seus livros curtos, e também o seu primeiro texto teórico influente em economia. O esforço teórico seria seguido com obras de maior fôlego: o *Treatise on Money*, em 1930, e, em 1936, o revolucionário *A Teoria Geral*, com influência mais intensa e mais duradoura do que a de *As Conseqüências*.

No restante da década de 1920, a principal batalha de Keynes no terreno da política econômica foi travada no debate quanto às condições da volta da libra ao padrão ouro. Keynes propugnou, em ‘The Economic Consequences of Mr Churchill’¹¹,

⁷ Em seis meses, entre dezembro de 1919 e junho de 1920, o livro vendeu cerca de 100.000 cópias, Skidelsky (1983), pp. 392-4.

⁸ Isto não impediu que Keynes colaborasse com o governo, mas mantendo sua posição de independência, como, por exemplo, quando foi membro do Macmillan Committee on Finance and Industry, 1929-1931.

⁹ *CW*, vol. III.

¹⁰ *CW*, vol. IV.

¹¹ Panfleto reproduzido em *CW*, vol. IX. Este volume das *CW* recolhe ensaios de Keynes,

a volta da libra ao padrão ouro, com uma desvalorização de pelo menos em 10% em relação à paridade de 1914. Prevaleceu a visão do Tesouro, então sob a direção de Winston Churchill, quanto à volta ao padrão ouro mantendo a paridade de pré-guerra. O medíocre desempenho da economia britânica na segunda metade dos anos 1920 e a permanente vulnerabilidade do balanço de pagamentos indicam que as críticas de Keynes tinham fundamento.

Nos anos 1920 Keynes foi muito ativo na tentativa de reconstrução de um novo liberalismo, inclusive participando no controle do *Nation and Atheneum*, influente semanário que pretendia influenciar a posição do Partido Liberal. Em 1931, seria fundido com o *New Statesman*, transformando-se no *New Statesman and Nation*, retratando a convergência entre liberais e trabalhistas no quadro da grande depressão. No final da década de 1920 começou a envolver-se em polêmicas relacionadas ao impacto de obras públicas sobre o desemprego que se estenderam pela década de 1930.¹² Em ‘Can Lloyd George do it?’¹³, de 1929, começou a esboçar interpretações de que o problema central que explicava o desemprego era o desequilíbrio entre poupança e investimento e que o excesso de poupança poderia ser utilizado para sustentar o emprego através de um programa de obras públicas, como proposto por Lloyd George, agora seu aliado político.

Em 1931, no auge da crise que resultaria no abandono do padrão ouro por parte da Grã-Bretanha, Keynes não teve sucesso na sua tentativa de convencer a maioria dos membros do Macmillan Committee¹⁴ de que a saída da recessão dependia de aumento de investimentos e da substituição de importações e

publicados entre 1919 e 1930, principalmente na imprensa, além de, como adição ao volume originalmente publicado em 1931, dois importantes ensaios posteriores: ‘The Means to Prosperity’, de 1933, e ‘How to Pay for the War’, de 1940.

¹² Há uma enorme riqueza na obra de Keynes não publicada durante a sua vida: os volumes XIX a XXVII das *CW* reproduzem os escritos de Keynes entre 1922 e 1946 (além dos já mencionados), todos editados por Donald Moggridge.

¹³ Ver *CW*, vol. IX.

¹⁴ Committee on Finance and Industry (1931).

não de desvalorização cambial e cortes de salário. O relatório de minoria, inspirado por Keynes e assinado por cinco outros membros, entre os quais o ex-ministro liberal Reginald McKenna e o futuro ministro trabalhista Ernest Bevin, preconizava o uso de controles de importação e outros incentivos ao investimento.

Apesar do processo de aperfeiçoamento das suas idéias na primeira metade da década de 1930 que culminaria na *Teoria Geral*, Keynes teve influência limitada sobre as autoridades do Tesouro Britânico que permaneceram céticas quanto ao impacto de programas de gastos públicos sobre o nível de atividade.¹⁵ Similarmente, a despeito do folclore, a influência keynesiana sobre o *New Deal* nos EUA foi muito modesta; só na Suécia as idéias keynesianas tiveram influência decisiva sobre as políticas públicas na década de 1930.¹⁶ É claro que, na Alemanha, por razões que nada tiveram a ver com as idéias macroeconômicas de Keynes, o programa de obras públicas foi um importante ingrediente na recuperação pós-1933. Keynes, sempre propenso a meter os pés pelas mãos quando se tratava de Alemanha, escreveu um prefácio quase indecente para a edição *Teoria Geral* em alemão. Segundo ele, não apenas a sua teoria era mais adaptável às condições de um estado totalitário do que às condições de livre concorrência. Embora tivesse sido elaborada levando em conta as condições nos países anglo-saxões, “onde uma boa dose de *laissez faire* ainda permanece”, era também mais facilmente aplicável a situações em que “a liderança nacional é mais pronunciada.”¹⁷

No primeiro ano da Segunda Guerra Mundial, Keynes envolveu-se com um amplo leque de questões econômicas e financeiras associadas ao esforço de guerra britânico, sendo extremamente bem sucedido. Sua principal contribuição pública foi o panfleto ‘How to Pay for the War’¹⁸, mas envolveu-se em mui-

¹⁵ Ver Peden (1988), cap. 3.

¹⁶ Ver Winch (1969), cap. 12.

¹⁷ Ver Moggridge (1992), pp. 610-611.

¹⁸ Incluído na edição definitiva de *Essays in Persuasion*, CW, vol. IX.

tos outros projetos, inclusive o esforço no Tesouro que levou à elaboração da primeira estimativa de contas nacionais por James Meade e Richard Stone. Em ‘How to Pay for the War’ demonstrou grande ceticismo em relação à eficácia do racionamento e foi crítico quanto ao custo de sua implementação. Advogou a criação de mecanismos de poupança compulsória através do congelamento de renda acima de certo limite com liberação diferida para o pós-guerra para enfrentar a crise que se antecipava. Foi, também, o inspirador dos acordos de pagamentos assinados pela Grã-Bretanha com muitos países, inclusive o Brasil. Estes acordos, somados a rígidos controles de exportações, levaram à acumulação de grandes saldos em libras esterlinas pelos parceiros comerciais britânicos e transformaram estes países em importantes financiadores do esforço de guerra.

Keynes envolveu-se crescentemente com problemas relacionados à cooperação financeira com os Estados Unidos. Foi nomeado diretor do Banco da Inglaterra, em substituição a Lord Stamp, morto por uma bomba alemã. Escrevendo para sua mãe foi irônico quanto à sua absorção pelo *establishment* dizendo que agora temia ser nomeado bispo.¹⁹ Keynes foi a figura dominante em Bretton Woods, quando se decidiu a criação do Fundo Monetário Internacional, culminando um longo envolvimento nas negociações de reconstrução da nova ordem financeira internacional. Sua competência era reconhecida pelo outro lado da mesa. Entre os negociadores britânicos era simplesmente venerado: “sentíamos-nos como os seguidores de Lúcifer em Milton, ‘glorificando o chefe incomparável’ ”.²⁰ Mas, a sua posição não era fácil, dado o fraco poder de barganha britânico e a clara intenção norte-americana de colocar em cheque os arranjos imperiais britânicos, em especial as preferências comerciais. O Plano Keynes, que previa a efetiva operação de um banco central dos

¹⁹ Ver Moggridge (1992), pp. 663-664.

²⁰ Ver F.G. Lee, ‘The International Negotiator’ in Keynes (1975). A citação é de John Milton, *Paraíso Perdido*, canto II, verso 487: “rejoicing in their matchless chief”.

bancos centrais, foi abandonado em benefício do Plano White²¹ que incorporava uma visão mais conservadora, em que o Fundo não teria condições de aumentar a liquidez internacional. Foram sepultadas também idéias, obviamente de grande interesse para a Grã-Bretanha, como as que previam a imposição de políticas corretivas, não apenas aos países com balanço de pagamentos deficitário, mas também aos superavitários, e impunham condicionalidades menos estritas para o uso de facilidades de financiamento providas pela nova instituição.

Após a derrota com honra de Bretton Woods, seguiram-se outras derrotas menos honrosas em uma série de negociações anglo-americanas cujos resultados ficaram bem aquém das expectativas britânicas.²² Merece menção especial a última grande negociação da qual participou Keynes sobre as condições de empréstimos no valor total de US\$ 4,4 bilhões para liquidação das obrigações relativas à Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend Lease*) e para financiar a volta da Grã-Bretanha à normalidade, e no médio prazo a volta da libra à conversibilidade.²³ O fracasso da tentativa de fazer com que a libra esterlina voltasse a ser conversível em 1947, como “fada madrinha” das outras moedas européias, não foi testemunhado por Lord Keynes que morreu em 1946 exaurido pelas negociações anglo-americanas.

²¹ Harry Dexter White foi o principal negociador norte-americano em Bretton Woods e seria o primeiro diretor do Fundo.

²² Keynes advogava que a Grã-Bretanha cancelasse unilateralmente cerca de 30% dos saldos acumulados em libras por países como Índia, Argentina e Brasil e impusesse a transformação em empréstimo compulsório à Grã Bretanha de cerca de 60%, liberando menos de 10% do valor total. É claro que aos EUA não interessava financiar a Grã-Bretanha para que os britânicos saldassem o seu compromisso com os detentores de depósitos em libras em Londres. Ver Abreu (1990).

²³ O comentário de Lionel Robbins sintetiza a situação; “Humilhação, exatamente como esperado.”, citado por Moggridge (1992), p. 813. Embora algo antiquado, Gardner (1956) é um excelente livro sobre as negociações anglo-americanas no final da guerra e no imediato pós-guerra, incluindo Bretton Woods e o grande empréstimo anglo-americano de 1945. A reedição apenas inclui um novo prefácio.

II. AS CONSEQUÊNCIAS

As Conseqüências Econômicas da Paz, como diz Moggridge²⁴, contém vários livros. É ao mesmo tempo um panfleto político que ataca a moralidade do tratado quando comparado às condições que regularam o armistício, uma discussão técnica das suas cláusulas econômicas, uma discussão nostálgica das relações entre nações e classes antes de 1914 e um conjunto de propostas para enfrentar problemas europeus na segunda metade de 1919. É fácil concordar com Maurice Dobb que a principal explicação da popularidade do livro é “a combinação liberal de sentido humanitário com realismo econômico – um apelo potencializado pelo estilo elegante e um dom difícil de explicar para a *mot juste*, a frase investigativa.”²⁵

Bertrand Russell na sua autobiografia incluiu um par de parágrafos brilhantes sobre Keynes que ajudam a entender as características especiais de *As Conseqüências*.²⁶ Considerava o estilo de Keynes algo duro, brilhante, não humano, reflexo da postura usual de quem andava pelo mundo como um bispo entre infiéis. A verdadeira salvação estaria sempre longe, entre os fiéis em Cambridge. Quando se preocupava com economia e política deixava a alma em casa. Segundo Russell, a única obra em que isto não se teria refletido foi *As Conseqüências Econômicas da Paz*. Keynes teria abandonado temporariamente a arrogância que o levava a derivar prazer em *épater les bourgeois*. A convicção profunda de que o tratado de Versalhes levaria ao desastre mobili-

²⁴ Moggridge (1992), p. 324.

²⁵ Maurice Dobb, ‘Collected Keynes’, *New Statesman*, 18 de junho de 1971, resenha de *CW*, vols. I, II e XVI.

²⁶ Russell é bastante crítico quanto à insistência da geração de Keynes e Lytton Strachey em atribuir a G.E. Moore a doutrina de que o bem consiste em uma série de momentos apaixonados isolados. Segundo ele a ética de Moore havia sido degradada em um estreito sentimentalismo de escola de moças. Ver ‘My Early Beliefs’ in Keynes, *CW*, vol. X. Note-se que este ensaio não foi publicado na edição original de *Essays in Biography* mas só após a morte de Keynes, em 1949, em um volume intitulado *Two Memoirs*, juntamente com ‘Melchior: a Defeated Enemy’.

zou-o de tal modo que ele se esquecera de tentar parecer inteligente, sem, entretanto, deixar de sê-lo.²⁷

Lord Skidelsky, o mais recente bibliógrafo de Keynes, vê no livro a proposta do economista como o Príncipe. Todas as outras formas de governo estariam falidas: “a visão do economista quanto ao bem estar e um novo padrão de excelência técnica constituíam os últimos obstáculos ao caos, à loucura e ao retrocesso.”²⁸

Depois de uma curta introdução, Keynes caracteriza os problemas estruturais enfrentados pelas economias européias: excesso de população, o papel central da economia alemã, a “instabilidade psicológica das classes operária e capitalista” – uma versão keynesiana da luta de classes – e, menos convincentemente, a instabilidade da oferta de alimentos originários do Novo Mundo. Em nenhum momento, por exemplo, faz referência à resposta protecionista européia à ameaça competitiva dos grãos extra-europeus que se seguiu ao barateamento de fretes marítimos após 1870.

A descrição do Conselho dos Quatro, que se segue, é merecidamente famosa como um dos melhores exemplos da moderna prosa inglesa. Seus retratos dos três grandes, Clemenceau, Wilson e Lloyd George, são extremamente perspicazes e críticos, a

²⁷ Russell (1967), p. 71. Vale a pena citar o original: “He went about the world carrying with him everywhere a feeling of bishop *in partibus*. True salvation was elsewhere, among the faithful at Cambridge. When he concerned himself with politics and economics he left his soul at home. This is the reason for a certain hard, glittering, inhuman quality in most of his writing. There was one great exception, *The Economic Consequences of the Peace* ... Something of the Nonconformist spirit [of Keynes's father] remained in his son, but it was overlaid by the realization that facts and arguments may lead to conclusions somewhat shocking to many people, and a strain of arrogance in his character made him find not unpleasant to *épater les bourgeois*. In his *Economic Consequences of the Peace* this strain was in abeyance. The profound conviction that the Treaty of Versailles spelt disaster so roused the earnest moralist in him that he forgot to be clever — without, however, ceasing to be so.”

²⁸ Para Skidelsky, Keynes de fato não se decepcionou com os resultados de Versalhes, pois mesmo antes do fim da guerra suspeitava que prevaleceria uma visão “perversa” nas negociações de paz. Keynes, ao escrever *As Conseqüências*, teria tentado reparar as conseqüências de sua participação pessoal em algo que abominava. Skidelsky (1983), pp. 384 e 353.

mordacidade de Keynes refletindo claramente a sua frustração com as decisões finais quanto ao tratamento reservado à Alemanha no Tratado de Versalhes, cujo formato final decorria de “uma idéia da França e de Clemenceau”. A análise de Keynes concentra-se no que considera a capitulação de Wilson, após longa luta “teológica” quanto à legitimidade da inclusão do custo das pensões pagas em decorrência da guerra no cálculo das reparações a cobrar da Alemanha, o que aumentava significativamente o montante total das reparações.

A edição da Royal Economic Society das *Conseqüências* segue a decisão original de Keynes de excluir, por recomendação de seu amigo Lord Asquith²⁹, os comentários mais ferinos sobre Lloyd George, só divulgados em 1933 quando foram publicados os *Essays in Biography* na forma de ‘Lloyd George: a Fragment’³⁰. As referências à feiticeira galesa ou à *femme fatale*, isto é, a Lloyd George, que tratava de encantar, com escasso sucesso, Clemenceau, “um velho homem do mundo” e, principalmente, o presidente Wilson, o clérigo “não-conformista”, são quase brutais. Mas o seu juízo final sobre a paz de Versalhes é terrível: “Estas eram as personalidades de Paris – deixo de mencionar outras nações ou homens menores: Clemenceau, esteticamente o mais nobre; o presidente, moralmente o mais admirável; Lloyd George, intelectualmente o mais sutil. O tratado nasceu de suas disparidades e fraquezas, filho dos menos valiosos atributos de seus pais: sem nobreza, sem moralidade, sem intelecto.” Quando Keynes avaliou a oportunidade de divulgar seu retrato completo de Lloyd George julgou mais conveniente, talvez à luz da reaproximação ocorrida desde a conferência, retirar silenciosamente o parágrafo mais truculento de seu texto original de 1919: “omiti muito [sobre Lloyd George] – aqueles métodos de intriga mentirosa, na verdade vergonhosa, que levariam à ruína final qualquer causa que lhe fosse confiada; sua incapacidade para

²⁹ Primeiro Ministro liberal, 1908-1916.

³⁰ *CW*, vol. X. cap. 2

liderar de forma leal e para controlar o próprio instrumento de governo; e também o seu espírito indomável e a sua ascendência pessoal sobre qualquer grupo de homens entre os quais se encontrasse.” O fragmento tem interesse também porque nele Keynes, ainda mais claramente do que no texto publicado em 1919, assinala não apenas que a margem para atritos entre Wilson e Lloyd George era muito menor do que entre Wilson e Clemenceau, mas que os assuntos de maior interesse britânico foram resolvidos no início da conferência: marinha mercante, frota de guerra, colônias.³¹

Na sua análise do Tratado de Versalhes, Keynes considera separadamente as suas condições gerais e as reparações. Quanto ao tratado em geral, Keynes analisa uma longa lista de cláusulas que considerava indevidamente lesivas aos interesses alemães que vão desde o tratamento da propriedade privada de cidadãos alemães nas ex-colônias e na Alsácia-Lorena até a interferência na operação das ferrovias alemãs passando pelo volume de entregas de carvão à França, considerado inviável.

Keynes questionou acertadamente as avaliações francesas sobre os danos provocados pela guerra que eram cerca de seis vezes maiores do que o razoável. Utilizando material de seus memorandos quando ainda funcionário do Tesouro, estimava grosso modo que os danos causados pelos alemães montavam a £2 bilhões³². A inclusão das pensões elevaria conta em £5 bilhões³³. Neste caso, a Alemanha teria que pagar £480-780 milhões ao ano, algo incompatível com a sua capacidade de pagamento, por ele estimada em £100 milhões ao ano. Ao avaliar a capacidade anual de pagamento da Alemanha, Keynes sublinhou

³¹ ‘Mr Lloyd George: a Fragment’, *CW*, vol. X. MacMillan (2001), p. 202, com base em exemplos de atitudes britânicas bastante mais inflexíveis do que as francesas, qualifica significativamente a imagem algo estereotipada de uma França vingativa, como sugerido por Keynes.

³² Nas referências valores monetários são utilizadas as taxas de câmbio do período pré-1914: US\$ 4,86/£ e 20,40 marcos/£.

³³ Note-se que foi Lloyd George quem enganou [*bamboozled* no original] Wilson, convencendo-o aceitar a inclusão das pensões. Depois disto os britânicos mudaram de opinião.

a importância das restrições ao aumento das exportações alemãs, em muitos casos diretamente competitivas com as exportações britânicas. A solução preconizada por Keynes envolveria pagamentos alemães limitados a £2 bilhões³⁴ mas, também, outros elementos freqüentemente esquecidos.³⁵ Propunha o cancelamento das dívidas inter-aliadas que envolveria perdas líquidas de £2 bilhões para os EUA e £900 milhões para a Grã-Bretanha e ganhos de £700 milhões para a França e £800 milhões para a Itália. Mas, da contribuição britânica de £900 milhões, £570 milhões já poderiam ser considerados perdidos, pois haviam sido emprestados à Rússia, em contraste com os EUA que nada haviam emprestado àquele país. Keynes propunha, também, que a Grã-Bretanha renunciasse ao recebimento de reparações alemãs em benefício da Bélgica e da França e ainda, um grande empréstimo de reconstrução e a flexibilização de cláusulas relativas ao suprimento de carvão alemão à França e às minas do Sarre.

É difícil não concordar com praticamente todos os argumentos econômicos de Keynes. Mas há francofobia, embora não tão aguda quanto sugerida pela opinião pública francesa. Quando envereda pelo terreno político, o ranço anti-francês é perceptível como, por exemplo, quando tece considerações sobre o

³⁴ Pagamentos totais de £2 bilhões equivaliam grosso modo a 1,2 vezes a renda nacional alemã em 1921. Este número é freqüentemente comparado aos 5 bilhões de francos (cerca de £200 milhões) pagos pela França após a derrota na guerra franco-prussiana, correspondentes a um quarto da renda nacional francesa à época, ver Eichengreen (1992), p. 131-2. Mas é relevante lembrar que em 1914-1918 trata-se de reparações e em 1870-1871 de indenizações. O custo total guerra como base do cálculo de reparações foi abandonado no início das negociações interaliadas em 1919 pois implicaria pagamentos astronômicos por parte da Alemanha.

³⁵ Como assinalou John Foster Dulles, que havia trabalhado com Keynes em Paris na redação de cláusulas cruciais do Tratado, a posição de Keynes parecia exageradamente favorável à Alemanha como, por exemplo, quando sugeriu que, dado que cerca de £500 milhões já haviam sido pagos, os restantes £1500 milhões poderiam ser pagos em 30 anos sem juros. Dulles lembrou que o valor presente total desta proposta era de apenas £1250 milhões comparados aos £2 bilhões que o próprio Keynes considerava justos. Ver trechos de carta de Dulles a *The Times*, 16.1.1920, *CW*, vol. XVII, p. 24. A suspeita de francofobia de Keynes levou a episódios embaraçosos até mesmo na Grã-Bretanha, como a rejeição, pela assembléia geral da British Academy, de seu nome para a seção econômica da academia, embora já tivesse sido aprovado pelo Conselho, *CW*, vol. XVII, pp. 164 e ss.

provável projeto de estabelecer uma república independente à margem esquerda do Reno sob os auspícios de círculos clericais da França. Há, também, uma clara assimetria no tom de suas críticas quando dirigidas aos franceses ou a outros participantes da conferência. De um lado, Klotz, o ministro francês, é crucificado, na maior parte das vezes com justiça, mas com uma antipatia profunda que seria revelada mais explicitamente em seus escritos dos anos 1930, inclusive com um travo de, no mínimo, complacência com o anti-semitismo. De outro, as críticas a Lloyd George sublinham a “falta de sabedoria política” que marcou a campanha eleitoral britânica (embora comente que a desejável sabedoria prudente havia sido substituída pela cobiça imbecil). Nas suas negociações sobre o abastecimento da Alemanha, no início de 1919, Keynes conheceu Melchior, um dos delegados alemães, que depois soube ser judeu, “embora não aparentasse”, e que, solitário, “manteve a dignidade na derrota”. O ensaio de Keynes sobre Melchior é comovente, mas é difícil não contrastar a sua simpatia pelo alemão – “de alguma forma eu estava cativado [*in love* no original] por ele” – com a sua impaciência irritada com os delegados franceses.³⁶ As referências de Keynes ao marechal Foch, no mesmo ensaio, são algo mais respeitadas do que os comentários sobre Klotz, mas totalmente destituídas de simpatia: trata-se de alguém com intelecto estreito de natureza “militarista”, um católico beato que, tal como os jesuítas em matéria religiosa, detestava a interferência de leigos em assuntos que interessavam aos militares.³⁷ O juízo sobre o

³⁶ ‘Melchior: a Defeated Enemy’ in *CW*, vol. X, pp. 415 e 422. Note-se que este ensaio, lido por Keynes a amigos provavelmente em 1931, não foi publicado na edição original de *Essays in Biography*, mas só após a morte de Keynes, em 1949, em um volume intitulado *Two Memoirs*, juntamente com ‘My Early Beliefs’. MacMillan (2001), p. 193, sugere, de forma não totalmente convincente, que a menção de Keynes a Melchior deve ser entendida como um “floreio retórico” em vista da audiência ser composta de velhos amigos que conheciam o seu complicado passado sexual.

³⁷ Clemenceau, cujo anti-clericalismo não deve ser posto em dúvida e que não tinha nenhuma simpatia por Foch, não hesitou em indicar o então general para comandar a Escola de Guerra em 1908, quando ocorreu um famoso diálogo. Quando Foch mencionou defensivamente que seu irmão era jesuíta, Clemenceau respondeu sem titubear com um enfático “je

general Weygand é um pouco melhor, embora também suponha que tenha tido educação jesuítica. A França de Keynes parece estar povoada principalmente por judeus incapazes e gananciosos e por obtusos militares católicos conservadores, unidos pelo ódio à Alemanha. Há clara dificuldade em reconhecer em toda a extensão a revolta na França e na Bélgica quanto ao comportamento alemão nas regiões ocupadas, a intensidade da rivalidade franco-alemã e a profundidade do sentimento de insegurança em relação ao vizinho cada vez mais poderoso.³⁸

A imposição de uma paz cartaginesa, segundo Keynes, levaria à ruína a Alemanha e a Europa à crise. Fez uso de citação apócrifa de Lênin quanto aos efeitos destrutivos da inflação sobre o capitalismo, sugerindo que Klotz e Lloyd George poderiam levar a Europa à revolução tão eficazmente quanto os “sanguinários filósofos da Rússia”. Keynes concluiu suas propostas com a sugestão de que deveria ser promovida pela Liga das Nações a criação de uma zona de livre comércio europeia englobando, em torno da Alemanha, as nações que surgiram do esfacelamento da Áustria-Hungria e da Rússia e depois as nações da Europa Ocidental. Incluiria eventualmente a França e a Itália cuja adesão seria o antídoto mais eficaz para a recorrência do sonho alemão quanto à *Mittel-Europa*. A proposta era de “estimular e ajudar a Alemanha a assumir novamente seu lugar na Europa, como fonte de criação e ordenação de riqueza dos seus vizinhos orientais e meridionais”. Não é um delírio acreditar que o livro de Keynes tenha enfraquecido a posição da França. A parte mais relevante das críticas às *Consequências* enfoca exata-

m'en fous”, ver Clemenceau (1930), p. 1. As relações entre Clemenceau e Foch se deterioraram principalmente com a derrota das idéias do marechal quanto a um estado tampão renano que contivesse a Alemanha. Foch fez então a sua famosa previsão: “na próxima vez, não se enganem, os alemães não errarão: irromperão no norte da França e ocuparão os portos do canal como base de operações contra a Inglaterra”, Paul Mantoux citado por MacMillan (2001), p. 469.

³⁸ A intensidade da rivalidade pode ser avaliada pela fotografia de Foch, na Estrasburgo recém liberada, saudando a estátua de Kléber, herói da campanha do Egito, com o sabre do tenente Bonaparte. Ver Foch (1931), vol. 2, fotografia em seguida à página 328.

mente a complacência quanto às preocupações francesas relativas à recorrência de uma ameaça alemã.³⁹ Mesmo os leitores mais simpáticos de Keynes não podem deixar de concordar que a sua análise política revelou ser estritamente insular.⁴⁰

III. REPARAÇÕES: DE VERSALHES À SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS

A questão das reparações se arrastaria por mais de uma década e culminaria em 1931 com a moratória Hoover que suspendeu o pagamento tanto de reparações quanto de dívidas de guerra interaliadas.⁴¹ Em termos muito esquemáticos, sob a ótica do balanço de pagamentos, que dominou o debate na década de 1920, havia dois problemas principais em discussão quanto à capacidade de pagar as reparações.⁴² O primeiro se referia à possibilidade de que o pagamento das reparações fosse efetivado ou não. Isto, é claro, depende, esquecendo da existência da conta de capital, se o aumento de exportações somado à diminuição de importações do país pagador, ou seja, se o aumento do seu saldo comercial é pelo menos igual ao valor das reparações devidas. Em um mundo de dois países, França e Alemanha, a renda da Alemanha diminui T com o pagamento das reparações, en-

³⁹ Esta é a tônica das melhores críticas de Mantoux (1946): ataca o “economicismo” de Keynes e, certamente com algum exagero, sugere que Keynes, ao levar Versalhes ao descrédito, encorajou o apaziguamento dos ditadores da Alemanha e da Itália pelos governos britânicos e franceses na década de 1930. O pai de Étienne Mantoux, autor do livro póstumo de 1946, era Paul Mantoux, intérprete na Conferência de Versalhes, que havia colocado em dúvida se Keynes havia realmente participado das sessões regulares do Conselho dos Quatro e não apenas do Conselho dos Dez. Os leitores que desejarem tomar uma posição sobre o assunto devem ler *CW*, cap. 5, sugestivamente intitulado ‘What Really Happened in Paris’.

⁴⁰ Ver Moggridge (1992), pp. 345-6.

⁴¹ Ver *CW*, vol. XVIII, para os papéis de Keynes relativos a reparações entre 1922 e 1932. Para um sumário da história das reparações ver Eichengreen (1992). Podem ser vistos também: Artaud (1978), Bergmann (1927), Kent (1989), Machlup (1966), Schuker (1976) e Trachtenberg (1980), entre outros. Fraga (1985) é de especial interesse pois compara o endividamento alemão nos anos 1920 com a crise da dívida externa brasileira que culminou no início da década de 1980. Maier (1975) coloca o tema em um contexto europeu mais amplo, tanto do ponto de vista econômico quanto do político.

⁴² Para uma discussão mais detalhada ver Ethier (1983), pp. 263 e ss.

quanto a renda da França aumenta T . As importações caem na Alemanha (de mT , onde m é a propensão marginal a importar da Alemanha) e crescem na França (de m^*T , onde m^* é a propensão marginal a importar da França). O saldo comercial da Alemanha aumentará m^*T+mT . Para que a transferência seja integralmente efetivada é necessário que $T=m^*T+mT$. Se $T>m^*T+mT$ (ou seja, $1>m+m^*$), a transferência será subefetuada, ou seja os valores de m e m^* são insuficientes para assegurar que o valor total da transferência seja efetuada, sendo necessária a mobilização de recursos adicionais tais como transferência de ativos, redução de reservas ou financiamento externo para assegurar o pagamento integral de T .

O segundo problema tem a ver com o impacto das reparações sobre os termos de troca do país pagador. O pagamento inicial de reparações reduz a demanda por importações na Alemanha em mT . Se m^* denota a propensão gastar em importações na França, $(1-m^*)T$ denota a propensão a gastar em exportáveis naquele país. A França recebeu T de reparações, portanto a sua oferta de exportáveis diminuirá em $(1-m^*)T$. Se a demanda por importações na Alemanha cair menos do que a contração da oferta na França, $mT<(1-m^*)T$ (ou seja, $m+m^*<1$), o preço das importações alemãs aumentará e os termos de troca da Alemanha se deteriorarão. No famoso debate sobre as reparações, em 1929, enquanto Keynes acreditava que $m+m^*$ era algo próximo de zero, Ohlin acreditava que era próximo de 1. Keynes era, portanto, pessimista quanto à possibilidade de que fosse viável transferir as reparações sem afetar desfavoravelmente os termos de intercâmbio.

A Alemanha transferiu 8 bilhões de marcos ouro (£400 milhões) até maio de 1921, equivalentes a 20% da renda nacional alemã em 1921, mas muito abaixo do valor de £ 1 bilhão de pagamentos interinos estabelecidos na conferência de Versalhes. Negociações em Londres resultaram na fixação de reparações de 132 bilhões de marcos (£6,4 bilhões), divididas em duas

tranches, sendo que o serviço da primeira (de 50 bilhões) seria iniciado imediatamente enquanto uma definição sobre a segunda tranche era adiada até que se esclarecesse a capacidade de pagamento alemã. Mesmo assim, os pagamentos anuais fixados correspondiam a 10% da renda nacional alemã e exigiriam, para possibilitar a transferência, um saldo comercial equivalente a 80% das exportações em 1920-1921, enfrentando competição direta com as exportações dos antigos inimigos.

A Alemanha pagou apenas 75% das reparações devidas no ano a partir de maio de 1921 e continuou pagando muito aquém dos níveis fixados em janeiro de 1922, o que levou à ocupação do Ruhr pelos franceses e belgas em janeiro de 1923. Seguiu-se um período de sérias perturbações internas em 1923-1924 bem retratadas pela hiperinflação, só interrompido quando foi possível com um acordo entre industriais, governo alemão e aliados, culminando na estabilização monetária alemã e na negociação do Plano Dawes em 1924.⁴³ Foi concedido um importante empréstimo à Alemanha e as reparações foram muito reduzidas, flutuando entre 0,8 e 2 bilhões de marcos entre 1924 e 1928, cerca de 10% dos pagamentos previstos inicialmente só para o serviço da primeira tranche. De fato, entre 1925 e 1928, os empréstimos dos EUA à Alemanha superaram folgadoamente os pagamentos de reparações por parte da Alemanha. De uma forma indireta tornou-se concreta a idéia de Keynes que, de alguma forma, os EUA pagariam a conta.⁴⁴

Com a retração de capitais norte-americanos já em 1928, os pagamentos de reparações forma mais uma vez reduzidos através do Plano Young de 1929, que também incluiu um grande empréstimo à Alemanha. Com a moratória Hoover de 1931, que afetava tanto reparações quanto empréstimos interaliados, os pagamentos seriam interrompidos. Os pagamentos totais da Alemanha entre 1918 e 1931, somando valores correntes,

⁴³ Ver Eichengreen (1992), cap. 5.

⁴⁴ Ver Schuker (1988), p.24.

totalizariam 22,9 bilhões de marcos (pouco mais de £ 1,2 bilhão), 17,3% das reparações fixadas inicialmente. Mas, razão ou pretexto, os pagamentos de reparações, somados à exploração pela direita na Alemanha de que a derrota de 1918 deveu-se à “facada nas costas”, isto é, à traição da esquerda na frente doméstica, alimentariam a sede por novo acerto de contas em 1939.

IV. CONCLUSÃO

Por três vezes, entre 1815 e 1945, colocou-se de forma dominante no cenário internacional a escolha do formato da paz na Europa. Em 1815, a restauração monárquica na França permitiu que a reconciliação européia se fizesse em torno dos objetivos da Santa Aliança e à sombra da balança de poder perseguida na *Pax Britannica*. O mundo unipolar britânico facilitava a manutenção da paz no centro do sistema. A disputa pela hegemonia no continente, entretanto, tornou-se de administração crescentemente difícil para uma Grã-Bretanha em declínio, primeiro industrialmente, e logo em seguida também financeira, política e militarmente. Com o declínio da França, a Alemanha surgiu como potência hegemônica continental no Salão dos Espelhos de Versalhes em 1871. As duas guerras mundiais podem ser vistas, na sua origem, como generalizações, através do domínio dos sistemas de alianças, de conflitos franco-alemães pela preeminência na Europa, agravados por disputas imperiais envolvendo interesses britânicos, norte-americanos, japoneses e russos ou soviéticos.

Na conferência de Versalhes, em 1919, a nascente ameaça soviética não foi suficiente para conter de forma significativa os anseios nacionais da Alemanha e da França que continuaram referidas a projetos nacionais baseados em ilusões hegemônicas. Keynes brandiu Lênin, mas em vão: a ameaça bolchevique não tornou mais razoáveis os senhores de Versalhes e, menos ainda, os seus sucessores. Só em 1945, a consciência da real ameaça soviética no plano político e principalmente militar, fez com que

que as elites européias concentrassem os seus esforços na busca de uma solução pacífica do conflito pela hegemonia européia ocidental.⁴⁵ Ironicamente, demandas de sacrifícios políticos muito mais exigentes do que em 1919 foram atendidas em face das realidades do mundo bipolar e da dependência militar da Europa em relação aos Estados Unidos. Apurações de responsabilidades, monstruosas no caso da Alemanha hitlerista, foram quase que perfunctórias. Foram lançadas as bases da unificação econômica da Europa continental e a paz européia tem repousado firmemente desde então na parceria entre Berlim e Paris.

Com o benefício da visão retrospectiva é curioso constatar que, mesmo depois de outra guerra mundial em que os franceses sofreram diretamente de forma muito mais intensa as consequências de uma política expansionista da Alemanha, o compromisso político franco-alemão acabou sendo possível. Já a Grã-Bretanha continuou em dúvida quanto ao ponto de referência principal de sua política externa, ajustando-se ao colapso do Império: ou Estados Unidos, ou Europa Continental sob a hegemonia (franco)-alemã. Passados mais de oitenta anos ainda é verdade o que Keynes escreveu em 1919: “A Inglaterra (sic) ainda permanece fora da Europa.”⁴⁶

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva, ‘O Brasil como credor: a dívida britânica 1940-1952’, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 20 (2), agosto de 1990.

ABREU, Marcelo de Paiva, ‘John Maynard Keynes e as relações econômicas anglo-brasileiras durante a II Guerra Mundial’, *Revista Brasileira de Economia*, 36(1), janeiro/março de 1982.

ARTAUD, Denise, *La question des dettes interalliées et la reconstruction de l’Europe (1917-1929)*, thèse présentée devant l’Université de Paris, 22 mai 1976, Atelier Reproduction de Thèses e Librairie Honoré Champion, Lille e Paris, 1978.

⁴⁵ Com os ajustes necessários vem à mente a famosa frase do Dr Samuel Johnson: “saber que vai ser enforcado dentro de quinze dias concentra maravilhosamente a mente de um homem.”

⁴⁶ Ver Skidelsky (1992), p. 485.

BERGMANN, Carl, *The History of Reparations*, Houghton Mifflin, Boston e Nova Iorque, 1927.

DOBB, Maurice, 'Collected Keynes', *New Statesman*, 18 de junho de 1971.

CLEMENCEAU, Georges, *Grandeurs et misères d'une victoire*, Plon, Paris, 1930.

EICHENGREEN, Barry, *Golden Fetters. The Gold Standard and the Great Depression 1919-1939*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1982.

ETHIER, *Modern International Economics*, W.W. Norton, Nova Iorque, 1983.

FOCH, [Ferdinand], *Mémoires pour servir à l'histoire de la guerre de 1914-1918*, Plon, Paris, 1931.

FRAGA, Armínio, 'German Reparations and Brazilian Debt: A Comparative Study', International Financial Section, Department of Economics, Princeton University, *Essays in International Finance* no. 163, Princeton, 1986.

GARDNER, Richard, *Sterling-Dollar Diplomacy*, Clarendon Press, Oxford.

GREAT BRITAIN. Committee on Finance and Industry, *Report*, Cmd. 3897, HMSO, Londres, 1931.

HARROD, R. F., *The Life of John Maynard Keynes*, Macmillan, Londres, 1951.

KENT, Bruce, *The Spoils of War. The Politics, Economics, and Diplomacy of Reparations 1918-1932*, Clarendon Press, Oxford, 1989.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume I. *Indian Currency and Finance*, Macmillan para a Royal Economic Society, London e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume II. *The Economic Consequences of the Peace*, Macmillan for the Royal Economic Society, London e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume III. *A Revision of the Treaty being a sequel to The Economic Consequences of the Peace*, Macmillan for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume IV. *A Tract on Monetary Reform*, Macmillan St Martin's Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume V. *A Treatise on Money, i: The Pure Theory of Money*, Macmillan e Cambridge University Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume VI. *A Treatise on Money, ii: The Applied Theory of Money*, Macmillan and Cambridge University Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume VII. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, Macmillan St Martin's for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1973.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume VIII. *A Treatise on Probability*, Macmillan St Martin's New York for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1973.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume IX. *Essays in Persuasion*, Macmillan for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1972.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume X. *Essays in Biography*, Macmillan St Martin's Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1972.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume XVI. *Activities 1914-1919. The Treasury and Versailles*, edited by Elizabeth Johnson, Macmillan St Martin's Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1971.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume XVII. *Activities 1920-1922: Treaty Revision and Reconstruction*, edited by Elizabeth Johnson, Macmillan St Martin's Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1977.

KEYNES, John Maynard, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume XVIII. *Activities 1922-1932: The End of Reparations*, edited by Elizabeth Johnson, Macmillan St Martin's Press for the Royal Economic Society, Londres e Basingstoke, 1978.

KEYNES, John Maynard, 'The German Transfer Problem', *Economic Journal*, Vol. XXXIX, março 1929.

KEYNES, Milo (org.), *Essays on John Maynard Keynes*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975.

MACHLUP, Fritz, *International Monetary Economics*, Allen & Unwin, Londres, 1966.

MACMILLAN, Margaret, *The Paris Conference of 1919 and its Attempt to End War*, John Murray, Londres, 2001.

MAIER, Charles S., *Recasting Bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany, and Italy in the Decade after World War I*, Princeton University Press, Princeton, 1975.

MANTOUX, Etienne, *The Carthaginian Peace or The Economic Consequences of Mr. Keynes*, Geoffrey Cumberlege e Oxford University Press, Londres, 1946.

MOGGRIDGE, D.E., *Maynard Keynes. An Economist's Biography*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1992.

OHLIN, Bertil, 'The Reparation Problem: a Discussion', *Economic Journal*, vol. XXXIX, junho 1929.

PEDEN, G.C., *Keynes, the Treasury and British Economic Policy*, Macmillan Education, Houndmills e Londres, 1988.

RUSSELL, Bertrand, *The Autobiography of Bertrand Russell 1872-1914*, George Allen and Unwin, Londres, 1967.

SCHUKER, Stephen, *The End of French Predominance in Europe. The Financial Crisis of 1924 and the Adoption of the Dawes Plan*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1976.

SCHUKER, Stephen A., 'American "Reparations" to Germany, 1919-33: Implications for the Third-World Debt Crisis', International Financial Section, Department of Economics, Princeton University, *Princeton Studies in International Finance* no. 61, Princeton, 1988.

SKIDELSKY, Robert, *John Maynard Keynes. Volume One. Hopes Betrayed 1883-1920*, Macmillan, Londres, 1983.

SKIDELSKY, Robert, *John Maynard Keynes. Volume Two. The Economist as Saviour 1920-1937*, Macmillan, Londres, 1992.

SKIDELSKY, Robert, *John Maynard Keynes. Volume Three. Fighting for Britain 1937-1946*, Basingstoke, Macmillan, 2000.

TRACHTENBERG, Marc, *Reparation in World Politics. France and European Economic Diplomacy, 1916-1923*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1980.

WOOD, John Cunningham (org.), *John Maynard Keynes, Critical Assessments*, vol I, Croom Helm, Londres, 1983.

WINCH, Donald, *Economics and Policy. A Historical Survey*, Hodder and Stoughton, Londres, 1969.

PREFÁCIO¹

O AUTOR deste livro esteve associado temporariamente ao Tesouro inglês, durante a guerra, tendo servido como seu representante oficial na Conferência de Paz de Paris até 7 de junho de 1919; substituiu também o *Chancellor of the Exchequer* no Conselho Econômico Supremo, deixando essas funções quando ficou evidente que não se poderia esperar uma modificação substancial na minuta das condições da paz. As razões da sua objeção ao Tratado, e na verdade a toda a política da conferência no referente aos problemas econômicos da Europa, ficarão claras nos capítulos que seguem, de caráter inteiramente público e que se baseiam em fatos conhecidos em todo o mundo.

J.M. KEYNES

King's College, Cambridge
Novembro de 1919

¹ Prefácio padrão, em inglês ou traduzido, das edições inglesa, norte-americana, belga, dinamarquesa, holandesa, flamenga, italiana, espanhola, russa, japonesa e chinesa.

PREFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA

ESTE LIVRO pretendia dirigir-se principalmente a leitores ingleses (e norte-americanos), e acentua aqueles pontos que, na avaliação do autor, exigem ênfase no caso desses leitores. Assim, ao preparar uma tradução francesa pode ser interessante indicar francamente e em poucas palavras um ou dois aspectos da situação decorrente do Tratado de Versalhes que têm interesse especial para a França.

Os capítulos que seguem procuram demonstrar, entre outras coisas, que os nossos representantes na conferência de Paris cometeram dois grandes erros contra os nossos interesses. Ao exigir o impossível, desprezaram a substância em favor de uma sombra, e terminarão por perder tudo. Concentrando-se excessivamente nos temas políticos, e na busca de uma segurança ilusória, deixaram de levar em conta a unidade econômica da Europa – segurança ilusória – porque o seu fator menos importante é a ocupação territorial extensa, e também porque as circunstâncias políticas do momento serão em grande parte irrelevantes para os problemas de uma década mais tarde.

Vou repetir, com mais ênfase, o que digo nas páginas que seguem a respeito da repercussão desses erros sobre o destino da França.

Com a vitória triunfante na guerra, a posição política e moral da França deixou de ser contestada, mas as suas perspectivas financeiras e econômicas eram muito ruins. Por isso uma estratégia prudente deveria ter procurado garanti-las na paz. Não há dúvida de que os interesses da França exigiam acima de tudo

que ela obtivesse uma prioridade razoável no acesso às somas que a Alemanha pudesse pagar; que as suas dívidas excessivamente pesadas para com os aliados fossem reordenadas; e que, havendo demonstrado uma certa magnanimidade com respeito ao inimigo, deveria estar em situação de esperar o mesmo, e de participar moderadamente, e em proporção às suas necessidades, dos créditos oferecidos ao conjunto da Europa, desde que aqueles países que sofreram menos com a guerra consentissem em contribuir assim para a causa da paz universal. São essas as minhas recomendações, nos capítulos que seguem. Considero certo e oportuno que a Inglaterra não solicitasse receber o pagamento de reparações da Alemanha antes de satisfeitas as solicitações mais urgentes da França e da Bélgica; e que a Inglaterra e os Estados Unidos cancelassem inteiramente os débitos dos seus aliados, somas a que não têm qualquer direito, à luz dos seus investimentos comerciais; e mediante um empréstimo amplo deveríamos reconstituir uma parte do capital de giro europeu. Não posso ser acusado de orientar mal minha simpatia, porque acrescento também recomendações no sentido de sermos leais para com um inimigo humilhado, e de buscarmos a recuperação e a saúde da Europa como um todo.

Contudo, esses interesses fundamentais da França foram todos traídos por aqueles com quem o Senhor Clemenceau se cercou. Eles degradaram as reivindicações morais das áreas devastadas, exagerando indecentemente a sua magnitude. Cederam a prioridade da França nessas reivindicações, em troca de um acordo que iria aumentar a conta global a ser paga pela Alemanha, acima de qualquer possibilidade de cumprimento dessa obrigação (fato que sabem muito bem, o que quer que digam em público), incluindo uma reivindicação de pensões e indenizações contrária aos nossos compromissos; colocaram assim sobre os ombros do inimigo um ônus impossível, sem outra consequência a não ser reduzir a proporção devida à França de cada prestação paga pela Alemanha, sem aumentar a soma total a ser de-

sembolsada. Não garantiram um empréstimo ou liquidação da dívida existente entre os aliados, alienando simpatias com a imagem de uma cobiça criticável. Os representantes da França na Conferência de Paz sacrificaram os interesses substantivos do seu país em troca de promessas que não podiam ser honradas, obtidas sob *force majeure*; e os dois lados sabiam bem que essas promessas não valiam o papel sobre o qual foram inscritas.

A política que defendo é, portanto, mais interessante para a França do que as ilusões vazias de Versalhes. Mas advogo que sejam apoiadas mais ainda porque ela significa a solidariedade européia, a segurança efetiva para todos nós. Estaria a França em segurança devido aos sentinelas postados no Reno se suas finanças estivessem em desordem e ruína, se estivesse isolada espiritualmente dos seus amigos, se a miséria, o fanatismo e o derramamento de sangue prevalecessem do rio Reno para o Oriente, através de dois continentes?

Não se pense que estou imputando à França a responsabilidade pelo Tratado desastroso – responsabilidade que com efeito deve ser compartilhada por todos os seus signatários. É justo observar que a Inglaterra não tardou a garantir egoisticamente o que supunha fossem seus interesses, e a ela cabe principalmente a culpa pela forma adotada para o capítulo sobre reparações. A Inglaterra obteve colônias, navios e uma parte das reparações maior do que a que lhe devia caber com justiça.

No entanto, com relação a um aspecto a França agora está só e devido a ele vem se isolando. A França é em todo o mundo o único país onde os estadistas ainda não começaram a contar a verdade aos seus cidadãos, ou talvez até mesmo a si próprios. Há cerca de três meses o meu livro foi publicado na Inglaterra, e embora tenha recebido muitas críticas, não houve qualquer tentativa séria de contradizer os argumentos que apresenta sobre a capacidade de pagamento da Alemanha. O rumo dos acontecimentos, desde que escrevi este livro, me deixa convencido de

que, em vez de serem excessivamente baixos, os dados que forneci são provavelmente muito otimistas. De qualquer forma, sustento que minhas conclusões gerais sobre esse ponto em particular não são contestadas seriamente, fora da França, em qualquer setor competente, e têm a concordância da opinião informada de nossos dias. Em consequência, fora da França nenhuma autoridade de importância supõe possível ou desejável aplicar o Tratado integralmente; e a opinião se divide agora entre aqueles que desejariam sua revisão formal e os que (na ausência de um mecanismo apropriado para essa reforma) depositam suas esperanças em uma revisão quotidiana, por meio da simples ação executiva. Só na França são ouvidas essas palavras débeis e vazias: "*l'exécution intégrale du traité de Versailles*".

À medida que fica mais claro que o Tratado não está sendo implementado, e que não pode ser executado, os estadistas franceses aparentemente tapam os olhos e fecham os ouvidos, procurando negar os fatos para alterá-los.

Faço um apelo assim à *inteligência* da França, acima dos seus políticos, a esse elemento da mente francesa que se compraz em ver as coisas como elas são, extraindo delas as consequências cabíveis; e também para esse idealismo que nasce do bom senso e do pensamento humanitário. Assim como na Inglaterra, as melhores mentes da nação francesa se mantiveram afastadas do Tratado, sem lê-lo ou compreendê-lo. Que elas unam suas forças para evitar as desgraças que de outro modo nos ameaçam.

J. M. KEYNES

Paris
Março de 1920

INTRODUÇÃO

UMA característica marcante da humanidade é a capacidade de se adaptar ao meio. Poucos dentre nós percebem com convicção a natureza intensamente incomum, instável, complexa, temporária e não confiável da organização econômica da Europa Ocidental na última metade de século. Achamos que algumas de nossas vantagens posteriores, das mais peculiares e temporárias, são naturais e permanentes; pensamos que é possível contar com elas, e com base nesta premissa fazemos os nossos planos. Sobre alicerces frágeis e terreno arenoso planejamos o aprimoramento da sociedade e criamos nossas plataformas políticas; seguimos o rumo das nossas animosidades e ambições particulares, e nos achamos com uma margem suficiente para promover o conflito civil na família européia, em vez de mitigá-lo. Movido por uma ambição insana e uma auto-estima desastrosa o povo alemão derrubou as bases sobre as quais todos vivemos e construímos. Mas os porta-vozes do povo francês e do inglês correram o risco de completar a ruína iniciada pelo estado germânico com uma paz que, levada a efeito, deverá prejudicar ainda mais, em vez de restaurar, a organização complexa e delicada já prejudicada e tornada vulnerável pela guerra, graças à qual os europeus podem empregar-se e viver.

Na Inglaterra, o aspecto aparente da vida não nos ensina ainda a sentir que chegamos ao fim de toda uma era. Estamos preocupados em recolher os fios da nossa vida onde os deixamos cair, com uma única diferença: muitos de nós parecemos bem mais ricos do que antes. Onde antes da guerra gastávamos milhões aprendemos agora a gastar centenas de milhões, aparentemente sem qualquer problema. Naturalmente, não explo-

ramos ao máximo as possibilidades da nossa vida econômica. Por isso esperamos não só um retorno às comodidades de 1914 mas uma ampliação e intensificação desses confortos. Todas as classes fazem planos: os ricos para gastar mais e poupar menos, os pobres para gastar mais e trabalhar menos.

No entanto, talvez só na Inglaterra (e nos Estados Unidos) seja possível ser tão inconsciente. No continente europeu a terra se move sem que ninguém perceba. Não se trata apenas de uma questão de extravagância ou de “problemas trabalhistas”, mas de vida e morte, de fome e sobrevivência, as tremendas convulsões de uma civilização moribunda.

* * *

Para quem viveu em Paris a maior parte dos seis meses que sucederam o armistício, uma visita ocasional a Londres era uma experiência estranha. A Inglaterra ainda se encontra fora da Europa, cujos tremores silenciosos não a alcançam. A Europa está afastada e a Inglaterra não é parte do seu corpo e da sua alma. Mas a Europa continental é uma: França, Alemanha, Itália, Áustria, Holanda, Rússia, Romênia e Polônia vibram juntas – têm uma só estrutura e civilização. Floresceram juntas, juntas foram sacudidas por uma guerra em que nós, ingleses, a despeito da enorme contribuição e dos grandes sacrifícios que fizemos (embora em grau menor do que os Estados Unidos da América) ficamos de fora economicamente. Assim, esses países podem decair juntos. Este é o sentido destrutivo da Paz de Paris. Se a guerra civil europeia deve terminar com a França e a Itália usando abusivamente o poder momentâneo da sua vitória para destruir a Alemanha e a Áustria-Hungria, que jazem prostradas, estão convidando a sua própria destruição, por estarem tão profunda e indissolavelmente ligadas às suas vítimas, por vínculos econômicos e espirituais ocultos. De qualquer forma, um inglês que participou da conferência de Paris e durante aqueles meses per-

tenceu ao Conselho Econômico Supremo das Potências Aliadas, deveria tornar-se um europeu nos seus cuidados e na sua visão (uma experiência nova para ele). Ali, no centro nervoso do sistema europeu, suas preocupações britânicas em boa parte desapareceriam, e ele seria perseguido por outros espectros, mais assustadores. Paris foi um pesadelo, e todos estavam envolvidos por uma atmosfera de morbidez. Um sentido de catástrofe iminente assombrava o frívolo cenário: a futilidade e mesquinha do homem diante dos grandes eventos que o confrontavam; o significado ambíguo e o irrealismo das decisões; a ligeireza, a cegueira, a insolência, os gritos confusos de ira – havia ali todos os elementos da tragédia antiga. Sentado ao lado das decorações teatrais dos salões oficiais franceses, podia-se especular se os rostos peculiares de Wilson e Clemenceau, com sua cor fixa e caracterização imutável, eram de fato rostos e não as máscaras tragicômicas de algum estranho drama ou de um espetáculo de marionetes.

Os procedimentos em Paris tinham todos esse ar de extraordinária relevância e ao mesmo tempo de pouca importância. As decisões tomadas pareciam prenes de conseqüências para o futuro da sociedade humana; contudo, o contexto insinuava que as palavras não tinham peso – eram fúteis, insignificantes, sem efeito, dissociadas dos fatos. Sentia-se fortemente a impressão, descrita por Tolstoy em *Guerra e Paz* e por Thomas Hardy em *Os Dinastas*, de acontecimentos que caminhavam para a sua conclusão sem sofrer qualquer influência das celebrações dos estadistas reunidos em conselho:

O Espírito dos Anos

Vê como essa gente enlouquecida
Abandona toda visão larga e toda contenção
Em troca de uma negligência imanente.
Nada resta além da vingança entre os fortes e
Entre os fracos uma ira impotente.

O Espírito da Piedade

Que dá força a essa vontade
Para agir de forma tão insensata ?

O Espírito dos Anos

Já te disse que é inconsciente, ela opera
Sem julgar, como um ser possuído.

Em Paris, onde os que trabalhavam no Conselho Econômico Supremo recebiam quase que a cada hora relatos sobre a miséria, a desordem e a desorganização de toda a Europa Central e Oriental, nos países aliados como nos inimigos, e ouviam dos representantes financeiros da Alemanha e da Áustria o testemunho da terrível exaustão dos seus países, uma visita ocasional à sala quente e seca do Presidente da Casa, onde os Quatro cumpriam o seu destino em uma intriga árida e vazia, só aumentava esse sentido de pesadelo. No entanto, em Paris os problemas da Europa eram terríveis e clamavam por solução, fazendo com que o retorno ocasional a Londres, que parecia não se preocupar com eles, fosse um pouco desconcertante. Porque em Londres esses problemas eram muito distantes, e só nos ocupavam nossos próprios problemas, menos graves. Em Londres acreditava-se que Paris estava criando uma grande confusão, mas não havia muito interesse pelo assunto. Dentro desse espírito o povo inglês recebeu o Tratado ali negociado mas não o leu. Mas este livro foi escrito sob a influência de Paris, não de Londres; escrito por quem, embora inglês, se considera também um europeu, e, devido a uma experiência recente muito vívida, não pode desinteressar-se pelo desdobramento do grande drama histórico destes dias, que destruirá grandes instituições mas poderá também criar um novo mundo.

CAPÍTULO II

A EUROPA ANTES DA GUERRA

ANTES de 1870 diferentes partes do pequeno continente europeu se tinham especializado na produção de alguns produtos; tomada em conjunto, porém, a Europa era substancialmente auto-suficiente, e sua população estava ajustada a essa situação.

Depois de 1870 desenvolveu-se em larga escala uma situação sem precedentes, e nos cinquenta anos seguintes a condição econômica da Europa tornou-se peculiar e instável. A pressão da população sobre os alimentos, que já tinha sido compensada pelo acesso a suprimentos vindos da América, inverteu-se definitivamente pela primeira vez nos tempos históricos. A população aumentava mas os alimentos se tornavam mais fáceis de obter, e a agricultura como a indústria passaram a ter um rendimento proporcionalmente maior, devido ao aumento da escala de produção. O crescimento da população europeia fez com que houvesse mais emigrantes para cultivar o solo do Novo Mundo; por outro lado, na Europa havia mais trabalhadores para fabricar produtos industriais, assim como bens de capital, contribuindo assim para manter os emigrantes em seus novos lares, para construir as ferrovias e os navios que tornavam acessíveis aos europeus os alimentos e as matérias primas provenientes de fontes distantes.

Até cerca de 1900 uma unidade de trabalho aplicada à indústria produzia cada ano poder de compra de uma quantidade crescente de alimento. Possivelmente por volta do ano 1900 esse processo começou a ser inverter, e passou a haver uma redução do produto da natureza em resposta aos esforços do homem.

Mas a tendência para o aumento real do preço dos cereais era compensada por outras melhorias. Por outro lado – uma das muitas novidades – os recursos da África tropical pela primeira vez passaram a ser utilizados em larga escala, e um comércio importante de oleaginosas levou à mesa da Europa um dos alimentos essenciais da humanidade, em forma nova e mais barata. A maioria de nós fomos criados nesse Eldorado econômico, essa Utopia – como teriam pensado os economistas mais antigos.

Essa época feliz afastou uma visão do mundo que enchera de melancolia profunda os fundadores da nossa economia política. Antes do século dezoito a humanidade não alimentava falsas esperanças. Contrariando as ilusões popularizadas nos últimos anos dessa fase, Malthus apresentou ao mundo um demônio. Durante meio século todos os trabalhos sérios de economia mantinham esse espantinho claramente à vista. No meio século seguinte ele foi posto de lado. Pode ser que agora tenhamos voltado a soltá-lo.

A era que terminou em agosto de 1914 foi um episódio extraordinário do progresso econômico da humanidade! É verdade que a maior parte da população trabalhava duramente e tinha um baixo padrão de conforto; no entanto, aparentemente ela se contentava com a sua sorte. Mas qualquer homem de capacidade ou caráter acima da média podia escapar para as classes média ou superior, às quais a vida oferecia, a baixo custo e com pouco esforço, conveniências, confortos e amenidades que ultrapassavam as possibilidades dos monarcas mais ricos e poderosos de outras épocas. Bebericando o chá da manhã, antes de deixar o leito, o habitante de Londres podia encomendar pelo telefone vários produtos de todo o mundo, na quantidade desejada, e era razoável esperar que todos lhe fossem entregues em casa. No mesmo momento e pelos mesmos meios podia aplicar sua riqueza nos recursos naturais e em novos empreendimentos em qualquer parte da terra, participando assim, sem esforço ou

trabalho, dos frutos em perspectiva. Ou então podia decidir garantir a segurança da sua fortuna com a boa fé dos habitantes de qualquer município importante selecionado pela sua informação ou fantasia, em qualquer continente. Se o desejasse podia obter imediatamente meios de transporte baratos e confortáveis para qualquer país ou clima, sem precisar de passaporte ou de qualquer outra formalidade; podia enviar um empregado à agência bancária mais próxima para suprir-se de metais preciosos, e depois viajar para o exterior, sem conhecer a religião, a língua ou os costumes do país visitado, levando os recursos vinculados à sua pessoa, e considerando surpreendente e impertinente a menor interferência à sua movimentação. E, mais importante ainda, achava essa situação normal, segura e permanente, exceto no sentido de um aprimoramento adicional; e considerava qualquer desvio como algo aberrante, escandaloso e perfeitamente evitável. Os projetos e a política do militarismo e do imperialismo, dos monopólios, rivalidades raciais e culturais, restrições e exclusão, que deveriam agir como a serpente nesse paraíso, eram pouco mais do que a diversão dos jornais quotidianos, e quase pareciam não ter influência sobre o curso ordinário da vida econômica e social, cuja internacionalização era na prática completa.

Se for possível esclarecer um pouco mais alguns dos principais elementos de instabilidade na vida econômica da Europa, que já estavam presentes quando a guerra começou, isso nos ajudará a apreciar o caráter e as conseqüências da paz que impusemos aos nossos inimigos.

I. POPULAÇÃO

Em 1870 a Alemanha tinha uma população de cerca de quarenta milhões de habitantes. Em 1892, esse número havia aumentado para cinquenta milhões, e em 30 de junho de 1914 era de sessenta e oito milhões. Nos anos que precederam imediatamente

as hostilidades o crescimento demográfico anual era da ordem de 850.000 indivíduos, dos quais só uma proporção insignificante emigrava.¹ Esse aumento notável só foi possível pela transformação ampla da estrutura econômica do país. De uma nação agrícola, fundamentalmente autóctone, a Alemanha se transformou em uma grande e complicada máquina industrial, que dependia do equilíbrio de muitos fatores externos e internos. Só pelo funcionamento contínuo dessa máquina, a pleno vapor, era possível criar emprego internamente para a população em crescimento, assim como ter recursos para adquirir no exterior elementos de subsistência. A economia alemã era como um pião que para manter seu equilíbrio precisa girar cada vez mais rápido.

No Império Austro-Húngaro, cuja população cresceu de cerca de quarenta milhões em 1890 para cerca de cinquenta milhões no começo da guerra, a mesma tendência se fazia sentir, embora em menor grau. O excesso de nascimentos sobre óbitos era de cerca de meio milhão por ano, havendo contudo uma emigração anual de um quarto de milhão.

Para compreendermos a situação atual precisamos perceber claramente como o desenvolvimento do sistema germânico transformou a Europa Central em um extraordinário centro demográfico. Antes da guerra a população da Alemanha, unida à da Áustria Hungria, não só excedia substancialmente a norteamericana mas era quase igual à de toda a América do Norte. Nesses números, concentrados em um território compacto, residia o potencial militar das Potências Centrais. Mas são eles também que representam hoje um perigo não menor para a ordem européia, caso essa população se veja privada de meios de subsistência – porque até mesmo a guerra não os diminuiu consideravelmente.²

¹ Em 1913 houve 25.843 emigrantes, dos quais 19.124 foram para os Estados Unidos.

² O decréscimo líquido da população alemã, no fim de 1918, pela diminuição de nascimentos e o aumento de óbitos, comparativamente ao começo do ano de 1914, pode ser estimado em cerca de 2.700.000.

A Rússia européia teve um crescimento demográfico ainda maior que o da Alemanha: sua população passou de menos de cem milhões em 1890 para cerca de cento e cinquenta milhões no início da guerra;³ e nos anos que precederam imediatamente 1914, o excesso de nascimentos sobre óbitos na Rússia, em conjunto, mostrava a taxa prodigiosa de dois milhões por ano. Esse enorme crescimento demográfico russo, que não se tem percebido amplamente na Inglaterra, é contudo um dos fatos mais importantes da atualidade.

Os grandes eventos históricos são devidos muitas vezes a mudanças seculares no crescimento da população e a outras causas econômicas fundamentais que escapam pelo seu gradualismo à percepção dos observadores contemporâneos. Estes tendem assim a atribuí-los à insensatez dos estadistas ou ao fanatismo dos ateus. Os acontecimentos extraordinários ocorridos na Rússia, nos últimos dois anos, essa ampla sublevação da sociedade que derrubou tudo o que parecia mais estável – a religião, a base da propriedade, inclusive da terra, assim como a forma de governo e a hierarquia das classes sociais – podem ser devidos mais às influências profundas da população em crescimento do que a Lenin ou ao Czar Nicolau; e o poder de perturbação social da fecundidade excessiva do país pode ter desempenhado um papel mais importante na derrubada dos laços da convenção do que o poder das idéias ou os erros da autocracia.

II. ORGANIZAÇÃO

A delicada organização sob a qual viviam esses povos dependia em parte de fatores internos do sistema.

A interferência das fronteiras e das tarifas ficou reduzida a um mínimo, e não muito menos de trezentos milhões de pessoas viviam dentro das fronteiras dos três impérios da Rússia, Ale-

³ Incluindo a Polônia e a Finlândia, mas excluindo a Sibéria, a Ásia Central e o Cáucaso.

manha e Áustria-Hungria. As várias moedas, mantidas todas em uma base estável entre si e em relação ao ouro, facilitavam o livre fluxo de capital e comércio, em uma escala que só agora percebemos plenamente, aos nos vermos privados dessas vantagens. Nessa grande área havia uma segurança quase absoluta para a propriedade e as pessoas.

Esses fatores de ordem, segurança e uniformidade, que a Europa nunca tinha gozado em uma área tão ampla e populosa, ou por um período tão longo, prepararam o caminho para a organização desse vasto mecanismo de transporte, distribuição do carvão e de comércio internacional que tornou possível uma ordem industrial nos densos centros urbanos. Fato que é por demais conhecido para exigir consubstanciação detalhada com dados estatísticos, mas que é bem ilustrado pelos dados sobre o carvão, que tem sido a chave do crescimento industrial da Europa Central, pouco menos do que da Inglaterra: a produção de carvão pela Alemanha cresceu de trinta milhões de toneladas em 1871 para setenta milhões em 1890, cento e dez milhões em 1900 e cento e noventa milhões em 1913.

O sistema econômico do continente dependia principalmente da Alemanha como base central de apoio, da sua prosperidade e iniciativa. O crescimento da Alemanha propiciava aos vizinhos um mercado para os seus produtos, em troca dos quais o espírito empreendedor dos comerciantes alemães lhes proporcionava o que era necessário para manter os preços baixos.

Os dados estatísticos sobre a interdependência da Alemanha e dos seus vizinhos são reveladores. A Alemanha era o melhor cliente da Rússia, Noruega, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália e Áustria-Hungria; o segundo melhor cliente da Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca; e o terceiro melhor cliente da França. Era a maior fonte de suprimento da Rússia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça, Itália, Áustria-Hungria, Romênia e Bulgária; e a segunda maior fonte de suprimento da Grã-Bretanha, Bélgica e França.

No caso da Inglaterra, exportávamos mais para a Alemanha do que para qualquer outro país, com exceção da Índia; e importávamos mais da Alemanha do que de qualquer outro país, excetuados os Estados Unidos.

Todos os Estados europeus, exceto aqueles situados a Oeste da Alemanha, tinham mais de uma quarta parte do seu comércio exterior dirigida para aquele país. No caso da Rússia, Áustria-Hungria e Países Baixos essa proporção era bem maior.

A Alemanha não só comerciava com esses países como supria uma grande parte do capital necessário para o desenvolvimento de alguns deles. Do investimento externo alemão antes da guerra, que totalizava 1.250 milhões de libras esterlinas, quase 500 milhões estavam investidos na Rússia, Áustria-Hungria, Bulgária, Romênia e Turquia. Com o sistema da “penetração pacífica” os alemães levavam a esses países não só capital mas a organização de que eles também necessitavam. Assim, toda a Europa a Leste do Reno estava incluída na órbita industrial da Alemanha, e sua vida econômica estava ajustada a essa situação.

Mas esses fatores internos não teriam bastado para habilitar a população a manter-se sem a cooperação de fatores externos e de certas disposições gerais comuns ao conjunto dos países europeus. Muitas das circunstâncias já tratadas aqui eram características de toda a Europa e não apenas dos Impérios Centrais. Mas tudo o que se segue era comum à totalidade do sistema europeu.

III. A PSICOLOGIA SOCIAL

A Europa estava organizada social e economicamente de modo a proporcionar a acumulação máxima de capital. Embora na massa da população tivesse havido uma certa melhoria contínua nas condições da vida quotidiana, a sociedade estava constituída de tal forma que uma boa parte do aumento da renda ficava

sob controle da classe menos disposta a consumir. No século dezenove os novos ricos não se inclinavam a fazer grandes gastos, preferindo aos prazeres do consumo imediato o poder que lhes dava o investimento. Com efeito, foi justamente a desigualdade da distribuição da renda que tornou possível essa vasta acumulação de riqueza fixa e de aprimoramento do capital que distinguiu essa época de todas as outras. Essa era, de fato, a principal justificativa do sistema capitalista. Se os ricos tivessem gasto consigo suas novas riquezas, o mundo há muito que teria considerado esse regime intolerável. Mas os ricos pouparam e acumulavam como abelhas, não tanto em benefício do conjunto da comunidade, porque seus objetivos eram mais limitados.

A imensa acumulação de capital fixo havida no meio século que precedeu a guerra, com grande benefício para a humanidade, nunca teria ocorrido em uma sociedade onde a riqueza fosse dividida eqüitativamente. As ferrovias do mundo, que aquela época construiu como um monumento à posteridade, eram, como as pirâmides do Egito, a obra de quem não podia consumir imediatamente o equivalente pleno do seu esforço.

Esse sistema notável dependia assim, para o seu crescimento, de um duplo logro. De um lado, a classe trabalhadora aceitava (por ignorância ou impotência), ou era obrigada (pelos costumes, a convenção, a autoridade e a ordenação bem estabelecida da sociedade) a aceitar uma situação em que pouco podia aproveitar do acervo produzido pela sua cooperação com os capitalistas e a natureza. De outro lado, a classe capitalista podia apropriar-se da maior parte desse produto, ficando em teoria livre para consumi-lo, com a condição tácita de que na prática consumisse muito pouco. O dever de poupar passou a representar nove décimos da virtude, e o crescimento do bolo era objeto de uma atitude verdadeiramente religiosa. Em torno do não-consumo do bolo cresceram todos os instintos do puritanismo, que em outras épocas se tinham retirado do mundo, negligenciando as

artes da produção como as do prazer. Assim, o bolo cresceu, embora não se percebesse bem com que propósito. As pessoas eram exortadas não tanto à abstinência como a adiar os prazeres, e a cultivar a satisfação dada pela segurança e a expectativa. Poupava-se para a velhice ou para os filhos, mas isto só em teoria: a virtude do bolo estava em nunca ser consumido, nem hoje nem no futuro.

Ao dizer isso não estou criticando necessariamente as práticas daquela geração. No recesso inconsciente do seu ser a sociedade sabia o que estava fazendo. Na verdade o bolo era muito pequeno em proporção aos apetites de consumo, e se fosse repartido ninguém melhoraria muito de situação. A sociedade não se empenhava na busca dos pequenos prazeres do momento, mas na segurança e aprimoramento da raça, no futuro: pelo “progresso”. Se não se repartisse o bolo, e ele pudesse crescer na razão geométrica prevista por Malthus para a população, a juros compostos, chegaria talvez um dia em que houvesse por fim o suficiente para todos, de modo que a posteridade pudesse gozar os frutos dos nossos esforços. Nesse dia desapareceriam o excesso de trabalho e de população, assim como a falta de alimentos, e os homens, garantidos a necessidade e os confortos do corpo, poderiam dedicar-se ao exercício mais nobre das suas faculdades. Uma progressão geométrica poderia cancelar a outra, e o século dezenove pôde esquecer a fertilidade da espécie na contemplação das virtudes espantosas dos juros compostos.

Havia duas falhas nessa visão: se a população ultrapassasse a acumulação, abster-nos promoveria apenas números, não a felicidade geral; e o bolo poderia ser consumido prematuramente pela guerra, grande consumidora de tais expectativas.

Mas essas reflexões me afastaram demais do meu objetivo atual. Quero apenas observar que o princípio da acumulação, baseado na igualdade, foi uma parte fundamental da ordem social do pré-guerra, e do progresso como na época o entendíamos; e pretendo acentuar que esse princípio depende de condi-

ções psicológicas instáveis, cuja recriação pode ser impossível. Não era natural que uma população na qual tão poucos gozavam os confortos da vida acumulasse tanto. A guerra mostrou a possibilidade da extensão do consumo para todos e a vaidade representada pela abstinência de tantos. Assim, o equívoco é descoberto: a classe trabalhadora pode não estar mais disposta a dispensar o consumo, e os capitalistas, que deixaram de confiar no futuro, podem inclinar-se a gozar mais plenamente a liberdade de consumir, enquanto ela subsiste, precipitando assim o momento do seu confisco.

IV. A RELAÇÃO ENTRE O VELHO E O NOVO MUNDO

O hábito de acumulação dos europeus, antes da guerra, era a condição necessária do mais importante dos fatores externos que mantinham o equilíbrio da Europa.

Uma parte substancial dos bens de capital excedentes acumulados pela Europa foi exportada, e o seu investimento tornou possível desenvolver novos recursos no campo dos transportes, na produção de alimentos e matérias primas; investimento que ao mesmo tempo habilitou o Velho Mundo a reivindicar parte das riquezas naturais e das potencialidades virgens do Novo Mundo. Este último fator adquiriu a maior importância, e o Velho Mundo administrou com grande prudência o tributo anual que estava assim autorizado a cobrar. É bem verdade que a vantagem representada por um suprimento abundante e barato, em consequência desse excedente de capital, foi gozada, e não posta. Mas a maior parte dos juros em dinheiro resultantes desses investimentos foi reinvestida e acumulada, como reserva – esperava-se – para os tempos menos felizes quando na Europa a força de trabalho industrial não pudesse mais adquirir em condições tão fáceis os produtos de outros continentes, ou quando o equilíbrio necessário entre as civilizações históricas da Europa e as raças em expansão em outros climas e ambientes sofres-

se uma ameaça. Deste modo, todo o conjunto das raças européias tendia a se beneficiar igualmente do desenvolvimento de novos recursos, quer vivessem sob sua cultura em cada país ou se aventurassem no exterior.

No entanto, mesmo antes da guerra o equilíbrio assim estabelecido entre as antigas civilizações e os novos recursos já estava ameaçado. A prosperidade da Europa tinha como base o fato de que, devido ao amplo excedente exportável de alimentos na América, era possível adquirir esses alimentos a um preço modesto, em termos do trabalho exigido em troca da sua exportação; e também a circunstância de que, devido aos investimentos passados, os europeus recebiam cada ano uma importância substancial, sem a necessidade de qualquer retorno. Na época, o segundo desses fatores parecia garantido, mas o primeiro não era tão seguro, devido ao crescimento da população no além-mar, em especial nos Estados Unidos.

No princípio da exploração dos solos virgens da América a proporção entre a população desses continentes, e conseqüentemente as suas necessidades locais, e às da Europa, era muito favorável. Em 1890 a Europa tinha uma população três vezes maior do que a de todo o continente americano, de Norte a Sul. Mas em 1914 a demanda interna de trigo nos Estados Unidos se aproximava da produção, e não estava longe o momento em que só em anos de colheita excepcional haveria do outro lado do Atlântico um excedente exportável. Na verdade, a atual demanda interna dos Estados Unidos pode ser estimada em mais de noventa por cento da produção média nos cinco anos 1909-13.⁴ Naquela época, porém, manifestava-se uma tendência à escassez, sob a forma não tanto de inexistência de fartura como de

⁴ Desde 1914 a população dos Estados Unidos aumentou em sete ou oito milhões. Como o seu consumo anual *per caput* de trigo não é menor do que seis *bushels*, a escala de produção antes da guerra só mostraria um excedente substancial sobre a presente demanda interna em um ano em cada cinco. Fomos salvos até aqui pelas grandes colheitas de 1918 e 1919, provocadas pela garantia de preços do Governo Hoover, mas não se pode esperar que os Estados Unidos continuem indefinidamente a aumentar seu custo de vida de forma substancial para suprir de trigo a Europa, que não pode pagar pelo cereal.

um aumento regular do custo real. Em outras palavras, tomando o mundo como um conjunto, não havia propriamente falta de trigo, mas era necessário pagar mais para conseguir uma oferta adequada. Nessa situação, o fator mais favorável era a medida em que a Europa Central e Ocidental estava sendo alimentada com o excedente exportável da Rússia e da Romênia.

Em suma, a reivindicação da Europa com respeito aos recursos do Novo Mundo se tornava precária; a lei dos retornos decrescentes finalmente se reafirmava, tornando necessário que a Europa a cada ano fornecesse uma quantidade maior de outros produtos em troca da mesma quantidade de pão; assim, os europeus não se podiam permitir a desmobilização de qualquer uma das suas principais fontes supridoras.

Muito mais poderia ser dito para tentar retratar as peculiaridades econômicas da Europa do ano 1914. Para maior ênfase selecionei os três ou quatro fatores de instabilidade mais importantes – a população excessiva dependente de uma organização artificial e complicada, a instabilidade psicológica dos trabalhadores e capitalistas, a instabilidade da reivindicação européia com respeito ao suprimento de alimentos do Novo Mundo, juntamente com a sua dependência, agora completa, desses alimentos.

A guerra prejudicou de tal forma esse sistema que pôs em perigo toda a vida da Europa. Uma grande parte do continente jazia doente e moribunda; sua população excedia de muito a oferta dos meios de sobrevivência; sua organização foi destruída, o sistema de transporte desarticulado, a produção de alimentos terrivelmente prejudicada.

Cabia à Conferência de Paz honrar os compromissos e satisfazer os reclamos da Justiça; mas cabia-lhe igualmente restabelecer a vida na Europa e curar as suas feridas. Tarefas ditadas tanto pela prudência como pela magnanimidade que a sabedoria dos antigos tanto elogiava nos vencedores. Nos capítulos seguintes vamos examinar a natureza verdadeira da paz alcançada.

CAPÍTULO III

A CONFERÊNCIA DE PAZ

NOS CAPÍTULOS 4 e 5 estudarei em algum detalhe as provisões econômicas e financeiras do Tratado de Paz com a Alemanha, mas será mais fácil avaliar a verdadeira origem de muitos desses termos se examinarmos aqui alguns dos fatores pessoais que influenciaram a sua preparação. Nessa tarefa tocarei inevitavelmente em questões de motivação, nas quais os espectadores estão sujeitos a erro e não devem assim assumir responsabilidade por julgamentos definitivos. Contudo, que o leitor me perdoe se neste capítulo pareço assumir por vezes a liberdade que é comum aos historiadores mas que, a despeito do maior conhecimento com o qual falamos, de modo geral hesitamos assumir com respeito aos nossos contemporâneos. Com efeito, o mundo precisa de luz para compreender o seu destino, ainda que de forma parcial e incerta, na luta complexa da vontade e dos propósitos, ainda inconclusa. Concentrada em quatro indivíduos de modo nunca visto, essa tensão fez deles, nos primeiros meses de 1919, o microcosmo da humanidade.

Nas partes do Tratado que me interessam aqui a iniciativa foi dos franceses; geralmente foram eles a tomar a iniciativa de fazer as propostas mais definidas e as mais extremas. Em parte o faziam por tática. Quando se espera que o resultado final seja negociado, é muitas vezes prudente começar com uma posição extrema; e os franceses, como a maioria dos participantes no processo, antecipavam uma dupla negociação, antes de mais nada para responder às idéias dos seus aliados e associados, e além disso, no curso da Conferência, com os próprios alemães. E os fatos justificaram essa tática. Ao avançar com ar de imparcialidade intelectual as propostas mais extremas dos seus ministros

Clemenceau ganhou entre os colegas do Conselho a reputação de moderado. E muita coisa era decidida onde os críticos americanos e ingleses eram naturalmente um tanto ignorantes da questão de fundo que estava em jogo, ou onde a crítica muito insistente dos aliados da França colocava esses países na posição de parecer assumir sempre a posição do inimigo, e os seus argumentos. Mas nos pontos em que os interesses britânicos e americanos não estavam seriamente envolvidos, a sua crítica se abrandava, e certas provisões foram aprovadas que os próprios franceses não tomavam muito a sério, e com respeito às quais a decisão de última hora de não discutir o assunto com o alemães removeu a oportunidade de remediá-las.

No entanto, ao lado da sua tática, os franceses tinham uma política. Embora Clemenceau pudesse afastar as reivindicações de um Klotz ou de um Loucheur, ou fechar os olhos, com ar fatigado, quando os interesses franceses não eram tocados pelo debate, ele sabia quais os pontos vitais, e neles pouco recuou. Assim, na medida em que os principais traços econômicos do Tratado representam uma idéia, essa idéia é da França e de Clemenceau.

Clemenceau era sem dúvida o membro mais eminente do Conselho dos Quatro, e tinha avaliado bem os seus colegas. Só ele tinha uma idéia central e a havia considerado em todas as suas conseqüências. Naquele ambiente marcado pela confusão, a sua idade, seu caráter, seu espírito e aparência se uniam para dar-lhe objetividade e um perfil definido. Não era possível desprezar Clemenceau, ou odiá-lo, só se podia ter um ponto de vista diferente com respeito à natureza do homem civilizado, ou pelo menos acalentar uma esperança distinta.

A figura e o porte de Clemenceau são universalmente familiares. No Conselho ele usava um casaco de aba quadrada, de fazenda negra e grossa, de excelente qualidade; as mãos estavam sempre cobertas por luvas cinzentas de camurça; suas botas eram de couro grosso e também negro, muito bom mas de

estilo rural, que às vezes amarrava na frente, curiosamente, com uma fivela, em vez de laço. Seu assento na sala da casa do Presidente, onde eram realizadas as reuniões regulares do Conselho dos Quatro (diferentemente das conferências privadas, reunidas em uma sala menor, em baixo) era uma cadeira quadrada, revestida de brocado, no meio de um semicírculo em frente da lareira, com o *Signor* Orlando à sua esquerda, o Presidente Wilson ao lado da lareira e o Primeiro Ministro inglês à sua direita, do outro lado. Não trazia nem pasta nem papéis, e não se fazia acompanhar de um secretário particular, embora vários ministros e funcionários franceses estivessem presentes ao seu redor, conforme o assunto em discussão. Não faltava vigor a seus passos, à sua mão e voz; no entanto, especialmente depois do atentado que sofreu, tinha o aspecto de um homem muito idoso que conservava suas forças para os momentos importantes. Falava raramente, deixando a exposição inicial da França a seus ministros e funcionários; costumava fechar os olhos, sentado, o rosto de pergaminho, impassível, as mãos enluvadas cruzadas sobre o peito. Bastava geralmente uma única frase curta, cínica ou decisiva, uma pergunta, o abandono não qualificado dos seus ministros, sem respeitar a sua posição, ou uma mostra de obstinação reforçada por poucas palavras em um inglês picante.¹ Mas a fala e a paixão não faltavam quando eram necessárias, e a súbita explosão de palavras, seguidas muitas vezes de um acesso de tosse profunda, produziam o seu efeito pela surpresa e a energia dispendida, mais do que pela persuasão.

Não era incomum que depois de pronunciar um discurso em inglês Lloyd George se aproximasse do Presidente Wilson, durante o período de atuação dos intérpretes, para reforçar sua posição em conversa privada com algum argumento *ad hominem*, ou para sondar a possibilidade de negociar alguma solução – o

¹ Dos Quatro só ele falava e entendia as duas línguas, pois Orlando só sabia francês, o Primeiro Ministro e o Presidente Wilson só inglês. O fato de que Orlando e o Presidente não podiam entender-se diretamente tem importância histórica

Clemenceau atribuía essas características especificamente à Alemanha, duvidoso que sua visão pessoal das outras nações fosse fundamentalmente diversa. Portanto, sua filosofia das relações internacionais não guardava espaço para qualquer sentimentalismo. As nações são coisas reais; uma delas é objeto do nosso amor, as demais merecem nossa indiferença – ou ódio. A glória da nação amada é um objetivo desejável, que precisa ser alcançado geralmente às custas dos seus vizinhos. A política de poder é inevitável, e nada há de muito novo a aprender sobre esta guerra, ou os objetivos pelos quais ocorreu. A Inglaterra tinha destruído um rival no comércio, como em cada século precedente; e um capítulo importante se encerrara no conflito secular entre a glória da Alemanha e a da França. A prudência aconselhava uma certa adesão verbal aos “ideais” dos tolos americanos e dos hipócritas ingleses, mas seria estúpido acreditar que há muito lugar no mundo, como ele é, para iniciativas como a da Liga das Nações; ou que o princípio de auto-determinação dos povos faz algum sentido a não ser como uma fórmula engenhosa para reordenar a balança de poder em defesa dos interesses de cada nação vitoriosa.

Mas essas eram apenas generalidades. Para examinar os detalhes práticos da paz que ele considerava necessária para o poder e a segurança da França, precisamos recuar às causas históricas atuantes durante a sua vida. Antes de Guerra Franco-Alemã a população da França era aproximadamente igual à da Alemanha; mas a indústria do carvão e do ferro, e a navegação marítima alemãs estavam na sua infância, e a riqueza da França era muito superior. Mesmo depois da perda da Alsácia-Lorena os recursos reais dos dois países não eram muito diferentes. Mas no período sucessivo essa situação relativa tinha mudado completamente. Em 1914 a população da Alemanha era quase setenta por cento maior do que a da França; o país se tornara um dos mais importantes do mundo em termos de indústria e comércio internacional. Sua competência tecnológica e os meios

de que dispunha para produzir riqueza futura não tinham igual. De outro lado, a França tinha uma população estática, e em comparação com outros países havia decaído seriamente em riqueza e na capacidade de produzi-la.

Assim, a despeito da vitória francesa no conflito (com a ajuda, desta vez, da Inglaterra e dos Estados Unidos), seu futuro continuava a parecer precário na visão dos que consideravam a guerra civil européia uma situação normal, ou pelo menos recorrente no futuro, e achavam que os conflitos entre grandes potências que se desenrolaram nos últimos cem anos voltariam a ocorrer no século seguinte.

De acordo com essa visão do futuro, a história da Europa seria um conflito perpétuo por determinadas vantagens; a França tinha vencido a etapa atual, que no entanto não seria a última. A política francesa de Clemenceau tinha por base a crença de que essencialmente a antiga ordem não mudava, pois decorria da natureza humana, que é sempre a mesma, e o conseqüente ceticismo com respeito às idéias como a da Liga das Nações. Porque uma paz magnânima e justa, de igual tratamento, baseada em uma “ideologia” como a dos Quatorze Pontos do Presidente Wilson, só poderia reduzir o período da recuperação alemã, apressando a chegada do dia em que a Alemanha impusesse novamente à França a força dos seus números, dos seus recursos e competência técnica. Daí a necessidade de obter “garantias”, e cada garantia aumentava a irritação e portanto a probabilidade de uma subseqüente *revanche* da Alemanha, tornando necessárias outras medidas para esmagá-la. Assim, com a adoção dessa perspectiva, e desprezada alternativa, é inevitável que se exija uma “paz de Cartago”, como a imposta pelos romanos àquela cidade rival, em toda a medida em que o poder momentâneo pode impô-la. Clemenceau nunca escondeu que não se considerava comprometido com os Quatorze Pontos de Wilson, e deixava aos outros países as concessões necessárias, aqui e ali, para salvar os escrúpulos ou o prestígio do Presidente dos Estados Unidos.

Assim, na medida do possível era a política da França que atrasava o relógio e desfazia o que o progresso da Alemanha tinha realizado desde 1870. Com as perdas territoriais e outras medidas a população alemã seria reduzida; mas sobretudo era preciso destruir o seu sistema econômico, base da sua nova força – a vasta trama construída com ferro, carvão e transportes. Se a França pudesse apoderar-se, mesmo em parte, do que a Alemanha era obrigada a abandonar, a desigualdade de forças entre os dois competidores pela hegemonia européia poderia ser corrigida por muitas gerações.

Essa era a fonte das medidas cumulativas para uma vida econômica altamente organizada, que vamos examinar no próximo capítulo.

É a política de um ancião, cujas impressões mais vivas e cuja imaginação mais rica pertencem ao passado, e não ao futuro. Um velho que vê o problema em termos de França e Alemanha, não de humanidade e de uma civilização européia lutando para atingir uma nova ordem. A guerra marcou sua consciência de modo um pouco diferente do nosso, e ele não tem a expectativa ou a esperança de que chegamos ao limiar de uma nova era.

O que está em jogo, contudo, não é só uma questão ideal. Meu objetivo neste livro é mostrar que em termos práticos a “paz de Cartago” não é justa nem possível. Embora a escola da qual deriva tem consciência do fator econômico, não leva em conta as tendências econômicas mais profundas que determinam o futuro. Com efeito, os ponteiros do relógio não podem ser atrasados. É impossível restaurar a Europa Central como era em 1870 sem provocar tais tensões na estrutura européia, e liberar forças humanas e espirituais que ultrapassando fronteiras e povos irão superar não só nossas “garantias” como nossas instituições, e toda a ordenação existente na nossa sociedade.

Com que ligeireza pôde essa política substituir os Quatorze Pontos, e como pôde o Presidente Wilson aceitar essa substituição?

A resposta não é fácil, e depende de elementos de caráter e psicologia e da sutil influência do contexto – fatores difíceis de perceber e mais difíceis ainda de descrever. Mas se de algum modo pode ter tido importância especial a atuação de uma pessoa, o colapso do Presidente foi um dos eventos morais decisivos da história – é o que preciso tentar explicar. Que lugar ele ocupava no coração e na esperança do mundo, quando embarcou para a Europa no *George Washington* ! E que grande homem chegou à Europa naqueles primeiros dias da nossa vitória!

Em novembro de 1918 os exércitos de Foch e as palavras de Wilson nos permitiram de súbito escapar do que nos ameaçava, com tudo o que mais prezávamos. As condições pareciam mais favoráveis do que nunca. A vitória era tão completa que não havia lugar para o medo. O inimigo depusera suas armas confiante em um solene acordo sobre as características gerais da paz, cujos termos pareciam garantir uma solução justa e magnânima, e conter uma esperança de restauração da corrente de vida que se rompera. Para dar a sua garantia o Presidente dos Estados Unidos vinha pessoalmente apor o seu selo nesse pacto.

Quando deixou Washington o Presidente Wilson gozava em todo o mundo de um prestígio e uma influência moral sem igual na história. Suas palavras corajosas e comedidas chegavam aos povos da Europa por cima e além da voz dos políticos europeus. Os povos inimigos confiavam em que levasse à prática o acordo que fizera com eles; e os aliados o tinham não só como um líder vitorioso, mas quase como um profeta. Além da sua influência moral, a realidade do poder estava nas suas mãos. O exército dos Estados Unidos estava no auge dos seus números, equipamento e disciplina. A Europa dependia inteiramente dos alimentos fornecidos pelos Estados Unidos; do ponto de vista financeiro estava ainda mais à sua mercê. A Europa já devia a Washington mais do que podia, e no entanto ainda seria preciso uma assistência importante para salvá-la da fome e da bancarro-

ta. Nunca um filósofo detivera tais instrumentos para impor-se aos príncipes do mundo. Nas capitais européias a multidão cercava o carro do Presidente. Com que curiosidade, ansiedade e esperança procurávamos vislumbrar o rosto e o porte desse homem do destino que, vindo do Oeste, deveria curar as feridas dos progenitores da sua civilização, e construir os alicerces do nosso futuro.

A desilusão foi tão completa que alguns dos que tinham sido mais confiantes não ousavam revelá-la. Seria verdade? – perguntavam aos que voltavam de Paris. Seria o Tratado realmente tão ruim como parecia? Que acontecera com Wilson? Que debilidade ou desgraça explicava uma traição tão extraordinária e inesperada?

No entanto, as causas eram comuns e bem humanas. O Presidente Wilson não era um herói ou um profeta; não era sequer um filósofo. Era apenas um homem de intenções generosas, com muitas das fraquezas dos outros seres humanos, e sem o equipamento intelectual que seria necessário para tratar com os demagogos sutis e perigosos que o tremendo choque de forças e personalidades tinha conduzido ao cume dos acontecimentos, mestres triunfantes no rápido jogo de interesses, conduzido face a face no Conselho – jogo em que ele não tinha qualquer experiência.

Na verdade temos uma idéia equivocada de Wilson. Sabemos que era ativo e solitário, e acreditávamos que fosse determinado, obstinado. Não o imaginávamos detalhista, mas achávamos que a clareza com que se apossara de certas idéias importantes, combinada com a sua tenacidade, lhe permitiria varrer velhas teias de aranha. Além dessas qualidades ele parecia ter a objetividade, o refinamento e o amplo conhecimento de um estudioso. A grande distinção de linguagem que marcou suas famosas Notas parecia indicar uma pessoa de imaginação poderosa. Seus retratos revelam uma bela presença, e uma capacidade de exposição predominante. Com todos esses instrumen-

tos, tinha alcançado e mantinha com crescente autoridade a posição mais importante em um país onde a arte da política não é negligenciada. Portanto, sem que se esperasse o impossível, Wilson parecia reunir uma boa combinação das qualidades necessárias para tratar do que precisava ser tratado.

De perto, a primeira impressão do Presidente prejudicava algumas dessas ilusões, mas não todas. Sua cabeça e seu rosto tinham um fino traçado, exatamente como nas suas fotos; os músculos do pescoço e a posição da cabeça revelavam distinção. Mas, como Ulisses, Wilson parecia mais sábio quando sentado; e a suas mãos faltavam sensibilidade e *finesse*, embora fossem hábeis e bastante fortes. À primeira vista o Presidente sugeria não só que seu temperamento não era fundamentalmente o do estudioso ou acadêmico – o que quer que fosse – mas que não possuía até mesmo aquela cultura mundana que marca Clemenceau e Balfour como cavalheiros da sua classe e geração, finamente cultivados. Mais sério ainda, ele era não só insensível ao ambiente, no sentido externo, mas insensível a tudo o que o cercava. Que poderia esse homem contra a sensibilidade certeira, quase mediúnica de Lloyd George a quem quer que se aproximasse? Via-se o Primeiro Ministro inglês observando os circunstâncias, com seis ou sete sentidos ausentes no homem comum, avaliando o caráter, a motivação, o impulso subconsciente, percebendo o que cada um pensava e mesmo o que diria em seguida, e compondo com instinto telepático o argumento ou apelo mais apropriado à vaidade, franqueza e interesse do seu ouvinte imediato, e sabia-se que o pobre Wilson desempenhava o papel de bobo da corte. Nunca ninguém entrou em um salão como vítima mais perfeita e predestinada diante do Primeiro Ministro inglês. O Velho Mundo era sempre de uma maldade dura; seu coração de pedra podia quebrar a lâmina mais afiada do mais corajoso cavaleiro errante. Mas esse Dom Quixote cego e surdo penetrava em uma caverna onde uma lâmina ágil e brilhante estava em mãos do adversário.

Mas se Wilson não era o rei-filósofo, que era ele? Afinal, tinha passado boa parte da sua vida em uma universidade. Não era absolutamente um homem de negócios ou um político comum, mas um homem de força, personalidade e importância. Qual era então o seu temperamento?

Uma vez que se encontrava a chave para compreendê-lo, fazia-se a luz. O Presidente era como um pastor não-conformista, um presbiteriano talvez. Seu pensamento e temperamento eram essencialmente teológicos, não intelectuais, com toda a força e a fraqueza desse modo de pensar, de sentir e de expressar-se. Trata-se de um tipo de pessoa de que não encontramos atualmente na Inglaterra e na Escócia exemplares tão magníficos como no passado. No entanto, essa descrição dará ao inglês comum a impressão mais clara de Wilson.

Depois de pintar este retrato do Presidente norte-americano podemos retornar aos acontecimentos. O programa que ele propusera para o mundo, conforme seus discursos e suas Notas, revelara um espírito e um propósito tão admiráveis que o último desejo dos seus simpatizantes era criticar detalhes — achavam que os detalhes não precisavam ser decididos agora, e o seriam oportunamente. Ao ter início a Conferência de Paris acreditava-se que o Presidente dos Estados Unidos, com a assistência de numerosos conselheiros, tinha traçado um esquema abrangente não só para a Liga das Nações mas para a implementação dos Quatorze Pontos em um Tratado de Paz. A verdade, porém, não era essa: levadas à prática suas idéias eram nebulosas e incompletas. Ele não tinha um plano, um esquema, quaisquer idéias construtivas para revestir com a carne da vida os mandamentos que trovejara da Casa Branca. Podia pregar um sermão sobre qualquer um deles, ou dirigir uma prece solene ao Todo Poderoso, implorando o seu cumprimento; mas não tinha condições de dar forma à sua aplicação concreta na situação européia.

Não só faltava detalhe às suas propostas como em muitos pontos Wilson estava mal informado sobre as condições preva-

lecentes na Europa – o que era talvez inevitável. E não só estava mal informado – o que se aplica também a Lloyd George – mas seu pensamento era vagaroso e pouco adaptável. A lentidão do Presidente, comparada aos europeus, era notável. Não podia absorver no mesmo minuto o que os outros estavam dizendo, avaliar o ambiente com um rápido olhar, articular uma resposta e enfrentar a situação com uma pequena mudança de fundamentação; por isso estava sujeito a ser derrotado simplesmente pela rapidez, a perceptividade e a agilidade mental de um Lloyd George. Poucas vezes deve ter havido um estadista de primeiro plano tão pouco competente quanto Wilson nas artimanhas da sala de conferência. Chega um momento em que o negociador pode conseguir uma vitória substancial se uma ligeira aparência de concessão salva a face da Oposição ou a concilia com a reiteração de uma proposta em seu favor que em nada prejudique de essencial o proponente – mas o Presidente não conhecia essa tática simples e comum. Sua mente era por demais lenta e sem recursos, e não conseguia propor prontamente alternativas para o prosseguimento da negociação. Podia fixar-se imóvel em uma posição, como fez com relação a Fiume. Mas não tinha outra forma de defesa, e em geral bastava uma pequena manobra dos seus oponentes para evitar que um assunto emergisse até que fosse tarde demais. O Presidente era deslocado da sua base de argumentação por gestos agradáveis e a aparência de conciliação, deixando passar o momento para resistir, e antes que percebesse já era tarde demais. Além disso, em uma conversação íntima e ostensivamente amigável entre associados, é impossível resistir sempre, em todos os pontos. Só poderia ser vitorioso nessa negociação quem avaliasse o tempo todo, com vivacidade, o conjunto das posições, guardando o seu fogo ao reconhecer com segurança os raros momentos exatos para a ação decisiva. O que não acontecia com o Presidente, de ação lenta e desnorteada.

Por outro lado, Wilson não procurava corrigir os seus defeitos recorrendo à sabedoria coletiva dos assistentes que o acom-

panhavam. Para o debate sobre os capítulos econômicos do Tratado reunira à sua volta um grupo muito competente de homens de negócios, que no entanto não tinham experiência em assuntos de governo e, com uma ou duas exceções, conheciam a Europa tão mal quanto ele próprio. Além de tudo, esses conselheiros só eram convocados irregularmente, quando Wilson precisava deles para algum tema específico. Mantinha assim a altivez que em Washington lhe tinha valido, e a reserva anormal que caracterizava a sua natureza não lhe permitia aproximar-se de quem quer que aspirasse a uma igualdade moral ou ao exercício contínuo da sua influência. Esses outros plenipotenciários eram simples bonecos; e com o transcurso do tempo até mesmo o respeitado Coronel House, com seu conhecimento muito maior dos homens e da Europa, que contribuía com sua sensibilidade para reparar a inflexibilidade do Presidente, passou para o fundo do cenário. Esse processo era estimulado pelos seus colegas do Conselho dos Quatro, que, com a dissolução do Conselho dos Dez, completaram o isolamento cuja causa inicial era o temperamento de Wilson. Assim, dia após dia, semana após semana ele se deixava enclausurar, sem apoio e sem aconselhamento, só, reunido com homens muito mais espertos, em situações de extrema dificuldade, onde para ter êxito precisaria de recursos de todos os tipos, de agilidade e conhecimento. Permitia-se drogar pela atmosfera, discutir com base nos seus planos e dados, sendo desviado para o caminho dos interlocutores.

Esta e outras causas variadas se combinavam para produzir a seguinte situação (o leitor não deve esquecer que os processos resumidos aqui em poucas páginas se desenvolveram lenta, gradual e insidiosamente, ao longo de um período de cinco meses).

Como Wilson não desenvolvera as suas idéias, o Conselho trabalhava geralmente com base em uma minuta francesa ou inglesa. Assim, para que a linguagem se ajustasse a suas próprias idéias e objetivos, o Presidente precisava assumir uma atitude persistente de obstrução, crítica e negação. Se em alguns pontos

conseguia a concordância dos seus pares com aparente generosidade (porque havia sempre um margem segura de sugestões absurdas que ninguém levava a sério), tornava-se difícil para ele não ceder em outros. As soluções negociadas eram inevitáveis, e era muito difícil nunca negociar o essencial. Além disso, logo começou a ser apresentado como defensor da Alemanha, insinuação a que Wilson era muito sensível – infelizmente e de um modo pouco arguto.

Depois da exibição de princípios e dignidade, nos primeiros dias do Conselho dos Dez, o Presidente descobriu que havia certos pontos muito importantes na agenda dos seus colegas francês, inglês e italiano que ele era incapaz de afastar pelos métodos da diplomacia secreta. Que podia fazer, então, como último recurso? Podia fazer com que a Conferência se arrastasse, sem decidir, exercitando a pura obstinação. Podia interromper o debate e retornar aos Estados Unidos, num assomo de ira, deixando tudo sem resolver. Ou podia apelar para a opinião pública mundial por cima da Conferência. Todas alternativas ruins, e muito se poderia argüir contra cada uma delas. Eram também atitudes arriscadas, sobretudo para um político. A posição equivocada do Presidente a respeito da eleição para o Congresso enfraquecera sua posição pessoal nos Estados Unidos, e não havia garantia de que o povo americano o apoiasse em uma posição de intransigência. Seria uma campanha cujos temas estariam influenciados por todo tipo de consideração pessoal e partidária, e ninguém podia dizer se o bem triunfaria, num conflito que seguramente não seria decidido pelo mérito. Além disso, qualquer rompimento explícito com os seus colegas certamente atrairia sobre a sua cabeça a paixão cega do ressentimento anti-alemão, que ainda inspirava o público nos países aliados. Seus argumentos não seriam ouvidos, e o público não teria a isenção suficiente para tratar o assunto em termos de moralidade internacional ou da governança apropriada para a Europa. A crítica seria simplesmente de que o Presidente, por várias razões pes-

soais e sinistras, queria simplesmente “*to let the Hun off*” – “livrar os hunos”. Era possível prever a voz quase unânime da imprensa francesa e britânica. Assim, se seguisse esse caminho certamente seria derrotado. E se fosse derrotado a configuração definitiva da paz não seria bem pior da que aquela obtida com o seu prestígio, procurando ajustá-la o melhor que fosse possível dentro do permitido pelas condições limitativas impostas pela política européia? Acima de tudo, se fosse derrotado não perderia a Liga das Nações? E este não era, afinal, de longe o tema mais importante para a felicidade futura do mundo? O tempo modificaria e abrandaria o Tratado. Muito nele que hoje parecia tão vital se tornaria banal, e muito que era impraticável por essa mesma razão nunca seria levado à prática. Mas a Liga, ainda que com uma forma imperfeita, era permanente: seria o começo de um novo princípio para o governo do mundo. A verdade e a justiça nas relações internacionais não podiam ser estabelecidas em poucos meses, precisariam nascer oportunamente mediante a longa gestação da Liga. E Clemenceau tivera a esperteza de sinalizar que em troca de um preço a pagar estava disposto a engolir a Liga.

Nesse momento crítico do seu destino o Presidente era um homem solitário. Emaranhado nos ardis do Velho Mundo, sentia grande necessidade de simpatia, de apoio moral, do entusiasmo das massas. Enterrado na Conferência, sufocado na atmosfera quente e venenosa de Paris, nenhum eco do mundo exterior o alcançava, nenhum sinal da paixão, de simpatia ou encorajamento dos seus eleitores silenciosos de todos os países. Pensava que a explosão de popularidade que o acolhera ao chegar à Europa já diminuía; a imprensa parisiense troçava com ele abertamente; nos Estados Unidos, seus opositores políticos aproveitavam sua ausência para criar um clima negativo; a Inglaterra era fria, crítica, indiferente. Ele tinha composto sua *entourage* de tal forma que não recebia por canais particulares a corrente de fé e entusiasmo que parecia represada nas fontes públicas. Sentia falta

da força adicional representada pela fé coletiva. O terror germânico ainda nos espreitava, e até mesmo o público simpático revelava uma grande cautela: não devemos encorajar o inimigo, é preciso apoiar nossos amigos, não era o momento apropriado para a discórdia e a agitação, precisamos confiar em que o Presidente fará o melhor possível. E sob esse sopro árido a fé de Wilson secava e se estiolava como uma flor.

Aconteceu que o Presidente deu contra-ordens ao *George Washington*, que em um momento de raiva bem fundada tinha preparado para partir, transportando-o dos salões traiçoeiros de Paris para a sede do seu poder, onde poderia reencontrar-se outra vez. Mas logo que adotou o caminho da transigência os defeitos que já indiquei no seu temperamento e nos seus recursos adquiriram uma aparência fatal. Ele podia adotar uma atitude de soberba, praticar a obstinação, escrever Notas do Sinai ou do Olimpo; podia manter-se incólume na Casa Branca e até mesmo no Conselho dos Dez, e ficar em segurança. Mas se uma só vez descesse à intimidade igualitária dos Quatro, era evidente que o jogo chegaria ao fim.

Agora o que chamei de seu temperamento teológico ou presbiteriano tornava-se perigoso. Tendo decidido que era inevitável fazer certas concessões, poderia ter procurado com firmeza e destreza, e mediante recurso ao seu poder financeiro, garantir tudo o que fosse possível da substância, resignando-se a sacrificar uma parte do que tinha menos importância. Mas o Presidente não era capaz de chegar a um entendimento consigo mesmo, por ser demasiadamente consciencioso. Embora fosse necessário transigir, continuava a ser um homem de princípios e os Quatorze Pontos eram um contrato que o obrigava de forma absoluta. Ele nada faria que não fosse honrado, que não fosse justo e correto, nada que contrariasse a fé que professava. Portanto, sem reduzir em nada a inspiração verbal dos Quatorze Pontos, eles passaram a ser um documento para glosa e interpretação, e para todo o aparato intelectual de auto-engano com

o qual, na minha opinião, os antepassados de Wilson se tinham convencido de que o rumo que consideravam necessário adotar era coerente com todas as sílabas do Pentateuco.

A atitude do Presidente com relação aos seus colegas passara a ser a seguinte: quero concordar com os senhores em toda a medida do possível; estou consciente das suas dificuldades e gostaria de concordar com o que propõem, mas nada posso fazer que não seja justo e correto, e os senhores precisam antes de mais nada demonstrar-me que o que desejam é coerente com os pronunciamentos que estou obrigado a respeitar. Começou-se assim a tecer aquela rede de sofismas e exegese jesuítica que deveria finalmente revestir de insinceridade a linguagem e a substância de todo o Tratado. Um sinal foi enviado às feiticeiras de Paris:

*Fair is foul, and foul is fair,
Hover through the fog and filthy air*

Os sofistas mais refinados e os redatores mais hipócritas se puseram ao trabalho, fabricando exercícios engenhosos que poderiam ter enganado por mais de uma hora alguém mais esperto do que o Presidente.

Por exemplo: em vez de proibir a Áustria de língua alemã de unir-se à Alemanha, a não ser mediante autorização da França (o que seria inconsistente com o princípio da auto-determinação), o Tratado afirma, delicadamente, que “A Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria, dentro das fronteiras que forem fixadas em um tratado entre aquele Estado e o Aliado principal e Potências Associadas; a Alemanha concorda em que essa independência seja inalienável, a não ser mediante o consentimento do Conselho da Liga das Nações”. O que soa bem diferente, mas não é. E quem sabe o Presidente esqueceu que em outra parte o Tratado estipula que para aquele fim a decisão do Conselho da Liga precisaria ser *unânime*.

Em vez de entregar Danzig à Polônia, o Tratado cria ali uma “cidade livre”, mas inclui essa “cidade livre” no território aduaneiro da Polônia, confia a este país o controle do sistema ferroviário e de navegação fluvial, estabelecendo que “caberá ao Governo polonês a condução das relações exteriores da cidade livre de Danzig, assim como a proteção diplomática dos seus cidadãos quando no exterior”.

Ao colocar o sistema fluvial da Alemanha sob controle estrangeiro o Tratado fala em considerar como rios internacionais aqueles “sistemas fluviais que dão naturalmente a mais de um Estado o acesso ao mar, com ou sem transbordo de uma embarcação para outra”.

Há muitos outros exemplos. O objetivo honesto e inteligível da política francesa – limitar a população alemã e debilitar o seu sistema econômico – se reveste, por causa de Wilson, da linguagem augusta da liberdade e igualdade internacional.

Mas talvez o momento mais decisivo na desintegração da posição moral do Presidente e no obscurecimento das suas intenções foi quando, finalmente, para espanto dos seus conselheiros, ele se deixou convencer de que os gastos dos governos aliados com as pensões e indenizações pela dispensa do serviço militar podiam com justiça ser considerados parte do “dano causado à população civil das Potências Aliadas e Associadas pela agressão alemã por terra, mar e pelo ar”, em um sentido em que as outras despesas da guerra não podiam ser assim consideradas. Foi uma longa disputa teológica, na qual, depois da rejeição de muitos argumentos distintos, o Presidente capitulou finalmente diante de uma obra prima da arte do sofisma.

Por fim o trabalho foi concluído, e a consciência de Wilson continuava intacta. A despeito de tudo, creio que o seu temperamento lhe permitiu partir de Paris como um homem realmente sincero; e é provável que até hoje ele esteja genuinamente convencido de que o Tratado quase nada contém de inconsistente com suas idéias anteriores.

Mas o trabalho estava mais do que completo, e a isso se deveu o último episódio trágico desse drama. Como era inevitável, a resposta de Brockdorff-Rantzau, em nome da Alemanha, adotou a posição de que o governo de Berlim havia deposto as armas com base em certas garantias, e que em muitos particulares o Tratado não era consistente com essas garantias. Mas isso era exatamente o que Wilson não podia admitir. Na sua contemplação solitária e nas preces dirigidas a Deus ele *nada* fizera que não fosse justo e correto. Para o Presidente, admitir que a resposta alemã tinha substância significava destruir o seu auto-respeito e o equilíbrio interior do seu espírito. Assim, todos os instintos da sua natureza teimosa se alçaram para protegê-lo. Na linguagem da psicologia médica, sugerir ao Presidente que o Tratado representava o abandono das suas idéias era tocar cruelmente em um complexo freudiano. Era um assunto intolerável e todos os instintos subconscientes se articulavam para impedir o seu desenvolvimento.

Assim Clemenceau teve êxito no que parecera, alguns meses antes, uma proposta extraordinária e impossível: que os alemães não fossem ouvidos. Se o Presidente Wilson não tivesse sido tão consciencioso, se não tivesse ocultado de si mesmo o que andara fazendo, até mesmo no último momento ele se encontrava na posição de recuperar o terreno perdido, para conseguir alguns sucessos consideráveis. Mas o Presidente estava engessado. Seus braços e pernas tinham sido retalhados pelos cirurgiões em uma determinada postura, e seria preciso voltar a quebrá-los para que pudessem mudar de posição. Horrorizado, Lloyd George, que queria toda moderação naquele momento final, descobriu que em cinco dias não podia convencer o Presidente do erro que levava cinco meses a qualificar de justo e correto. Afinal, desiludir esse velho presbiteriano era mais difícil do que tinha sido iludi-lo, porque isso envolvia seu auto-respeito e a crença em si mesmo.

Assim, no último ato o Presidente Wilson optou pela teimosia e a recusa da conciliação.

(Por sugestão de amigos, Keynes preparou um acréscimo a este capítulo, a respeito de Lloyd George, mas o texto não o satisfez e preferiu não incluí-lo no livro. Publicou-o porém quatorze anos mais tarde, em *Essays in Biography*).

O TRATADO

AS IDÉIAS que expressei no segundo capítulo não foram levantadas na Conferência de Paris. Ali, o futuro da Europa não constituía uma preocupação; seus meios de subsistência não causavam ansiedade. As preocupações da Conferência, boas e más, se relacionavam com fronteiras e nacionalidades, com o equilíbrio de poder, a expansão imperialista, o futuro enfraquecimento de um inimigo forte e perigoso, com a vingança e a transferência pelos vitoriosos de uma carga financeira insuportável para os ombros dos vencidos.

Havia dois esquemas rivais para o futuro governo do mundo – os Quatorze Pontos do Presidente Wilson e a Paz de Cartago de *Monsieur* Clemenceau. No entanto, só um desses esquemas podia ser adotado, porque o inimigo não se tinha rendido incondicionalmente, mas com base em determinados termos a respeito do caráter geral da paz.

Infelizmente este aspecto do que aconteceu não pode ser tratado com poucas palavras, porque pelo menos no espírito de muitos ingleses ele tem sido objeto de considerável incompreensão. Muitas pessoas acreditam que os termos do armistício constituíram o primeiro contrato entre as Potências Aliadas e Associadas e o Governo da Alemanha, e que entramos na Conferência de Paz com as mãos livres, a não ser na medida em que os termos do armistício nos obrigassem. Mas a verdade não é essa. Para bem esclarecer a situação é necessário rever brevemente a história das negociações, que começa com a Nota alemã de 5 de outubro de 1918 e concluiu com a Nota do Presidente Wilson de 5 de novembro de 1918.

Em 5 de outubro de 1918 o Governo alemão dirigiu uma breve nota ao Presidente Wilson aceitando os Quatorze Pontos e pedindo a abertura de negociações de paz. A resposta do Presidente, em 8 de outubro, indagava se era o caso de entender definitivamente que o Governo alemão aceitava “os termos estabelecidos” pelos Quatorze Pontos e pronunciamentos subsequentes, e “que o objetivo ao manter essa discussão seria apenas concordar sobre os detalhes práticos da sua aplicação”. Acrescentava que a evacuação do território invadido seria a condição prévia de um armistício. Em 12 de outubro o Governo alemão deu uma afirmativa incondicional a essas perguntas: “seu objetivo ao entrar em negociações seria apenas concordar com os detalhes práticos da aplicação desses termos”. Em 14 de outubro, depois de receber essa resposta afirmativa, o Presidente fez uma comunicação adicional para deixar claros os seguintes pontos: 1) os detalhes do armistício seriam decididos pelos consultores militares dos Estados Unidos e dos aliados, e deviam prevenir absolutamente que a Alemanha reiniciasse as hostilidades; 2) a guerra submarina deveria cessar para que essas negociações prosseguissem; e 3) eram exigidas garantias adicionais do caráter representativo do Governo com que se estava lidando. No dia 20 de outubro a Alemanha aceitou os dois primeiros pontos, e com relação ao terceiro observou que o país tinha uma Constituição e um Governo cuja autoridade dependia do *Reichstag*. Em 23 de outubro o Presidente anunciou que “tendo recebido a garantia solene e explícita do Governo alemão da aceitação sem reservas dos termos de paz constantes do seu discurso feito ao Congresso dos Estados Unidos em 8 de janeiro de 1918 (os Quatorze Pontos), e os princípios enunciados em seus pronunciamentos subsequentes, em particular o discurso de 27 de setembro, assim como da sua disposição de discutir os detalhes da aplicação desses termos”, tinha comunicado o teor dessa correspondência aos Governos das Potências Aliadas, “com a sugestão de que, se esses Governos estão dispostos a aceitar a

paz nos termos e de acordo com os princípios indicados”, peçam a seus conselheiros militares para preparar os termos de armistício de natureza a “garantir aos governos associados poder irrestrito para salvaguardar e implementar os detalhes da paz com a qual o Governo alemão expressou sua concordância”. No fim dessa nota, o Presidente Wilson insinuou a abdicação do Kaiser, mais claramente do que na de 14 de outubro. Foram assim completadas as negociações preliminares conduzidas exclusivamente pelo Presidente dos Estados Unidos, sem a participação dos Governos das Potências Aliadas.

Em 5 de novembro de 1918 o Presidente Wilson transmitiu à Alemanha a resposta que tinha recebido dos outros Governos, acrescentando que o Marechal Foch havia sido autorizado a comunicar os termos de um armistício aos representantes devidamente acreditados. Nessa resposta, os Governos aliados “expressam seu desejo de fazer a paz com o Governo da Alemanha, nos termos definidos pelo discurso do Presidente dos Estados Unidos ao Congresso, em 8 de janeiro de 1918, e nos princípios de acordo enunciados nos seus discursos subseqüentes, sujeitos às qualificações que seguem”. Essas qualificações eram duas. A primeira dizia respeito à liberdade dos mares, que eles reservavam para si “de forma completa”. A segunda se referia às reparações, e dizia: “Além disso, nas condições de paz constantes do discurso de 8 de janeiro de 1918, o Presidente dos Estados Unidos declarou que os territórios invadidos devem ser restaurados, assim como evacuados e liberados. Os Governos aliados pensam que não se deve permitir que haja qualquer dúvida sobre as implicações dessa disposição, e entendem que a Alemanha pagará compensações por todos os prejuízos sofridos pela população civil da nações aliadas e à sua propriedade em virtude da agressão alemã por terra, por mar e pelo ar.”¹

A natureza do contrato entre a Alemanha e os aliados, resultante dessa troca de documentos, é clara e inequívoca. Os

¹ No capítulo 5 discutimos a força precisa dessa reserva.

termos da paz devem estar de acordo com os pronunciamentos do Presidente Wilson, e o objetivo da Conferência de Paz é “discutir os detalhes da sua aplicação”. As circunstâncias do contrato tinham um caráter extraordinariamente solene e obrigatório; uma das suas condições era a aceitação pela Alemanha dos termos de um armistício que a deixava indefesa. Como a Alemanha se entregava sem defesa, com base nesse contrato, a honra dos aliados estava particularmente envolvida no cumprimento da sua parte, sem usar em sua vantagem quaisquer possíveis ambigüidades.

Qual a substância desse contrato que obrigava os Aliados? Um exame dos documentos mostra que embora uma grande parte dos discursos de Wilson exiba preocupação com o espírito, o propósito e a intenção, e não com soluções concretas, e que muitas questões que deveriam ser solucionadas no Tratado de Paz não foram tratadas, há outras certas questões que esses pronunciamentos resolvem de forma definitiva. É verdade que, dentro de limites relativamente amplos, os aliados mantinham suas mãos livres. Além disso, é difícil implementar em base contratual as passagens relativas ao espírito, propósito e intenção; qualquer um pode avaliar por si mesmo se, à luz dessas noções, o Tratado revela engano ou hipocrisia. No entanto, como veremos adiante, há alguns temas importantes sobre os quais o Tratado é inequívoco.

Além dos Quatorze Pontos de 8 de janeiro de 1918, são quatro os discursos do Presidente que formam parte dos textos do contrato – de 11 de fevereiro, diante do Congresso; de 6 de abril, em Baltimore; de 4 de julho, em Mount Vernon; e o de 27 de setembro em Nova York – este último mencionado especificamente no entendimento com a Alemanha. Tomei a liberdade de selecionar nesses discursos os compromissos substanciais mais relevantes com respeito ao Tratado, evitando repetições. As partes omitidas na verdade reforçam aquelas que cito, em lugar de qualificá-las; mas se referem principalmente à intenção, e pare-

cem por demais vagas e genéricas para serem interpretadas contratualmente.²

Os Quatorze Pontos - (3) “a remoção, na medida do possível, de todas as barreiras econômicas, e a instituição de uma igualdade das condições no comércio entre *todas* as nações que concordem com a paz e se associem para a sua manutenção”. (4) “Garantias adequadas *dadas e recebidas* no sentido de que os armamentos nacionais sejam reduzidos ao nível mais baixo consistente com a segurança interna”. (5) Um ajuste livre, aberto e absolutamente imparcial de todas as reivindicações coloniais”, levando em conta os interesses das populações interessadas. (6), (7), (8) e (11) A evacuação e “restauração” (em inglês, *restoration*) de todo território invadido, especialmente da Bélgica. A isso se deve acrescentar o suplemento acrescentado pelos aliados, que pretendiam receber compensação por todo o dano causado a civis e à sua propriedade por terra, por mar e pelo ar (com a linguagem citada acima). (8) A correção do “dano causado à França pela Prússia em 1871 no caso da Alsácia-Lorena”. (13) Uma Polônia independente, incluindo os territórios habitados por população indiscutivelmente polonesa”, com a garantia “de acesso ao mar, livre e seguro”. (14) A Liga das Nações.

Discurso de 11 de fevereiro - “Não haverá anexações, contribuições ou danos punitivos ... A auto-determinação não é apenas uma frase. É um princípio ativo da ação que doravante os estadistas não poderão ignorar sem correr um risco. Todo ajuste territorial resultante desta guerra precisa ser feito no interesse e em benefício das populações interessadas, e não como parte de um mero acerto ou ajuste negociado de reivindicações entre Estados rivais”.

Discurso de 27 de setembro - (1) “A justiça imparcial a ser aplicada não deve implicar qualquer discriminação entre aqueles que

² Omito igualmente aquelas que não são especialmente relevantes com relação ao Tratado. O segundo dos Quatorze Pontos, relativo à liberdade dos mares, é omitido porque os aliados não o aceitaram. O itálico foi acrescentado.

queremos tratar com justiça e aqueles com os quais não queremos ser justos”. (2) “Nenhum interesse especial ou separado de qualquer grupo de nações ou nação singular pode ser tomado como base de qualquer parte da solução se não for consistente com o interesse comum de todos.” (3) “Não poderá haver ligas, alianças ou acordos e entendimentos especiais dentro da família comum e geral da Liga das Nações.” (4) “Não pode haver quaisquer combinações especiais e exclusivas dentro da Liga, nem o emprego de qualquer forma de exclusão ou boicote econômico, exceto na medida em que o poder de punição econômica pela exclusão dos mercados mundiais possa ser conferido à própria Liga das Nações como um meio de disciplina e controle.” (5) “Todos os acordos e tratados internacionais de todos os tipos devem ser conhecidos na sua integridade pelo resto do mundo.”

Em 5 de novembro de 1918 esse sábio e magnânimo programa mundial tinha ultrapassado a região das aspirações e do idealismo para tornar-se parte de um contrato solene subscrito por todas as Grandes Potências do mundo. Mas ele se perdeu no pântano de Paris – na sua intenção e no seu espírito, totalmente; e sua letra foi em certas partes ignorada, em outras, distorcida.

As observações da Alemanha sobre o projeto de Tratado eram basicamente uma comparação entre os termos desse entendimento, fundamentação sobre a qual a nação alemã tinha concordado em depor suas armas, e as determinações do documento que lhes era proposto assinar. Os comentaristas alemães não tinham muita dificuldade em demonstrar que o projeto de Tratado constituía uma quebra de compromissos e da moralidade internacional comparável à sua invasão da Bélgica. No entanto, a resposta alemã não era na sua totalidade um documento plenamente à altura da ocasião; a despeito da justiça e da importância de boa parte do seu conteúdo, faltava-lhe um tratamento genuinamente amplo da questão e uma perspectiva de grande dignidade, e o seu efeito não tem o tratamento simples, com a objetividade desapaixonada do desespero, que os sentimentos

profundos da ocasião poderiam ter evocado. De qualquer forma, os Governos dos aliados não o receberam com seriedade, e duvido que qualquer coisa que a delegação alemã pudesse ter dito nessa fase do procedimento teria influenciado o resultado previsto.

As virtudes mais comuns dos indivíduos faltam muitas vezes nos portavozes das nações; o estadista que representa não a si mesmo mas o seu país pode ser vingativo, pérfido e egoísta sem ser excessivamente culpado – como registra a história. Essas características são comuns nos tratados impostos pelos vencedores. Mas a verdade é que a delegação alemã não conseguiu expor em palavras candentes e proféticas a principal qualidade que distingue essa transação de todos os seus precedentes históricos – sua insinceridade.

Esse é um tema, contudo, para outra oportunidade. O que me interessa aqui sobretudo não é examinar a justiça do Tratado – nem a exigência de justiça penal contra o inimigo nem a obrigação de justiça contratual por parte do vencedor – mas a sua sabedoria e as suas conseqüências.

Proponho-me assim neste capítulo a descrever claramente as principais disposições econômicas do Tratado, reservando para o próximo meus comentários sobre as reparações e a capacidade da Alemanha de honrar os pagamentos que o Tratado dela exige.

O sistema econômico alemão existente antes da guerra dependia de três fatores principais: 1) o comércio ultramarino representado pela sua marinha mercante, suas colônias, seus investimentos estrangeiros, suas exportações, e as ligações dos seus comerciantes com o exterior; 2) a exploração do seu ferro e carvão, e as indústrias baseadas nesses produtos; 3) seu sistema de transporte e suas tarifas. Deles, o primeiro era certamente o mais vulnerável, embora não o menos importante. Ora, o Tratado busca a destruição sistemática de todos os três, mas principalmente dos dois primeiros.

I

1) A Alemanha cedeu aos aliados *todos* os navios da sua marinha mercante com mais de 1.600 toneladas brutas, metade dos navios entre 1.000 e 1.600 toneladas e um quarto das suas traineiras e outros barcos de pesca.³ Cessão muito ampla, incluindo não só barcos de bandeira alemã mas todos aqueles de propriedade de alemães, mesmo que sob outras bandeiras, assim como todos os barcos em construção, além dos em navegação.⁴ Além disso, a Alemanha, se solicitada, deverá construir para os aliados os tipos de navios que eles especificarem, num total de 200.000 toneladas anualmente, por cinco anos.⁵ O valor desses navios será creditado à Alemanha contra a sua dívida como reparação.⁶

Deste modo, a marinha mercante alemã é varrida dos mares e por muitos anos não poderá ser restaurada na escala adequada às necessidades do seu comércio. Quanto ao presente, não haverá linhas de navegação a partir de Hamburgo, a não ser aquelas que as nações estrangeiras considerem conveniente criar com suas sobras de tonelagem. Para que navios estrangeiros transportem o seu comércio, a Alemanha precisará pagar-lhes os preços que queiram cobrar, recebendo só as conveniências que lhes interesse fornecer-lhe. Ao que parece, a prosperidade do comércio e dos portos da Alemanha só poderá renascer na medida em que os alemães conseguirem trazer sob a sua influência efetiva as frotas mercantes da Escandinávia e da Holanda.

2) A Alemanha cedeu aos aliados “*todos os direitos e títulos sobre suas possessões no ultramar*”.⁷ Cessão que se aplica não só à soberania como, em termos desfavoráveis, à propriedade governamental. Esta última, inclusive as ferrovias, deve ser

³ Parte VIII, Anexo III (1).

⁴ Parte VIII, Anexo III (3)

⁵ Nos anos que precederam a guerra, a produção dos estaleiros alemães era de cerca de 350.000 toneladas anuais, além dos navios de guerra.

⁶ Parte VIII, Anexo III (5).

⁷ Artigo 119.

cedida sem qualquer pagamento; por outro lado, o governo alemão permanece responsável por qualquer dívida que possa ter contraído para a compra ou a construção dessas propriedades, ou, de modo geral, para o desenvolvimento das colônias.⁸

Diferentemente da prática adotada na maioria das cessões similares na história recente, além do Governo da Alemanha os cidadãos alemães e sua propriedade são também afetados. No exercício da sua autoridade em qualquer antiga colônia alemã um Governo aliado “pode tomar as medidas que considere apropriadas com a repatriação de cidadãos alemães e com respeito às condições em que súditos alemães de origem européia devam ou não ser autorizados a residir, ter propriedade, exercer o comércio ou uma profissão nesse território.”⁹ Todos os contratos e acordos em favor de cidadãos alemães para a construção ou exploração de obras públicas são transferidos para os Governos aliados, como parte das reparações de guerra que lhes são devidas.

Mas esses termos não são importantes comparados com a determinação mais abrangente segundo a qual “as Potências Aliadas e Associadas se reservam o direito de manter para si e liquidar *toda* propriedade, *todos* os direitos e interesses pertencentes na data da entrada em vigor do presente Tratado a cidadãos alemães ou a empresas por eles controladas” dentro das antigas colônias alemãs.¹⁰

Essa expropriação em massa de propriedade privada será feita sem qualquer compensação dos indivíduos expropriados, pelos aliados; os recursos assim obtidos serão empregados, em primeiro lugar, para cobrir dívidas particulares dos cidadãos alemães para com cidadãos dos aliados; em segundo lugar, como compensação devidas a cidadãos da Áustria, Hungria, Bulgária

⁸ Artigos 120 e 257.

⁹ Artigo 122.

¹⁰ Artigos 121 e 297 (b). O recurso desta opção de expropriação parece caber não à comissão de reparações, mas à Potência em cujo território a propriedade se situa, por cessão ou um mandato.

ou Turquia. O saldo deverá ser restituído pela Potência liqui-dante diretamente à Alemanha ou então retido, a crédito da Ale-manha na comissão de reparações.¹¹

Em suma, não só a soberania e a influência da Alemanha são extirpadas de todas as suas antigas possessões de ultramar como os seus cidadãos nelas residentes, assim como a sua pro-priedade, perdem *status* e segurança legal.

3) As determinações que acabamos de resumir, com respei-to à propriedade privada dos alemães nas ex-colônias alemãs se aplicam igualmente à propriedade privada de alemães na Alsácia-Lorena, exceto na medida em que o Governo da França prefira conceder exceções.¹² O que tem importância prática muito mai-or, devido ao valor muito superior da propriedade envolvida, e a conexão mais estreita dos interesses econômicos de alemães que ali vivem com os da Alemanha propriamente, devido ao gran-de desenvolvimento da riqueza mineral dessas províncias desde 1871. A Alsácia-Lorena é o cenário de alguns dos empreēdi-mentos econômicos mais importantes do Império alemão, do qual tinha participado por quase cinqüenta anos (uma parte conside-rável dos seus habitantes são de língua alemã). Não obstante, a propriedade dos alemães ali residentes, ou que investiram nas suas indústrias, está agora inteiramente à disposição do Gover-no francês, sem garantia de qualquer compensação – que seria o resultado de uma decisão soberana daquele Governo. Com efei-to, o Governo francês tem o direito de expropriar sem compen-sação a propriedade privada de cidadãos alemães residentes na Alsácia-Lorena e de empresas alemãs ali situadas, sendo esses recursos creditados às reparações pleiteadas por franceses. A severidade dessa disposição só é mitigada pelo fato de que o Governo da França pode permitir expressamente a cidadãos da Alemanha que continuem a residir na região, caso em que a ex-propriação não se aplica. Por outro lado, a propriedade governa-

¹¹ Artigo 297(h) e parágrafo 4 do Anexo da Parte X, Seção IV.

¹² Artigos 53 e 74.

mental, inclusive a dos municípios, deverá ser cedida à França sem gerar qualquer crédito – o que inclui o sistema ferroviário das duas províncias, inclusive o equipamento rolante.¹³ No entanto, embora a França assuma essa propriedade, a Alemanha continua responsável pelas dívidas correspondentes, sob a forma de obrigações públicas de qualquer tipo.¹⁴ As províncias também retornam à soberania francesa livres da sua parte da dívida alemã, contraída antes ou durante a guerra, e nenhum crédito é dado à Alemanha na conta de reparações.

4) A expropriação da propriedade privada alemã não se limita, contudo, às ex-colônias e à Alsácia-Lorena. Na verdade, o tratamento dessa propriedade representa uma parte muito significativa do Tratado, que não tem recebido toda a atenção que merece, embora em Versalhes tenha sido objeto de críticas excepcionalmente violentas por parte dos delegados da Alemanha. Não conheço nenhum precedente em qualquer tratado de paz da história recente para tal tratamento da propriedade privada, e os delegados alemães afirmaram que o precedente criado agora representa um golpe imoral e perigoso contra a segurança da propriedade privada em qualquer situação. Naturalmente, trata-se de uma afirmativa exagerada, e a clara distinção, nos costumes e convenções dos dois últimos séculos, entre a propriedade e os direitos do Estado e dos seus cidadãos é artificial, e está sendo afastada rapidamente por muitas outras influências além do Tratado de Paz com a Alemanha, não sendo consentânea com as concepções modernas, socialistas, das relações entre o Estado e a sua cidadania. É verdade, porém, que o Tratado desfere um golpe destrutivo em uma concepção que está nas raízes de boa parte da chamada “lei internacional”, como até hoje tem sido considerada.

¹³ Em 1871 a Alemanha concedeu à França crédito pelas ferrovias da Alsácia-Lorena, mas não pela propriedade governamental. Na época, porém, as ferrovias eram de propriedade privada. Como depois elas se tornaram propriedade do governo alemão, os franceses decidiram, a despeito da importância da capitalização feita pelos alemães, recorrer à regra aplicável à propriedade governamental.

¹⁴ Artigos 55 e 255, que seguem o precedente de 1871.

As principais disposições relativas à expropriação da propriedade privada alemã, fora das novas fronteiras da Alemanha, têm uma incidência que se sobrepõe, e em alguns casos a mais drástica delas pareceria tornar as demais desnecessárias. De modo geral, porém, as mais drásticas e extensas não têm uma formulação tão precisa quanto as mais limitadas. Assim:

a) os aliados “reservam-se o direito de manter para si e liquidar toda a propriedade, os direitos e interesses pertencentes na data da entrada em vigor do presente Tratado a cidadãos alemães, ou a empresas por eles controladas, dentro dos seus territórios, colônias, possessões e protetorados, inclusive os territórios que lhes foram cedidos pelo presente Tratado”.¹⁵

Trata-se da versão ampliada da disposição já discutida no caso das colônias e da Alsácia-Lorena. O valor da propriedade assim expropriada será aplicado, em primeiro lugar, à satisfação das dívidas privadas da Alemanha para com cidadãos dos Governos aliados dentro de cuja jurisdição tenha lugar a respectiva liquidação; em segundo lugar, à satisfação das reclamações relacionadas com atos dos antigos aliados da Alemanha. Qualquer saldo que o Governo liquidante queira reter deverá ser creditado na conta das reparações de guerra.¹⁶ Há um aspecto de considerável importância: o Governo liquidante não está obrigado a transferir o saldo para a comissão de reparações, mas poderá restituí-lo diretamente à Alemanha, se o preferir. Isso permitirá aos Estados Unidos usar os grandes saldos nas mãos dos guardiães da propriedade inimiga para pagar suprimentos destinados à Alemanha, sem levar em conta o ponto de vista da comissão de reparações.

Essas regras tiveram sua origem no esquema para o ajuste mútuo das dívidas do inimigo, por meio de uma *clearing house*. Com essa proposta esperava-se evitar muitos problemas, responsabilizando cada Governo participante da guerra pela cobrança

¹⁵ Artigo 297 (b).

¹⁶ Parte X, Seções III e IV e Artigo 243.

das dívidas particulares dos seus cidadãos para com os cidadãos de qualquer um dos outros Estados (já que o procedimento normal de cobrança tinha sido suspenso devido às hostilidades), e pela distribuição dos fundos assim coletados aos seus cidadãos que tivessem créditos contra cidadãos dos outros Governos. O resíduo final resultante seria liquidado em dinheiro. Esse esquema poderia ter sido completamente bilateral e recíproco, o que é em parte, por ser sobretudo recíproco com referência à cobrança de dívidas comerciais. Mas a natureza completa da sua vitória permitia aos Governos aliados introduzir em seu favor algumas alterações do critério da reciprocidade. Destas as principais são as seguintes: enquanto a propriedade dos cidadãos dos países aliados dentro da jurisdição da Alemanha é transformada pelo Tratado, na conclusão da paz, em propriedade aliada, a propriedade dos alemães em jurisdição aliada deve ser liquidada na forma que descrevemos. Em consequência, qualquer propriedade alemã em boa parte do mundo poderá ser expropriada, e as grandes propriedades sob custódia pública nos países aliados podem ser mantidas em caráter permanente. Em segundo lugar, esses bens alemães estão sujeitos não só aos débitos dos alemães mas também à cláusula que determina o “pagamento das quantias devidas com relação às reclamações dos cidadãos de tal Potência Aliada ou Associada com respeito à sua propriedade, direitos e interesses no território das outras Potências Inimizadas” – como por exemplo a Turquia, a Bulgária e a Áustria.¹⁷ Trata-se de uma regra notável, que é naturalmente não-recíproca. Em terceiro lugar, qualquer saldo final devido à Alemanha não precisaria ser pago, podendo ser compensado contra os vários débitos do Governo alemão.¹⁸ A implementação efetiva desses Artigos é garantida pela entrega de escrituras, títulos e in-

¹⁷ A interpretação das palavras citadas entre aspas é um tanto dúbia. A frase é tão ampla que parece incluir as dívidas particulares, mas no projeto final do Tratado as dívidas particulares não são mencionadas explicitamente.

¹⁸ Essa norma é mitigada no caso da propriedade alemã na Polônia e nos outros novos Estados, onde o resultado da liquidação é pagável diretamente ao proprietário (Artigo 92).

formações.¹⁹ Em quarto lugar, os contratos anteriores à guerra entre cidadãos alemães e das Potências Aliadas podem ser cancelados ou revigorados, à escolha destes últimos, de forma que desses contratos todos os que favorecem a Alemanha serão cancelados, enquanto os que lhe são desvantajosos precisarão ser cumpridos.

b) Até aqui nos preocupamos com a propriedade alemã dentro de jurisdição aliada. A regra seguinte diz respeito à eliminação dos interesses alemães no território dos seus vizinhos e antigos aliados, assim como de alguns outros países. O Artigo 260 das cláusulas financeiras estabelece que dentro do prazo de um ano a partir da entrada em vigor do Tratado a comissão de reparações poderá exigir que o Governo da Alemanha exproprie seus cidadãos para transferir à comissão “quaisquer direitos e interesses dos cidadãos alemães em qualquer empreendimento ou concessão de utilidade pública²⁰ na Rússia, China, Turquia, Áustria, Hungria e Bulgária, ou nas possessões ou dependências desses Estados, ou ainda em qualquer território pertencente anteriormente à Alemanha ou a seus aliados, para ser cedido pela Alemanha ou seus aliados a qualquer Potência, ou para ser administrado mediante um mandato sob o presente Tratado.” É uma descrição abrangente, sobrepondo em parte as disposições tratadas sob (a) mas incluindo, deve-se notar, os novos Estados e territórios recortados dos antigos impérios russo, austro-húngaro e turco. Desse modo a influência da Alemanha é eliminada e seu capital confiscado em todos esses países vizinhos onde ela

¹⁹ Diz a Parte X, Seção IV, Anexo, Parágrafo 10: “Dentro de seis meses depois da entrada em vigor do presente Tratado, a Alemanha fornecerá a cada Potência Aliada ou Associada todos os títulos, certificados ou outros instrumentos de titulação de posse dos seus cidadãos e relativos à propriedade, direitos ou interesses situados no território daquela Potência Aliada ou Associada ... Para atender à demanda de Potência Aliada ou Associada a Alemanha fornecerá a qualquer momento a informação requerida com respeito à propriedade, aos direitos e interesses dos cidadãos alemães dentro do território dessa Potência Aliada ou Associada, ou com respeito a quaisquer transações relativas a tal propriedade, ou a tais direitos e interesses, efetuadas desde primeiro de julho de 1914.”

²⁰ “Qualquer empreendimento ou concessão de utilidade pública” é uma frase vaga, faltando uma interpretação precisa para esta norma.

poderia buscar sua futura sustentação, assim como um canal de escoamento para a sua energia, competência técnica e espírito empreendedor.

A execução detalhada desse programa lançará sobre a comissão de reparações uma tarefa peculiar, pois essa comissão terá a posse de um grande número de direitos e interesses, em um vasto território sujeito a uma obediência duvidosa, desorganizado pela guerra, o tumulto e o bolchevismo. A divisão do espólio entre os vitoriosos dará emprego também a uma agência poderosa, em cuja ante-sala se acumularão aventureiros cúpidos e ciumentos caçadores de concessões, procedentes de vinte ou trinta países.

Para evitar que a comissão de reparações por ignorância não exercite plenamente seus direitos, o Tratado estabelece ademais que o Governo da Alemanha deverá comunicar-lhe, dentro de seis meses da sua entrada em vigor, uma lista de todos os direitos e interesses em questão “já concedidos, contingentes ou ainda não exercidos”, e qualquer um que não seja objeto de tal comunicação dentro do período indicado será transferido automaticamente em favor dos Governos aliados.²¹ Não se sabe bem como uma norma desse tipo pode obrigar um cidadão alemão cuja pessoa e propriedade estejam fora da jurisdição do seu próprio governo; mas todos os países citados na lista acima estão sujeitos a pressões pelas autoridades aliadas, pela imposição de uma cláusula apropriada do Tratado ou por outra forma.

c) Há ainda uma terceira norma mais abrangente do que as citadas acima, que não afetam os interesses alemães em países neutros. Até primeiro de maio de 1921 a comissão de reparações tem o poder de exigir pagamento de até um milhão de libras esterlinas, *da maneira que estabelecer*, “seja em ouro, produtos, navios, títulos ou outros valores”.²² Essa disposição tem o efeito de atribuir à comissão, pelo período mencionado, poderes dita-

²¹ Artigo 260.

²² Artigo 235.

toriais sobre toda a propriedade alemã, de qualquer tipo. Com base nesse Artigo a comissão pode exigir a cessão de qualquer negócio, empresa ou propriedade, dentro ou fora da Alemanha; uma autoridade que pareceria estender-se não só à propriedade existente na data da paz mas a qualquer outra que possa ter sido criada ou adquirida em qualquer momento nos dezoito meses seguintes. Por exemplo: a comissão poderia dirigir-se (como presumivelmente o fará logo que se estabelecer) à poderosa empresa alemã conhecida como *Deutsche Ueberseeische Elektrizitätsgesellschaft* (a DUEG), que funciona na América do Sul, transferindo-a em benefício de interesses aliados. A cláusula citada é inequívoca e abrangente. De passagem vale observar que ela introduz um novo princípio no procedimento de cobrança de indenizações. Até aqui, uma quantia era fixada e a nação multada tinha a liberdade de decidir os meios de pagamento. Neste caso, porém, os credores podem, durante um certo período, não só exigir uma certa soma mas especificar o tipo especial de valor em que o pagamento deve ser feito. Assim, os poderes da comissão de reparações – assunto que trato mais especialmente no próximo capítulo – podem ser empregados para destruir a organização comercial e econômica da Alemanha, além de receber os pagamentos devidos.

O efeito cumulativo de (a), (b) e (c), assim como de outras certas determinações menores que considero desnecessário desenvolver aqui, é retirar da Alemanha tudo que ela possui fora das suas novas fronteiras, criadas pelo Tratado. Melhor dito, é habilitar os aliados a retirar-lhe esses recursos, à sua vontade, uma tarefa que ainda não foi executada. Seus investimentos ultramarinos são tomados, suas vinculações terminadas e o mesmo processo de extirpação é aplicado aos territórios dos seus antigos aliados, e dos seus vizinhos terrestres imediatos.

5) Se por alguma omissão as normas acima indicadas tenham deixado de considerar qualquer possível contingência, há outros Artigos no Tratado que provavelmente não acrescentam

muito, em termos práticos, aos que já descrevi, mas que merecem uma breve menção para mostrar a seriedade com que as potências vitoriosas se empenharam na sujeição econômica do inimigo derrotado.

Antes de mais nada há uma cláusula geral de renúncia: “No território além das suas fronteiras européias, conforme fixadas pelo presente Tratado, a Alemanha renuncia todos os direitos, títulos e privilégios no território que lhe pertencia ou a seus aliados, ou sobre ele, e todos os direitos, títulos e privilégios, de qualquer origem, que tivesse com relação às Potências Aliadas e Associadas...”²³

Seguem-se algumas disposições mais específicas. A Alemanha renuncia todos os direitos e privilégios que possa ter adquirido na China,²⁴ no Sião,²⁵ Libéria,²⁶ Marrocos²⁷ e Egito.²⁸ No caso do Egito, há não só a renúncia aos privilégios especiais como também, pelo Artigo 150, as liberdades ordinárias são anuladas, e o Governo do Egito recebe “completa liberdade de ação na regulamentação do *status* dos cidadãos alemães e das condições sob as quais podem estabelecer-se no Egito”.

Pelo Artigo 258 a Alemanha renuncia seu direito a participar de qualquer organização financeira ou econômica de caráter internacional “funcionando em qualquer um dos Estados Aliados ou Associados, ou na Áustria, Hungria, Bulgária ou Turquia, ou nas dependências desses Estados, assim como no antigo Império Russo”.

²³ Artigo 118.

²⁴ Artigos 129 e 132.

²⁵ Artigos 135-7.

²⁶ Artigos 135-140.

²⁷ Artigo 141: “A Alemanha renuncia a todos os direitos, títulos e privilégios a ela conferidos pelo Ato de Algeciras, de 7 de abril de 1906, e pelos acordos franco-alemães de 9 de fevereiro de 1909 e 4 de novembro de 1911 ...”

²⁸ Artigo 148: “Todos os tratados, acordos, arranjos e contratos concluídos pela Alemanha, com o Egito são considerados revogados a partir de 4 de agosto de 1914.” Artigo 153: “Toda propriedade e todas as possessões do Império Alemão e dos Estados Alemães são transferidas para o Governo do Egito, sem pagamento.”

De modo geral, dos tratados e as convenções anteriores à guerra só permanecem de pé os que interessam aos Governos aliados; os que favorecem a Alemanha deixam de existir.²⁹

É evidente, contudo, que nenhuma dessas disposições têm importância real, comparadas com as que descrevemos previamente. Elas completam a sujeição da Alemanha, em termos legais e econômicos, à conveniência dos aliados, sem acrescentar substancialmente à sua efetiva debilitação.

II

As disposições relativas ao carvão e ao ferro são mais importantes no que se refere a suas últimas conseqüências sobre a indústria alemã, e também pelo valor monetário imediatamente envolvido. Com efeito, o Império Alemão foi construído mais sobre o carvão e o ferro do que sobre o sangue e o ferro. A exploração eficiente dos grandes depósitos de carvão do Ruhr, da Alta Silésia e do Sarre tornou possível o desenvolvimento das indústrias siderúrgica, química e elétrica, que fizeram da Alemanha a primeira nação industrial da Europa continental. Um terço da população alemã vive em cidades de mais de 20.000 habitantes, uma concentração industrial que só é possível com base no carvão e no ferro. Assim, ao vulnerar a sua produção de carvão, os políticos franceses não se equivocavam de alvo. Somente a excessiva falta de moderação das exigências do Tratado, que chega à impossibilidade técnica, pode no longo prazo salvar a situação.

I) O Tratado fere a produção de carvão na Alemanha de quatro modos:

²⁹ Artigo 289.

i) “Como compensação pela destruição das minas de carvão do Norte da França, e como pagamento parcial das reparações totais devidas pela Alemanha, pelo dano resultante da guerra, a Alemanha cede à França, com posse plena e absoluta, direitos exclusivos de exploração, sem ônus, e livres de todas as dívidas e ônus de qualquer espécie, as minas de carvão situadas na bacia do Sarre.”³⁰ Embora a administração desse distrito caiba à Liga das Nações pelo período de quinze anos, deve-se observar que as minas são cedidas à França *absolutamente*. Dentro de quinze anos a população desse distrito deverá escolher em um plebiscito a futura soberania sobre o território; na hipótese de a escolha for pela união com a Alemanha, este país poderá recomprar as minas por um preço estabelecido em ouro.³¹

O julgamento do mundo já reconheceu a transação do Sarre como um ato de expoliação e insinceridade. No que respeita a compensação pela destruição das minas de carvão francesas, ela já está providenciada, como veremos adiante, em outra parte do Tratado. Sobre o Sarre os representantes da Alemanha disseram o seguinte, sem ser contestados: “Em nenhuma região industrial da Alemanha a população é tão permanente, homogênea e tão pouco complexa como a do distrito do Sarre. Em 1918 havia, entre mais de 650.000 habitantes, menos de 100 franceses. O Sarre é alemão há mais de mil anos. A sua ocupação temporária devido a operações militares dos franceses terminou sempre brevemente na restauração do país, com a conclusão da paz. Durante um período de 1.048 anos a França teve a posse da região por um total de menos de 68 anos. Quando, na oportunidade do primeiro Tratado de Paris, em 1814, uma pequena porção desse território, agora ambicionado, foi retido pela França, sua população se empenhou na oposição mais enérgica, exigindo ‘reunir-se com a pátria alemã’, a que estava vinculada ‘pela língua, os

³⁰ Artigo 45.

³¹ Parte IV, Seção IV, Anexo, Capítulo III.

costumes e a religião'. Após a ocupação, durante um ano e um quarto, seu desejo foi levado em conta pelo segundo Tratado de Paris, em 1815. E desde então o Sarre permaneceu ininterruptamente associado à Alemanha, e deve a essa associação o seu desenvolvimento econômico."

Os franceses queriam o carvão para explorar as jazidas de ferro da Lorena, e no espírito de Bismarck eles o tomaram.

Portanto, o que tornava essa ação indefensável não era o precedente, mas a palavra dos aliados.³²

ii) A Alta Silésia, um distrito sem grandes cidades, que conta com uma das maiores reservas de carvão da Alemanha (sua produção corresponde a 23% do total), depende de um plebiscito para ser cedido à Polônia,³³ mas historicamente nunca fez parte

³² "Assumimos a propriedade das minas do Sarre, e para não enfrentarmos inconvenientes na exploração desses depósitos de carvão criamos um pequeno Estado para os 600.000 alemães que habitam essa província carbonífera, e dentro de quinze anos procuraremos levá-los a declarar que desejam ser franceses. Sabemos o que isso significa. Durante esses quinze anos vamos trabalhar sobre eles, atacá-los de todos os lados, até que subscrevam uma declaração de amor. Evidentemente é um procedimento menos brutal do que o golpe de força que nos extraiu a Alsácia-Lorena e seus habitantes. No entanto, se é um gesto menos brutal, por outro lado é mais hipócrita. Entre nós sabemos muito bem que se trata de uma tentativa de anexar esses seiscentos mil alemães. Pode-se compreender perfeitamente as razões de natureza econômica que levaram Clemenceau a querer nos trazer essas jazidas de carvão do Sarre, mas para adquiri-las será preciso admitir que queremos brincar com esses seiscentos mil alemães para torná-los franceses dentro de quinze anos?" (M. Hervé em *La Victoire*, 31 de maio de 1919).

³³ Esse plebiscito é a mais importante das concessões feitas à Alemanha na Nota final dos Aliados, devida principalmente a Lloyd George, que nunca aprovou a política dos Aliados sobre as fronteiras orientais da Alemanha. O plebiscito não poderá ser realizado antes da primavera de 1920, e poderá mesmo ser adiado para 1921. Entrementes a província será governada por uma comissão aliada. A votação será feita por comunas, e os aliados determinarão as fronteiras definitivas, levando em conta em parte os resultados da votação em cada comuna e em parte "as condições geográficas e econômicas da localidade". Prever o resultado exigiria um grande conhecimento local. Votando em favor da Polónia uma comuna pode escapar do pagamento de indenizações e de impostos esmagadores, um fator não desprezível. Por outro lado, a situação de bancarrota e a incompetência do novo Estado polonês podem desestimular aqueles inclinados a votar em base econômica e não racial. Já se disse também que na Alta Silésia as condições de vida em setores como a saúde pública e a legislação social são incomparavelmente melhores do que nos distritos poloneses adjacentes, onde essa legislação é incipiente. O argumento no texto presume que a Alta Silésia deixará de ser alemã, mas muito pode ocorrer em um ano, e essa premissa está longe de ser certa.

desse país; sua população é mista – polonesa, alemã e tcheca, em proporções sujeitas a controvérsia.³⁴ Do ponto de vista econômico, a região é intensamente alemã; as indústrias da parte oriental da Alemanha dependem do seu carvão, e sua perda seria um golpe destrutivo contra a estrutura econômica do Estado alemão.³⁵

Com a perda das jazidas da Alta Silésia e do Sarre, o suprimento de carvão da Alemanha ficará reduzido em quase um terço.

iii) Da produção de carvão que lhe restou, a Alemanha está obrigada a cobrir cada ano a perda estimada sofrida pela França com a destruição e os danos de guerra sofridos pelas minas de

³⁴ As autoridades alemãs alegam, sem ser refutadas, que a julgar por eleições anteriores um terço da população escolheria a Polônia, e dois terços a Alemanha.

³⁵ Não se deve esquecer, porém, que entre as outras concessões relativas à Silésia, constantes da Nota final aliada, há o Artigo 90, segundo o qual “a Polônia se compromete a permitir, por um período de quinze anos, a exportação para a Alemanha da produção das minas localizadas em qualquer parte da Alta Silésia e transferidas para a Polônia de acordo com o presente Tratado. Essa produção estará livre de todas as taxas ou restrições impostas à exportação. A Polônia concorda em tomar todos os passos necessários para garantir que esses produtos estejam disponíveis para venda a compradores na Alemanha, em condições tão favoráveis quanto as aplicáveis aos mesmos produtos vendidos em condições semelhantes a compradores na Polônia ou em qualquer outro país.” Isso aparentemente não corresponde a um direito de primeira escolha, e não é fácil calcular suas conseqüências práticas efetivas. É evidente, contudo, que na medida em que essas minas forem mantidas com sua antiga eficiência, e na medida em que a Alemanha esteja em posição de adquirir em quantidade substancial os antigos suprimentos originados nessa fonte, a perda se limitará ao efeito de tal operação sobre seu balanço de comércio, sem as repercussões mais sérias sobre a vida econômica do país contempladas no texto. Assim, esta é uma oportunidade para que os aliados tornem mais tolerável a operação efetiva do Tratado. É preciso acrescentar que os alemães indicaram que o mesmo argumento econômico com o qual as jazidas do Sarre foram entregues à França justifica manter a Alta Silésia na Alemanha. Na verdade, enquanto as minas da Silésia são essenciais para a vida econômica da Alemanha, a Polônia não as necessita. Da demanda polonesa de antes da guerra, da ordem de 10,5 milhões de toneladas anuais, 6,8 milhões de toneladas eram fornecidas pelos distritos poloneses adjacentes à Silésia; 1,5 milhões vinham da Alta Silésia (de uma produção total de 43,5 milhões de toneladas), e o saldo vinha do que passou a ser Tchecoslováquia. Mesmo sem qualquer suprimento da Alta Silésia e da Tchecoslováquia, a Polónia provavelmente poderia chegar à auto-suficiência se explorasse plenamente suas jazidas, às quais falta ainda uma exploração em base científica, ou dos depósitos da Galícia Ocidental, que serão agora anexadas ao território polonês.

carvão das suas províncias setentrionais. No parágrafo 2 do Anexo V do capítulo sobre reparações “a Alemanha se compromete a fornecer à França anualmente, por um período não superior a dez anos, uma quantidade de carvão igual à diferença entre a produção anual antes da guerra das minas de carvão de Nord e Pas de Calais, destruídas em consequência da guerra, e a produção das minas da mesma área durante o ano em questão: fornecimento que não excederá 20 milhões de toneladas em qualquer um dos cinco primeiros anos, e 8 milhões de toneladas em qualquer outro ano dos cinco anos seguintes.”

Trata-se de uma obrigação em si mesma razoável, que a Alemanha deveria poder cumprir se lhe tivessem sido deixados outros recursos que permitissem fazê-lo.

iv) A disposição final relativa ao carvão é parte do esquema geral do capítulo das reparações, pelo qual as importâncias devidas a título de reparação devem ser pagas parcialmente em produtos em vez de dinheiro. Como parte desse pagamento, a Alemanha deve fazer os seguintes fornecimentos de carvão ou o seu equivalente em coque (o fornecimento à França é adicional às quantias resultantes da cessão do Sarre ou em compensação pela destruição das minas da França Setentrional):

a) à França 7 milhões de toneladas anualmente durante dez anos;³⁶

b) à Bélgica, 8 milhões de toneladas anualmente, durante dez anos;

c) à Itália, uma quantidade anual crescente, de 4,5 milhões de toneladas em 1919-20 a 8,5 milhões em cada um dos seis anos 1923-4 até 1928-9.

O que significa o total médio anual de cerca de 25 milhões de toneladas.

³⁶ A França deve receber ainda, anualmente, durante três anos, 35.000 toneladas de benzol, 50.000 de alcatrão e 30.000 de sulfato de amônia.

* * *

Esses dados precisam ser examinados em relação com a provável produção total da Alemanha. O valor máximo atingido antes da guerra foi o de 1913, com um total de 191,5 milhões de toneladas, das quais 19 milhões foram consumidas nas minas, e o saldo (ou seja, exportações menos importações) de 33,5 milhões de toneladas era exportado, deixando 139 milhões para o consumo interno. Estima-se que a composição desse consumo era a seguinte (em milhões de toneladas):

Ferrovias	18,0
Gás, água, eletricidade	12,5
Estoques	6,5
Uso doméstico, agricultura, pequena indústria	24,0
Indústria	78,0
	<hr/>
	139,0

A diminuição prevista da produção, devido a perdas territoriais, é a seguinte (em milhões de toneladas):

Alsácia-Lorena	3,8
Bacia do Sarre	13,2
Alta Silésia	43,8
	<hr/>
	60,8

Tomando como base a produção de 1913, sobrariam 130,7 milhões de toneladas ou seja, deduzindo o consumo nas próprias minas, algo como 118 milhões de toneladas. Durante alguns anos precisarão ser fornecidas até 20 milhões de toneladas à França (compensação pelo dano causado às minas desse país) e

mais 25 milhões à França, Bélgica, Itália e Luxemburgo.³⁷ Como o primeiro valor é um máximo, e o segundo deverá ser um pouco menor nos primeiros anos, podemos admitir que seja de 40 milhões de toneladas a exportação total para os países aliados, restando 78 milhões para serem usadas na Alemanha, cujo consumo antes da guerra era de 139 milhões de toneladas.

No entanto, para ser exata essa comparação exige uma modificação substancial. De um lado, é certo que não podemos contar com os dados da produção anterior à guerra para dimensionar a produção atual. Durante 1918 a produção foi de 161,5 milhões (inferior portanto aos 191,5 milhões de 1913). E na primeira metade de 1919 não atingiu 50 milhões de toneladas, se excetuarmos a Alsácia-Lorena e o Sarre, incluindo embora a Alta Silésia – o que corresponde a uma produção anual da ordem de 100 milhões de toneladas.³⁸ Em parte as causas dessa redução são excepcionais e temporárias, mas as autoridades alemãs afirmam, sem ser contestadas, que algumas dessas causas deverão persistir por um certo tempo. Em parte, são as mesmas de outros países: a jornada de trabalho foi reduzida de oito horas e meia para sete, e não é provável que o Governo central tenha condições de restaurar a jornada anterior. Além disso, o equipamento das minas se encontra em más condições (devido à falta de certos insumos essenciais devido ao bloqueio), a eficiência dos trabalhadores foi muito prejudicada pela desnutri-

³⁷ A comissão de reparações está autorizada pelo Tratado (Parte VIII, Anexo V, Parágrafo 10) a “adiar ou cancelar fornecimentos”, se considerar que “o pleno exercício das opções seguintes interferiria indevidamente com as necessidades industriais da Alemanha”. No caso de tal cancelamento ou adiamento, “o carvão destinado a repor o que vinha sendo produzido por minas que foram destruídas terá prioridade sobre os demais fornecimentos.” Essa cláusula final terá a maior importância se, como veremos, for fisicamente impossível para a Alemanha fornecer todos os 45 milhões de toneladas; significa que a França receberá 20 milhões de toneladas antes que a Itália possa receber qualquer quantidade. A comissão de reparações não tem o poder de modificar essa regra. A imprensa italiana não deixou de observar o seu significado, e alega que a cláusula foi introduzida durante a ausência dos representantes italianos em Paris (*Corriere della Sera*, 19 de julho de 1919).

³⁸ Portanto, a produção atual da Alemanha se reduziu a cerca de sessenta por cento da de 1913. Como é natural, o efeito sobre as reservas tem sido desastroso, e as perspectivas para o próximo inverno são ameaçadoras.

ção (que não poderá ser remediada se uma pequena parte das reparações de guerra for satisfeita, o que fará com que o padrão de vida caia) e as baixas provocadas pela guerra diminuiu o número de mineiros. A analogia com as condições inglesas é suficiente para demonstrar que não podemos esperar da Alemanha o nível de produção de antes da guerra. As autoridades alemãs calculam a perda de produção em cerca de trinta por cento, divididos igualmente entre o efeito da redução da jornada e os outros fatores. Um dado que de modo geral parece plausível, embora eu não tenha condições de endossá-lo ou rejeitá-lo.

O dado de antes da guerra, de 118 milhões de toneladas líquidas (levando em conta a perda territorial e o consumo nas próprias minas) deve reduzir-se assim a pelo menos 100 milhões de toneladas, tendo em vista os fatores acima indicados.³⁹ Se 40 milhões de toneladas devem ser exportadas para os aliados, restarão 60 milhões para atender ao consumo interno. A demanda também diminuirá, além da oferta, devido à perda territorial, mas mesmo a estimativa mais extravagante dessa diminuição não ultrapassaria 29 milhões de toneladas.⁴⁰ Assim, nosso cálculo hipotético das necessidades internas da Alemanha no pós-guerra admitida a eficiência de antes da guerra da indústria e das ferrovias, é de 110 milhões de toneladas de carvão, contra uma produção não superior a 100 milhões de toneladas, das quais 40 milhões estão hipotecadas aos aliados.

A importância do tema me levou a uma análise estatística um tanto extensa. É evidente que não podemos atribuir um significado definitivo aos dados precisos a que chegamos, que são hipotéticos e sujeitos a dúvidas.⁴¹ Mas a verdade é que o caráter

³⁹ Admitindo uma perda de produção de quinze por cento, em vez dos trinta por cento estimados.

⁴⁰ O que supõe uma baixa de vinte e cinco por cento da atividade industrial, e uma diminuição de treze por cento nos outros tipos de demanda.

⁴¹ É preciso lembrar ao leitor em particular o fato de que esse cálculo não leva em conta a produção alemã de linhita, que em 1913 era de 13 milhões de toneladas de linhita pura, além de 21 milhões de toneladas convertidos em briquete. No entanto, essa quantidade de linhita era consumida na Alemanha, antes da guerra, *além* da quantidade de carvão que

geral dos fatos é irresistível. Considerando a perda de território e de eficiência, se continuar a ser uma nação industrial a Alemanha não poderá exportar carvão no futuro próximo (e dependerá mesmo de compras na Alta Silésia, de acordo com o direito que lhe é assegurado pelo Tratado). Cada milhão de toneladas que for obrigada a exportar terá como preço o fechamento de uma indústria. Dentro de certos limites isso *é possível*, com resultados que consideraremos mais adiante. Mas é evidente que a Alemanha não pode dar e não dará aos aliados uma contribuição de quarenta milhões de toneladas por ano. Os ministros dos países aliados que prometeram o contrário aos seus povos mentiram para tranqüilizar a Europa a respeito do caminho para o qual ela está sendo conduzida.

A existência de disposições ilusórias como esta (entre outras) nas cláusulas do Tratado é um perigo para o futuro. As expectativas mais extravagantes com relação ao pagamento das reparações de guerra, com que alguns ministros das finanças enganaram o seu público, não serão mais ouvidas depois de servirem o objetivo imediato de adiar a tributação e a contenção de gastos. Mas as cláusulas relativas ao carvão continuarão sendo lembradas, porque é absolutamente vital para os interesses da França e da Itália que esses países façam o possível para assegurar-lhes o cumprimento. Em consequência da redução da produção francesa, devido à destruição causada pelos alemães, assim como da menor produção no Reino Unido e em outros países, e de muitas causas secundárias, como a destruição do sistema de transporte, a pouca organização e eficiência dos novos governos, a situação de toda a Europa em termos de carvão é quase desesperadora.⁴² Por isso a França e a Itália, entrando na

indicamos. Não sou competente para dizer em que medida o déficit de carvão pode ser compensado pelo maior uso da linhita ou por uma forma mais econômica da sua utilização, mas algumas autoridades acreditam que a Alemanha pode conseguir uma compensação substancial por esse déficit recorrendo mais a suas jazidas de linhita.

⁴² Em julho de 1919 Hoover estimava que, excluídos a Rússia e os Balcãs, a produção de carvão da Europa tinha caído de 679,5 milhões de toneladas para 443 milhões, devido em

disputa sobre certos direitos do Tratado, não os abandonarão facilmente.

Como acontece geralmente nos dilemas reais, os argumentos da França e da Itália terão muita força – de certo ponto de vista serão mesmo irrespondíveis. Com efeito, a situação será apresentada como uma disputa entre a indústria alemã, de um lado, de outro a francesa e a italiana. Pode-se admitir que a entrega do carvão destruirá a indústria alemã; mas é também possível afirmar que se isso não for feito a indústria francesa e a italiana serão prejudicadas. Nessa situação, não será natural que prevaleça o interesse dos vitoriosos na guerra, com base nos direitos conferidos pelo Tratado, especialmente quando boa parte dos danos a essas indústrias foram provocados por ações perversas dos derrotados? Contudo, se se consentir que prevaleçam esses sentimentos e esses direitos além do que recomenda a sabedoria, as conseqüências sobre a vida social e econômica da Europa Central serão importantes demais para limitar-se a seus limites originais.

Mas este ainda não é todo o problema. Para que a França e a Itália corrijam suas deficiências de carvão com a produção alemã, a Europa setentrional, a Suíça e a Áustria, que previamente atendiam o seu consumo de carvão em grande parte com a produção exportável da Alemanha, terão dificuldades de suprimento. Antes da guerra 13,6 milhões de toneladas das exportações alemãs iam para a Áustria-Hungria. E como quase todas as jazidas de carvão do antigo Império estão fora do território do que é hoje a Áustria, se esse país não puder contar com o carvão da Alemanha será completo o desastre na indústria austríaca. E a situação dos vizinhos neutros da Alemanha, que antes importavam carvão em parte da Grã-Bretanha e em grande parte da Alemanha, não será menos grave; eles farão um grande

menor grau a perdas de material e mão de obra, mas sobretudo em função da redução do esforço físico, depois dos sofrimentos e privações da guerra, a falta de equipamento rolante e meios de transporte, assim como o destino político incerto de algumas regiões mineradoras.

esforço para condicionar ao recebimento de carvão a venda para os alemães de certos produtos essenciais, o que na verdade já está acontecendo.⁴³ Com a desordem na economia monetária, prevalece a prática do escambo no comércio internacional. Hoje, na Europa Central e Sul-Oriental o dinheiro raramente reflete o valor do comércio, e não necessariamente terá poder de compra; assim, o país que disponha de um produto essencial para o consumo de outro tenderá a vendê-lo não por dinheiro, mas em troca do fornecimento de algum artigo de que necessite. Esta é uma complicação extraordinária, comparada com a simplicidade quase perfeita do comércio internacional em outros tempos. No entanto, nas condições não menos extraordinárias em que hoje se encontra a indústria, o sistema do escambo não deixa de apresentar certas vantagens como um meio para estimular a produção. Os chamados “turnos da manteiga” do Ruhr⁴⁴ mostram a medida em que a Europa moderna retrocedeu no sentido do escambo, fornecendo uma ilustração pitoresca da baixa organização econômica a que nos está levando rapidamente a desordem da moeda e do livre comércio entre as pessoas e os países. Assim, a troca de produtos pode ser o único meio de assegurar o suprimento de carvão.⁴⁵

No entanto, se a Alemanha tiver carvão disponível para seus vizinhos neutros, a França e a Itália podem proclamar em voz alta que nesse caso terá condições de cumprir as obrigações impostas pelo Tratado, e deve cumpri-las. Haverá aí uma grande demonstração de justiça, e será difícil debitar contra essas rei-

⁴³ Durante a guerra foram negociados numerosos acordos comerciais desse tipo. Só no mês de junho de 1919 acordos menores prevendo o pagamento em carvão foram assinados pela Alemanha com a Dinamarca, Noruega e Suíça. As quantidades envolvidas não eram grandes, mas sem esses acordos a Alemanha não teria conseguido importar manteiga da Dinamarca, óleos e arenque da Noruega, leite e gado da Suíça.

⁴⁴ “Cerca de 60.000 mineiros do Ruhr concordaram em trabalhar turnos extra — os chamados “turnos da manteiga”, produzindo carvão a ser exportado para a Dinamarca, que pagará esse produto com manteiga. A manteiga será fornecida de preferência aos mineiros, que trabalharam especialmente para consegui-la” (*Kölnische Zeitung*, 11 de junho de 1919).

⁴⁵ Qual será a perspectiva de organizar “turnos de uísque” na Inglaterra?

vindicações os possíveis fatos de que, embora os mineiros alemães trabalhem em troca de manteiga, nada os obrigará a produzir carvão que em nada os beneficiará; e se a Alemanha não tiver carvão para exportar a seus vizinhos ela poderá não dispor das importações essenciais que garantam a sustentação da sua economia.

Se a distribuição do carvão europeu passar a ser uma competição renhida para suprir primeiro a França, em seguida a Itália, passando depois a uma disputa entre os demais países, o futuro da indústria européia será negro, aumentando as possibilidades de uma revolução. É uma situação em que os interesses e reivindicações particulares, por mais bem fundados no sentimento ou na justiça, devem ceder lugar à soberania do expediente. Se há alguma verdade na estimativa de que a produção européia de carvão caiu em um terço, estamos diante de um quadro em que a distribuição desse produto deve obedecer a um critério de grande imparcialidade, de acordo com as necessidades de cada país, e não se deve desprezar qualquer estímulo para aumentar a produção e criar meios de transporte econômicos. A criação de uma comissão européia do carvão pelo Conselho Supremo dos aliados, em agosto de 1919, com delegados da Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Polônia e Tchecoslováquia, foi uma medida sensata que, utilizada apropriadamente e ampliada, poderá contribuir muito para a solução do problema. Mas o que me interessa aqui é determinar as conseqüências, *per impossibile*, da aplicação estrita do Tratado.⁴⁶

⁴⁶ Já em primeiro de setembro de 1919 a comissão do carvão precisou enfrentar a impraticabilidade física de implementar as exigências do Tratado, e concordou em modificá-las do seguinte modo: “Nos próximos seis meses a Alemanha fará fornecimentos correspondentes a uma exportação anual de 20 milhões de toneladas, comparadas com os 43 milhões estabelecidos do Tratado de Paz. Se a produção total da Alemanha exceder o nível atual, de cerca de 108 milhões de toneladas anuais, 60% da produção adicional, até o máximo de 128 milhões de toneladas, será fornecido à *Entente*, e 50% de qualquer produção extra além desse nível, até que se alcance a quantidade estabelecida no Tratado de Paz. Se a produção total cair abaixo de 108 milhões de toneladas, a *Entente* examinará a situação, depois de ouvir a Alemanha, e a levará em conta.”

As disposições relativas ao minério de ferro requerem uma atenção menos detalhada, embora seus efeitos sejam destrutivos. Exigem menos atenção porque são em grande parte inevitáveis. Quase exatamente 75% do minério de ferro produzido na Alemanha em 1913 provinha da Alsácia-Lorena.⁴⁷ Esta a importância dos territórios perdidos.

Não há dúvida de que a Alemanha deve perder essas jazidas. A única dúvida é em que medida ela terá facilidades para comprar a sua produção. A delegação alemã se esforçou para garantir a inclusão de uma cláusula pela qual o carvão e o coque a serem fornecidos à França fossem trocados por *minette* da Lorena. Mas não tiveram êxito, e essa hipótese continua a ser uma opção da França.

As razões que explicam a eventual política francesa não são totalmente concordantes. Enquanto a Lorena contribuía com 75% da produção alemã de minério de ferro, só 25% dos fornos siderúrgicos se encontram nessa região ou no Sarre; uma grande proporção do minério é transportada para o território da Alemanha. Aproximadamente a mesma proporção dos fornos de ferro e aço da Alemanha (cerca de 25 por cento) estão situados na Alsácia-Lorena. No momento, portanto, a decisão mais econômica e lucrativa seria certamente exportar para a Alemanha, como tem acontecido até hoje, uma parte considerável da produção dessas minas.

Por outro lado, tendo recuperado as jazidas da Lorena, a França deverá procurar a substituição das indústrias que a Alemanha tinha instalado ali por outras situadas dentro das suas fronteiras. Mas muito tempo vai passar até que a França desenvolva as instalações e a mão de obra qualificada, e mesmo assim não terá condições de lidar com o seu minério a não ser que

⁴⁷ 21.136.265 toneladas, de um total de 28.607.903 toneladas. A perda de minério da Alta Silésia é insignificante. No entanto, a exclusão do ferro e aço de Luxemburgo da união aduaneira alemã é importante, especialmente quando essa perda se acrescenta à da Alsácia-Lorena. Pode-se acrescentar, incidentalmente, que a Alta Silésia produz 75% do zinco alemão.

receba o carvão da Alemanha. Por outro lado, a incerteza a respeito do destino do Sarre será um fator de perturbação dos cálculos feitos pelos capitalistas que contemplem criar novas indústrias na França.

Com efeito, neste caso, como em outros, as considerações políticas se impõem às econômicas. Em um regime de livre comércio e de livre intercâmbio econômico, teria pouca importância o fato de o ferro estar de um lado da fronteira enquanto o carvão, a mão de obra e os fornos siderúrgicos estão do outro. No entanto, como as coisas são, os homens inventaram modos de se empobrecer mutuamente, e preferem a animosidade coletiva à felicidade individual. Levando em conta as paixões e os impulsos existentes hoje na sociedade capitalista européia, parece certo que a produção efetiva de ferro no continente deva ser prejudicada por uma nova fronteira política (imposta pelos sentimentos prevaletentes e a justiça histórica), porque o nacionalismo e os interesses privados podem assim criar uma nova fronteira econômica ao longo das mesmas linhas. Na atual governança européia, estas últimas considerações prevalecem sobre a necessidade do continente de ter uma produção mais regular e eficiente, para reparar a destruição causada pela guerra e satisfazer a insistência dos trabalhadores em obter melhores salários.⁴⁸

É provável que as mesmas influências prevaleçam, embora em menor escala, no caso da transferência da Alta Silésia para a Polônia. Enquanto a Silésia tem pouco ferro, a presença de carvão levou à instalação de numerosos fornos siderúrgicos. Qual será o seu destino? Se a Alemanha tiver cortado o seu suprimen-

⁴⁸ Em abril de 1919 o Ministério das Munições britânico enviou uma comissão técnica para examinar as condições da indústria de ferro e aço na Lorena e nas áreas ocupadas da Alemanha. Seu relatório afirma que as usinas da Lorena, e em menor escala no vale do Sarre, dependem de suprimento de carvão e coque da Vestfália. Para obter um bom coque é necessário misturar o carvão da Vestfália com o do Sarre. Essa completa dependência da Alemanha em que se encontra toda a indústria siderúrgica da Lorena a coloca, segundo o relatório “em posição muito pouco invejável”.

to de minério no Oeste, poderá exportar, no Leste, uma parte do pouco que lhe restará? Parece certo que diminuirão a eficiência e a produção dessa indústria.

Assim, o Tratado provoca uma desorganização econômica, o que limita ainda mais a riqueza reduzida de toda a comunidade. As fronteiras econômicas que deverão separar o carvão e o ferro sobre os quais se assenta a indústria moderna não só reduzirão a produção de mercadorias úteis como poderão talvez ocupar um número imenso de trabalhadores transportando inutilmente ferro ou carvão – conforme o caso –, por muitas milhas, para satisfazer os ditames de um tratado político ou devido à criação de obstruções à localização correta da indústria.

III

Restam aquelas disposições do Tratado relacionadas com o transporte e o sistema aduaneiro da Alemanha. São componentes do instrumento que não têm a mesma importância ou significado daqueles que já discutimos. São alfinetadas, interferências e embaraços, mercedores de objeção não tanto pelas suas consequências concretas mas porque desonram os aliados, tendo em vista os propósitos que eles defendem. Que o leitor considere o que se segue à luz das garantias já citadas, com base nas quais a Alemanha depôs as armas.

As cláusulas econômicas mistas começam com algumas disposições que estariam de acordo com o espírito do terceiro dos Quatorze Pontos de Wilson – se fossem recíprocas. Tanto no que se refere às importações como às exportações, tarifas, regulamentos e proibições, a Alemanha se compromete durante cinco anos a conceder o tratamento de nação mais favorecida aos Estados Aliados e Associados, embora ela não tenha direito a igual tratamento.⁴⁹

⁴⁹ Artigos 264, 265, 266 e 267. Essas disposições só podem ser prorrogadas além de cinco anos pelo Conselho da Liga das Nações.

Durante cinco anos a Alsácia-Lorena poderá exportar livremente para a Alemanha, sem o pagamento de direitos aduaneiros, até o limite da média do enviado anualmente para a Alemanha entre 1911 e 1913.⁵⁰ Mas não há privilégio semelhante concedido às exportações alemãs para a Alsácia-Lorena.

Durante três anos as exportações da Polônia para a Alemanha (e durante cinco anos as exportações de Luxemburgo) têm o mesmo privilégio,⁵¹ não extensivo às exportações alemãs para esses dois países. Luxemburgo, por outro lado, que por muitos anos vinha gozando os benefícios da inclusão na união aduaneira alemã, está doravante dela excluído.⁵²

Durante seis meses depois da entrada em vigor do Tratado a Alemanha não poderá impor tarifas sobre as importações das Potências Aliadas ou Associadas que sejam mais elevadas do que as mais favoráveis existentes antes da guerra; e por um período adicional de dois anos e meio (completando assim o prazo total de três anos) essa proibição continuará em vigor com respeito a certos produtos, notadamente alguns sobre os quais havia acordos especiais antes da guerra, assim como ao vinho, óleos vegetais, seda artificial, lã lavada ou alvejada.⁵³ Trata-se de uma norma injuriosa e ridícula, que impede a Alemanha de tomar as medidas necessárias para conservar seus limitados recursos, de modo a poder adquirir o essencial e efetuar o pagamento das reparações de guerra. Em consequência da distribuição da riqueza na Alemanha e da extravagância financeira dos indivíduos, resultado da incerteza, a Alemanha está ameaçada por uma inundação de artigos de luxo vindos do exterior, produtos aos

⁵⁰ Artigo 268 (a).

⁵¹ Artigo 268 (b) e (c).

⁵² O Grão-Ducado de Luxemburgo é também desneutralizado, e a Alemanha se compromete a “aceitar previamente todos os arranjos internacionais que possam ser concluídos pelas Potências Aliadas e Associadas com respeito ao Grão-Ducado” (Artigo 40). No fim de setembro de 1919 foi realizado um plebiscito para determinar se Luxemburgo se uniria à área aduaneira francesa ou à belga, tendo sido escolhida a primeira por maioria substancial. O eleitorado não teve uma terceira opção – manter a união com a Alemanha.

⁵³ Artigo 269.

quais durante anos não teve acesso – importações que poderiam exaurir ou pelo menos reduzir substancialmente sua pequena disponibilidade de moeda estrangeira. Essas disposições ferem a autoridade do governo alemão de reduzir esse tipo de consumo, assim como de aumentar a tributação em um período crítico. É um exemplo de cupidez excessiva e despropositada: depois de retirar da Alemanha toda a sua riqueza líquida, e de obrigá-la a pagamentos futuros impossíveis, introduz-se uma norma especial que obriga o país a importar seda e champanha, como nos dias da sua prosperidade!

Outro Artigo afeta o regime aduaneiro alemão de tal forma que, se fosse aplicado, teria conseqüências sérias e extensas. Os aliados se reservaram o direito de adotar um regime alfandegário especial na margem esquerda do Reno, “se na sua opinião tal medida for necessária para salvaguardar os interesses econômicos da população desses territórios.”⁵⁴ Essa disposição foi introduzida provavelmente como um acréscimo de possível utilidade à política francesa destinada a separar da Alemanha, de certo modo, as províncias da margem esquerda do Reno durante os anos da sua ocupação. Como se vê, ainda não foi abandonado completamente o projeto de criar ali uma república independente, sob os auspícios da França, como um Estado tampão que realizasse a ambição dos franceses de afastar a Alemanha para além do Reno. Há quem acredite que muito pode ser feito para promover esse projeto mediante um regime de ameaças, subornos e lisonjas ao longo de um período de pelo menos quinze anos.⁵⁵ Se esse Artigo for aplicado, e o sistema econômico da

⁵⁴ Artigo 270.

⁵⁵ Neste ponto podemos resumir convenientemente as disposições sobre a ocupação. O território alemão a Oeste do rio Reno, incluindo as cabeças de ponte, está sujeito a ocupação por um período de quinze anos (Artigo 428). No entanto, se “as condições do presente Tratado forem cumpridas fielmente pela Alemanha”, o distrito de Colônia será evacuado depois de cinco anos, e o de Coblenz depois de dez anos (Artigo 429). No entanto, se ao fim do período de quinze anos “as garantias contra a agressão não provocada pela Alemanha não forem consideradas suficientes pelos Governos das Potências Aliadas e Associadas, a evacuação das tropas de ocupação poderá ser postergada na medida que for

margem esquerda do Reno for cortado efetivamente do resto da Alemanha, o efeito será amplo. Mas os sonhos dos diplomatas que preparam esses acordos nem sempre prosperam, e precisamos confiar no futuro.

As cláusulas relativas às ferrovias, conforme apresentadas originalmente à Alemanha, foram modificadas substancialmente na versão final do Tratado, limitando-se agora a uma disposição segundo a qual as mercadorias que chegam à Alemanha, procedentes dos países aliados, ou que transitam por território alemão, receberão o tratamento mais favorecido no relativo a fretes ferroviários, taxas etc., aplicáveis às mercadorias do mesmo tipo transportadas em qualquer linha alemã “em condições similares de transporte, por exemplo, no que se refere à distância percorrida”.⁵⁶ Como disposição não-recíproca trata-se de uma interferência na ordenação interna da Alemanha, difícil de justificar. Mas os seus efeitos práticos,⁵⁷ assim como os de uma norma análoga aplicada ao tráfego de passageiros,⁵⁸ dependerão mui-

considerada necessária para a obtenção das garantias exigidas” (Artigo 429). Está previsto igualmente que “durante a ocupação ou depois de expirado o período de quinze anos, se a comissão de reparações verificar que a Alemanha se recusa a respeitar no todo ou em parte suas obrigações sob o presente Tratado com respeito às reparações, todas as áreas especificadas no Artigo 429, ou parte delas, serão reocupadas imediatamente pelas Potências Aliadas e Associadas” (Artigo 430). Como será impossível para a Alemanha cumprir todas as suas obrigações, no que respeita às reparações de guerra, na prática o efeito desses Artigos é permitir a ocupação da margem esquerda do Reno pelo período desejado. Os Aliados poderão também governar esses territórios do modo que quiserem (não só com relação ao tratamento aduaneiro mas com respeito à autoridade dos representantes locais alemães e da comissão governante aliada), uma vez que “todos os assuntos relacionados com a ocupação, e não especificados no presente Tratado, serão regulados por acordos subsequentes, que a Alemanha se obriga a respeitar” (Artigo 432). O Acordo sob o qual as áreas ocupadas devem ser administradas foi publicado como um Livro Branco (Cd. 222). A autoridade suprema está em mãos de uma comissão inter-aliada da Renânia, composta por representantes da Bélgica, França, Inglaterra e Estados Unidos. Os Artigos desse acordo estão redigidos de forma justa e razoável.

⁵⁶ Artigo 365. Depois de cinco anos este Artigo está sujeito a revisão pelo Conselho da Liga das Nações.

⁵⁷ Em primeiro de setembro de 1919 o Governo alemão cancelou todas as tarifas preferenciais para a exportação de produtos de ferro e aço, com o argumento de que esses privilégios seriam mais do que compensados pelos correspondentes privilégios que a Alemanha foi obrigada a conceder aos comerciantes aliados, sob este Artigo do Tratado.

⁵⁸ Artigo 367.

to do modo como for interpretada a frase “condições similares de transporte”.⁵⁹

Por enquanto o sistema alemão de transporte será muito mais seriamente prejudicado pelas normas relativas à cessão de equipamento rolante. Sob o Parágrafo Sétimo das condições do armistício a Alemanha foi obrigada a ceder 5.000 locomotivas e 15.000 vagões “em bom estado de funcionamento, com todos os necessários acessórios e peças de reposição”. Sob o Tratado a Alemanha está obrigada a reconhecer que esse material é de propriedade dos aliados.⁶⁰ É obrigada também, no que respeita os sistemas ferroviários dos territórios cedidos, a transferi-los completamente, com todo o seu complemento de equipamento rolante “no estado normal de manutenção”, conforme o último inventário anterior a 11 de novembro de 1918.⁶¹ Em outras palavras, as ferrovias cedidas pela Alemanha não devem participar da carência e deterioração geral do conjunto do equipamento rolante alemão.

Esta é uma perda que sem dúvida será corrigida com o tempo. Mas a falta de óleos lubrificantes e o desgaste prodigioso causado pela guerra, não compensado por reparos regulares, já tinha reduzido o sistema ferroviário alemão a um baixo nível de eficiência. As grandes perdas causadas pelo Tratado devem confirmar essa situação pelos próximos anos, agravando consideravelmente as dificuldades de suprimento de carvão e as indústrias de exportação, de modo geral.

Há também as cláusulas relativas ao sistema fluvial da Alemanha, em grande parte desnecessárias, e que refletem tão pouco os supostos objetivos dos aliados que o seu propósito é geralmente desconhecido. Representam, porém, uma interferência

⁵⁹ Questões de interpretação e aplicação devem ser resolvidas pela Liga das Nações (Artigo 376).

⁶⁰ Artigo 250.

⁶¹ Artigo 371. Essa disposição se aplica até mesmo “às linhas da antiga Polônia russa, convertidas pela Alemanha à bitola alemã, consideradas como destacadas do sistema estatal prussiano.”

sem precedentes na organização interna de um país, podendo ser aplicadas de modo a retirar da Alemanha qualquer controle efetivo sobre o seu sistema de transporte. Na sua forma atual elas não podem ser justificadas, mas algumas mudanças simples poderiam transformá-las em um instrumento razoável.

A maioria dos principais rios da Alemanha têm suas nascentes ou a sua foz fora do território germânico. O Reno, que nasce na Suíça, é agora um rio fronteiriço durante parte do seu curso, e chega ao mar na Holanda; o Danúbio nasce na Alemanha mas sua maior extensão está em outros países; o Elba nasce nas montanhas da Boêmia, que são agora a Tchecoslováquia; o Oder atravessa a Silésia Inferior; o Niemen tem sua nascente na Rússia e marcará agora a fronteira da Prússia Oriental. Desses, o Reno e o Niemen são rios lindeiros, o Elba é primordialmente alemão mas no seu curso superior tem muita importância para a Boêmia; o Danúbio, enquanto cruza o território alemão, pouco significa para outros países; e o Oder é quase puramente germânico, a não ser que o prebiscito previsto destaque da Alemanha toda a Alta Silésia.

Aqueles rios que, de acordo com o Tratado, assegurem o acesso ao mar a mais de um Estado, exigem alguma forma de regulamentação internacional, com medidas adequadas contra a discriminação. Esse princípio há muito é reconhecido pelas comissões internacionais que regulam o Reno e o Danúbio. Nessas comissões os Estados ribeirinhos devem estar representados de forma mais ou menos proporcional aos seus interesses; mas o Tratado de Paz usou o caráter internacional desses rios como pretexto para retirar da Alemanha o controle do seu sistema fluvial.

Depois de alguns Artigos que tratam adequadamente da discriminação e a interferência com a liberdade de trânsito,⁶² o

⁶² Artigos 332-7. Uma exceção é o segundo parágrafo do Artigo 332, que permite aos navios de outras bandeiras praticar o comércio entre cidades alemãs, mas proíbe aos navios alemães o comércio entre cidades fora do território da Alemanha, exceto mediante uma licença especial; e o Artigo 333, que proíbe a Alemanha de usar seus rios como fonte de renda, pode não ser judicioso.

Tratado transfere a administração do Elba, do Oder, do Danúbio e do Reno para comissões internacionais.⁶³ Os poderes dessas comissões serão definidos por uma convenção geral preparada pelas Potências Aliadas e Associadas e aprovada pela Liga das Nações.”⁶⁴

Entrementes, as comissões deverão redigir suas próprias constituições, e ao que parece terão os mais amplos poderes, “particularmente no relativo à execução de obras de manutenção, controle e melhoria do sistema fluvial, o regime financeiro, a fixação e cobrança de taxas e os regulamentos de navegação.”⁶⁵

Até aqui há muito que se pode elogiar no Tratado. A liberdade de trânsito não é uma parte sem importância das boas práticas internacionais, e deve ser instituída em toda parte. O que se pode criticar nas comissões é a sua composição, em função da qual a votação é ponderada de modo a manter a Alemanha em clara minoria. Na comissão do Elba a Alemanha tem quatro votos em dez; na do Oder, três votos em nove; na do Reno, quatro em dezenove; na do Danúbio, que ainda não foi instituída, representará aparentemente uma pequena minoria. A França e a Grã-Bretanha estão representadas no governo desses rios; e no que concerne o Elba, por razões indecifráveis há também representantes da Itália e da Bélgica.

Assim, as grandes vias fluviais alemãs estão entregues a órgãos estrangeiros, com os poderes mais amplos; boa parte da atividade comercial local de Hamburgo, Magdeburgo, Dresden, Stettin, Frankfurt, Breslau e Ulm estará sujeita a uma jurisdição estrangeira. É quase como se a autoridade fluvial sobre a Europa continental repousasse em sua maioria na agência de conservação do Tâmisia ou no porto de Londres.

Certas disposições secundárias seguem certas linhas que no exame que fizemos do Tratado passaram a ser familiares. De

⁶³ Se necessário, o Niemen e o Mosela deverão ter futuramente o mesmo tratamento.

⁶⁴ Artigo 338.

⁶⁵ Artigo 344. Isso se fará com referência especial ao Elba e ao Oder. Quanto ao Danúbio e ao Reno, serão cobertos pelas comissões já existentes.

acordo com o Anexo III do capítulo sobre reparações a Alemanha deve ceder até 20% da tonelagem da sua navegação interior. Acima dessa porcentagem, deve ceder a proporção dos seus meios de navegação no Elba, Oder, Niemen e Danúbio que for determinada por um árbitro norte-americano “levando-se em conta as necessidades legítimas das Partes envolvidas, e particularmente o montante de tráfego durante os cinco anos que precederam a guerra”. Os barcos assim cedidos serão selecionados dentre os de construção mais recente.⁶⁶ O mesmo acontecerá com os barcos e rebocadores do Reno, e com a propriedade alemã no porto de Rotterdam.⁶⁷ Na porção do Reno que separa a Alemanha da França, esta terá direitos exclusivos de utilização da água para irrigação ou geração de energia; a Alemanha não terá nenhum direito sobre essa água;⁶⁸ e todas as pontes sobre o Reno serão propriedade francesa, em toda a sua extensão.⁶⁹ Finalmente, a administração do porto de Kehl, no lado oriental do Reno, puramente alemão, será unida à de Estrasburgo pelo período de sete anos, sob a direção de um francês nomeado pela nova comissão do Reno.

Assim, as cláusulas econômicas do Tratado são abrangentes e pouco se esqueceu que pudesse empobrecer a Alemanha no presente ou obstruir o seu futuro desenvolvimento. Colocada nessa situação, a Alemanha precisará efetuar pagamentos em dinheiro, em escala e do modo que vamos examinar no próximo capítulo.

⁶⁶ Artigo 339.

⁶⁷ Artigo 357.

⁶⁸ Artigo 358. No entanto, a Alemanha receberá um certo pagamento, ou crédito, pela energia utilizada pela França.

⁶⁹ Artigo 66.

AS REPARAÇÕES

I. COMPROMISSOS ANTERIORES ÀS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

OS TIPOS de dano a respeito dos quais os aliados tinham o direito de pedir reparação são definidos pelas passagens relevantes dos Quatorze Pontos do Presidente Wilson, no seu discurso de 8 de janeiro de 1918, com as modificações introduzidas pelos governos aliados na sua Nota, o texto da qual Wilson comunicou formalmente ao Governo alemão em 5 de novembro de 1918 como base da paz a ser negociada. Essas passagens foram reproduzidas no começo do capítulo 4. Ou seja: “Os Governos aliados ... entendem que a Alemanha pagará compensações por todos os prejuízos sofridos pela população civil das nações aliadas e à sua propriedade em virtude da agressão alemã por terra, por mar e pelo ar.” A qualidade limitativa dessa frase é reforçada pela passagem no discurso pronunciado pelo Presidente Wilson perante o Congresso no dia 11 de fevereiro de 1918 (discurso cujos termos constituem parte expressa do contrato com o inimigo), no sentido de que não haveria *contributions* nem *punitive damages*.

Tem-se argumentado por vezes que o preâmbulo do parágrafo 19 dos termos do armistício, no sentido de que “permanecem de pé todas as futuras reivindicações e exigências dos aliados e dos Estados Unidos da América”¹ derrubou as condições

¹ “*With reservation that any future claims and demands of the Allies and the United States of America remain unaffected, the following financial conditions are required: Reparation for damage done.*” E ainda: “Enquanto durar o armistício nenhum título público que possa servir como um crédito em favor dos Aliados para a recuperação ou reparação das perdas incorridas na guerra será removido pelo inimigo. Restituição imediata do depósito em dinheiro no Banco Nacional da Bélgica e, de modo geral, restituição imediata de todos os documentos, espécie, títulos de crédito, ações, papel moeda, juntamente com o equipamento para a sua

precedentes, deixando os aliados livres para qualquer exigência que quisessem fazer. Mas não é possível sustentar que essa frase casual, à qual na época ninguém atribuiu grande importância, se tenha sobreposto a todas as comunicações formais entre o Presidente Wilson e o Governo alemão, orientadas para servir como base para as condições da paz durante os dias que precederam o armistício – abolindo os Quatorze Pontos e convertendo a aceitação pelos alemães dos termos de um armistício em rendição incondicional no concernente às cláusulas financeiras. Essa frase é empregada habitualmente pelo redator que, antes de citar uma lista de reivindicações, quer proteger-se da implicação de que a lista é exaustiva. De qualquer forma, essa tese é desmentida pela resposta dos aliados às observações da Alemanha ao primeiro projeto do Tratado, onde se admite que os termos do capítulo sobre as reparações deve basear-se na Nota de 5 de novembro do Presidente dos Estados Unidos.

Assim, presumindo que os termos daquela Nota são obrigatórios, precisamos elucidar o sentido preciso da frase “*all damage done to the civilian population of the Allies and to their property by the aggression of Germany by land, by sea, and from the air.*” Como veremos na próxima seção deste capítulo, embora seja uma afirmativa aparentemente simples, sem qualquer ambigüidade, poucas frases na história deram tanto trabalho aos advogados e aos sofistas. Alguns comentaristas não tiveram escrúpulos em argumentar que ela cobre todo o custo da guerra; segundo tal opinião, esse custo foi coberto com a imposição de impostos, que são “prejudiciais à população civil”. Admitem que a frase é canhestra, e que teria mais simples mencionar “todas as perdas e despesas de qualquer tipo”; e admitem também que a ênfase aparente nos prejuízos às pessoas e à propriedade dos civis é infeliz; sustentam porém que simples falhas de redação não devem anular os direitos que têm os aliados como vitoriosos na guerra.

emissão, relacionados com interesses públicos ou privados nos países invadidos. Restituição do ouro russo e romeno cedido à Alemanha ou tomado por aquela Potência. Esse ouro será depositado em confiança junto aos Aliados, até que a paz seja assinada.”

Trata-se porém não só das limitações da frase no seu sentido natural, e da ênfase nos prejuízos sofridos pela população civil, diferentemente das despesas militares; é preciso lembrar também que o contexto é esclarecido pelo sentido do termo “*restoration*” usado nos Quatorze Pontos do Presidente Wilson. O seu discurso faz referência aos danos causados nos territórios invadidos – Bélgica, França, Romênia, Sérvia e Montenegro (a Itália é estranhamente omitida) – mas não cobre os danos causados no mar por submarinos, pelo bombardeio a partir do mar (como em Scarborough) ou por incursões aéreas. Foi para reparar essas omissões, que envolviam perdas de vida e propriedade de civis, não distinguíveis daquelas ocorridas em territórios ocupados, que em Paris o Conselho Supremo dos aliados propôs ao Presidente Wilson as suas qualificações. Não creio que naquele momento – os últimos dias de outubro de 1918 – qualquer estadista responsável tivesse em mente cobrar à Alemanha uma indenização pelo custo geral da guerra. O que se buscava deixar bem claro (um ponto de considerável importância para a Grã-Bretanha) é que a reparação dos danos causados a não-combatentes e à sua propriedade não estava limitada aos territórios invadidos (como afirmava o discurso dos Quatorze Pontos, que não continha tal qualificação), mas se aplicava também a *todos* os danos desse tipo, provocados por terra, pelo mar ou pelo ar. Só mais tarde a reivindicação popular de uma indenização que cobrisse o custo integral da guerra tornou politicamente desejável agir com desonestidade, tentando descobrir nas palavras escritas o que elas não significavam.

Nessas condições, se interpretarmos estritamente os nossos compromissos, quais os prejuízos cuja reparação podemos exigir do inimigo?² No caso do Reino Unido, essa conta incluiria os seguintes itens:

² Observe-se, de passagem, que eles nada têm que limitem o dano àquele provocado contrariando as regras reconhecidas para a beligerância. Em outras palavras, é permissível incluir tanto os prejuízos provocados pela captura legítima de um navio mercante como os custos da guerra submarina, que é ilegal.

a) Os danos causados à vida e à propriedade dos civis por atos de um governo inimigo, inclusive os prejuízos decorrentes de incursões aéreas, bombardeios navais, minas e guerra submarina.

b) A compensação pelo tratamento impróprio de civis internados.

Não estariam incluídos os custos gerais da guerra ou, por exemplo, o prejuízo indireto devido a perdas comerciais.

A reivindicação francesa incluiria, ademais:

c) Os danos causados às pessoas e propriedade dos civis na área do conflito, e pela guerra aérea atrás das linhas inimigas.

d) A compensação pelo saque de alimentos, matérias primas, gado, máquinas, objetos domésticos, madeira, *etc.*, pelo governo inimigo ou seus cidadãos, em território ocupado.

e) O pagamento de multas e requisições impostas na França pelo governo inimigo ou suas autoridades a cidadãos franceses ou governos locais.

f) A compensação devida aos cidadãos franceses deportados ou obrigados a trabalhos forçados.

Além disso, há um item adicional de caráter mais duvidoso, a saber:

g) As despesas da comissão de assistência com o fornecimento de alimentos e roupa à população civil francesa nos territórios ocupados pelo inimigo.

A reivindicação belga incluiria itens semelhantes.³ O argumento de que no caso da Bélgica poderia justificar-se algo mais parecido com uma indenização geral pelos custos da guerra deveria basear-se na violação do direito internacional representada pela invasão desse país. No entanto, vimos que os Quatorze

³ O papel moeda e os créditos em marcos de propriedade de cidadãos dos países aliados nos territórios que foram ocupados deveriam talvez ser incluídos no processo de liquidação das dívidas inimigas, juntamente com outras somas devidas aos cidadãos aliados, independentemente das reparações de guerra.

Pontos de Wilson não incluem essa exigência em particular.⁴ Como a despesa com a assistência prestada ao povo belga (g), e os seus custos gerais provocados pela guerra, já foram cobertos por adiantamentos feitos pelos governos inglês, francês e norte-americano, a Bélgica utilizaria presumivelmente qualquer pagamento recebido pela Alemanha para saldar em parte essas dívidas. Assim, uma exigência como a citada seria, na verdade, um acréscimo às reivindicações daqueles três governos.

As pretensões dos outros aliados seriam computadas dentro das mesmas linhas. No seu caso, porém, surge com maior agudeza a pergunta sobre até que ponto a Alemanha pode ser responsabilizada pelos danos provocados não por ela mesma mas pelos seus co-beligerantes – a Áustria-Hungria, a Bulgária e a Turquia. Esta é um das muitas questões não respondidas pelos Quatorze Pontos. De um lado, eles cobrem explicitamente (ponto 11) os prejuízos causados à Romênia, Sérvia e Montenegro, sem qualquer qualificação a respeito da nacionalidade das tropas causadoras desses prejuízos. De outro lado, a Nota dos aliados fala só na agressão alemã, quando poderia ter mencionado a agressão da Alemanha e dos seus aliados. Em uma interpretação estrita e literal, duvido que estariam abrangidas as reivindicações apresentadas por exemplo contra ações dos turcos no canal de Suez ou de submarinos austríacos no mar Adriático. Mas na verdade este é um caso em que, se os aliados quisessem enfatizar o argumento, poderiam atribuir tal responsabilidade à Alemanha sem se afastar seriamente da intenção geral dos seus compromissos.

Com respeito à situação entre os próprios aliados, o caso é bem diferente. Seria uma conduta injusta se a França e a Grã-Bretanha recebessem o que a Alemanha pudesse pagar, deixando à Itália e à Sérvia o que pudessem receber dos resíduos da Áustria-Hungria. Assim, com respeito aos aliados, está claro que

⁴ Na verdade, uma reivindicação especial em nome da Bélgica foi incluída no Tratado de Paz, e aceita prontamente pelos representantes da Alemanha.

os fundos disponíveis para a reparação de danos devem ser compartilhados em proporção às suas reivindicações.

Nesta hipótese, se a minha estimativa está correta, e a capacidade de pagamento da Alemanha for exaurida pelas exigências diretas e legítimas dos aliados, a questão da sua responsabilidade contingente pelo que fizeram os seus co-beligerantes se torna meramente acadêmica. Portanto, a atitude dos estadistas prudentes e honrados seria dar-lhe o benefício da dúvida, nada mais exigindo além do pagamento dos danos que ela própria provocou.

Com base nas considerações acima, qual seria a demanda agregada? Não há dados em que se pudesse basear uma estimativa científica ou exata, e só posso dar uma idéia geral desse valor, prefaciando contudo minha tentativa com as observações que seguem.

Como é natural, o valor dos prejuízos materiais provocados nos territórios invadidos tem sido objeto de enorme exagero. Viajar pelas áreas devastadas da França é uma experiência que impressiona a vista e a imaginação. Durante o inverno de 1918-9, antes que a natureza revestisse a cena com o seu manto de neve, o horror e a desolação da guerra eram visíveis em uma escala de extraordinária grandeza. Era evidente que a destruição tinha sido completa. Quilômetro após quilômetro nada ficou de pé. Não havia um só prédio habitável, nenhum campo que pudesse ser arado. Chamava atenção também a uniformidade desse quadro: cada área devastada era exatamente como as outras – um montão de entulho, um atoleiro de buracos causados pela explosão de projéteis, um emaranhado de arame farpado.⁵ A quantidade de trabalho humano necessário para restaurar esses campos pa-

⁵ No entanto, para o observador inglês uma cena se distinguia das outras – o campo de Ypres. Naquele lugar fantasmagórico e desolado a cor natural e as características da paisagem pareciam dedicadas a expressar ao viajante as memórias da terra. No princípio de novembro de 1918, quando alguns corpos de alemães ainda acrescentavam à paisagem um toque de realismo e de horror, e a grande luta ainda não terminara, o visitante que chegava à região do Saliente podia sentir ali, como em nenhum outro lugar, o ultraje que é a guerra, e ao mesmo tempo a purificação trágica e sentimental que em algum grau se transformará no futuro em rispidez.

recia incalculável; e para o viajante qualquer quantia citada era insuficiente para expressar o valor da destruição que tanto o impressionara. E por uma variedade de razões compreensíveis alguns governos não se envergonharam de explorar um pouco esse sentimento.

Creio que a percepção popular falha sobretudo no caso da Bélgica. De qualquer forma a Bélgica é um país pequeno, e a área devastada é ali uma pequena proporção da superfície total. O primeiro ataque alemão, em 1914, provocou alguns danos locais; depois disso, a linha de combate não se deslocou para a frente e para trás, como na França, cobrindo uma faixa larga do território. Foi praticamente estacionária, e as hostilidades ficaram limitadas a um canto do país, em boa parte atrasado, pobre e sonolento: não incluiu a ativa zona industrial. Houve alguns danos na pequena área inundada, a depredação deliberada provocada pelos alemães na sua retirada, a edifícios, fábricas e meios de transporte, assim como o saqueio de máquinas, gado e outros tipos de propriedade móvel. No entanto, Bruxelas, Antuérpia e até mesmo Ostende estão substancialmente intactas, e a maior parte da zona rural, que é a principal riqueza do país, continua quase tão bem cultivada como antes. O viajante motorizado cruza rapidamente toda a área devastada da Bélgica, enquanto a destruição havida na França é de escala completamente diferente. Na indústria, o saqueio foi sério, e no momento paralisante. Mas o custo em dinheiro da substituição das máquinas sobe lentamente, e poucas dezenas de milhões teriam coberto o valor de todas as máquinas de todos os tipos existentes na Bélgica. Além disso, a fria observação dos estatísticos não deve deixar de levar em conta que o povo belga tem o instinto de auto-proteção individual extremamente bem desenvolvido; e o grande número de notas de papel-moeda alemãs existente no país na data do armistício⁶ mostra que pelo menos algumas classes de belgas ti-

⁶ Essas notas, cujo valor é estimado em não menos de seis mil milhões de marcos, são hoje um motivo de embaraço e uma grande perda potencial para o governo belga, pois ao recuperar o seu país eles as receberam dos seus cidadãos em troca de notas de dinheiro

nham encontrado um modo de lucrar às custas do invasor, a despeito de todos os rigores e barbaridades da ocupação alemã. As reivindicações belgas contra a Alemanha, conforme pude ver, chegam a um total que excede o valor estimado no pré-guerra de toda a riqueza do país, e são simplesmente irresponsáveis.⁷

O levantamento oficial da riqueza existente na Bélgica, publicado em 1913 pelo Ministério das Finanças do governo de Bruxelas, nos servirá de orientação (os valores estão em milhões de libras):

Terra	264
Edifícios	235
Patrimônio pessoal	545
Dinheiro	17
Móveis, etc.	120

Total	1.181

Esse total representa uma média de 156 libras por pessoa, que o Dr. Stamp, tido como a mais alta autoridade nesse campo, se inclina a considerar *prima facie* um valor muito baixo (embora não aceite certas estimativas recentes, muito mais altas). O va-

belga à razão de Fr. 1,20 por marco. Essa taxa, que valorizava substancialmente o marco, em termos do seu valor naquele momento (e o valorizava enormemente considerando-se a queda que teve essa taxa mais tarde, pois o franco belga está valendo mais de três marcos) propiciou o contrabando de dinheiro alemão para a Bélgica, em larga escala, para se beneficiar com o lucro que a transação produzia. O governo belga tomou essa decisão muito imprudente em parte porque esperava poder persuadir a Conferência de Paz a redimir essas notas ao par. Mas a Conferência decidiu que a reparação dos danos da guerra devia ter precedência sobre o ajuste de operações bancárias imprudentes, usando uma taxa de câmbio excessiva. A posse pelo Governo belga dessa grande massa de dinheiro alemão, além de quase dois mil milhões de marcos do Governo francês, que tinha feito a troca de moeda em benefício da população das áreas invadidas e da Alsácia-Lorena, agrava seriamente a situação cambial do marco alemão. Certamente será desejável para os governos da Bélgica e da Alemanha chegar a algum acordo sobre a utilização desse dinheiro, o que é dificultado pela penhora imposta pela comissão de reparações sobre todos os bens alemães disponíveis para tais fins.

⁷ Por uma questão de justiça é preciso acrescentar que essas reivindicações muito elevadas apresentadas em favor da Bélgica incluem geralmente não só a devastação ocorrida, mas todos os tipos de outros itens, como por exemplo os lucros que os belgas poderiam razoavelmente esperar se não tivesse havido a guerra.

lor correspondente *per caput* (para tomar os vizinhos mais próximos da Bélgica) é de 167 libras para a Holanda, 244 para a Alemanha e 303 para a França.⁸ Um total de 1.500 milhões de libras, correspondendo à média de cerca de duzentas libras *per caput* seria uma estimativa liberal. O cálculo oficial do valor das terras e edifícios é provavelmente mais exato do que o resto. Por outro lado, é preciso levar em conta o aumento do preço da construção.

Tendo em vista todas estas considerações, considero que na Bélgica o valor em dinheiro dos *danos físicos* à propriedade, devido à destruição e o saque provocados pela guerra, terá sido da ordem de 150 milhões de libras, *no máximo*; e embora hesite em admitir um valor total mais baixo do que é geralmente mencionado, ficarei surpreso se for possível provar danos mesmo da importância indicada. Reclamações relacionadas com taxas, multas, requisições etc. poderiam representar cerca de 100 milhões de libras mais. Se incluirmos as importâncias adiantadas à Bélgica pelos seus aliados, para o custeio geral da guerra, será preciso acrescentar outros 250 milhões de libras, elevando assim o total geral a 500 milhões.

A destruição sofrida pela França é de uma escala muito maior, não só no que respeita a extensão da linha de frente mas também devido à área do país onde foram travadas batalhas, que é muito mais ampla. Pensar na Bélgica como principal vítima da guerra é uma ilusão popular; acredito que ao levarmos em conta as mortes, a perda de propriedade e o peso da futura dívida, a Bélgica terá feito o menor sacrifício relativo entre todos os beligerantes, excetuados os Estados Unidos da América. Dos aliados, os sofrimentos e as perdas da Sérvia foram proporcionalmente os maiores, seguida da França. Em tudo o que é essencial, a França foi tão vitimada pela ambição alemã quanto a Bélgica, e a sua entrada na guerra foi igualmente inevitável. Por isso, no meu julgamento a França é a mais merecedora da nossa

⁸ “*The wealth and income of the chief Powers*”, por J.C. Stamp (*Journal of the Royal Statistical Society*, julho de 1919).

generosidade, a despeito da posição que assumiu na Conferência de Paz, atribuível em grande parte a seus sofrimentos.

A posição especial ocupada pela Bélgica na imaginação popular se deve, naturalmente, ao fato de que em 1914 seu sacrifício foi o maior entre todos os aliados. Depois disso, porém, o papel que desempenhou foi bem menor. Em conseqüência, além dos sofrimentos morais causados pela invasão, que não podem ser avaliados apenas em dinheiro, no fim de 1918 seu sacrifício relativo passou a ser menos significativo, e sob alguns pontos de vista não tão grande como o da Austrália, por exemplo. Digo isso sem querer fugir às obrigações contraídas para com a Bélgica pelos pronunciamentos reiterados dos nossos estadistas. A Grã-Bretanha deveria não insistir em receber qualquer pagamento da Alemanha até que as reivindicações justas da Bélgica tenham sido plenamente satisfeitas, mas não há razão para que deixemos de dizer a verdade sobre o valor dessas reparações.

Enquanto as reivindicações francesas são imensamente maiores, aí também tem havido um exagero, conforme tem sido apontado mesmo na França, pelos estatísticos responsáveis. O inimigo não chegou a ocupar efetivamente mais do que dez por cento da área total do país, e o território substancialmente devastado não superou 4%. Das 60 cidades francesas com mais de 35.000 habitantes, só duas foram destruídas: Reims (115.178) e St. Quentin (55.571); três outras foram ocupadas – Lille, Roubaix e Douai – e sofreram perda de máquinas e outros bens, mas fora isso não foram substancialmente danificadas. Amiens, Calais, Dunquerque e Boulogne sofreram danos secundários com o bombardeio aéreo e de artilharia; mas o valor de Calais e de Boulogne deve ter aumentado com as várias obras construídas para uso pelo exército inglês.

O *Anuário estatístico da França* de 1917 estima o valor total da propriedade imobiliária francesa em 2.380 milhões de libras (59,5 bilhões de francos).⁹ Assim, a estimativa corrente na Fran-

⁹ Outras estimativas variam de 2.420 a 2.680 milhões de libras. Vide Stamp, *loc.cit.*

ça de 800 milhões de libras (20 bilhões de francos) para a destruição só da propriedade imobiliária é obviamente excessiva.¹⁰ 120 milhões de libras a preços de antes da guerra, ou seja, 250 milhões a preços atuais, é um cálculo mais realista. As estimativas do valor da terra na França (sem contar as edificações) variam de 2.480 a 3.116 milhões de libras, pelo que seria extravagante estimar o dano respectivo em 100 milhões de libras. Segundo as autoridades responsáveis, o capital investido no campo, em todo o país, não excede 420 milhões de libras.¹¹ Faltaria considerar a perda de máquinas e móveis, os danos sofridos pelas minas de carvão e o sistema de transporte, além de muitos outros itens de menor importância. Perdas que, embora sérias, não podem alcançar centenas de milhões de esterlinas, pois se concentraram em uma pequena parte do território francês. Em suma, será difícil justificar uma conta de mais de 500 milhões de libras pelos danos físicos e materiais sofridos nas áreas ocupadas e devastadas da França setentrional.¹² Quem confirma esta avaliação é

¹⁰ O que foi observado, clara e corajosamente, por Charles Gide em *L'Emancipation* de fevereiro de 1919.

¹¹ Para detalhes sobre este e outros valores vide Stamp, *loc. cit.*

¹² Mesmo quando a extensão dos danos materiais for estabelecida, será muito difícil calcular o seu valor, que vai depender em grande parte do período em que a restauração for efetuada, assim como dos métodos utilizados. Seria impossível reparar os danos em um ou dois anos, qualquer que fosse o preço pago por isso, e a tentativa de fazer isso em um ritmo excessivo com respeito à disponibilidade de materiais e mão de obra poderia elevar os preços a níveis muito elevados. Penso que devemos admitir um custo mais ou menos igual ao corrente. Na verdade, porém, devemos presumir que uma restauração literal nunca será tentada. Com efeito, seria um desperdício. Muitas das cidades eram velhas e insalubres, e muitas povoações, miseráveis. Seria tolo, portanto, voltar a construir o mesmo tipo de edificação nos mesmos lugares. Quanto à terra agrícola, em alguns casos pode ser mais interessante deixar longas faixas sem utilização, para que a Natureza as refaça ao longo de muitos anos. Portanto, deve-se calcular uma quantia global com base no valor dos danos materiais sofridos, e os franceses devem gastá-la do modo que lhes pareça melhor, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país como um todo. Na França já despontou a controvérsia sobre esta questão. Na primavera de 1919 houve um longo e inconclusivo debate na Câmara sobre se ao receber a compensação devida os moradores das áreas devastadas deveriam ser obrigados a gastá-la restaurando a mesma propriedade ou se deveriam ter a liberdade para usá-la como preferissem. Havia evidentemente muitos argumentos de um lado e de outro. Não há dúvida de que enfrentariam dificuldades e incerteza os proprietários que não tivessem a expectativa de recuperar o uso efetivo da sua propriedade antes de alguns anos; de outro lado, se os beneficiados pudessem gastar sua compensação

René Pupin, autor da estimativa mais abrangente e científica da riqueza da França antes da guerra, obra de que só tive conhecimento depois de completar o meu cálculo.¹³ Esse autor estima as perdas materiais das regiões invadidas em 400 a 600 milhões de libras (10 a 15 bilhões de francos),¹⁴ o que é compatível com a minha sugestão.

Não obstante, falando em nome da comissão de orçamento da Câmara, o Senhor Dubois mencionou o valor de 2,600 milhões de libras (65 bilhões de francos) “como um mínimo”, sem contar “impostos de guerra, as perdas no mar, as estradas e a perda de monumentos públicos”. E o Senhor Loucheur, Ministro da Reconstrução Industrial, afirmou no Senado, em 17 de fevereiro de 1919, que a reconstrução das regiões devastadas envolveria uma despesa de 3.000 milhões de libras (75 bilhões de francos) – mais do dobro da estimativa feita por Pupin de toda a riqueza dos seus habitantes. Mas naquele momento Loucheur desempenhava na Conferência de Paz um papel importante na defesa das reivindicações francesas; como outros, pode ter considerado que a veracidade estrita era inconsistente com as exigências do patriotismo.¹⁵

No entanto, o valor discutido até aqui não representa a totalidade das reivindicações da França. Há, especialmente, as

em qualquer lugar, a região devastada da França setentrional nunca seria reconstruída. Não obstante, acredito que o mais sensato seria admitir uma grande latitude, e deixar que a motivação econômica indicasse o rumo a seguir.

¹³ *La Richesse de la France Devant la Guerre*, de 1916.

¹⁴ *Revue Bleue*, 3 de fevereiro de 1919. Citado na valiosa coletânea de estimativas e opiniões francesas, que formam o Capítulo IV de *La Liquidation Financière de la Guerre*, por H. Charriaud e R. Hacault. Minha estimativa é confirmada também pela extensão dos reparos já feitos, conforme o discurso pronunciado pelo Senhor Tardieu em 10 de outubro de 1919, no qual ele disse: “No dia 16 de setembro passado, dos 2.246 quilômetros de via ferroviária destruída, tinham sido reparados 2.016; dos 1.075 quilômetros de canais, 700; das 1.160 construções, tais como pontes e túneis, que haviam sido dinamitadas, 588 foram substituídas; das 550.000 casas arruinadas pelos bombardeios, 60.000 foram reconstruídas; e dos 1,8 milhões de hectares de terras agrícolas que a guerra inutilizou, 0,4 milhões voltaram a ser cultivados, e a metade se encontra pronta para a semeadura. Finalmente, mais de dez milhões de metros de arame farpado foram removidos.”

¹⁵ Algumas dessas estimativas incluem a compensação por danos contingentes e imateriais, além dos danos diretos e materiais.

taxas e requisições nas áreas ocupadas e as perdas da marinha mercante, devido a ataques de cruzadores e submarinos alemães. É provável que duzentos milhões de libras bastariam para cobrir esses danos; no entanto, para maior segurança acrescentaremos um tanto arbitrariamente trezentos milhões de libras às pretensões francesas, elevando-as deste modo a oitocentos milhões.

Os pronunciamentos de Dubois e Loucheur datam do princípio da primavera de 1919. Um discurso do Senhor Klotz na Câmara, seis meses depois (em 5 de setembro de 1919), é menos admissível. Nesse discurso o Ministro das Finanças francês calculou as reivindicações francesas relativas a danos à propriedade (incluindo presumivelmente as perdas no mar etc., mas sem contar pensões e indenizações), em 5.360 milhões de libras, ou seja, 134 bilhões de francos – quer dizer, mais de seis vezes a minha estimativa. Ainda que haja um erro nesta última, o Ministro Klotz nunca poderia justificar o seu cálculo. É tão grave a forma como os ministros franceses têm enganado o povo que quando vier o inevitável esclarecimento (quanto a essas reivindicações e a respeito da efetiva capacidade que tem a Alemanha de honrá-las), o que não deve tardar, as repercussões deverão prejudicar mais do que apenas o Ministro Klotz, podendo envolver todo o governo e a sociedade que ele representa.

As reivindicações britânicas, estimadas com a presente base, se limitariam praticamente às perdas no mar – embarcações e carga. Poderiam incluir, naturalmente, o dano à propriedade civil causado pelos ataques aéreos e pelo bombardeio marítimo, mas em comparação com os valores de que estamos falando seriam insignificantes – cinco milhões de libras poderiam cobrir todas elas, e dez milhões seguramente as cobririam.

As embarcações mercantis britânicas perdidas devido à ação do inimigo foram 2.479 (sem contar os barcos de pesca), com o deslocamento total bruto de 7.759.090 toneladas.¹⁶ Há conside-

¹⁶ Uma parte importante desse total foi perdida a serviço dos aliados, e não deve haver duplicação, com contagem tanto pelo lado da Inglaterra como dos aliados.

rável divergência de opinião a respeito do respectivo custo de reposição; à taxa de trinta libras por tonelada bruta, que com o rápido crescimento da construção naval pode ser muito elevado, podendo ser substituída por outra taxa, indicadas por outras autoridades no assunto,¹⁷ o valor total é 230 milhões de libras. É preciso acrescentar o valor da carga perdida, difícil de determinar. Uma estimativa de quarenta libras por tonelada pode ser uma aproximação razoável, perfazendo 310 milhões de libras, o que eleva o total geral para 540 milhões.

Um acréscimo de 30 milhões de libras para cobrir os ataques aéreos, bombardeios, os civis internados e uma ampla miscelânea de gastos, seria mais do que suficiente, elevando assim a reivindicação total da Grã-Bretanha para 570 milhões de libras. Surpreenderá talvez que o valor monetário da nossa reivindicação seja tão menor do que o da França, e superior ao da Bélgica. No entanto, medida tanto pela perda pecuniária como pela perda real sofrida pelo poder econômico do país, os danos feitos à nossa marinha mercante foram enormes.

Falta considerar as reivindicações da Itália, Sérvia e Romênia relativas aos danos causados pela invasão, assim como o desses e de outros países – por exemplo, a Grécia¹⁸ – por perdas sofridas no mar. Vou admitir aqui que sejam reivindicações contra a Alemanha, ainda que os danos não tenham sido provocados diretamente pelos alemães, mas pelos seus aliados. Mas não me proponho a discutir as reivindicações em favor da Rússia.¹⁹ As perdas sofridas pela Itália devido à invasão e no

¹⁷ O fato de que não se levou em conta o afundamento de 675 barcos de pesca, com 71.765 toneladas, ou as 1.885 embarcações, totalizando 8.007.9767 toneladas, que foram danificadas ou molestadas, mas não afundadas, pode compensar o que poderia ser um valor excessivo do custo de substituição.

¹⁸ As perdas da marinha mercante grega foram muito grandes, devido aos perigos do Mediterrâneo; danos incorridos em grande parte a serviço dos outros aliados, que pagaram por eles direta ou indiretamente. Os prejuízos marítimos da Grécia quando a serviço dos seus próprios cidadãos não devem ser muito consideráveis.

¹⁹ Sobre essa questão há uma reserva no Tratado de Paz: “As Potências Aliadas e Associadas reservam formalmente o direito da Rússia de obter da Alemanha restituição e reparação com base nos princípios do presente Tratado” (Artigo 116).

mar não podem ter sido muito pesadas, e uma quantia entre 50 e 100 milhões de libras seria plenamente adequada para cobri-las. Quanto à Sérvia, embora os sofrimentos desse país tenham sido os maiores,²⁰ *do ponto de vista pecuniário* não representam valores muito elevados, devido ao seu pouco desenvolvimento econômico. O Dr. Stamp (*loc. cit.*) cita estimativa do estatístico italiano Maroi que calcula a riqueza nacional sérvia em 480 milhões de libras, ou seja, 105 libras *per caput*.²¹ Em sua maior parte essa riqueza é representada pela terra, que não sofreu qualquer dano permanente.²² Devido à grande inadequação dos dados para se chegar a mais do que uma simples avaliação geral das reivindicações legítimas desse grupo de países, prefiro propor um único valor para todo o grupo, em lugar de valores individuais por país, chegando à soma redonda de duzentos e cinquenta milhões de libras.

Temos assim o seguinte quadro geral (em milhões de libras):

Bélgica	500 ²³
França	800
Grã-Bretanha	570
Outros aliados	250
<hr/>	
Total	2.120

²⁰ No seu artigo "*Economic and statistical survey of the southern Slav nations*" (*Journal of the Royal Statistical Society*, maio de 1919) o Dr. Diouritch cita dados extraordinários sobre perdas de vida: "Segundo informações oficiais, o número dos que caíram em batalha ou morreram como prisioneiros até a última ofensiva sérvia chega a 320.000, o que significa que metade da população masculina do país entre 18 e 60 anos foi ceifada pela guerra européia. Além disso, as autoridades sanitárias sérvias calculam que cerca de 300.000 civis morreram de tifo, e o número de mortos entre os que se encontravam recolhidos em campos inimigos pode ser estimado em 50.000. Durante as duas retiradas sérvias e a retirada albanesa, as perdas entre crianças e jovens são estimadas em 200.000. Finalmente, ao longo de mais de três anos de ocupação pelo inimigo, as perdas de vida devido à falta de cuidados médicos e de alimentação adequada podem ter chegado a 250.000." Totalizando esses dados, o autor calcula o número de mortos em mais de um milhão, ou seja, mais de um terço da população da antiga Sérvia.

²¹ *Come si Calcola e a Quanto Ammonta la Ricchezza d'Italia e delle Altre Principali Nazioni*, 1919.

²² As reivindicações muito elevadas das autoridades sérvias incluem muitos itens hipotéticos de prejuízo indireto e não-material, os quais, embora reais, não são admissíveis pela presente fórmula.

²³ Admitindo a inclusão de 250 milhões de libras para as despesas gerais com a guerra, emprestadas à Bélgica pelos seus aliados.

Desnecessário lembrar o leitor de que esses dados são o produto de uma aproximação, e é provável que o valor indicado para a França seja especialmente criticado. Mas tenho uma certa confiança em que a sua ordem de grandeza (e não os números precisos) não está equivocada. O que pode ser expresso na afirmativa de que uma reivindicação apresentada à Alemanha, com base nos compromissos das Potências Aliadas anteriores ao armistício, excederia seguramente 1.600 milhões de libras, mas seria inferior a 3.000 milhões.

Esse é o valor da conta que temos o direito de apresentar ao inimigo. Por motivos que adiante ficarão mais claros, penso que seria justo e prudente propor ao governo da Alemanha, nas negociações de paz, que concordasse com a soma de 2.000 milhões de libras, sem maior exame da sua composição. Essa teria sido uma solução imediata e segura, e estaríamos exigindo dos alemães uma soma cujo pagamento poderia não ser inteiramente impraticável, desde que lhes oferecêssemos certas indulgências. Os dois milhões de libras seriam divididas entre os aliados com base na necessidade de cada um, e sob o critério da equidade geral.

No entanto, a questão não foi resolvida no seu mérito.

II. A CONFERÊNCIA E OS TERMOS DO TRATADO DE PAZ

Não acredito que na data do armistício as autoridades responsáveis dos países aliados esperassem qualquer indenização da Alemanha, além do custo das reparações pelos danos materiais diretos resultantes da invasão do território aliado e da campanha submarina. Naquela época havia sérias dúvidas sobre se a Alemanha tencionava aceitar os nossos termos, que em outros aspectos eram inevitavelmente muito severos; e não seria uma ação de estadista arriscar-se ao prosseguimento da guerra com a exigência de um pagamento em dinheiro que a opinião dos aliados não estava esperando, e que de qualquer modo prova-

velmente não poderia ser efetivado. Acho que os franceses nunca aceitaram este ponto de vista, que era certamente o dos ingleses; e nessas condições foram formuladas as condições para o armistício.

Passado um mês a atmosfera tinha mudado completamente. Havíamos descoberto que a posição dos alemães era realmente desesperadora – descoberta que alguns tinham antecipado, mas não todos, e que ninguém ousara contar como uma certeza. Era evidente que se estivéssemos determinados a obter a rendição incondicional da Alemanha nós a teríamos conseguido.

Mas havia outro novo fator que tinha maior importância local. O Primeiro Ministro inglês percebera que a conclusão das hostilidades poderia trazer consigo a fragmentação do bloco político do qual ele dependia para a sua autoridade pessoal, e que as dificuldades internas que surgiriam com a desmobilização, a adaptação da indústria de guerra ao ambiente de paz, a situação financeira e as reações psicológicas gerais dariam aos seus inimigos armas potentes, se houvesse tempo para que amadurecessem. Assim, a melhor oportunidade para consolidar o seu poder (que era pessoal, exercido independentemente do partido e de princípios gerais em medida pouco comum na política britânica) consistia em adotar uma posição favorável à hostilidade ativa, antes que perdesse força o prestígio da vitória, e na tentativa de construir sobre a base das emoções momentâneas uma nova base de poder, que pudesse resistir às inevitáveis reações do futuro próximo. Portanto, pouco depois do armistício, no auge da popularidade, da sua influência e autoridade, o Primeiro Ministro vitorioso na guerra convocou eleições gerais. Na época isso foi visto por quase todos como uma decisão politicamente imoral. Não havia temas de interesse público que desaconselhassem uma curta espera até que os problemas de uma nova época se definissem, e que o país tivesse algo mais específico à frente, para mostrar seu pensamento e orientar seus

novos representantes. Mas sua ambição pessoal preferiu outro caminho.

Durante algum tempo tudo correu bem. Mas antes que a campanha progredisse, os candidatos oficiais se viram prejudicados pela falta de um programa efetivo. O Gabinete de Guerra estava exigindo maior autoridade, apresentando a vitória como argumento. Mas, em parte porque os novos temas ainda não se tinham definido, em parte pelo delicado equilíbrio de uma coalizão, a política futura adotada pelo Primeiro Ministro era feita de silêncio ou de generalidades. Assim, a campanha era pouco brilhante, e à luz dos eventos subseqüentes parece improvável que a coalizão enfrentasse um perigo real. No entanto, os dirigentes partidários se assustam facilmente; os conselheiros mais neuróticos do Primeiro Ministro o advertiram da possibilidade de surpresas perigosas, e o Primeiro Ministro levou a sério essa opinião. Os dirigentes partidários exigiram mais “pimenta” na campanha, e o Primeiro Ministro saiu em busca de algum tempero.

Admitida a premissa de que a volta ao poder do Primeiro Ministro era o mais importante, o resto seguia naturalmente. Naquele momento alguns setores protestavam que o Governo não tinha deixado suficientemente claro que não pretendia poupar a Alemanha – “*to let the Hun off*”. Hughes atraía atenção com sua proposta de que fosse cobrada aos alemães um indenização muito grande,²⁴ e Lord Northcliffe dava uma ajuda importante à mesma causa. Isso sugeriu ao Primeiro Ministro matar dois pássaros com um só tiro. Ao adotar a posição de Hughes e de Lord Northcliffe, podia ao mesmo tempo calar esses críticos poderosos e dar aos dirigentes do seu partido uma plataforma eficaz

²⁴ Diga-se, em benefício de Hughes, que desde o princípio ele percebeu as coordenadas das negociações prévias ao armistício com respeito ao nosso direito de exigir uma indenização que cobrisse integralmente o custo da guerra; protestou contra esse compromisso e sustentou em alta voz que não participara dele, e por isso não se podia considerar obrigado pelo mesmo. Sua indignação pode ser atribuída em parte ao fato de que a Austrália, que não foi destruída pela guerra, segundo a interpretação mais limitada dos nossos direitos não faria jus a uma indenização.

para abafar as vozes críticas que se levantavam em outros setores.

As eleições gerais de 1918 são uma triste e dramática história da fraqueza essencial de quem se inspirava não em seus impulsos genuínos, mas nos aspectos mais grosseiros do ambiente que o cercava momentaneamente. Os instintos naturais do Primeiro Ministro eram corretos e razoáveis, como de hábito. Ele não queria enforçar o Kaiser, nem acreditava que seria prudente, ou mesmo possível, cobrar da Alemanha uma indenização muito grande. No dia 22 de novembro ele e Bonar Law divulgaram seu manifesto eleitoral que não aludia ao destino do Kaiser ou à indenização alemã, mas falava no desarmamento e na Liga das Nações. Concluía afirmando que “nossa primeira tarefa deve ser a conclusão de uma paz justa e duradoura, para criar a base de uma nova Europa, para que se possa impedir para sempre novas guerras”. No seu discurso em Wolverhampton, na véspera da dissolução do Parlamento (24 de novembro), não havia uma só palavra sobre reparações ou indenização. No dia seguinte, em Glasgow, Bonar Law não se comprometia: “Estamos indo para a Conferência como participantes de um grupo de países aliados, e não se pode esperar que um membro do governo revele em público antes de partir a posição que vai adotar com respeito a qualquer questão em particular, o que quer que pense”. Mas alguns dias mais tarde (29 de novembro), em Newcastle, o Primeiro Ministro elevava a temperatura do seu discurso: “Quando a Alemanha derrotou a França, fez a França pagar pela derrota. Este é o princípio estabelecido pela própria Alemanha. Não há absolutamente nenhuma dúvida sobre isso, e este é o princípio que vamos implementar – a Alemanha deve pagar o custo da guerra, até o limite da sua capacidade.” Mas esse pronunciamento de princípio era acompanhado por muitas “palavras de advertência” sobre as dificuldades práticas que seriam encontradas: “Nomeamos uma comissão de expertos, representando todas as variedades de opinião, para que considerem esse assunto com todo cuidado, e nos

aconselhem. Não há qualquer dúvida quanto à justiça dessa imposição. A Alemanha deve pagar, na medida em que puder fazê-lo, mas não vamos deixar que pague de modo a destruir as nossas indústrias.” Nesse ponto o Primeiro Ministro procurava indicar sua intenção de agir com grande severidade, mas sem levantar muitas esperanças de conseguir realmente o dinheiro, ou de se comprometer na Conferência com qualquer posição específica. Corria o rumor de que uma alta autoridade do mundo financeiro da *City* opinava que a Alemanha certamente poderia pagar 20.000 milhões de libras, e talvez até mesmo duas vezes essa importância. Os funcionários do Tesouro, porém, como Lloyd George indicara, tinham uma idéia diferente. Por isso ele podia refugiar-se por trás da grande discrepância de opinião de seus vários conselheiros, e considerar a capacidade de pagamento efetiva da Alemanha como uma questão em aberto, a respeito da qual precisava fazer o que fosse melhor para os interesses do país. Quanto aos nossos compromissos sob os Quatorze Pontos de Wilson, guardava silêncio.

No dia 30 de novembro o Senhor Barnes, membro do Gabinete de Guerra, onde supostamente representava o Partido Trabalhista, proclamou de uma plataforma eleitoral que era favorável a que se enforcasse o Kaiser.

Em 6 de dezembro, o Primeiro Ministro divulgou um documento sobre a sua política e os seus objetivos, no qual dizia, com ênfase significativa na palavra “*européus*”, que “Todos os aliados europeus aceitaram o princípio de que as Potências Centrais devem responder pelo custo da guerra, até o limite da sua capacidade.”

Faltava pouco mais de uma semana para o dia da eleição, e o Primeiro Ministro ainda não dissera o bastante para satisfazer os apetites do momento. Em 8 de dezembro o *Times*, com o habitual revestimento ostensivo de decoro em benefício dos seus aliados, publicou sob o título “Fazendo a Alemanha Pagar” uma matéria que dizia que “o público ainda

está desnorteado pelas várias declarações do Primeiro Ministro”. E acrescentava: “Há uma grande suspeita de influências no sentido de deixar os alemães com uma punição branda, enquanto o único motivo possível para determinar a sua capacidade de pagamento deve ser o interesse dos aliados.” Escrevia o seu correspondente político: “É o candidato que trata das questões da atualidade que adota a frase do Senhor Barnes sobre o enforcamento do Kaiser, e dá força à idéia do pagamento dos custos da guerra pela Alemanha, mobilizando o seu público com estímulos a que melhor respondem.”

Em 9 de dezembro, no *Queen's Hall*, o Primeiro Ministro fugiu do assunto, e depois disso a libertinagem de idéias e palavras aumentou a cada hora. O maior espetáculo foi o proporcionado por Si Eric Geddes, no *Guildhall* de Cambridge; em um discurso anterior, movido por imprudente candura, ele expressara dúvidas sobre a possibilidade de fazer com que a Alemanha pagasse todo o custo da guerra, e sua afirmativa tinha levantado suspeitas. Precisava assim sanar a sua reputação: “Extrairemos dela tudo o que se pode extrair de um limão, e um pouco mais. Vou pressioná-la até que se ouça os ossos estalarem”. Sua política consistia em tomar toda a propriedade dos alemães nos países aliados e neutros, todo o ouro, prata e jóias, todo o conteúdo das suas bibliotecas e galerias de arte, que seria vendido em benefício dos aliados. “Eu despojaria a Alemanha, como os alemães despojaram a Bélgica.”

Em 11 de dezembro o Primeiro Ministro se rendia. Seu manifesto final, lançado nesse dia ao eleitorado, tinha seis pontos que se comparavam melancolicamente com o programa de três semanas antes:

1. Julgamento do Kaiser
2. Punição dos responsáveis por atrocidades
3. Indenização completa pelos alemães
4. A Inglaterra para os ingleses, social e industrialmente

5. Reabilitação dos prejudicados pela guerra
6. Um país mais feliz para todos

Temos aí alimento para os cínicos. A essa mistura de cupidez e sentimentalismo, preconceito e engano, três semanas de campanha tinham reduzido os poderosos governantes da Inglaterra, que pouco antes falavam honestamente sobre o desarmamento e a Liga das Nações, uma paz justa e duradoura para construir os alicerces de uma nova Europa.

Na mesma noite, em Bristol, o Primeiro Ministro retirou suas reservas anteriores e propôs quatro princípios para orientar a política das reparações de guerra, os mais importantes dos quais eram: 1) Temos o direito absoluto de exigir a reposição integral do custo da guerra; 2) Propomos que se exija essa reposição; 3) Uma comissão nomeada pelo Gabinete acredita que isso pode ser feito.²⁵ A eleição foi realizada quatro dias depois.

O Primeiro Ministro nunca disse que ele próprio acreditava que a Alemanha podia pagar todo o custo da guerra. Mas na boca dos seus seguidores essa decisão adquiriu uma dimensão mais concreta. O eleitor comum tinha sido levado a acreditar que era possível obrigar a Alemanha a pagar a maior parte do custo da guerra, se não a sua totalidade. Eram atendidos, assim, tanto os que por razões práticas e egoístas temiam ter que enfrentar no futuro esse custo como os que pensavam com emoções em vez de idéias. Votar no candidato da coalizão significava crucificar o Anticristo e transferir para a Alemanha a dívida pública inglesa.

Era uma combinação irresistível, e mais uma vez o instinto político do Primeiro Ministro não falhou. Nenhum candidato podia denunciar o programa com segurança, e nenhum o fez. O velho Partido Liberal, que nada tinha de comparável para ofere-

²⁵ O custo total da guerra tinha sido estimado em 24.000 milhões de libras, pelo menos, o que significaria um pagamento anual de juros da ordem de 1.200 milhões de libras, além do principal. Poderia qualquer comissão de expertos informar que a Alemanha tinha condições de pagar essa quantia?

cer aos eleitores, foi simplesmente varrido do mapa.²⁶ Formou-se uma nova *House of Commons*, cujos membros em sua maioria se tinham comprometido com muito mais do que as promessas cuidadosas do Primeiro Ministro. Logo depois da sua chegada a Westminster, perguntei a um amigo conservador, que conhecera a *House* de antes, o que pensava dos seus novos membros: “É um grupo de homens com a expressão pétrea, que parecem ter-se saído muito bem da guerra.”

Foi nessa atmosfera que o Primeiro Ministro partiu para Paris, eram esses os laços que o prendiam. Havia-se comprometido a fazer ao inimigo indefeso exigências inconsistentes com nossos compromissos solenes, com base nos quais o inimigo depusera as armas. Poucos episódios na história a posteridade terá mais motivos para criticar. Uma guerra feita ostensivamente para defender a santidade dos compromissos terminava com a quebra de um dos mais sagrados desses compromissos por parte dos campeões vitoriosos desse ideal.²⁷

Ao lado de outros aspectos da transação, acredito que a campanha para obter da Alemanha a reposição integral do custo da guerra foi um dos atos mais sérios de imprudência política cometido pelos nossos estadistas. A Europa poderia esperar um futuro diferente se Lloyd George e o Presidente Wilson tivessem percebido que o mais grave dos problemas diante deles não era político ou territorial, mas econômico e financeiro; que as ameaças enfrentadas pela Europa não tinham a ver com as fronteiras ou as soberanias, mas com o alimento, o carvão e o transporte. Nenhum dos dois deu suficiente atenção a esses proble-

²⁶ Mas infelizmente não afundou com sua bandeira tremulando gloriosamente. Por uma ou outra razão os seus líderes mantiveram um silêncio substancial, embora pudessem ter uma posição muito diferente na estima da nação se houvessem sido derrotados com protestos contra a fraude, a chicana e a desonra do procedimento.

²⁷ Escrevi essas palavras depois da reflexão mais dolorosa. A ausência quase completa de protestos por parte dos estadistas ingleses mais importantes me faz pensar que devo estar equivocado. No entanto conheço todos os fatos, e não posso identificar qualquer erro na sua apreciação. No Capítulo 4 e no princípio deste Capítulo expus todos os nossos compromissos nessa matéria, de modo que o leitor poderá fazer seu próprio julgamento.

mas, em nenhuma fase da Conferência. E o clima para que fossem considerados com prudência e de forma razoável foi comprometido pela posição assumida pela delegação britânica a respeito das indenizações a cobrar da Alemanha. As esperanças estimuladas pelo Primeiro Ministro o obrigaram não só a advogar uma base econômica injusta e irrealista para o Tratado de Paz como o fizeram divergir de Wilson e, por outro lado, dos interesses da França e da Bélgica. Quanto mais evidente se tornava que pouco era possível esperar da Alemanha, mais necessária se tornava uma posição de cupidez patriótica e de “egoísmo sagrado”, para proteger a substância das reivindicações mais justas e mais necessárias da França, como das expectativas bem fundamentadas da Bélgica. Contudo, os problemas financeiros da Europa não podiam ser resolvidos com essa atitude de cupidez, e na verdade só podiam ser tratados com uma atitude magnânima.

Para sobreviver a esses problemas, a Europa vai precisar tal magnanimidade da América que ela própria precisa começar a praticá-la. É inútil que os aliados, depois de saquear-se mutuamente e de extorquir a Alemanha, se voltem para os Estados Unidos à espera de ajuda para que os Estados europeus, inclusive a Alemanha, voltem a caminhar com seus próprios pés. Se as eleições britânicas de dezembro de 1918 tivessem sido disputadas em termos de prudente generosidade e não de uma cobiça idiota, a perspectiva financeira da Europa seria hoje muito melhor. Ainda acredito que antes da Conferência, ou no princípio dos seus trabalhos, os representantes ingleses deviam ter estudado profundamente, com os norte-americanos, a situação econômica e financeira da Europa, e que os primeiros deviam ter sido autorizados a fazer propostas dentro das seguintes linhas gerais:

- 1) cancelamento de todas as dívidas entre os aliados;
- 2) fixação da indenização a ser paga pela Alemanha em 2.000 milhões de libras;

3) renúncia, pela Grã-Bretanha, de se beneficiar dessa indenização, revertendo sua parte à disposição da Conferência para assistir as finanças dos novos Estados a serem criados;

4) garantia, por todos os signatários do Tratado, de uma parte apropriada das obrigações da Alemanha, representando a quantia a ser paga, para abrir um crédito disponível imediatamente;

5) autorização às potências ex-inimigas para emitir uma quantidade moderada de títulos com garantia similar, destinados a financiar a sua recuperação econômica.

Essas propostas implicavam um apelo à generosidade dos Estados Unidos, mas isso era inevitável. Por outro lado, tendo em vista os sacrifícios financeiros bem menores feitos por aquele país, era um apelo que podia ser feito. Esse conjunto de propostas teria sido praticável, pois não há nelas nada de quixotesco ou utópico. E teria aberto à Europa uma certa perspectiva de reconstrução e estabilidade financeira.

No entanto, devemos retornar agora à Conferência de Paris, deixando para o capítulo 7 a elaboração dessas idéias. Já descrevi as dificuldades que Lloyd George levava consigo. Ora, a posição dos ministros das finanças dos outros aliados era ainda pior. Na Grã-Bretanha não tínhamos baseado nossa vida financeira na expectativa de uma indenização a ser recebida. A receita oriunda dessa hipotética indenização era mais ou menos imprevista; e a despeito dos desenvolvimentos subseqüentes, prevalecia na época a expectativa de equilibrar o nosso orçamento pelos métodos normais. O mesmo não acontecia, porém, com a França e a Itália, cujos orçamentos não pretendiam o equilíbrio, nem tinham a possibilidade de chegar ao equilíbrio sem uma revisão profunda das políticas prevalecentes. Com efeito, a posição desses países era e continua a ser quase desesperada: eles estavam orientados para a bancarrota nacional. Um fato que só podia ser ocultado pela expectativa de receber uma quantia importante do ex-inimigo. Logo que se admitiu de que na verda-

de era impossível obrigar a Alemanha a pagar as despesas dos dois lados, e que a transferência desse déficit para a Alemanha não era praticável, a posição financeira da França e da Itália se tornou claramente insustentável.

Assim, avaliar com método científico a capacidade de pagamento da Alemanha estava fora de questão. As expectativas levantadas pelas exigências da política estavam tão afastadas da verdade dos fatos que não bastava admitir uma pequena distorção dos dados – era preciso ignorá-los inteiramente. O equívoco resultante era fundamental. Na base de tal equívoco era impossível desenvolver qualquer política financeira praticável. Por esta razão, entre outras, tornava-se essencial adotar uma política financeira magnânima. A situação financeira da França e da Itália era tão ruim que não era possível convencer esses governos a respeito da esperada indenização alemã, a não ser que se pudesse ao mesmo tempo indicar-lhes alguma alternativa para resolver o seu problema.²⁸ Penso que os representantes dos Estados Unidos foram culpados por não fazer uma proposta construtiva à Europa sofrida e confusa.

Vale a pena lembrar outro elemento presente nessa situação: a oposição entre a política “esmagadora” de Clemenceau e as necessidades financeiras de Klotz. O objetivo do primeiro era debilitar e aniquilar a Alemanha de todos os modos possíveis, e imagino que era sempre um pouco desdenhoso a respeito da indenização, pois não tinha a intenção de deixar a Alemanha em posição de exercer uma grande atividade comercial. Mas não se preocupava em compreender a indenização ou as terríveis dificuldades financeiras de Klotz. Se os financistas queriam introduzir no Tratado certas exigências muito fortes, nada o

²⁸ Conversando com franceses não ligados ao governo, e livres de considerações políticas, este aspecto ficava bem claro. Era possível persuadi-los de que certas estimativas correntes da quantia a ser recebida da Alemanha eram irrealistas. No entanto, eles sempre retornavam ao ponto de partida: “Mas *é preciso* que a Alemanha pague, senão que vai acontecer com a França?”

desaconselhava; mas a satisfação dessas exigências não devia interferir com os requisitos essenciais de uma “paz de Cartago”, demolidora. A combinação da política “realista” de Clemenceau, a respeito de temas irrealistas, com a política de Klotz, que consistia em desinteresse simulado a respeito de temas que no entanto eram importantes, introduziu no Tratado todo um conjunto de disposições incompatíveis, acima da impraticabilidade inerente das propostas sobre reparações.

Não cabe descrever aqui as intermináveis intrigas e contravérsias entre os próprios aliados, que terminaram finalmente, depois de alguns meses, com a apresentação à Alemanha do capítulo sobre reparações na sua forma definitiva. Deve ter havido na história poucas negociações tão contorcidas, tão miseráveis, tão completamente insatisfatórias a todas as partes envolvidas. Duvido que alguém que tenha participado desse debate possa olhar para trás sem se sentir envergonhado. Mas preciso contentar-me aqui com uma análise dos elementos do entendimento conclusivo, que é conhecido de todos.

O ponto mais importante a ser resolvido era, naturalmente, a definição dos itens pelos quais se podia pedir uma indenização. O compromisso eleitoral de Lloyd George, no sentido de que os aliados tinham *o direito* de exigir da Alemanha a reposição do custo integral da guerra era, desde logo, claramente insustentável; ou seja, para dizê-lo de forma mais imparcial, estava claro que convencer o Presidente Wilson de que essa exigência era coerente com nossos compromissos anteriores ao armistício excedia a plausibilidade. A solução a que se chegou finalmente consta da disposição do Tratado que foi divulgada para o mundo.

Trata-se do Artigo 231, que reza: “Os Governos Aliados e Associados afirmam, e a Alemanha aceita, a responsabilidade da Alemanha e dos seus aliados por ter causado todas as perdas e danos sofridos pelos governos Aliados e Associados e seus

cidadãos em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e dos seus aliados.” É uma linguagem cuidadosa; o Presidente Wilson podia ler essas palavras como uma afirmativa da responsabilidade moral da Alemanha pela guerra, enquanto o Primeiro Ministro britânico podia interpretá-la como uma admissão da responsabilidade financeira da Alemanha pelo custo total da guerra.

Continua assim o Artigo 232: “Tendo levado em conta as reduções permanentes dos recursos da Alemanha, que resultarão de outras disposições deste Tratado, os Governos Aliados e Associados reconhecem que esses recursos não são adequados para propiciar uma reparação completa de todas essas perdas e danos.” Wilson poderia confortar-se com essa simples afirmativa de um fato indubitável, e reconhecer que a Alemanha *não pode* pagar não significa que ela não esteja *obrigada* a pagar; mas o Primeiro Ministro inglês poderia observar que no contexto a afirmativa enfatiza ao leitor a premissa da responsabilidade teórica da Alemanha reconhecida no Artigo precedente. Prossegue o Artigo 232: “No entanto, os Governos Aliados e Associados exigem que a Alemanha *compense todos os danos causados à população civil das Potências Aliadas e Associadas e à sua propriedade durante o período de beligerância de cada uma delas como Potência Aliada ou Associada contra a Alemanha, por tal agressão por terra, pela mar e do ar*, e de modo geral todos os prejuízos definidos no Anexo I, e a Alemanha se compromete a fazê-lo.”²⁹ As palavras em itálico, que repetem praticamente as condições anteriores ao armistício, satisfaziam os escrúpulos do Presidente Wilson, enquanto o acréscimo das palavras “e de modo geral todos os prejuízos definidos no Anexo I” abriam, com o Anexo I, uma oportunidade para o Primeiro Ministro inglês.

Até aqui, porém, esta é uma questão de palavras, de

²⁹ Um parágrafo adicional exige a reposição à Bélgica dos custos da guerra, “conforme os compromissos da Alemanha, já assumidos, de uma completa restauração à Bélgica”.

virtuosismo na redação, que não afeta ninguém e que na época provavelmente parecia muito mais importante do que voltará a sê-lo do presente até o futuro previsível. Para esclarecer a substância do argumento precisamos examinar o Anexo I.

Uma grande parte desse Anexo guarda estrita conformidade com as condições anteriores ao armistício; ou pelo menos não ultrapassa o que é defensável. O Parágrafo 1 exige indenização pelos ferimentos causados aos civis como consequência direta de atos de guerra e, em caso de morte, indenização a seus dependentes. O Parágrafo 2 cobre os atos de crueldade, violência ou maus tratos de vítimas civis por parte do inimigo; o Parágrafo 3, os atos do inimigo nocivos à saúde, capacidade de trabalho ou a honra de civis nos territórios ocupados ou invadidos; o Parágrafo 8, o trabalho forçado imposto a civis pelo inimigo; o Parágrafo 9, os danos à propriedade “com a exceção de obras ou materiais navais e militares”, como consequência direta das hostilidades; e o parágrafo 10, as multas e taxas impostas à população civil pelo inimigo. Todas essas exigências são justas e estão de acordo com os direitos dos aliados.

O Parágrafo 4, referente a “danos causados por qualquer tipo de maus tratos de prisioneiros de guerra” é mais duvidoso do ponto de vista estritamente da letra, mas pode ser justificado com base na Convenção da Haia, e de qualquer modo envolve uma importância muito pequena.

Os Parágrafos 5, 6 e 7, no entanto, envolvem um tema de importância imensamente maior, exigindo sejam compensados os pagamentos, feitos pelos governos dos países aliados, de indenizações pela dispensa do serviço militar e outros gastos, ocorridos durante a guerra, em benefício das famílias de indivíduos mobilizados, e os relativos a pensões e compensações devido a ferimentos ou morte de combatentes devidos pelo governo agora e daqui em diante. Financeiramente esses pagamentos acrescentam à conta, como veremos adiante, uma quantia muito importante, na verdade cerca de duas vezes o total de todas as outras

indenizações.

O leitor não tardará a perceber que o argumento para a inclusão desses itens é perfeitamente plausível, quando menos em termos sentimentais. Pode-se demonstrar, antes de mais nada, que do ponto de vista da justiça é monstruoso que uma mulher cuja casa foi destruída tenha direito a uma indenização do inimigo, enquanto uma outra cujo marido foi morto no campo de batalha não tem o mesmo direito; ou que um agricultor que perdeu a sua terra mereça uma compensação, mas não a viúva que perdeu o seu poder de compra pela morte do marido. Com efeito, o argumento para a inclusão de pensões e indenizações depende em grande parte da exploração do caráter *arbitrário* do critério estabelecido nas condições anteriores ao armistício. De todas as perdas causadas pela guerra algumas atingem mais pesadamente os indivíduos, enquanto outras se distribuem igualmente pelo conjunto da comunidade, mas por meio das compensações pagas pelo governo muitas das primeiras são de fato convertidas nas segundas. Se não considerarmos todos os custos da guerra, o critério mais lógico para fundamentar uma indenização limitada seria aquele relativo aos atos do inimigo contrários aos compromissos internacionais ou às práticas admitidas na guerra. O que seria muito difícil de aplicar, e indevidamente contrário aos interesses da França, comparados aos da Bélgica (cuja neutralidade era garantida pela Alemanha) e da Grã-Bre-tanha (a maior vítima das ações ilícitas da guerra submarina).

De qualquer forma, os apelos aos sentimentos e à justiça que mencionamos são vazios; porque para quem recebe uma indenização ou uma pensão não faz diferença se o Estado que a paga foi compensado por ela sob o mesmo título ou em rubrica diferente; essa compensação é um alívio para o contribuinte como teria sido uma contribuição para o custo geral das hostilidades. Mas a consideração mais importante é que é tarde demais para considerar se as condições prévias ao armistício eram perfeitamente lógicas ou justas, ou se deveriam ser corrigidas. A

única questão a considerar é saber se essas condições não se limitavam aos tipos de dano direto causado a civis e à sua propriedade, conforme estabelecido nos parágrafos 1 a 3, 8, 9 e 10 do Anexo 1. Se as palavras têm um sentido e os compromissos devem ser cumpridos, não temos direito à compensação das despesas de guerra do Estado relativas ao pagamento de pensões e indenizações, como a outros custos gerais da guerra. E quem está em condições de argumentar detalhadamente para exigir a reposição desses custos gerais?

O que aconteceu realmente foi uma conciliação entre a promessa feita ao eleitorado britânico pelo Primeiro Ministro no sentido de que seria pedida uma indenização pelos custos gerais da guerra e o compromisso contrário assumido pelos aliados no armistício. O Primeiro Ministro podia explicar que, embora não tivesse conseguido garantir a reposição integral dos custos da guerra tinha obtido uma parte importante desses custos; que sempre qualificara a sua promessa com uma condição limitativa – a capacidade de pagamento da Alemanha –, e que na estimativa mais sóbria das autoridades a conta apresentada aos alemães exauria essa capacidade. De seu lado, Wilson conseguira uma fórmula que não chegava a ser uma quebra chocante dos seus compromissos, evitando uma disputa com seus aliados em tema onde o apelo às paixões e aos sentimentos correria contra ele, caso houvesse uma controvérsia popular. Devido aos compromissos eleitorais do Primeiro ministro inglês, Wilson dificilmente o faria abandonar completamente a sua reivindicação sem lutar em público por ela; e a defesa das pensões teria uma grande apelo popular em todos os países. Uma vez mais o Primeiro Ministro tinha demonstrado que era um político da maior habilidade tática.

Outro ponto de grande dificuldade pode ser percebido facilmente entre as linhas do Tratado, que não fixa qualquer soma para a dívida da Alemanha. Esse ponto tem sido amplamente criticado, pois é de igual inconveniência para a Alemanha, que

não sabe quanto deve pagar, e para os aliados, que ignoram o que vão receber. O método aparentemente utilizado pelo Tratado de chegar a um resultado final ao longo de um período de muitos meses, somando centenas de milhares de reivindicações individuais com respeito a terras, edifícios rurais e galinhas perdidas, é evidentemente impraticável; o processo razoável teria sido que as duas partes concordassem em uma soma global, sem entrar em detalhes.

Desse modo, a obrigação da Alemanha seria expressa de uma forma mais prática, o que contudo não foi possível, por duas razões. Dois tipos diferentes de falsidades tinham sido largamente divulgadas: a capacidade de pagamento da Alemanha e o montante das justas reivindicações dos aliados com respeito às áreas devastadas pela guerra. A fixação dessas duas importâncias representava um dilema. Se a capacidade de pagamento da Alemanha fosse estabelecida em nível que não excedesse de muito as estimativas das autoridades mais bem informadas, ela seria menor do que a expectativa popular prevalecente tanto na Inglaterra como na França. Por outro lado, um valor certo para os prejuízos causados pela hostilidades que não desapontasse desastrosamente as expectativas levantadas na França e na Bélgica poderia não ser justificado, se desafiado, e por outro lado seria criticado também pelos alemães, que se acreditava terem acumulado considerável evidência sobre a dimensão das suas culpas.

Portanto, o caminho mais seguro para os políticos era deixar de mencionar qualquer valor, o que explica a necessidade da grande complicação do capítulo sobre as reparações de guerra.

No entanto, o leitor poderá ter interesse em conhecer a minha própria estimativa das reparações que podem ser justificadas sob as regras do Anexo I do capítulo sobre as reparações. Na primeira seção deste capítulo sugeri um valor para as compensações não relacionadas com pensões e indenizações pela dispensa do serviço militar: 3.000 milhões de libras, para usar o

limite superior dessa estimativa. A compensação solicitada para pensões e indenizações de acordo com o Anexo I não se baseia no custo efetivo dessas compensações para os governos interessados, mas é um valor calculado com base nas escalas em vigor na França no momento da assinatura do Tratado. É um método que evita atribuir a uma vida inglesa ou norte-americana um valor maior do que o de uma vida francesa ou italiana. A taxa paga na França pelas pensões e indenizações tem um valor intermediário entre a norte-americana e a inglesa, mais elevadas, e de outro lado a italiana, a belga ou a sérvia. Os únicos dados necessários para esse cálculo são as taxas francesas, e o número de homens mobilizados e as baixas em cada classe dos vários exércitos aliados. Nenhum desses dados é detalhado, mas sabe-se o suficiente sobre o nível geral das indenizações a serem pagas, o número de indivíduos envolvidos e das baixas sofridas. É possível assim fazer uma estimativa que não deve estar muito distante da realidade. Nestas condições, calculo que o valor da soma das pensões e indenizações é o seguinte (em milhões de libras):

Império Britânico	1.400
França	2.400 ³⁰
Itália	500
Outros (inclusive os E.U.)	700
	<hr/>
Total:	5.000

Tenho mais confiança na exatidão relativa do meu total³¹ do que na sua distribuição entre os vários países. O leitor verá que de qualquer modo a soma das pensões e indenizações aumenta enormemente a reivindicação global, chegando quase a

³⁰ Klotz estima as pretensões da França, nessa categoria, em 75 bilhões de francos (3.000 milhões de libras), assim distribuídos: 13 milhões para indenizações, 60 para pensões e 2 para as viúvas. Se esses dados estão corretos, os relativos aos outros países devem ser aumentados na mesma proporção.

³¹ Em outras palavras, sustento que o dado total tem uma precisão de 25%.

dobrá-la. Acrescentando essa soma à estimativa dos outros itens, temos uma fatura total a apresentar à Alemanha da ordem de 8.000 milhões de libras.³² Acredito que esse valor é bastante alto, e que o resultado final poderá ser um pouco menor.³³ Mais adiante examinaremos a relação entre essa importância e a capacidade de pagamento da Alemanha. Sobre este ponto basta lembrar ao leitor certas particularidades do Tratado, que falam por si mesmas:

1) Da importância total da indenização prevista, qualquer que venha a ser, uma soma de 1.000 milhões de libras deverá ser paga antes de primeiro de maio de 1921. Discutimos abaixo se isso será possível. Mas o próprio Tratado propõe certos abatimentos. Em primeiro lugar, essa quantia deverá incluir as despesas dos exércitos de ocupação, desde o armistício (uma despesa cuja ordem de grandeza é de 200 milhões de libras, e que sob o Artigo 249 do Tratado incumbe à Alemanha).³⁴ Além disso, “os suprimentos de matérias primas e alimentos que os Go-

³² No seu discurso de 5 de setembro de 1919, na Câmara francesa, Klotz estimou o total das indenizações pedidas à Alemanha, sob o Tratado de Paz, em 15.000 milhões de libras, quantia que seria acumulada, com juros, até 1921, para ser paga daí em diante em 34 prestações anuais de cerca de 1.000 milhões de libras, cabendo à França por volta de 550 milhões de libras por ano. Comentou-se que “o efeito geral dessa previsão foi claramente estimulante para o país como um todo, refletindo-se imediatamente na Bolsa e em todo o mundo de negócios da França.” Enquanto afirmativas como essa forem aceitas em Paris sem qualquer protesto não haverá um futuro financeiro ou econômico para o país, e não estará muito distante uma desilusão catastrófica.

³³ Como julgamento subjetivo calculo uma precisão de 10% para menos e 20% para mais; em outras palavras, o resultado estará entre 6.400 e 8.800 milhões de libras.

³⁴ Além das reparações, o Tratado obriga também a Alemanha a pagar todos os custos dos exércitos de ocupação, depois de assinada a Paz, durante quinze anos. O texto não limita a dimensão desses exércitos, e a França poderia aquartelar todo o seu exército na área ocupada, transferindo assim o custo correspondente para o contribuinte alemão. Na verdade, porém, essa decisão traria despesas não para a Alemanha, que por hipótese já estará pagando como reparações até o limite da sua capacidade, mas para os outros aliados, que receberiam como reparações menos do que o esperado. A esse respeito foi publicado um Livro Branco (Cmd.240), com declaração dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, comprometendo-se a limitar a doze milhões de libras quantia a ser paga anualmente pela Alemanha pelo custo da ocupação, “logo que as Potências Aliadas e Associadas interessadas se convencerem de que as condições do desarmamento da Alemanha estejam sendo cumpridas satisfatoriamente.” A palavra que coloquei em itálico é significativa: as três Potências se reservam a liberdade de modificar esse entendimento desde que concordem com tal necessidade.

vernos das Principais Potências Aliadas e Associadas considerem essenciais para habilitar a Alemanha a cumprir suas obrigações de reparação podem também ser pagos com a quantia acima indicada, mediante a aprovação desses Governos.”³⁵ Essa qualificação tem a maior importância. Da maneira como foi redigida, a cláusula permite aos ministros das finanças dos países aliados apresentar aos seus eleitores a esperança de que pagamentos substanciais sejam recebidos com brevidade, e ao mesmo tempo concede à comissão de reparações a liberdade de restituir à Alemanha o que for necessário para a sua sobrevivência econômica – liberdade que a força dos fatos a obrigará a utilizar. Esse poder discricionário torna a exigência de um pagamento imediato de mil milhões de libras menos injurioso do que seria de outra forma, embora não o torne inócuo. Em primeiro lugar, minhas conclusões na próxima seção deste capítulo indica que essa soma não poderá ser reunida no período previsto, mesmo se em grande proporção for na prática restituída à Alemanha para permitir-lhe o pagamento das suas importações. Em segundo lugar, a comissão de reparações só pode exercer efetivamente esse seu poder discricionário assumindo a responsabilidade por todo o comércio exterior alemão, juntamente com a receita cambial por ele produzida, o que excede de muito a capacidade da comissão. Se a comissão de reparações tentasse seriamente administrar a cobrança desse milhão de libras, para autorizar a devolução de uma parte à Alemanha, o comércio da Europa Central seria estrangulado pela forma mais ineficiente de regulamentação burocrática.

2) Além do pronto pagamento da soma de mil milhões de libras, a Alemanha está obrigada a fornecer bônus ao portador no valor adicional de dois mil milhões de libras; ou, se o pagamento devido até primeiro de maio de 1921 como reparação for inferior a 1.000 milhões de libras, em razão das deduções permitidas, o valor adicional desses bônus deverá fazer com que

³⁵ Artigo 235. A força desse Artigo é ampliada pelo Artigo 251, em virtude do qual essas dispensas podem ser concedidas para cobrir “outros pagamentos”, além de alimentos e matérias primas.

complete o pagamento total devido até primeiro de maio de 1921, em dinheiro, produtos ou bônus, no valor global de 3.000 milhões de libras.³⁶ Os bônus ao portador pagarão juros de 2,5% ao ano entre 1921 e 1925, e de 5% ao ano, mais 1% de amortização, de 1925 em diante. Admitindo, portanto, que antes de 1921 a Alemanha não disponha de um excedente apreciável que possa transferir como reparação, ela precisará ter disponíveis 75 milhões de libras por ano, entre 1921 e 1925, e 180 milhões de libras anualmente depois de 1925.³⁷

Logo que a comissão de reparações se convencer de que a Alemanha pode fazer mais, está prevista uma emissão de bônus ao portador de 5% ao ano, no valor adicional de 2.000 milhões de libras, com a taxa de amortização determinada pela comissão – o que elevaria o pagamento anual a 280 milhões de libras, sem prever a amortização do capital representado pelos últimos dois mil milhões de libras.

Portanto, as obrigações da Alemanha não se limitam a 5.000 milhões de libras, e a comissão de reparações exigirá pagamentos adicionais de bônus ao portador até o cumprimento das obrigações totais previstas no Anexo I do Tratado. Com base na minha estimativa de 8.000 milhões como compromisso total da Alemanha (provavelmente mais criticável por ser excessivamente baixa), o valor desse saldo será de 3.000 milhões de libras. Admitindo juros de 5% ao ano, o pagamento anual se elevaria a 430 milhões de libras, sem contar com qualquer amortização.

Mas isso não é tudo. Há uma disposição adicional de efeito devastador. Os bônus representando pagamentos além dos 3.000 milhões de libras não devem ser lançados até que a comissão esteja convencida de que a Alemanha poderá pagar os juros cor-

³⁶ Deixando de lado complicações de menor importância, este é o efeito do parágrafo 12 (c) do Anexo II do capítulo sobre reparações. O pagamento é fixado pelo Tratado em marcos de ouro, conversíveis à taxa de 20 por libra.

³⁷ Se, *per impossibile*, a Alemanha saldasse em 1921 quinhentos milhões de libras em dinheiro ou produtos, seus pagamentos anuais seriam de 62.500.000 de libras entre 1921 e 1925 e de 150 milhões de libras anuais depois de 1925.

respondentes. O que não quer dizer, porém, que nesse intervalo juros não sejam aplicados. A partir de primeiro de maio de 1921 serão debitados à Alemanha juros relativos à parte da sua dívida não coberta por pagamento em dinheiro ou produtos, ou pela emissão de bônus conforme descrito acima,³⁸ “cuja taxa de juros será de cinco por cento a não ser que no futuro a comissão determine ou as circunstâncias justifiquem uma alteração dessa taxa.” Em outras palavras, o valor de capital da dívida aumenta todo o tempo, a juros compostos. É enorme o efeito dessa disposição no aumento da carga imposta à Alemanha, se esse país não puder pagar de imediato uma importância muito grande. A cinco por cento ao ano, com juros compostos, uma quantia dobra em quinze anos. Se imaginarmos que a Alemanha não possa pagar mais do que 150 milhões de libras anualmente até 1936 (isto é, calculando 5% de juros compostos sobre 3.000 milhões de libras), os 5.000 milhões de libras se elevariam a 10.000 milhões, com um custo anual de juros de 500 milhões de libras. Em outras palavras, se a Alemanha pagar 150 milhões de libras por ano até 1936, ela nos estará devendo naquele ano por volta de uma vez e meia o que nos deve hoje (13.000 milhões de libras, comparadas com 8.000 milhões). A partir de 1936 terá que nos pagar 650 milhões de libras por ano, só para honrar o pagamento dos juros devidos. Ao fim de qualquer ano em que desembolsar menos do que essa soma, terá uma dívida maior do que no princípio do ano. E para amortizar o capital em trinta anos, a partir de 1936, ou seja, ao longo de 48 anos depois do armistício, precisará pagar adicionalmente 130 milhões de libras por ano, totalizando 780 milhões.³⁹

No meu julgamento, por razões que vou desenvolver adian-

³⁸ Parágrafo 16 do Anexo II do capítulo sobre reparações. Há também uma disposição obscura pela qual podem ser cobrados juros “entre 11 de novembro de 1918 e primeiro de maio de 1919 sobre as importâncias relativas a *danos materiais*”. A linguagem parece diferenciar os danos à propriedade dos danos às pessoas, em favor dos primeiros. Não afeta as pensões e indenizações, cujo custo é capitalizado na data da entrada em vigor do Tratado.

³⁹ Admitindo a premissa que ninguém aceita, e que até mesmo os mais otimistas consideram implausível – que a Alemanha possa pagar juros e taxas de amortização desde o princípio – seu pagamento anual chegaria a 480 milhões de libras.

te, é absolutamente certo que a Alemanha não possa pagar qualquer quantia que se aproxime desse total. Portanto, até que se modifique o Tratado, a Alemanha está comprometida a transferir para os aliados perpetuamente todo o excedente da sua produção.

Essa perspectiva não é menos certa pelo fato de que a comissão de reparações recebeu poderes discricionários de alterar a taxa de juros, assim como de postergar e até mesmo cancelar a dívida de capital. Em primeiro lugar, alguns desses poderes só podem ser exercidos se a comissão ou os governos ali representados chegarem a uma decisão *unânime*.⁴⁰ Por outro lado – o que talvez seja mais importante –, até que haja uma mudança ampla e unânime da política representada pelo Tratado, será *dever* da comissão de reparações extrair da Alemanha, ano após ano, a maior quantia possível. Há uma grande diferença entre fixar uma soma definida, que embora grande estivesse dentro da capacidade de pagamento da Alemanha, permitindo-lhe guardar um pouco para si, e estabelecer uma quantia muito superior à sua capacidade de pagar, podendo ser reduzida por uma comissão estrangeira cujo objetivo é obter cada ano o maior pagamento permitido pelas circunstâncias. A primeira hipótese deixaria ainda à Alemanha um modesto incentivo para o empreendimento, energia e esperança. Mas a segunda consiste em tirar-lhe a pele ano após ano, em perpetuidade, e por mais discreta e habilidosamente que isso se faça, tendo o cuidado de não matar o paciente no processo, trata-se de uma política que, se fosse efetivamente sustentada e praticada de modo deliberado, não tardaria a ser considerada pelo julgamento dos homens como um dos atos mais ultrajantes de crueldade de um vencedor, em toda a história da civilização.

Há outras funções e outros poderes de grande importância

⁴⁰ Sob o Parágrafo 13 do Anexo II a unanimidade é exigida 1) para qualquer adiamento além de 1930 das parcelas devidas entre 1921 e 1926; e 2) para qualquer adiamento por mais de três anos das parcelas devidas depois de 1926. Além disso, pelo Artigo 234 a comissão não poderá cancelar qualquer parte da dívida sem a autorização específica de todos os governos nela representados.

atribuídos pelo Tratado à comissão de reparações, que serão discutidos de forma mais conveniente em uma seção separada.

III. A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA ALEMANHA

São três as formas com que a Alemanha pode pagar a quantia a que está obrigada: i) com bens transferíveis imediatamente, tais como ouro, navios e títulos estrangeiros; ii) com propriedades em território cedido ou transferido dentro das condições do armistício; iii) com prestações anuais, ao longo de um período determinado, parte em dinheiro e parte em produtos como carvão, potassa, tintas etc.

Está excluída a restituição das propriedades removidas pelo inimigo do território por ele ocupado, como por exemplo o ouro russo, títulos belgas e franceses, gado, máquinas e obras de arte. Na medida em que esses bens podem ser identificados e restaurados, está claro que devem ser reavidos pelos seus legítimos proprietários, e não podem ser contabilizados como reparação, o que é proibido expressamente pelo Artigo 238 do Tratado.

1. Riqueza imediatamente transferível

a) *Ouro e prata*. Uma vez deduzido o ouro que deve ser restituído à Rússia, o estoque oficial de ouro da Alemanha, conforme registro do *Reichsbank* de 30 de novembro de 1918, totalizava 115.417.900 libras. Quantidade muito maior do que a registrada pelo *Reichsbank* antes da guerra,⁴¹ que resultou da vigorosa campanha durante a guerra para a doação não só de moedas mas de objetos e ornamentos de ouro de todo tipo. Reservas particulares certamente ainda existem, mas tendo em vista os grandes esforços já feitos é improvável que sejam localizados seja pelo Governo alemão seja pelos aliados. Por isso o registro do *Reichsbank* pode ser admitido como a maior quantidade de ouro

⁴¹ Em 23 de julho de 1914 o ouro depositado valia 67.800.000 de libras.

que o Governo alemão terá condições de extrair do seu povo. Além do ouro havia no *Reichsbank* cerca de um milhão de libras em prata. Deve haver, contudo, uma quantidade adicional em circulação, pois a reserva oficial era de 9,1 milhões de libras em 31 de dezembro de 1917, e de 6 milhões no fim de outubro de 1918, quando começou a corrida interna em busca de moedas de qualquer espécie.⁴² Portanto, na data do armistício podemos pensar em um total de (vamos especular) 125 milhões de libras em ouro e prata.

No entanto, essa reserva não permaneceu intacta. Durante o longo período transcorrido entre o armistício e o Tratado de Paz os aliados precisaram facilitar o fornecimento à Alemanha das suas necessidades. A condição política do país na época, sujeito à séria ameaça do espartaquismo tornou essa providência necessária no interesse dos próprios aliados, que queriam a preservação de um governo estável na Alemanha, com o qual pudessem negociar. O problema do pagamento dessas provisões apresentava, contudo, as maiores dificuldades, e uma série de encontros foram realizados entre representantes dos aliados e da Alemanha – em Trêves, Spa, Bruxelas, e depois em Château Villette e Versalhes. Procurava-se encontrar um método de pagamento que comprometesse o menos possível as perspectivas do pagamento das reparações de guerra. Desde o início os alemães sustentaram que a exaustão financeira do seu país era no momento tão completa que um empréstimo temporário dos aliados era o único expediente possível. O que os aliados não podiam admitir, justamente quando se preparavam para exigir da Alemanha o pagamento imediato de quantias imensamente maiores. Por outro lado, o argumento alemão não podia ser aceito como perfeitamente correto, pois ainda não tinha havido recur-

⁴² Devido ao prêmio elevado que é alcançado na Alemanha pelas moedas de prata, devido ao efeito combinado da depreciação do marco e da valorização da prata, é altamente improvável que se possa extrair essas moedas do bolso das pessoas. No entanto, elas podem gradualmente cruzar a fronteira, em mãos de especuladores particulares, e assim beneficiar indiretamente a posição cambial da Alemanha como um todo.

so ao seu ouro e títulos estrangeiros. De qualquer forma, na primavera de 1919 era impensável supor que a opinião pública dos países aliados ou dos Estados Unidos pudesse aprovar a concessão de um empréstimo substancial à Alemanha. Por outro lado, os aliados relutavam naturalmente em utilizar o ouro, que parecia uma das poucas fontes seguras para o pagamento das reparações, no fornecimento de provisões ao país. Assim, muito tempo foi gasto na exploração de todas as alternativas possíveis, tornando-se claro por fim que mesmo contando com as exportações alemãs e os títulos estrangeiros que podiam ser vendidos, perfazendo uma importância suficiente, sua liquidação não seria imediata, e a exaustão financeira da Alemanha era de fato tão completa que fora o ouro do *Reichsbank* nada de valor suficiente havia disponível de imediato. Assim, dos cofres desse banco uma soma em ouro superior a 50 milhões de libras foi transferida para os aliados (especialmente para os Estados Unidos, embora a Grã-Bretanha tivesse recebido uma importância substancial) durante os primeiros seis meses de 1919, em pagamento dos alimentos recebidos pela Alemanha.

Mas isso não era tudo. Embora os alemães tivessem concordado, sob a primeira extensão do armistício, em não exportar ouro sem a permissão dos aliados, essa permissão não podia ser retida por muito tempo. Havia débitos da Alemanha para com os países neutros vizinhos, que só podiam ser honrados mediante pagamento em ouro. A inadimplência do *Reichsbank* teria provocado uma depreciação cambial injuriosa ao crédito do país, com um impacto negativo sobre a perspectiva futura das reparações. Assim, em alguns casos o Conselho Econômico Supremo dos aliados concedeu permissão ao *Reichsbank* para exportar ouro.

O resultado líquido dessas várias medidas foi a redução da reserva alemã de ouro em mais da metade: em setembro de 1919 ela tinha caído de 115 para 55 milhões de libras.

De acordo com o Tratado de Paz teria sido possível usar

toda essa soma para as reparações. Mas ela representa menos de 4% do papel moeda emitido na Alemanha, e o efeito psicológico do seu confisco total poderia destruir quase inteiramente o valor de troca do marco, considerando o grande volume de notas de marco existente no exterior. Uma quantia menor, de 5, 10 ou mesmo 20 milhões poderia ser desviada para um fim especial, mas devemos presumir que a comissão de reparações consideraria imprudente arruinar completamente o sistema monetário alemão, particularmente porque o governo francês e o belga possuíam uma grande quantidade de notas de marco. Essas notas circulavam antes nos territórios ocupados ou cedidos, e por isso aqueles governos tinham interesse em manter um certo valor de troca para o marco, independentemente das perspectivas de recebimento das reparações de guerra.

Segue-se, portanto, que não se pode esperar receber da Alemanha qualquer soma importante sob a forma de ouro ou prata, como pagamento inicial do milhão de libras devidas em 1921.

b) *Transporte marítimo*. Conforme já vimos, a Alemanha se comprometeu a transferir para os aliados virtualmente toda a sua marinha mercante. Contudo, uma parte considerável desses navios já se encontrava em mãos dos aliados antes da conclusão do Tratado de Paz, detidos nos seus portos ou mediante uma transferência provisória sob o acordo de Bruxelas, relativo ao fornecimento de alimentos.⁴³ Se estimarmos em 4 milhões a tonelagem bruta dos navios alemães a serem transferidos sob o

⁴³ Os aliados providenciaram o fornecimento de alimentos à Alemanha durante o armistício, conforme já se mencionou acima, de forma condicional à transferência provisória prevista da maior parte da marinha mercante alemã, com o objetivo de fornecer alimentos à Europa, de modo geral, e particularmente à Alemanha. A relutância dos alemães em concordar com isso provocou longas e perigosas demoras no suprimento de alimentos, mas finalmente o acordo de Bruxelas, de 14 de março de 1919, seguiu-se às conferências abortadas de Trêves e Spa (16 de janeiro, 14 a 16 de fevereiro e 4 e 5 de março de 1919). A hesitação dos alemães se devia principalmente à falta de uma garantia absoluta dos aliados de que conseguiriam os alimentos se os navios lhes fossem entregues. No entanto, presumindo uma razoável boa fé de parte dos aliados (sua conduta com respeito a certas cláusulas do armistício não fôra impecável, dando aos inimigos uma certa justificativa para essas suspeitas) sua reivindicação não era imprópria, pois sem os navios alemães o transporte desses

Tratado de Paz, com o valor médio de 30 libras por tonelada, a quantia total envolvida é de 120 milhões de libras.⁴⁴

c) *Títulos estrangeiros*. Antes do levantamento dos títulos estrangeiros feito pelo Governo alemão em setembro de 1916,⁴⁵ cujos resultados não foram publicados, nenhuma pesquisa oficial desses investimentos tinha sido feita na Alemanha, e as várias estimativas não oficiais se baseavam confessadamente em dados insuficientes, como a participação de títulos estrangeiros nas bolsas alemãs, rendimento de taxas, relatórios consulares, etc. Na Nota abaixo o leitor encontrará as principais estimativas correntes na Alemanha antes da guerra.⁴⁶ Assim, o consenso geral das autoridades alemãs é de que os investimentos estrangeiros líquidos se elevavam a mais de 1.250 milhões de libras, valor que tomo como base dos meus cálculos, embora acredite que seja um exagero: 1.000 milhões de libras seria provavelmente

alimentos seria difícil, se não impossível, e os navios alemães cedidos ou o seu equivalente foram de fato quase totalmente empregados no transporte de alimentos para a Alemanha. Até 30 de junho de 1919, 176 navios alemães, com 1.025.388 toneladas brutas de deslocamento, tinham sido transferidos para os aliados, de acordo com o entendimento de Bruxelas.

⁴⁴ A tonelagem total transferida pode ser bem maior, e o valor por tonelada bem menor. No entanto, o valor total não deve ser inferior a 100 milhões de libras, nem superior a 150 milhões.

⁴⁵ Esse levantamento foi feito em virtude de um Decreto de 23 de agosto de 1916. Em 22 de março de 1917 o governo alemão adquiriu completo controle sobre a utilização de títulos estrangeiros possuídos por alemães; e em maio de 1917 começou a exercer esse poder para mobilizar certos títulos suecos, dinamarqueses e suíços.

⁴⁶	1892	Schmoller	500
	1892	Christians	650
	1893-4	Koch	600
	1905	Halle	800
	1913	Helfferrich	1.000
	1914	Ballod	1.250
	1914	Pistorius	1.250
	1919	Hans David	1.050

O valor está expresso em milhões de libras esterlinas. Halle-1905 deve ser acrescentado de mais 500 milhões de libras em investimentos acionários. Helfferrich-1913 representa o valor de investimento líquido, ou seja, deduzindo a propriedade estrangeira na Alemanha. O que pode acontecer também com algumas das outras estimativas. O valor atribuído a Hans David-1919, conforme o *Weltwirtschaftszeitung* de 13 de junho de 1919, reflete investimentos estrangeiros da Alemanha no início da guerra.

um dado mais seguro.

Seria preciso deduzir desse total quatro itens:

(i) Os investimentos nos países aliados e nos Estados Unidos da América, que em conjunto representam uma parte considerável do mundo, foram seqüestrados pelas autoridades responsáveis pela propriedade inimiga, e não estão disponíveis para o pagamento de reparações, exceto na medida em que excedem o valor de várias reivindicações particulares. Dentro do procedimento usado para tratar das dívidas do inimigo, resumido no capítulo 4, serão primeiramente debitadas contra esses valores as reivindicações privadas dos aliados contra cidadãos alemães. Assim, com a exceção dos Estados Unidos, é improvável que haja um excedente apreciável para qualquer outro fim.

(ii) Os mais importantes investimentos estrangeiros da Alemanha não se encontravam, como os ingleses, no ultramar, porém na Rússia, Áustria-Hungria, Turquia, Romênia e Bulgária. Uma boa parte deles não têm agora nenhum valor, pelo menos por enquanto – especialmente os da Rússia e da Áustria-Hungria. Se podemos tomar o valor de mercado atual como um indicador, nenhum desses investimentos poderia ser vendido por mais do que um valor nominal. A não ser que os aliados se dispõem a assumir essas inversões pagando por elas muito mais do que o seu valor de mercado, retendo-os na expectativa de poder vendê-las após uma futura valorização, elas não representam hoje uma fonte importante de fundos para pagamento imediato.

(iii) Embora a Alemanha não estivesse em posição de realizar seus investimentos estrangeiros durante a guerra na mesma medida em que nós poderíamos fazê-lo, em certos países ela pôde liquidá-los. Antes dos Estados Unidos entrarem na guerra, acredita-se que tenha vendido uma boa parte dos seus melhores investimentos em papéis norte-americanos, embora certas estimativas dessas vendas (o valor de 60 milhões de libras já foi mencionado) são provavelmente exageradas. Mas durante a guer-

ra, e especialmente nas suas fases finais, quando seu comércio era pequeno e o seu crédito nos países vizinhos neutros se reduzira muito, ela vendeu os títulos que podia à Holanda, Suíça e Escandinávia, ou cedeu alguns como garantia colateral. É razoavelmente certo que em junho de 1919 seus investimentos nesses países estava reduzido a um valor negligível, que era superado de muito pelas dívidas para com eles. Os alemães venderam também certos títulos de ultramar, como “cédulas” argentinas, para as quais havia um mercado.

(iv) É certo ainda que desde o armistício houve uma importante fuga de títulos estrangeiros que ainda estavam na Alemanha em mãos de particulares, corrida extremamente difícil de evitar. Via de regra os investimentos alemães no exterior têm a forma de títulos ao portador, e não são registrados. Assim, podem ser facilmente contrabandeados pelas extensas fronteiras terrestres do país, já que alguns meses antes da conclusão do Tratado de Paz era certo que os seus portadores não poderiam retê-los, se os governos aliados pudessem de algum modo impor essa regra. Esses fatores se combinaram para estimular o engenho das pessoas, e acredita-se que os esforços, tanto dos aliados como do governo alemão, para interferir efetivamente com a sua fuga têm sido em grande parte inúteis.

Diante dessas considerações, será um milagre se restar uma importância significativa para pagar as reparações de guerra. Os países aliados, com os Estados Unidos da América, a Alemanha e seus aliados e os países neutros adjacentes à Alemanha, esgotam entre eles quase a totalidade do mundo civilizado; e, como vimos, não podemos esperar que dos investimentos em qualquer um desses países reste muito para pagar as reparações. E na verdade não há outros países importantes para investir, com exceção dos sul-americanos.

Quantificar essas deduções implicaria estimativas pouco confiáveis. O que faço é oferecer ao leitor minha melhor avaliação pessoal, depois de ponderar o assunto à luz dos dados dis-

poníveis e outras informações relevantes.

Estimo assim a primeira dedução em 300 milhões de libras, das quais 100 milhões podem estar disponíveis, depois de cobrir dívidas privadas e outros custos.

Com respeito à segunda dedução, vale observar que segundo um levantamento feito pelo Ministério das Finanças austríaco em 31 de dezembro de 1912, o valor nominal dos títulos da Áustria-Hungria em poder de alemães era de 197.309.000 libras. Excluídos os títulos governamentais, os investimentos alemães na Rússia foram estimados em 95 milhões de libras, o que é muito menos do que se poderia esperar; e em 1906 Sartorius von Waltershausen avaliou esse investimento em títulos do governo da Rússia em 150 milhões de libras. Isso nos dá um total de 245 milhões de libras, o que de certo modo é confirmado pelo dado de 200 milhões registrado em 1911 pelo Dr. Ischchanian, como uma estimativa deliberadamente moderada. Outra estimativa feita na Romênia, publicada na época em que esse país entrou na guerra, atribuía o valor de 4 a 4,4 milhões de libras aos investimentos alemães em território romeno, sendo 2,8 a 3,2 milhões de libras em títulos de governo. Segundo o jornal *Temps* de 8 de setembro de 1919, uma associação voltada para a defesa dos interesses da França na Turquia estimou o capital alemão investido no território turco em cerca de 59 milhões de libras, sendo 32,5 milhões de libras da dívida externa da Turquia de propriedade de cidadãos da Alemanha – conforme o último relatório do Conselho de Portadores de Bônus Estrangeiros. Não conheço nenhuma estimativa dos investimentos alemães na Bulgária. Em conjunto, aventuro-me a indicar uma dedução de 500 milhões de libras para o conjunto desse grupo de países.

As revendas e a concessão de títulos como colateral, durante a guerra, me levam a pensar na terceira dedução em termos de 100 a 150 milhões de libras, abrangendo praticamente todos os títulos escandinavos, holandeses e suíços na posse de cidadãos alemães, uma parte dos seus títulos sul-americanos e

uma grande proporção dos títulos norte-americanos vendidos antes da entrada dos Estados Unidos na guerra.

Quanto à dedução a ser feita no quarto item, inexistem naturalmente dados disponíveis. Nos últimos meses a imprensa européia publicou histórias sensacionais dos expedientes adotados para salvar esses papéis. Não será um exagero calcular em 100 milhões de libras o valor dos títulos que já deixaram a Alemanha ou que foram ali escondidos com toda segurança, à prova dos procedimentos da mais minuciosa inquirição.

Em conjunto, esses vários itens somam uma dedução da ordem de 1.000 milhões de libras, deixando-nos com a importância de 250 milhões, teoricamente ainda disponível.⁴⁷

Alguns leitores poderão achar esse número muito baixo, mas é preciso lembrar que ele representaria o remanescente dos títulos vendáveis de que o governo alemão podia apropriar-se. Na minha opinião, é uma estimativa muito alta, e se considerar o problema de um ângulo diferente chegarei a um valor ainda mais baixo. Com efeito, se deixarmos de lado os títulos seqüestrados pelos aliados e os investimentos na Áustria, Rússia etc., de que títulos poderia a Alemanha dispor ainda, especificando-os por país e empresa, para somar 250 milhões de libras? É uma pergunta que não posso responder. A Alemanha dispõe de alguns papéis do governo da China, que não foram seqüestrados, possivelmente alguns do Japão, e um valor mais substancial de títulos sul-americanos de primeira classe. Mas das empresas desse tipo muito poucas ainda se encontram em mãos de alemães, e o seu valor pode ser medido em dez ou vinte milhões, nunca algumas centenas ou mesmo cinqüenta. A meu juízo seria uma imprudência pagar 100 milhões de libras em dinheiro pelo que restou dos investimentos da Alemanha no ultramar. Para que a comissão de reparações consiga receber até mesmo essa quantia precisará provavelmente esperar os frutos dos ativos de que se

⁴⁷ Não deduzi os títulos de posse de habitantes da Alsácia-Lorena e outros que deixaram de ser cidadãos alemães.

apossar, durante alguns anos, em vez de liquidá-los imediatamente.

Temos, portanto, de 100 a 250 milhões de libras como contribuição máxima dos títulos estrangeiros de propriedade de alemães.

Assim, suas riquezas transferíveis de imediato estão representadas, em milhões de libras esterlinas, por:

- a) ouro e prata – cerca de 60
- b) navios – 120
- c) títulos estrangeiros – 100 a 250

Com respeito ao ouro e à prata, na verdade não será praticável retirar qualquer quantidade importante sem conseqüências para o sistema monetário alemão, prejudiciais aos interesses dos próprios aliados. Assim, podemos estimar a contribuição de todas essas fontes somadas entre 250 e 350 milhões de libras, *no máximo*.⁴⁸ É o que a comissão de reparações pode esperar receber em maio de 1921.

2. Propriedade nos territórios cedidos ou transferidos sob o armistício

Conforme a linguagem do Tratado, a Alemanha não receberá créditos importantes pela perda de propriedade nos territórios cedidos, para utilizá-los no pagamento das reparações de guerra.

A *propriedade privada* na maior parte do território cedido será usada para cobrir as dívidas da Alemanha para com os cidadãos aliados, e só o excedente, se houver, será destinado às reparações. O valor dessa propriedade na Polônia e nos outros novos

⁴⁸ Estou consciente de que em todas essas estimativas sou motivado pelo temor de exagerar os argumentos contra o Tratado, citando números que ultrapassem minha avaliação realista. Há uma grande diferença entre colocar no papel estimativas fantasiosas dos recursos alemães e extrair efetivamente contribuições da Alemanha, em dinheiro. Pessoalmente não acredito que em maio de 1921 a comissão de reparações possa receber recursos das fontes acima indicadas sequer no menor dos dois valores citados.

Estados será pagável diretamente aos seus proprietários.

A *propriedade governamental* na Alsácia-Lorena, no território cedido à Bélgica e nas antigas colônias alemãs será transferida sem qualquer contrapartida de crédito. Os edifícios, as florestas e outras propriedades públicas que pertenciam ao antigo Reino da Polônia serão também transferidos sem gerar crédito. Restam, assim, as propriedades governamentais não citadas acima a serem transferidas para a Polônia, as propriedades governamentais em Schleswig, cedidas à Dinamarca,⁴⁹ o valor das jazidas de carvão do Sarre e o valor de certas embarcações fluviais, etc. que serão cedidas como parte das disposições relativas aos portos, vias fluviais e ferroviárias, assim como o valor dos cabos submarinos alemães transferidos sob o Anexo VII do capítulo relativo às reparações.

O que quer que diga o Tratado, a comissão de reparações não poderá receber nenhum pagamento da Polônia. Creio que as jazidas de carvão do Sarre foram avaliadas entre 15 e 20 milhões de libras. Assim, será provavelmente uma estimativa liberal falar, em números redondos, em 30 milhões de libras por todos os itens acima, excluindo qualquer excedente de propriedade privada.

Falta considerar o valor do material cedido de acordo com os termos do armistício. O Artigo 250 determina que a comissão de reparações avaliará um crédito pelo equipamento ferroviário rolante transferido pelo armistício, assim como por certos outros itens específicos, e de modo geral por qualquer material assim transferido pelo qual a comissão julgue necessário reconhecer um crédito, “por não ter valor militar”. O equipamento

⁴⁹ O Tratado (vide Artigo 114) deixa em dúvida em que medida o governo dinamarquês tem a obrigação de efetuar pagamentos à comissão de reparações pela sua aquisição de Schleswig. Seria possível, por exemplo, propor certas formas de compensação tais como o valor das notas de marcos pertencentes aos habitantes da área cedida. De qualquer forma, o montante envolvido é muito pequeno. O governo da Dinamarca está levantando um empréstimo de 6,6 milhões de libras (120 milhões de coroas) com os objetivos conjuntos de “assumir a parte da dívida da Alemanha que cabe a Schleswig, pela compra de propriedade pública alemã, para assistir a população desse território e para resolver a questão da moeda.”

rolante (150.000 vagões e 5.000 locomotivas) é o único item de grande valor. Em números redondos, 50 milhões de libras seria uma estimativa liberal por tudo o que foi cedido em função do armistício.

Temos assim neste item 80 milhões de libras a acrescentar aos 250-350 milhões de libras da seção anterior. Naturalmente, é um valor distinto, porque não representa dinheiro capaz de trazer benefícios à situação financeira dos aliados, mas um crédito contábil a ser registrado entre os aliados, e entre eles e a Alemanha.

Contudo, o total de 330 a 430 milhões de libras a que chegamos não está totalmente disponível para as reparações. Segundo o Artigo 251 do Tratado, o primeiro débito a incidir sobre ele é o custo dos exércitos de ocupação, durante o armistício e depois da conclusão do Tratado de Paz. O valor total dessa importância até maio de 1921 não pode ser calculado antes que se conheça a taxa de retirada das forças aliadas em território alemão, reduzindo o custo mensal de mais de 20 milhões de libras, que prevaleceu durante a primeira parte de 1919, a um milhão de libras, que é a despesa normal. Calculo, porém, que esse valor agregado possa chegar a 200 milhões de libras, o que nos deixa com 100 a 200 milhões ainda disponíveis.

Com base nesse quadro, e nas exportações e pagamentos feitos sob o Tratado antes de maio de 1921 (que ainda não levei em conta), os aliados cultivaram a esperança de que permitirão à Alemanha receber de volta as somas necessárias para a compra dos alimentos e matérias primas que consideram essenciais para ela. Não é possível atualmente avaliar com segurança o valor em dinheiro dos produtos que a Alemanha precisará adquirir no exterior para restabelecer sua vida econômica, ou do grau de liberalidade que os aliados terão a esse respeito⁵⁰. Para que seus estoques de alimentos e matérias primas fossem restaurados, até

⁵⁰ Neste ponto também o meu julgamento me levaria muito mais longe, e duvido que as exportações da Alemanha possam igualar em valor as suas importações durante esse período. Mas como parte do meu argumento a afirmativa do texto é suficiente.

maio de 1921, em um nível próximo do normal, a Alemanha precisaria provavelmente de um poder de compra no exterior entre 100 e 200 milhões de libras, pelo menos, além do valor das suas exportações regulares. Como é provável que isso não lhe será permitido, arrisco-me a afirmar como questão fora de qualquer dúvida razoável que a condição econômica e social da Alemanha não lhe pode permitir um excedente de exportações sobre importações antes de maio de 1921, e que o valor de quaisquer pagamentos que ela possa fazer aos aliados, nos termos do Tratado – em carvão, tintas, madeiras ou outros materiais – precisará ser-lhe restituído para que possa pagar as importações que são essenciais à sua existência.

Portanto, a comissão de reparações não deve esperar suplementos de outras fontes à soma dos 100 a 200 milhões de libras que lhe creditamos hipoteticamente depois do levantamento da riqueza imediatamente transferível, o cálculo dos créditos devidos à Alemanha sob o Tratado e a redução do custo dos exércitos de ocupação. Como a Bélgica tem um acordo especial com a França, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, fora do Tratado de Paz, pelo qual deverá receber, para satisfazer suas reivindicações, os primeiros cem milhões de libras disponíveis para as reparações, a consequência é que a Bélgica talvez possa conseguir seus cem milhões de libras em maio de 1921, mas é improvável que naquela data algum dos outros aliados tenha recebido qualquer contribuição digna desse nome. De qualquer forma, para os ministros das finanças seria muito imprudente fazer planos com base em outra hipótese.

3. Pagamentos anuais distribuídos por alguns anos

É evidente que a capacidade que tinha a Alemanha antes da guerra de pagar um tributo anual foi afetada pela perda quase total das suas colônias, das suas vinculações ultramarinas, a marinha mercante e propriedades no exterior; pela perda de dez

por cento do seu território e da sua população, de um terço do seu carvão e três quartos do seu minério de ferro, pelos dois milhões de mortos entre os homens na fase mais produtiva, pela fome sofrida pelo seu povo durante quatro anos, pelo peso de uma enorme dívida de guerra, pela depreciação da sua moeda, que vale hoje menos de um sétimo do que valia no passado, pelo rompimento das suas alianças e dos seus territórios, por uma revolução dentro do país e a ameaça bolchevista nas suas fronteiras, e pela ruína sem medida das suas forças e da sua esperança, depois de quatro anos de uma guerra voraz terminada em derrota.

Tudo isso, poder-se-ia supor, é evidente. No entanto, em sua maioria as estimativas de uma grande indenização a receber da Alemanha dependem da premissa de que ela tem condições de manter no futuro um comércio muito maior do que o do passado.

Para fazer essa estimativa não importa se o pagamento é feito em dinheiro (ou seja, em divisas), ou parte em produtos, como contempla o Tratado. De qualquer forma, só com suas exportações a Alemanha tem condições de pagar, e a transformação em dinheiro do valor dessas exportações é, comparativamente, uma questão de detalhe.

Se não retornarmos de certo modo aos primeiros princípios e, sempre que possível, às estatísticas, vamos perder-nos em meras hipóteses. É certo que um pagamento anual ao longo de alguns anos só poderá ser feito pela Alemanha se ela aumentar suas exportações e importar menos, ampliando assim o saldo do comércio exterior, que lhe permitirá fazer pagamentos no exterior. No longo prazo a Alemanha só poderá pagar o que deve com produtos, sejam eles fornecidos diretamente aos aliados ou vendidos a outros países, com a transferência do seu valor para os aliados. Assim, a base mais sólida para calcular a medida em que esse processo pode ser desenvolvido começa com a análise do seu balanço de comércio antes da guerra. Só com base nessa

análise, suplementada por alguns dados gerais sobre a capacidade produtiva total do país, podemos estimar racionalmente as melhores possibilidades de que as exportações alemãs poderão ultrapassar suas importações.

No ano de 1913 essas importações chegaram a 538 milhões de libras, enquanto as exportações totalizaram 505 milhões, excluídos o comércio em trânsito e de ouro. Em outras palavras, as importações excederam as exportações em cerca de 33 milhões de libras. No entanto, na média dos cinco anos até 1913 as importações excederam as exportações por uma margem bem maior, a saber 74 milhões de libras. Segue-se, portanto, que o equilíbrio do seu balanço de pagamentos, que acusava novos investimentos no exterior, dependia dos juros e lucros recebidos de investimentos anteriores, de atividades bancárias e de transporte marítimo, etc. Ora, como suas propriedades no exterior e sua marinha mercante não mais lhe pertencem, e como suas outras fontes de receita no exterior foram em grande parte canceladas, parece que, longe de ter um saldo que lhe permita efetuar os esperados pagamentos das reparações, a Alemanha quase estaria em situação de não poder pagar o que precisa importar com um saldo comercial. A primeira tarefa que a aguarda, portanto, é fazer um reajuste do consumo e da produção para cobrir esse déficit. Qualquer economia adicional que puder fazer na utilização de produtos importados, e qualquer estímulo adicional à exportação, precisarão ser orientados para o pagamento das reparações de guerra.

As tabelas seguintes registram dois terços do comércio exterior da Alemanha, distribuído em diferentes categorias. As considerações relacionadas com as partes numeradas podem ser estendidas ao terço restante, composto de produtos de menor importância individual.

Exportações da Alemanha, 1913
(A = milhões de libras B = porcentagem do total)

	A	B
Produtos de ferro	66,13	13,2
Máquinas e peças	37,55	7,5
Carvão, coque e briquetes	35,34	7,0
Produtos de lã	29,40	5,9
Produtos de algodão	28,15	5,6
	<hr/>	<hr/>
	196,57	39,2
Cereais	21,18	4,1
Couro e produtos de couro	15,47	3,0
Açúcar	13,20	2,6
Papel, etc.	13,10	2,6
Peles	11,75	2,2
Produtos elétricos	10,88	2,2
Produtos de seda	10,10	2,0
Tintas	9,76	1,9
Produtos de cobre	6,50	1,3
Brinquedos	5,15	1,0
Borracha e produtos de borracha	4,27	0,9
Livros, mapas, partituras	3,71	0,8
Potassa	3,18	0,6
Vidro	3,14	0,6
Cloreto de potássio	2,91	0,6
Pianos, órgãos e suas peças	2,77	0,6
Zinco	2,74	0,5
Porcelana	2,53	0,5
	<hr/>	<hr/>
	142,34	28,0
Outros produtos	165,92	32,8
TOTAL	<hr/>	<hr/>
	504,83	100,0

Importações da Alemanha, 1913
(A= milhões de libras B = percentagem do total)

I – Matérias primas

	A	B
Algodão	30,35	5,6
Couros	24,86	4,6
Lã	23,67	4,4
Cobre	16,75	3,1
Carvão	13,66	2,5
Madeira	11,60	2,2
Minério de ferro	11,35	2,1
Peles	9,35	1,7
Linho e sementes de linho	9,33	1,7
Salitre	8,55	1,6
Seda	7,90	1,5
Borracha	7,30	1,4
Juta	4,70	0,9
Petróleo	3,49	0,7
Estanho	2,91	0,5
Fósforo	2,32	0,4
Óleo lubrificante	2,29	0,4
	<hr/> 190,38	<hr/> 35,3
II- Alimentos, fumo, etc.		
Cereais	65,51	12,2
Oleaginosos	20,53	3,8
Gado, carne, gorduras animais	14,62	2,8
Café	10,95	2,0
Ovos	9,70	1,8
Fumo	6,70	1,2
Manteiga	5,93	1,1
Cavalos	5,81	1,1
Frutas	3,65	0,7
Peixe	2,99	0,6
Aves	2,80	0,5
Vinho	2,67	0,5
	<hr/> 151,86	<hr/> 28,3

III- Manufaturas

Fio e produtos de algodão	9,41	1,8
Fio e produtos de lã	7,57	1,4
Máquinas	4,02	0,7
	<u>21,00</u>	<u>3,9</u>

IV- Produtos não enumerados	<u>175,28</u>	<u>32,5</u>
-----------------------------	---------------	-------------

TOTAL	538,52	100,0
-------	--------	-------

Essas tabelas mostram que as exportações mais importantes são as de: 1) produtos de ferro, inclusive laminados (13,2%); 2) máquinas etc. (7,5%); 3) carvão, coque e briquetes (7%); 4) produtos de lã, inclusive lã crua e penteada (5,9%); e 5) produtos de algodão, inclusive algodão cru, fios e linhas. Essas cinco categorias somadas representam 39,2% das exportações totais. Note-se que todos esses produtos são de um tipo em que a competição entre a Alemanha e o Reino Unido era muito séria. Portanto, se o volume dessas exportações aumentar muito, seu efeito sobre o comércio de exportação britânico poderá ser igualmente sério. Com relação a duas categorias, produtos de lã e de algodão, o aumento do comércio exterior depende do aumento da importação da matéria prima, pois a Alemanha não produz algodão, e quase não produz lã. Portanto, esse tipo de comércio não pode ser ampliado, a não ser que se facilite a obtenção pela Alemanha das matérias primas necessárias (o que só pode ser feito às custas dos aliados) além do padrão de consumo de antes da guerra, e mesmo assim o aumento efetivo não será o valor bruto das exportações, mas apenas a diferença entre o valor das manufaturas exportadas e da matéria prima importada. Com respeito às três outras categorias – máquinas, produtos de ferro e carvão –, a Alemanha não poderá aumentar as

suas exportações, devido à perda de territórios na Polônia, Alta Silésia e Alsácia-Lorena. Como já dissemos, esses distritos representavam quase um terço da produção de carvão do país, e supriam nada menos do que três quartos do seu minério de ferro; possuíam 38% dos seus altos fornos e 9,5% das suas fundições de ferro e aço. Portanto, a não ser que a Alsácia-Lorena e a Alta Silésia enviem seu minério para a Alemanha, o que implicará em aumento das importações, que precisará ser custeado, será inevitável uma redução no valor exportado, em lugar de um aumento.⁵¹

Seguem-se na nossa lista os cereais, produtos de couro, açúcar, papel, peles, produtos elétricos, produtos de seda e tintas. Os cereais não constituem uma exportação líquida, sendo mais do que compensados por importações na mesma categoria. Com respeito ao açúcar, antes da guerra quase 90% das exportações eram dirigidas para o Reino Unido.⁵² Um aumento desse comércio poderia ser estimulado por uma preferência que o Reino Unido concedesse ao açúcar alemão, ou por um acordo segundo o qual o açúcar fosse contabilizado como pagamento parcial pelas reparações devidas, como se propôs para o carvão, as tintas etc. As exportações de papel também poderiam aumentar, mas os produtos de couro, peles e sedas dependem das correspondentes importações. Os produtos de seda competem com os da França e da Itália. Quanto aos itens remanescentes, são individualmente muito pequenos. Já ouvi a sugestão de que as reparações de guerra fossem pagas em grande medida pela potassa e outros produtos químicos. Mas antes da guerra a potassa representava só 0,6% das exportações da Alemanha, com um valor de 3 mi-

⁵¹ Já se calculou que a cessão de território à França, além da perda da Alta Silésia, pode reduzir a produção alemã dos 20 milhões de toneladas de aço, de antes da guerra, para 14 milhões de toneladas, e aumentar a produção francesa de 5 para 11 milhões de toneladas.

⁵² Em 1913 as exportações totais de açúcar chegaram a 1.110.073 toneladas, no valor de 13.094.300 libras. Para o Reino Unido foram exportadas 838.583 toneladas, no valor de 9.050.800 libras. Esses dados são superiores aos normais, e a média da exportação total no período de cinco anos que terminou em 1913 foi de dez milhões de libras.

lhões de libras. Além disso, como a França terá agora uma reserva de potassa no território que lhe foi transferido, não é provável que veja com bons olhos um estímulo às exportações alemãs do produto.

O exame da lista de importações mostra que 63,6% delas são alimentos e matérias primas. A importação das principais matérias primas – algodão, lã, cobre, couros, minério de ferro, peles, seda, borracha e estanho – não poderia ser reduzida substancialmente sem que isso comprometesse as exportações, e na verdade para que estas últimas crescessem, precisaria também ser aumentada. As importações de alimentos apresentam um problema diferente. Não é provável que, excluídos uns poucos produtos não essenciais, o consumo de alimentos pela classe trabalhadora alemã antes da guerra fosse superior ao que é necessário para manter um máximo de eficiência no seu trabalho. Na verdade, provavelmente era menor. Portanto, uma redução importante na importação de alimentos comprometeria a eficiência da força de trabalho industrial, e em conseqüência o volume do excedente exportável. Não é possível insistir no aumento da produtividade da indústria alemã se os seus trabalhadores estiverem subnutridos. Este raciocínio pode não se aplicar à cevada, ao café, aos ovos e ao fumo, e se fosse possível adotar um regime obrigatório para que no futuro nenhum alemão bebesse cerveja, tomasse café ou fumasse, teríamos de fato uma grande economia. Caso contrário, porém, não parece haver espaço para uma redução significativa do consumo e das importações.

A análise que segue do destino e da origem das exportações e importações alemãs é também relevante. Das exportações da Alemanha em 1913, 18% se destinavam ao Império Britânico, 17% à França, Itália e Bélgica, 10% à Rússia e Romênia, 7% aos Estados Unidos da América. Em outras palavras, mais da metade dessas exportações encontravam seu mercado nos países da *Entente*. Do restante, 12% ia para a Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária, e 35% para outros destinos. Portanto, a não ser que os

aliados estejam preparados para estimular a importação de produtos alemães, o aumento substancial desse volume total só poderá ser feito com a inundação dos mercados dos países neutros.

Comércio exterior da Alemanha em 1913,
segundo o destino e a origem

	Destino das exportações		Origem das importações	
	A	B	A	B
Grã-Bretanha	71,91	14,2	43,80	8,1
Índia	7,53	1,5	27,04	5,0
Egito	2,17	0,4	5,92	1,1
Canadá	3,02	0,6	3,20	0,6
Austrália	4,42	0,9	14,80	2,8
África do Sul	2,34	0,5	3,48	0,6
Total, Império Britânico	91,39	18,1	98,24	18,2
França	39,49	7,8	29,21	5,4
Bélgica	27,55	5,5	17,23	3,2
Itália	19,67	3,9	15,88	3,0
E.U.A.	35,66	7,1	85,56	15,9
Rússia	44,00	8,7	71,23	13,2
Romênia	7,00	1,4	3,99	0,7
Áustria-Hungria	55,24	10,9	41,36	7,7
Turquia	4,92	1,0	3,68	0,7
Bulgária	1,51	0,3	0,40	-
Outros países	178,04	35,3	171,74	32,0
Total	504,47	100,0	538,52	100,0

(A=milhões de libras B=porcentagem do total)

Esta análise nos dá algumas indicações sobre a possível magnitude do máximo de modificações do quadro das exportações da Alemanha, nas condições que devem prevalecer depois do Tratado de Paz. As premissas são as seguintes:

1) não favoreceremos especialmente a Alemanha, em relação ao nosso país, no concernente ao suprimento de matérias primas como o algodão e a lã, cuja oferta mundial é limitada;

2) tendo conseguido jazidas de minério de ferro, a França fará uma séria tentativa de conseguir também os altos fornos e o mercado para o aço;

3) a Alemanha não será estimulada e ajudada a substituir os aliados no mercados internacional de ferro e outros produtos;

4) o Império Britânico não dará uma preferência substancial aos produtos da Alemanha.

Com base nessas premissas, o exame dos itens específicos torna evidente que não há muito que possa ser feito.

Vamos percorrer outra vez os produtos principais:

1) Produtos de ferro. Devido à perda de recursos sofrida pela Alemanha, um aumento líquido dessas exportações parece impossível, e é mesmo provável que haja uma redução importante.

2) Máquinas. Poderá haver um certo aumento da exportação.

3) Carvão e coque. O valor das exportações líquidas da Alemanha antes da guerra era de 22 milhões de libras. Os aliados concordaram em que por enquanto 20 milhões de toneladas é a exportação máxima possível, com um aumento problemático (na verdade impossível) para 40 milhões de toneladas no futuro; mesmo na base de 20 milhões de toneladas não haverá virtualmente qualquer aumento do valor, em preços de antes da guerra;⁵³ se for possível chegar a essa marca, haverá também uma

⁵³ O necessário ajuste de preço nos lados dessa conta será feito mais tarde, em conjunto.

redução ainda maior no valor da exportação de manufaturas, que exigem carvão para a sua produção.

4) Produtos de lã. Não é possível aumentar a sua produção sem a importação de lã crua, e tendo em vista outras demandas que comprometem o suprimento dessa matéria prima, é provável que haja uma redução da manufatura desses produtos.

5) Produtos de algodão. As mesmas considerações se aplicam a esses produtos.

6) Cereais. Nunca houve e nunca poderá haver uma exportação líquida.

7) Produtos de couro. Aplicam-se as mesmas considerações feitas a respeito dos produtos de lã e de algodão.

Cobrimos até aqui quase metade das exportações alemãs de antes da guerra, e nenhum outro item representava anteriormente pelo menos 3% dessas exportações. Com que outro produto podem os alemães pagar as reparações de guerra? Tintas? Seu valor total foi de 10 milhões de libras em 1913. Brinquedos? Potassa? Em 1913 as exportações de potassa totalizaram 3 milhões de libras. E mesmo que pudéssemos identificar alguns produtos, quais os mercados a serem supridos com eles? Com efeito, não podemos esquecer que temos em vista valores não de dezenas de milhões de libras por ano, mas de *centenas de milhões*.

Do lado das importações, é possível fazer mais. Reduzindo o padrão de vida, pode-se conseguir uma diminuição apreciável dos gastos com a importação. Mas, como já vimos, muitos artigos importantes não podem ser reduzidos sem provocar um efeito negativo no volume das exportações.

Sejamos porém otimistas, o mais que é possível sem procurar enganar-nos. Vamos admitir assim que depois de um certo tempo a Alemanha possa aumentar suas exportações e reduzir as importações, a despeito da perda de recursos, instalações, mercados e capacidade produtiva, melhorando portanto seu balanço de comércio em cerca de 100 milhões de libras por ano,

em preços de antes da guerra. Esse ajuste será necessário, em primeiro lugar, para compensar o déficit que nos cinco anos anteriores à guerra foi em média de 74 milhões de libras. Vamos presumir que haja como resultado um saldo favorável da ordem de 50 milhões de libras por ano. Dobrando esse valor, para levar em conta o aumento de preços, chegaremos a 100 milhões de libras por ano. Se considerarmos os fatores políticos, sociais e humanos, assim como os puramente econômicos, é duvidoso que a Alemanha possa ser forçada a pagar essa quantia anualmente por um período de trinta anos, embora essa expectativa ou esperança não chegue a ser uma tolice.

Ora, esses 100 milhões de libras, a juros de 5% ao ano e supondo 1% anuais para repagamento do principal, têm um valor presente da ordem de 1.700 milhões de libras.⁵⁴

Chego assim à conclusão final de que 2.000 milhões de libras é o valor seguro da capacidade máxima de pagamento da Alemanha, incluindo todos os métodos possíveis – a riqueza transferível imediatamente, a propriedade transferida e um tributo anual. Nas circunstâncias atuais, não acredito que a Alemanha possa pagar tudo isso. Quanto aos que consideram esse valor muito baixo, peço que levem em conta a seguinte comparação. A riqueza total da França em 1871 era estimada em um valor equivalente a pouco menos da metade da riqueza total da Alemanha em 1913. Além das alterações ocorridas no valor do dinheiro, uma indenização alemã de 500 milhões de libras seria comparável à soma paga pela França em 1871; e como o ônus efetivo de uma indenização cresce mais do que proporcionalmente à sua importância, o pagamento de 2.000 milhões de libras pela Alemanha teria conseqüências mais sérias do que os 200 milhões de libras de 1871 pagos pela França à Alemanha naquele ano.

⁵⁴ Se o aumento do fundo de capital for reduzido, e o pagamento do principal persistir por um número maior de anos, o valor presente não poderá aumentar substancialmente (tão poderoso é o efeito dos juros compostos). Assim, o pagamento de 100 milhões de libras anuais *em perpetuidade*, presumindo juros de 5% ao ano, como antes, só aumentaria o valor presente da operação para 2.000 milhões de libras.

Há só uma forma de aumentar o valor determinado pelo meu cálculo acima: se trabalhadores alemães forem transportados para as áreas devastadas, e empregados diretamente na obra de reconstrução. Ouvi dizer que está sendo considerado atualmente um esquema limitado desse tipo. A contribuição adicional assim obtida dependeria do número de trabalhadores que o governo alemão pudesse fornecer e também do número deles que belgas e franceses pudessem tolerar no seu meio. De qualquer forma, pareceria muito difícil empregar na reconstrução mão de obra alemã que, mesmo ao longo de vários anos, tivesse um valor presente de mais de, vamos dizer, 250 milhões de libras. E mesmo isso não seria na prática um acréscimo líquido importante à contribuição anual que se pode conseguir por outros meios.

Portanto, uma capacidade de pagamento da ordem de 8.000 milhões de libras, ou mesmo de 5.000 milhões, excede os limites do que é razoavelmente possível. Aqueles que acreditam que a Alemanha poderia fazer um pagamento anual da ordem de centenas de milhões de libras devem explicar *em que produtos* seria feito tal pagamento, e *em que mercados* eles seriam vendidos. Enquanto não propuserem um certo detalhamento da sua proposta, e enquanto não oferecerem argumentos tangíveis em favor das suas conclusões, estas não merecem ser aceitas.⁵⁵

⁵⁵ Esta carta de Sir Sidney Low, publicada pelo *The Times* de 3 de dezembro de 1918, merece ser citada como exemplo da incompreensão do público a respeito dos assuntos econômicos: “Tenho visto estimativas confiáveis que estimam o valor bruto dos recursos minerais e químicos da Alemanha em até 250.000 milhões de libras, ou mesmo mais; e só as minas da bacia do Ruhr devem valer mais de 45.000 milhões de libras. De qualquer forma, é certo que o valor de capital desses recursos naturais é muito maior do que as dívidas totais de todos os Estados aliados. Por que não desviar uma parte dessa riqueza por um período suficiente, destinando-a aos povos que a Alemanha atacou, deportou e feriu? Os governos aliados poderiam com justiça exigir da Alemanha que lhes transferisse a utilização das suas minas e jazidas minerais na medida em que pudessem produzir, digamos, de 100 a 200 milhões de libras anuais pelos próximos 30,40 ou 50 anos. Deste modo poderíamos obter uma compensação suficiente da Alemanha sem estimular indevidamente sua indústria e suas exportações em prejuízo dos nossos interesses.” Se a Alemanha tem uma riqueza de mais de 250.000 milhões de libras, não fica claro por que Sir Sidney Low se contenta com a simples soma de 100 a 200 milhões anuais. Essa carta é uma admirável

Faço só três qualificações, nenhuma das quais afeta a força dos meus argumentos em termos práticos e imediatos.

A *primeira*: se os aliados se dedicassem a promover o comércio e a indústria da Alemanha por um período de cinco a dez anos, concedendo-lhe grandes empréstimos e com ampla disponibilidade de alimentos, matérias primas e meios de transporte marítimo, conseguindo mercados para os produtos alemães e aplicando deliberadamente todos os seus recursos e toda a sua boa vontade para torná-la a mais importante nação industrial da Europa, se não de todo o mundo, uma indenização substancialmente maior poderia depois ser obtida, pois a Alemanha é capaz de uma grande produtividade.

A *segunda*: ao fazer minhas estimativas em dinheiro, presumo que não haverá uma alteração revolucionária no poder de compra das moedas. Se o preço do ouro cair para a metade ou a décima parte do seu valor atual o ônus de um pagamento fixado em ouro se reduziria proporcionalmente. Se um soberano de ouro passar a valer o que vale hoje um *shilling*, então a Alemanha poderá pagar uma quantia maior do que a indicada, em termos de soberanos de ouro.

A *terceira*: presumo também que não haverá uma mudança revolucionária na produtividade do trabalho. Não é *impossível* que o progresso da ciência permita uma grande melhoria do nosso padrão de vida, permitindo que a mesma quantidade de esforço humano seja recompensada com um resultado muito melhor. Neste caso, todos os padrões da “capacidade de pagamento”

reductio ad absurdum de certo tipo de raciocínio. Um método de cálculo que propõe um pagamento anual de mil libras, por 999 anos, para o capital de 999.000 libras, e que avalia um campo de lavoura segundo o valor de todas as colheitas até o fim dos tempos, abre grandes possibilidades, e permite estimar o valor de jazidas de carvão localizadas no ventre da terra, a milhas de profundidade, como se todo esse carvão estivesse pronto para ser usado; mas é uma faca de dois gumes. Se os recursos totais da Alemanha valem 250.000 milhões de libras, aqueles que ela transfere, ao ceder a Alsácia-Lorena e a Alta Silésia deviam ser mais do que suficientes para cobrir todo o custo da guerra, com as respectivas reparações. Com efeito, o valor de mercado presente de todas as minas alemãs, de todos os tipos, já foi estimado em 300 milhões de libras, ou seja, um pouco mais do que um milésimo da expectativa apresentada por Sidney Low.

seriam alterados. No entanto, o fato de tudo isso *ser possível* não é desculpa para afirmar tolices.

É verdade que em 1870 ninguém poderia prever a força da economia alemã em 1910. Não podemos esperar o estabelecimento de normas válidas para toda uma geração, ou ainda mais. As mudanças seculares que ocorrem na condição econômica do homem, e o risco de erro das nossas previsões podem produzir erros nos dois sentidos. Como pessoas razoáveis só podemos basear nossa posição na evidência disponível, adaptando-a a um período de cinco ou dez anos, sobre o qual supomos ter alguma medida de previsibilidade. E não podemos ser criticados se deixamos de um lado as possibilidades extremas da existência humana e de mudanças revolucionárias na ordem natural ou no seu relacionamento com o homem. Assim, o fato de que não temos um conhecimento adequado da capacidade de pagamento da Alemanha ao longo de um período de muitos anos não justifica a afirmativa de que ela pode pagar dez mil milhões de libras, como dizem algumas pessoas.

Por que razão o mundo tem sido tão crédulo diante das falidades pronunciadas pelos políticos? Se precisamos de uma explicação, atribuo essa credulidade, pelo menos em parte, às seguintes influências:

Em primeiro lugar, as grandes despesas ocasionadas pela guerra, a inflação e a depreciação da moeda, levando a uma completa instabilidade das unidades de valor, nos fizeram perder o sentido dos números e de dimensão financeira. O que considerávamos como o limite do possível foi excedido de tal forma, e aqueles que baseavam no passado as suas expectativas erraram tantas vezes que hoje o homem comum está pronto a acreditar em qualquer coisa que lhe é dita com mostras de autoridade, e quanto maior a quantia, mas facilmente ela é aceita.

Mas aqueles que examinam o assunto com maior profundidade são traídos muitas vezes por uma falácia que é mais plausível para as pessoas razoáveis. Uma dessas falácias consistiria

em basear suas conclusões no excedente da produção na Alemanha separadamente do seu excedente exportável. A estimativa do aumento anual da riqueza alemã em 1913, feita por Helfferich, foi de 400 a 425 milhões de libras (excluído o aumento do valor monetário da terra e da propriedade existente). Antes da guerra, a Alemanha gastou entre 50 e 100 milhões de libras em armamentos, que agora se tornaram dispensáveis. Assim, por que ela não poderia pagar aos aliados uma quantia anual de 500 milhões de libras? Este o enunciado mais forte e mais plausível de um argumento pouco refinado.

Nele há dois erros. Em primeiro lugar, com o ônus da guerra e da paz, a poupança anual da Alemanha será menor do que no passado, e se essa poupança lhe for retirada todo ano sua economia nunca poderá alcançar o nível precedente. A perda da Alsácia-Lorena, do território cedido à Polônia e da Alta Silésia não poderia ser estimada em menos de 50 milhões de libras por ano em termos de produção. Admite-se que a Alemanha lucrasse anualmente cerca de 100 milhões de libras com a sua marinha mercante, seus investimentos no exterior, atividades e ligações bancárias – e perdeu tudo isso. Sua economia em termos de despesas militares é mais do que compensada pelo custo das pensões, estimado em 250 milhões de libras por ano,⁵⁶ que representa uma perda real da capacidade de produção. Mesmo se afastarmos o ônus da dívida interna, que chega a 240 bilhões de marcos, considerando-o uma simples questão de distribuição da renda, e não de produtividade, precisamos levar em conta a dívida externa incorrida pela Alemanha durante a guerra, a exaustão dos seus estoques de matérias primas, a perda de parte do seu gado, a menor produtividade do seu solo, prejudicado pela falta de adubo e de mão de obra, e a redução da sua riqueza causada pelas dificuldades de manutenção e renovação durante

⁵⁶ Devido à depreciação do marco a conversão ao par dos 5.000 milhões de marcos sobrestima o ônus representado pelo pagamento de pensões, mas provavelmente não a redução da produção causada pelas vidas perdidas na guerra.

quase cinco anos. A Alemanha de hoje não é tão rica quanto era antes da guerra, e a redução da sua poupança futura por esse motivo, independentemente dos fatores já indicados não pode ser estimada em menos de dez por cento, ou seja, 40 milhões de libras por ano.

Todos esses fatores já reduziram o excedente anual de produção na Alemanha a menos dos 100 milhões de libras a que chegamos, com outra base, como máxima capacidade de pagamento anual. Mas mesmo se lembrarmos que não calculamos ainda a queda do padrão de vida e do conforto da população, que poderia razoavelmente ser imposta a um inimigo derrotado,⁵⁷ há uma falácia fundamental nesse método de cálculo. Com efeito, um excedente disponível para investimento no país só pode ser convertido em excedente exportável mediante uma mudança radical no tipo de trabalho desenvolvido. Assim, ainda que haja força de trabalho eficiente e disponível para serviços internos na Alemanha, ela pode não encontrar um mercado no exterior. Voltamos portanto à mesma questão já discutida quando examinamos o comércio de exportação – em que tipo desse comércio os trabalhadores alemães encontrarão um mercado suficientemente amplo? A mão de obra disponível perde eficiência ao se deslocar para novas atividades, o que exige também um grande dispêndio de capital. Portanto, o excedente anual que a força de trabalho da Alemanha pode produzir no seu país em termos de maior capitalização não indica, nem em termos práticos nem em teoria, o tributo anual que ela pode sustentar mediante transferência ao exterior.

⁵⁷ Não podemos esquecer, incidentalmente, que a redução do padrão de vida influencia em dois sentidos o excedente de produtividade de um país. Além disso, não temos experiência da psicologia de um povo de raça branca vivendo em condições que pouco diferem da servidão. No entanto, de modo geral supõe-se que quando se tira de um trabalhador todo o seu excedente de produção, diminuirá a sua eficiência e o seu empenho em produzir. Se os frutos do seu esforço não beneficiarem os seus filhos, a sua velhice, o seu orgulho e posição social, mas só trouxerem vantagem de um conquistador estrangeiro, o empreendedor e o inventor deixarão de conceber inovações, o comerciante não poupará mais, o trabalhador deixará de se aplicar ao trabalho.

IV. A COMISSÃO DE REPARAÇÕES

Este órgão é tão importante, e se funcionar pode ter uma influência tão ampla na vida européia que os seus atributos merecem um exame em separado.

Não há precedentes para a indenização que o Tratado de Paz impôs à Alemanha. De fato, os pagamentos em dinheiro que fizeram parte dos ajustes de paz em guerras passadas diferem fundamentalmente da situação atual em dois aspectos importantes: a quantia exigida era uma determinada soma de dinheiro; e desde que o inimigo derrotado pagasse as prestações dessa quantia, nenhuma interferência adicional se fazia necessária.

No entanto, por razões que já explicamos, neste caso a indenização prevista não foi quantificada, e quando o for será maior do que poderia ser pago em dinheiro, e do que poderia ser pago de algum modo. Por isso foi necessário criar um órgão para definir essa fatura, fixar a forma de pagamento e aprovar as reduções e os adiamentos necessários. Para dar a esse órgão a capacidade de extrair do inimigo vencido o máximo, cada ano, foi preciso atribuir-lhe amplos poderes sobre a vida econômica dos países vencidos, que são tratados como empresas quebradas que devem ser administradas em benefício dos credores. Na verdade, seus poderes e funções foram ampliados além do que era necessário para esse fim, já que a comissão funcionará como árbitro em várias questões econômicas e financeiras que no Tratado de Paz se decidiu mais apropriado deixar em aberto.⁵⁸

Os poderes e a composição da comissão de reparações foram estabelecidos principalmente pelos Artigos 233 a 241 pelo

⁵⁸ Ao longo das negociações e dos atrasos da Conferência, surgiram muitas questões com relação às quais foi preciso deixar uma certa margem de fluidez e incerteza, para que se pudesse chegar a alguma conclusão. Os procedimentos usados na Conferência tendiam a isso – o Conselho dos Quatro queria um tratado, não um ajuste preciso. Nas questões políticas e territoriais a tendência foi deixar a solução final para a Liga das Nações, mas em matéria econômica e financeira a decisão final foi deixada, de modo geral, com a comissão de reparações, a despeito dela ter sido concebida como um órgão executivo composto pelas Partes interessadas.

Anexo II do capítulo sobre reparações do Tratado com a Alemanha. A mesma comissão terá autoridade sobre a Áustria e a Bulgária, e possivelmente também sobre a Hungria e a Turquia, quando se negociar a paz com esses países. Portanto, há Artigos análogos, *mutatis mutandis*, no Tratado com a Áustria⁵⁹ e com a Bulgária.⁶⁰

Cada um dos principais aliados está representado por um delegado em chefe. Os delegados dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália participarão de todos os trabalhos; o delegado da Bélgica, em todos eles exceto aqueles de que participem os delegados do Japão e do Estado sérvio-croata-esloveno. O delegado do Japão estará presente na discussão de todos os assuntos marítimos ou especificamente japoneses; o delegado sérvio-croata-esloveno, quando forem consideradas questões relativas à Áustria, Hungria ou Bulgária. Os outros aliados serão representados por delegados, sem poder de voto, sempre que sejam examinados seus interesses e reivindicações.

De modo geral a comissão decide pelo voto da maioria, exceto em casos específicos em que se exigir a unanimidade. Desses casos, os mais importantes são a possibilidade de cancelamento da dívida alemã, a postergação por muito tempo das prestações devidas e a venda dos seus bônus. A comissão tem plena autoridade executiva para implementar suas decisões. Pode criar um secretariado executivo e delegar autoridade aos seus funcionários. A comissão e seus funcionários terão privilégios diplomáticos, e os seus salários serão pagos pela Alemanha, que no entanto não terá voz na fixação do respectivo valor. Para que

⁵⁹ A quantia a ser paga pela Áustria a título de reparações de guerra foi deixada à absoluta discricção da comissão, sem que qualquer importância tenha sido mencionada no texto do Tratado. As questões relativas à Áustria serão tratadas por uma seção especial da comissão de reparações, cujos poderes no entanto terão que ser delegados pelo plenário da comissão.

⁶⁰ A Bulgária deverá pagar uma indenização de 90 milhões de libras, em prestações semestrais, a começar em primeiro de julho de 1920. Essas somas serão recebidas, em nome da comissão de reparações, por uma comissão inter-aliada de controle, sediada em Sófia. Em alguns aspectos essa comissão inter-aliada parece ter poderes e autoridade independentes da comissão de reparações, embora deva agir em sua representação, sendo autorizada a aconselhá-la no concernente, por exemplo, à redução das prestações semestrais.

a comissão cumpra adequadamente suas numerosas funções, precisará criar uma vasta organização burocrática poliglota, com centenas de colaboradores. Sua sede será em Paris, e a ela será confiado o destino econômico da Europa Central.

São as seguintes as suas funções principais:

1) A Comissão determinará o valor exato da indenização a ser paga pelas Potências inimigas, mediante o exame detalhado das reivindicações de cada um dos aliados, conforme o Anexo I do capítulo sobre as reparações. Essa tarefa deverá ser completada até maio de 1921, e será dada ao governo alemão e aos seus aliados “uma justa oportunidade de se manifestar, mas não de participar das decisões da comissão”. Ou seja: a comissão agirá ao mesmo tempo como Parte e como Juiz.

2) Uma vez determinado o valor da indenização, a comissão deverá elaborar um plano de pagamentos, cobrindo toda essa quantia, com juros, no prazo de trinta anos. Para modificar esse plano, dentro dos limites das possibilidades, de tempos em tempos “considerará os recursos e a capacidade da Alemanha, ... dando a seus representantes uma justa oportunidade de se pronunciar. Ao estimar periodicamente a capacidade de pagamento da Alemanha, a comissão examinará o sistema alemão de tributação, em primeiro lugar para que as reparações pagas onerem todas as receitas antes do serviço de qualquer empréstimo interno; em segundo lugar, para garantir que, de modo geral, a tributação aplicada seja proporcionalmente tão pesada quanto a de qualquer uma das Potências representadas na comissão.”

3) Para garantir o pagamento de 1.000 milhões de libras a comissão terá o poder, até 21 de maio de 1921, de exigir a transferência de qualquer propriedade alemã, onde quer que esteja situada. Em outras palavras, “A Alemanha deverá pagar de acordo com as prestações e do modo que for determinado pela comissão de reparações – em ouro, produtos, navios, títulos ou de qualquer outra forma.”

4) Com respeito aos empreendimentos de utilidade pública na Rússia, China, Turquia, Áustria, Hungria e Bulgária, ou em

qualquer território antes pertencente à Alemanha ou a seus aliados, a comissão decidirá quais os direitos e interesses dos cidadãos alemães devem ser expropriados e transferidos para a própria comissão, e dividirá o seu valor.

5) A comissão determinará a parte dos recursos assim recebidos da Alemanha que deve ser restituída, para manter viva a sua organização econômica e permitir-lhe continuar fazendo no futuro o pagamento das reparações.⁶¹

6) A comissão avaliará, sem a possibilidade de recurso a apelo ou arbitragem, a propriedade e os direitos cedidos sob o armistício e o Tratado – equipamento ferroviário, a marinha mercante, embarcações fluviais, as minas do Sarre, a propriedade existente no território cedido para a qual tiver sido concedido algum crédito, etc.

7) Dentro de certos limites a comissão determinará o valor das contribuições não monetárias feitas pela Alemanha, ano por ano, com respeito aos vários Anexos do capítulo sobre reparações.

8) A comissão providenciará a restituição pela Alemanha das propriedades que possam ser identificadas.

9) A comissão receberá, administrará e distribuirá tudo o que for recebido da Alemanha, em dinheiro ou sob outra forma. Do mesmo modo, emitirá e comercializará os bônus da dívida alemã.

10) A comissão determinará a parte da dívida pública anterior à guerra a ser assumida pelas áreas cedidas de Schleswig, Polônia, Danzig e Alta Silésia, e distribuirá também a dívida pública do antigo Império Austro-Húngaro pelas partes que o compunham.

11) A comissão liquidará o Banco Austro-Húngaro, supervisionando a retirada e substituição do sistema monetário do antigo Império Austro-Húngaro.

⁶¹ De acordo com o Tratado, esta é a função de qualquer órgão designado pelos governos dos principais aliados e associados, e não necessariamente da comissão de reparações. Pode-se presumir contudo que nenhum outro órgão será criado para esse fim.

12) Caberá à comissão relatar se, a seu juízo, a Alemanha estiver deixando de cumprir as suas obrigações, devendo sugerir métodos de coerção.

13) Atuando através de um órgão subordinado, a comissão deverá de modo geral preencher as mesmas funções com respeito à Áustria e Bulgária, assim como, presumivelmente, à Hungria e Turquia.⁶²

Muitos outros deveres de menor importância foram confiados à comissão, mas o sumário acima ilustra suficientemente o escopo e a importância da sua autoridade, que é ainda mais significativa porque as exigências do Tratado geralmente excedem a capacidade que tem a Alemanha de cumpri-las. Em consequência, as cláusulas que permitem à comissão reduzir essas obrigações, se no seu julgamento as condições econômicas do país tornarem isso necessário, farão dela sob muitos aspectos o árbitro da vida econômica alemã. A comissão deverá não só examinar a capacidade de pagamento da Alemanha e decidir (nos primeiros anos) quais as importações de alimentos e matérias primas que devem ser autorizadas, por necessárias; além disso, está autorizada a pressionar o sistema tributário alemão (Anexo II, Parágrafo 12-b)⁶³ e as despesas internas, tendo em vista a garantia de que o pagamento das reparações terá precedência no uso dos recursos totais do país; e deve decidir também a respeito do efeito sobre a economia alemã das suas necessidades de máquinas, gado, etc., assim como sobre o suprimento programado de carvão.

Pelo Artigo 240 do Tratado a Alemanha reconhece expressamente a comissão e os seus poderes “como os mesmos podem

⁶² Até a data da publicação deste livro não foram negociados os tratados com esses países. É possível que para a Turquia se crie uma comissão separada.

⁶³ Com efeito esta me parece ser a posição (se esse Parágrafo tem algum sentido), a despeito da resposta dos aliados negar tal intenção: “O parágrafo 12 (b) do Anexo II também não dá poderes à comissão para prescrever ou implementar tributos, assim como para determinar a natureza do orçamento da Alemanha.”

ser instituídos pelos governos Aliados e Associados”, e concorda “irrevogavelmente com a posse e o exercício pela comissão do poder e da autoridade que o presente Tratado lhe conferiu.” O governo alemão se compromete a fornecer à comissão toda informação relevante. Por fim, o Artigo 241 estabelece: “A Alemanha se compromete a aprovar, promulgar e manter em vigor todas as leis, posturas e decretos que possam ser necessários para viabilizar completamente essas disposições.”

Os comentários feitos sobre esse ponto pela comissão financeira alemã em Versalhes não eram um exagero: “Desse modo a democracia alemã é aniquilada justamente no momento em que o povo alemão se dispunha a erigi-la, depois de séria luta — aniquilada pelas mesmas pessoas que durante toda a guerra não se cansaram de afirmar que pretendiam trazer-nos a democracia ... A Alemanha deixa de ser um povo e um Estado; passa a ser um simples empreendimento comercial, colocada pelos seus credores nas mãos de um administrador de massa falida, sem ter sequer a oportunidade de demonstrar o desejo de cumprir por conta própria as suas obrigações. A comissão, sediada em caráter permanente fora do território alemão, terá nesse território direitos incomparavelmente maiores do que os do Imperador; sob esse regime o povo alemão permanecerá durante décadas sem todos os seus direitos, e desprovido de qualquer independência de ação, de qualquer aspiração individual de progresso econômico e mesmo ético, em uma escala muito maior do que a de qualquer povo na época do absolutismo.”

Na sua resposta a essas observações os aliados se recusaram a admitir que houvesse nelas qualquer força, substância ou fundamento: “As observações da delegação alemã apresentam uma visão de tal forma distorcida e inexata da comissão que é difícil acreditar que as cláusulas do Tratado foram examinadas calma e cuidadosamente. Ela não é um engenho de opressão ou um recurso para interferir com a soberania alemã. Não dispõe de forças sob o seu comando; não tem poderes executivos den-

tro do território alemão; não pode, como sugerido, dirigir ou controlar o sistema educacional ou outros sistemas do país. A sua função é definir o que deve ser pago; garantir que a Alemanha possa pagar; e recorrer às Potências, de que recebeu uma delegação, caso a Alemanha cometa alguma inadimplência. Se a Alemanha levantar os recursos exigidos do modo que quiser, a comissão não pode determinar que esses recursos sejam reunidos de outra forma; se a Alemanha propuser pagamento não monetário, a comissão poderá aceitá-lo, mas, exceto nas condições especificadas pelo próprio Tratado, não poderá exigir essa forma de pagamento.”

Essa não é uma descrição honesta do escopo e da autoridade da comissão de reparações, como se verá comparando seus termos com o resumo dado acima ou com o próprio Tratado. Assim, a afirmativa de que a comissão “não dispõe de forças sob o seu comando” é difícil de justificar tendo em vista o Artigo 430 do Tratado, que reza: “Se a comissão de reparações verificar que a Alemanha se recusa a observar no todo ou em parte suas obrigações sob o presente Tratado, no relativo às reparações, durante a ocupação ou depois de expirados os quinze anos mencionados acima, a totalidade ou parte das áreas especificadas no Artigo 429 serão reocupadas imediatamente pelas Potências Aliadas e Associadas”. A decisão sobre se a Alemanha cumpriu seus compromissos, e sobre a possibilidade de cumpri-los é deixada, note-se, não com a Liga das Nações, mas com a comissão; e uma decisão negativa por parte da comissão deverá ser seguida “imediatamente” pelo emprego da força. Além disso, a depreciação dos poderes da comissão descritos na resposta aliada depende da premissa de que caberá à Alemanha “levantar os recursos exigidos do modo que quiser”. É verdade que nessa hipótese muitos dos poderes atribuídos à comissão não teriam efeito prático; no entanto, uma das principais razões que explicam a criação da comissão de reparações é a expectativa de que a Alemanha não poderá suportar o ônus nominal que lhe foi imposto.

* * *

Corre a notícia de que a população de Viena, ouvindo que uma parte da comissão de reparações deve visitar essa cidade, decidiu caracteristicamente concentrar suas esperanças na comissão. Obviamente um órgão financeiro nada lhes pode tirar, porque os vienenses nada têm; portanto, a sua missão deve ser a de prestar-lhes assistência e trazer-lhes socorro. É o que pensam os vienenses, ainda pouco conscientes da adversidade. Mas talvez estejam certos, pois a comissão de reparações entrará em um contato muito estreito com os problemas da Europa, assumindo uma responsabilidade proporcional aos seus poderes. Pode assim vir a ter um papel muito diferente do pretendido por alguns dos seus criadores. Transferida para a Liga das Nações, um órgão movido pela justiça e não mais pelos interesses, quem sabe se por uma mudança de posição e de objeto a comissão de reparações não pode ainda transformar-se de instrumento de rapina e opressão em um conselho econômico da Europa, com o propósito de restaurar a vida e a felicidade, até mesmo nos países inimigos.

V. AS CONTRA-PROPOSTAS DA ALEMANHA

As contra-propostas apresentadas pela Alemanha eram algo obscuras, e também um tanto dissimuladas. É preciso lembrar que as cláusulas do capítulo sobre reparações que tratam da emissão de bônus pela Alemanha deixaram no público a impressão de que a indenização tinha sido fixada em 5.000 milhões de libras, pelo menos como um mínimo. Assim, a delegação alemã procurou elaborar suas respostas com base nessa quantia, presumindo aparentemente que nos países aliados a opinião pública não se contentaria com menos do que *a aparência* dos 5.000 milhões de libras; e, como não tinham condições de propor um montante tão elevado, procuraram produzir uma fórmula engenhosa que

pudesse dar essa impressão, embora na verdade representasse uma soma bem mais modesta. Essa fórmula era transparente para quem a lesse com cuidado e conhecesse os fatos relevantes, e os seus autores dificilmente poderiam esperar enganar desse modo os negociadores aliados. A tática alemã presumia, assim, que secretamente os aliados tinham tanto interesse quanto os próprios alemães em chegar a um acordo que tivesse alguma relação com os fatos, e que portanto poderiam colaborar com uma certa cumplicidade na redação do Tratado, levando em conta as dificuldades apresentadas pelo seu próprio público. Em circunstâncias um pouco distintas essa suposição poderia ter bom fundamento. Na realidade, porém, essa sutileza não os beneficiou, e teriam conseguido muito mais se tivessem adotado uma estimativa honesta e objetiva do que consideravam como suas obrigações, de um lado, e da sua capacidade de pagamento, de outro.

A oferta alemã de uma quantia alegadamente de 5.000 milhões de libras tinha as seguintes características. Em primeiro lugar, estava condicionada a uma concessão no Tratado destinada a garantir que “a Alemanha manterá sua integridade territorial correspondente à convenção do armistício,⁶⁴ que manterá suas possessões coloniais e navios mercantes, inclusive de grande tonelagem, que no seu próprio país e no mundo de modo geral gozará da mesma liberdade de ação de todos os outros povos, que as leis de guerra serão imediatamente anuladas, e todas as interferências, durante a guerra, com seus direitos econômicos, com a propriedade privada alemã etc., serão tratados de acordo com o princípio da reciprocidade”. Em outras palavras, a oferta alemã estava condicionada ao abandono da maior parte do resto do Tratado. Em segundo lugar, a indenização reivindicada não ultrapassará o máximo de 5.000 milhões de libras, das quais 1.000 milhões pagas em primeiro de maio de 1926; e não serão aplicados juros sobre os pagamentos ainda não

⁶⁴ O que quer que isso signifique.

efetuados.⁶⁵ Em terceiro lugar, seriam aplicados créditos contra essa importância representando (entre outras coisas): a) o valor de todas as transferências efetuadas pelo armistício, inclusive o equipamento militar (e inclusive a marinha de guerra alemã); b) o valor de todas as propriedades governamentais, inclusive ferrovias, nos territórios cedidos; c) a parte *pro rata* da dívida pública alemã (inclusive a dívida de guerra) de todos os territórios cedidos e das reparações que devessem incidir sobre tais territórios se tivessem permanecido como parte integrante da Alemanha; e d) o valor da desistência das reivindicações da Alemanha com relação às somas emprestadas aos seus aliados durante a guerra.⁶⁶

De acordo com uma estimativa grosseira, os créditos a serem deduzidos em a), b) e c) poderiam exceder em até 2.000 milhões de libras os permitidos pelo Tratado, embora o valor de d) seja muito difícil de calcular.

Assim, para estimar o valor real da oferta alemã de 5.000 milhões de libras nas bases do Tratado precisamos antes de mais nada deduzir os 2.000 milhões de libras de créditos que o Tratado não autoriza, e em seguida cortar pela metade o remanescente para chegar ao valor presente de pagamentos futuros não onerados por juros. A oferta alemã fica assim dimensionada em 1.500 milhões de libras, que podemos comparar com os cerca de 8.000 milhões que o Tratado exige, segundo minha estimativa.

Na verdade, era uma proposta substancial, que provocou muitas críticas na Alemanha, embora, tendo em vista que estava condicionada ao abandono da maior parte do resto do Tratado, não podia ser levada a sério.⁶⁷ Mas a delegação alemã pode-

⁶⁵ Presumindo o pagamento do capital em prestações iguais durante um período de 33 anos, a consequência seria reduzir pela metade o ônus imposto à Alemanha, comparado com a aplicação de juros de 5% sobre as prestações ainda não pagas.

⁶⁶ Omito outros detalhes da proposta alemã pois já mencionei os pontos essenciais.

⁶⁷ Por essa razão não pode ser comparada, rigorosamente, com minha estimativa da capacidade de pagamento da Alemanha, feita com base nas condições do país quando todo o Tratado tiver sido implementado.

ria ter conseguido melhor resultado se tivesse manifestado, em linguagem inequívoca, até onde estava disposta a ir.

Na resposta final dos aliados a essa contra-proposta há uma disposição importante, que ainda não mencionei, mas que pode ser discutida agora de forma conveniente. Em termos genéricos, não houve concessões a respeito das reparações, conforme originalmente propostas, mas os aliados reconheceram a inconveniência de não determinar o ônus imposto à Alemanha e propuseram um método pelo qual se poderia calcular esse ônus total antes de primeiro de maio de 1921. Prometeram assim que dentro de quatro meses após a assinatura do Tratado, ou seja, até o fim de outubro de 1919, a Alemanha teria a liberdade de propor uma soma única para cobrir todos os seus compromissos ali definidos, e no máximo dois meses depois disso, ou seja, antes do fim daquele ano, os aliados se comprometiam “na medida do possível a dar sua resposta a quaisquer propostas que tenham sido apresentadas”.

Essa oferta dos aliados está sujeita a três condições. “Em primeiro lugar, espera-se que antes de fazer tais propostas, as autoridades alemãs conferenciarão com os representantes das Potências diretamente interessadas. Em segundo lugar, as propostas devem ser precisas e claras, sem ambigüidades. Em terceiro lugar, devem aceitar sem discussão as categorias e as cláusulas relativas às reparações.”

Essa oferta não parece contemplar qualquer consideração do problema da capacidade de pagamento da Alemanha. Concentra-se apenas na definição da conta total das indenizações previstas no Tratado – por exemplo, se é de sete, oito ou dez mil milhões de libras. Segundo a resposta dos aliados, “Trata-se de questões factuais, a saber, o valor das obrigações, e se elas são suscetíveis de serem tratadas deste modo.”

Se essas negociações forem conduzidas realmente nesses termos, não é provável que sejam frutíferas. No fim de 1919 será tão difícil chegar a um valor como o foi na época da Confe-

rência; e saber com certeza que a Alemanha é responsável pela enorme soma resultante de qualquer que seja o cálculo feito não ajudará a posição financeira do país. No entanto, essas negociações oferecem uma oportunidade para reabrir toda a questão das reparações, embora não se possa esperar que a opinião pública dos aliados mude suficientemente em tão pouco tempo.⁶⁸

* * *

Não posso deixar este assunto como se seu justo tratamento dependesse inteiramente ou dos nossos compromissos ou de fatos econômicos. A política de reduzir a Alemanha à servidão por toda uma geração; de degradar a vida de milhões de seres humanos, de privar de felicidade uma nação inteira devia ser odiosa e repulsiva – mesmo se fosse possível, ainda que nos fizesse enriquecer, mesmo que não semeasse a decadência na vida civilizada da Europa. Alguns a pregam em nome da justiça. Nos grandes eventos da história, no desenrolar do complexo destino das nações, a justiça nunca é tão simples. E se fosse, a religião ou a moral natural não autoriza as nações a fazer recair sobre os filhos dos seus inimigos as perversidades dos seus pais ou governantes.

⁶⁸ Devido a atrasos de parte dos aliados no processo de ratificação do Tratado, no fim de outubro de 1919 a comissão de reparações ainda não tinha sido formalmente instituída. Portanto, tanto quanto estou informado, nada foi feito para efetivar essa oferta. Mas é possível que devido às circunstâncias tenha havido uma prorrogação do prazo.

CAPÍTULO VI

A EUROPA DEPOIS DO TRATADO

ESTE Capítulo precisa ser pessimista. O Tratado de Paz não contém qualquer disposição orientada para a reabilitação econômica da Europa – nada que transforme as Potências Centrais derrotadas em bons vizinhos, nada que permita dar estabilidade aos novos Estados europeus, nada para salvar a Rússia; não promove de nenhuma forma um pacto de solidariedade econômica entre os próprios aliados. Em Paris nada se fez para restaurar as finanças desordenadas da França e da Itália, ou para ajustar os sistemas do Velho e do Novo Mundo.

O Conselho dos Quatro não se preocupou com esses temas, mas sim com outros – Clemenceau queria esmagar a economia do inimigo, Lloyd George conseguir um acordo para levar consigo a Londres, e exibi-lo durante uma semana, Wilson nada fazer que não fosse justo e correto. É um fato extraordinário, mas o problema econômico fundamental de uma Europa esfomeada que se desintegrava diante dos seus olhos era a única questão para a qual foi impossível provocar o interesse dos Quatro. As reparações foram sua excursão principal no campo da economia, a ser resolvida como um problema de teologia, de política, de chicana eleitoral – de todos os pontos de vista exceto o do futuro econômico dos Estados cujo destino eles estavam manipulando.

Deixo aqui Paris, a Conferência, o Tratado, para considerar brevemente a situação atual da Europa, produto da guerra e da Paz. E não será mais minha intenção distinguir entre os frutos

inevitáveis da guerra e os desastres da paz, que poderiam ser evitados.

Os fatos essenciais, como os vejo, podem ser ditos simplesmente. A Europa consiste no agregado mais denso de população de toda a história. Uma população habituada a um padrão de vida relativamente alto, e na qual, mesmo agora, alguns segmentos têm a expectativa de melhoria, em lugar de deterioração. Em relação aos outros continentes, a Europa não é auto-suficiente, especialmente em alimentos. A sua população não está distribuída igualmente, e boa parte dela se concentra em um número relativamente pequeno de densos centros industriais. Antes da guerra essa população se sustentava, com uma margem estreita de excedentes, por meio de uma organização delicada e de imensa complexidade, tendo como fundamentos o carvão, ferro, o sistema de transporte e um suprimento contínuo de alimentos e matérias primas trazidos do exterior. Destruída essa organização e interrompido o fluxo de suprimentos, uma parte da população perdeu seus meios de subsistência. A emigração não está aberta ao excedente demográfico, que levaria anos para ser transportado ao ultramar, mesmo que houvesse países dispostos a aceitá-lo, o que não acontece. O perigo que enfrentamos na Europa, portanto, é a rápida queda do padrão de vida, até um ponto em que parte da população passe fome (situação a que já se chegou na Rússia e de certa forma também na Áustria). Nem sempre as pessoas aceitam morrer de fome em silêncio: algumas são dominadas pela letargia e o desespero, mas outros temperamentos se inflamam, possuídos pela instabilidade nervosa da histeria, podendo destruir o que resta da organização social, e submergindo a civilização com suas tentativas de satisfazer desesperadamente as necessidades individuais. É contra esse perigo que todos os nossos recursos, nossa coragem e idealismo devem cooperar.

Em 13 de maio de 1919 o Conde Brockdorff-Rantzau submeteu à Conferência de Paz o relatório da comissão econômica

alemã incumbida de estudar os efeitos das condições da Paz sobre a população da Alemanha. Segundo esse relatório, “no curso das duas últimas gerações a Alemanha se transformou de nação agrícola em um Estado industrial. Enquanto era uma economia baseada na agricultura podia sustentar 40 milhões de habitantes. Como um país industrializado poderia garantir a subsistência de 67 milhões, e em 1913 a importação de alimentos chegou, em números redondos, a 12 milhões de toneladas. Antes da guerra, 15 milhões de pessoas estavam empregadas no comércio exterior, na navegação e no processamento, direto ou indireto, de matéria prima importada.” Depois de resumir as principais disposições do Tratado de Paz, o relatório prossegue: “Com a sua produção diminuída, depois da depressão resultante da perda das colônias, da frota mercante e dos investimentos no exterior, a Alemanha não terá condições de importar uma quantidade adequada de matéria prima. Assim, uma grande parte da sua indústria estará condenada inevitavelmente à destruição. Ao mesmo tempo, a necessidade de importar alimentos crescerá consideravelmente, e a possibilidade de satisfazer essa demanda vai diminuir de muito. Assim, dentro de muito pouco tempo o país não terá condições de fornecer pão e emprego a seus numerosos milhões, impedidos de ganhar a vida na navegação marítima e no comércio. Essas pessoas deveriam emigrar, mas isto é uma impossibilidade material, porque muitos países – e os mais importantes – se oporão a receber imigrantes alemães. Para implementar as condições do Tratado de Paz seria necessário, logicamente, reduzir a população alemã em vários milhões. Uma catástrofe que poderia não tardar, considerando que a saúde do povo alemão foi muito prejudicada – pelo bloqueio, durante a guerra, e pelo agravamento da fome, durante o armistício. Nenhuma assistência, mesmo por um longo período, poderia impedir essas mortes em massa.” O relatório conclui assim: “Não sabemos se os delegados das Potências Aliadas e Associadas reconhecem essas conseqüências, que são inevitáveis se um Esta-

do industrial como a Alemanha, densamente povoado, e vinculado estreitamente ao sistema econômico mundial, precisando importar enormes quantidades de matérias primas e alimentos, for obrigado a recuar subitamente para uma fase do seu desenvolvimento que corresponde à condição econômica e à população de meio século atrás. Os que assinarem esse Tratado estarão assinando a sentença de morte de muitos milhões de alemães – homens, mulheres e crianças.”

Ignoro se é possível dar uma resposta adequada ao relatório. A descrição se aplica tanto à situação da Áustria como da Alemanha. É um problema fundamental que temos à nossa frente, que torna insignificantes as questões de ajuste territorial e de equilíbrio de poder na Europa. Algumas das catástrofes da história, que atrasaram por séculos o progresso da humanidade, foram devidas ao fim súbito, por razões naturais ou ações humanas, de condições temporariamente favoráveis que permitiram o aumento da população além do que era possível sem essas ocasionais condições favoráveis.

As características relevantes da situação europeia imediata podem ser agrupadas em três categorias: em primeiro lugar, a queda absoluta, neste momento, da produtividade; em segundo lugar, a destruição do sistema de transporte e de comércio pelo qual os produtos europeus podiam ser levados aos mercados onde eram demandados; em terceiro lugar, a incapacidade de adquirir no exterior o suprimento habitual de alimentos e matérias primas.

A diminuição da produtividade não é fácil de estimar, e pode ser objeto de uma expectativa exagerada. Mas sua evidência *prima facie* é muito grande, e esse fator tem sido o núcleo principal das advertências feitas pelo Senhor Hoover. É o resultado de várias causas: a desordem interna violenta e prolongada, como na Rússia e na Hungria; a criação de novos governos e sua falta de experiência no reajuste da economia, como na Polônia e na Tchecoslováquia; o desvio dos trabalhadores eficientes, em todo

o continente, com as perdas da guerra ou a persistência da mobilização; a pobreza da alimentação nas Potências Centrais; a exaustão do solo devido à escassez de adubos durante a guerra; o desassossego das classes trabalhadoras com relação aos temas econômicos fundamentais da sua vida. Acima de tudo, porém, há (para citar Hoover) “uma importante diminuição do esforço como reflexo da exaustão física de grande parte da população, devido às privações e ao ônus físico e mental da guerra”. Por uma variedade de razões muitas pessoas estão desempregadas. Ainda segundo Hoover, um relatório resumido das agências européias de desemprego mostrava em julho de 1919 que 15 milhões de famílias recebiam alguma forma de auxílio-desemprego, pago quase sempre em moeda sujeita a inflação contínua. No território alemão há a dificuldade adicional ao trabalho e ao capital representada (na medida em que os termos das reparações sejam interpretados literalmente) pela circunstância de que durante anos qualquer resultado obtido acima do nível mais baixo de subsistência será agora retirado aos alemães.

Os dados precisos de que dispomos podem não acrescentar muito ao quadro geral de decadência, mas quero recordar ao leitor um ou dois deles. Estima-se que a produção européia de carvão tenha caído em trinta por cento; e a maior parte das indústrias da Europa e todo o seu sistema de transporte dependem de carvão. Enquanto antes da guerra a Alemanha produzia 85 por cento dos alimentos ali consumidos, sua produção agrícola diminuiu em 40 por cento, e a da sua pecuária em 55 por cento.¹ Entre os países europeus que possuíam um grande excedente exportável, a Rússia, por exemplo, pode passar fome, tanto pela deficiência de transporte como pela produção reduzida. Além dos outros problemas que enfrenta, a Hungria foi saqueada pelos romenos logo depois da sua colheita. Antes do fim do ano a Áustria terá consumido toda a sua produção para 1919. Assim,

¹ Cf. *Report on Food Conditions in Germany*, do Professor Starling (Cmd. 280).

os dados são quase espantosos demais para convencer-nos; se não fossem tão ruins, talvez fossem aceitos mais facilmente.

Mesmo onde se pode conseguir carvão, e colher o trigo, a desarticulação do sistema ferroviário europeu impede o seu transporte; e mesmo quando é possível produzir mercadorias, a quebra do sistema monetário impede a sua venda. Já descrevi os danos sofridos pelo sistema de transporte da Alemanha, devido à guerra e às condições impostas pelo armistício. Mesmo assim, se levarmos em conta a capacidade de reposição do país, a situação ali provavelmente não é tão séria quanto a de alguns dos seus vizinhos. Na Rússia, por exemplo – país sobre o qual temos muito pouca informação exata e segura – acredita-se que a condição do equipamento ferroviário é desesperadora, e uma das causas mais fundamentais da desordem econômica prevalecente. Na Polônia, na Romênia e na Hungria a situação não é muito melhor. Contudo, a vida industrial moderna depende essencialmente de transporte eficiente, e as populações que por esse meio garantiam seu sustento não podem dispensá-lo. Esses males são agravados pela quebra do sistema monetário e a perda de confiança no poder de compra das moedas, aspecto que precisa ser examinado com um pouco mais de detalhe no concernente ao comércio exterior.

Qual é assim o quadro que temos da Europa? Uma população rural capaz de sobreviver com os frutos da produção agrícola mas sem o excedente enviado habitualmente às cidades, e também sem o incentivo costumeiro de trocar alimentos por produtos manufaturados (devido à falta de matérias primas importadas, que reduz o estoque e a variedade desses produtos); e uma população urbana que não se pode manter devido à falta de alimentos, incapaz de ter uma renda com a falta de matérias primas essenciais para a produção, e de suprir com produtos importados os que já não podem ser produzidos localmente. No entanto, segundo Hoover, “uma estimativa geral indicaria que a população européia tem pelo menos 100 milhões a mais do nú-

mero de pessoas que é possível sustentar sem importações, e precisa viver da produção e distribuição de produtos exportáveis.”

O problema da reinstalação do ciclo perpétuo de produção e troca no comércio exterior me leva a uma digressão necessária sobre a situação monetária européia.

Atribuiu-se a Lênin a declaração de que a melhor maneira de destruir o sistema capitalista é destruindo a moeda. Com um processo contínuo de inflação os governos podem confiscar uma parte importante da riqueza dos seus cidadãos, secreta e furtivamente. Com esse método eles não só confiscam mas o fazem arbitrariamente; é um processo que empobrece a muitos mas na verdade enriquece uns poucos. Esse deslocamento arbitrário da riqueza fere não só a segurança mas a confiança na equidade da distribuição da renda. Aqueles a quem o sistema traz vantagens além do que merecem, e mesmo do que esperam ou desejam, passam a ser “aproveitadores” – objeto de ódio da burguesia, que a inflação empobreceu, não menos do que o proletariado. À medida que a inflação se desenvolve, e o valor da moeda flutua de mês a mês, as relações permanentes entre credores e devedores, fundamento do capitalismo, se desorganizam até quase perderem o sentido. E o processo de aquisição de valor degenera em uma loteria de azar.

Não há dúvida de que Lênin tinha razão. Não há meio mais seguro e mais sutil de subverter a base da sociedade do que corromper a sua moeda – processo que empenha todas as forças ocultas da economia na sua destruição, de modo tal que só uma pessoa em cada milhão consegue diagnosticar.

Nas fases finais das hostilidades todos os governos beligerantes praticaram, por necessidade ou incompetência, o que um bolchevista teria feito deliberadamente. Mesmo agora, com a guerra terminada, a maioria desses governos mantém essas práticas errôneas. Mais ainda: por imprudência ou fraqueza muitos dos governos europeus procuram dirigir para a classe dos

“aproveitadores” a indignação popular contra as conseqüências mais óbvias dos seus métodos viciados. De modo geral, esses “aproveitadores” são a classe de empresários capitalistas – ou seja, o elemento mais ativo e construtivo de toda a sociedade capitalista –, que em um período de preços em rápida ascensão não pode deixar de enriquecer, queiram ou não. Se os preços continuam a aumentar, todos os comerciantes que adquiriram mercadorias para estocar ou que possuem prédios ou instalações inevitavelmente terão lucros. Ora, ao dirigir contra essas pessoas o ódio popular, os governos europeus estão levando um passo adiante o processo fatal concebido conscientemente por Lenin. Na verdade, os chamados “aproveitadores” são uma conseqüência e não uma causa do aumento contínuo dos preços. Ao combinar o ódio do povo à classe dos empresários com o atentado à segurança econômica da sociedade representado pela violação arbitrária dos contratos e do equilíbrio da riqueza – resultado inevitável da inflação –, esses governos estão tornando impossível a manutenção da ordem econômica e social do século dezenove. No entanto, não têm planos para substituí-la.

Assistimos assim na Europa ao espetáculo da extraordinária debilidade da classe capitalista criada pelos triunfos industriais do século dezenove, a qual há alguns anos parecia reunir nossos poderosos senhores. Atualmente, é tão grande o medo e a timidez pessoal dos membros dessa classe, diminuiu tanto sua confiança no lugar que ocupa na sociedade e na importância do papel que exerce no organismo social, que ela passou a ser uma vítima fácil da intimidação. Isso não acontecia na Inglaterra vinte e cinco anos atrás, como não acontece hoje nos Estados Unidos da América. Naquela época os capitalistas acreditavam no valor que tinham na sociedade, na propriedade da sua existência, gozando plenamente sua riqueza e exercendo sem restrições o seu poder. Agora os capitalistas tremem diante de qualquer insulto – quando acusados de pró-germânicos, financistas internacionais ou “aproveitadores” pagam qualquer preço para que essas acusações sejam retiradas. Eles podem ser arruinados pelos seus

próprios instrumentos: os governos que instalaram no poder e a imprensa de que são proprietários. Talvez seja uma lei histórica o fato de que nenhuma ordem social perece a não ser pela sua própria mão. No mundo mais complexo da Europa Ocidental a Vontade Imanente pode atingir o seu objetivo mais sutilmente, e provocar a revolução não menos inevitavelmente por meio de um Klotz ou um Lloyd George do que pelas concepções intelectuais dos filósofos sanguinários da Rússia, implacáveis e deliberados demais para o nosso gosto.

A inflação do sistema monetário europeu já avançou extraordinariamente. Incapazes por timidez ou miopia de obter com impostos ou empréstimos os recursos de que precisavam, os governos beligerantes recorriam à impressão de papel-moeda. Na Rússia e na Áustria-Hungria esse processo chegou a tal ponto que a moeda desses países praticamente não tem valor no comércio internacional. O marco polonês pode ser comprado por cerca de $\frac{1}{2}$ *penny*, ou seja, $\frac{1}{480}$ da libra; a coroa austríaca por menos de 1 *penny*, e essas moedas não podem ser vendidas. O marco alemão vale menos de 2d. Na maioria dos outros países da Europa Oriental ou Sul-Oriental a situação é quase tão ruim. A moeda italiana vale pouco mais do que a metade do seu valor nominal, embora ainda esteja sendo mantida sob um certo controle. A moeda francesa tem um valor incerto; e até mesmo a libra esterlina teve o seu valor presente reduzido, e mais ainda o seu valor futuro.

Mas embora essas moedas tenham uma situação precária no exterior, mesmo no caso da Rússia ainda não perderam totalmente o poder de compra interno. O sentimento de confiança na moeda legal do Estado é tão profundo nos cidadãos de todos os países que eles não podem deixar de acreditar que algum dia o dinheiro recuperará pelo menos em parte o seu antigo valor. Essas pessoas acreditam que o valor é inerente à moeda, e não percebem que a riqueza real por ela representada foi dissipada para sempre. Esse sentimento encontra apoio nos regulamentos com que os vários governos procuram controlar os preços inter-

nos. Assim, a força das leis preserva algum poder de compra, e a força do sentimento e dos costumes sustenta, especialmente entre os camponeses, a inclinação de guardar um papel que na verdade já perdeu o seu valor.

No entanto, a preservação de um valor espúrio para a moeda, por força da lei, contém as sementes da decadência econômica definitiva, e não demora a secar as fontes do suprimento final da moeda. Se as pessoas são obrigadas a trocar o fruto do seu trabalho por um pedaço de papel que, como a experiência ensina, não pode ser usado para adquirir o que necessita por um preço comparável àquele recebido pelo que vende, elas tenderão a reter o que produzem, concedendo-o como um favor aos amigos e vizinhos, ou diminuirão o esforço empregado na sua produção. Quando o sistema monetário obriga a troca de produtos a um preço que não reflete o seu valor relativo, isso não só compromete a produção mas leva à ineficiência e ao desperdício. Mas se o governo não interfere na regulamentação, e deixa que as coisas sigam o seu rumo, os produtos essenciais atingem um preço que só está ao alcance dos ricos, de modo que a perda de valor do dinheiro se torna aparente, e o fato de que o público está sendo fraudado não pode mais ser ocultado.

O efeito do controle de preços e da caça aos “aproveitadores”, como cura da inflação, é ainda pior. O que quer que aconteça dentro do país, no exterior a moeda não vai tardar a ter o seu valor real, e em consequência os preços dentro e fora do país se desajustam. O preço dos produtos importados, quando convertidos à taxa de câmbio corrente, excede em muito o preço local, de modo que muitos produtos essenciais deixarão de ser importados pelo setor privado, e precisarão ser fornecidos pelo governo. Este, vendendo-os abaixo do custo, aumenta a sua insolvência. Um exemplo desse fenômeno é o subsídio ao pão, que se generalizou na Europa.

Os países da Europa podem ser agrupados em duas categorias no que toca suas manifestações do que é na verdade o mes-

mo mal: os que foram afastados do comércio internacional pelo bloqueio e aqueles cujas importações são pagas com recursos dos aliados. A Alemanha pertence à primeira categoria; a França e a Itália à segunda.

A circulação de papel-moeda na Alemanha é cerca de dez vezes o que era antes da guerra.² O valor do marco em termos de ouro é cerca de 1/8 do valor anterior. Como os preços do ouro mais do que dobraram, segue-se que o valor do marco dentro da Alemanha precisaria ser aumentado de dezesseis a vinte vezes em relação ao seu valor de antes da guerra para ajustar-se aos preços no exterior.³ Mas não é o que acontece. A despeito do grande aumento havido nos preços na Alemanha, no caso dos alimentos básicos eles provavelmente não superam em média mais de cinco vezes o seu nível anterior. E é impossível que continuem a subir, a não ser que o nível dos salários suba de forma simultânea e violenta. O desajuste atual prejudica de dois modos (além de outros obstáculos) a reconstituição do comércio de importação que é uma premissa essencial para a reconstrução econômica do país. Em primeiro lugar, os produtos importados superam o poder de compra da grande massa da população,⁴ e a inundação de importações que se poderia esperar depois do levantamento do bloqueio na verdade não foi possível, em termos comerciais.⁵ Em segundo lugar, para o comerciante ou o industrial é arriscado comprar com crédito estrangeiro matéria prima pela qual, depois de importá-la e utilizá-la na sua manufatura, receberá marcos de valor incerto e possivelmente

² Mais ainda, se incluímos os *Darlehenskassenscheine*.

³ Da mesma forma, na Áustria os preços deveriam ser aumentados de vinte a trinta vezes em relação ao período de antes da guerra.

⁴ Uma das dificuldades mais marcantes e mais sintomáticas enfrentadas pelas autoridades aliadas na administração das áreas ocupadas pela Alemanha, durante o armistício, decorria do fato de que ainda que se trouxesse alimentos a essas regiões os seus habitantes não tinham condições de adquiri-lo, mesmo a preço de custo.

⁵ Em teoria, um nível de preços internos muito baixo deveria estimular as exportações, e regularizar-se. Mas na Alemanha (e mais ainda na Polônia e Áustria) há muito pouco ou quase nada a exportar. É preciso assim que haja importações *antes* das exportações.

inconvertíveis. Este último obstáculo à recomposição do comércio facilmente deixa de ser notado, mas merece uma certa atenção. Atualmente é impossível dizer quanto valerá o marco em moeda estrangeira dentro de três ou seis meses, ou de um ano, e o mercado de câmbio não nos dará uma indicação segura. Assim, um comerciante alemão, cuidadoso com a sua reputação e o seu futuro crédito, pode ter dúvidas em aceitar um financiamento de curto prazo em libras ou dólares. Será devedor em libras ou dólares, mas o seu produto será vendido em moeda nacional, e a possibilidade de converter essa quantia em moeda estrangeira, para pagar sua dívida, é absolutamente problemática. Os negócios perdem seu caráter genuíno e se tornam uma especulação cambial, e as flutuações do câmbio se sobrepõem inteiramente aos lucros normais do comércio.

Há portanto três obstáculos distintos ao renascimento do comércio: o desajuste entre preços internos e internacionais; a escassez de crédito individual no exterior para comprar a matéria prima necessária que garanta o capital de giro e permita recomençar o círculo do intercâmbio; e um sistema monetário desordenado, tornando as operações creditícias perigosas ou mesmo impossíveis, além dos riscos comuns do comércio.

A circulação de papel-moeda na França é mais de seis vezes o que era antes da guerra. O valor de troca do franco em termos de ouro é um pouco menos de dois terços do seu valor passado. Em outras palavras, o valor do franco não diminuiu proporcionalmente ao aumento do meio circulante.⁶ A situação aparentemente melhor da França se deve ao fato de que até recentemente uma boa parte das suas importações não eram pagas, mas sim amparadas por empréstimos dos governos britânico e norte-americano. Isso levou a um desequilíbrio entre exportações e importações, o que passou a ser um fator muito sério, agora que a assistência externa está sendo gradualmente

⁶ Levando em conta o menor valor do ouro, o valor de troca do franco deveria ser menos de quarenta por cento do seu antigo valor, em vez dos cerca de sessenta por cento, se a queda fosse proporcional ao aumento de volume do meio circulante.

descontinuada.⁷ A economia interna da França e o seu nível de preços, em relação ao câmbio e ao meio circulante, se baseia hoje em um excedente de importações sobre exportações que não poderá ser mantido. Contudo, é difícil ver como essa situação possa ser corrigida a não ser mediante uma redução do consumo na França, que, ainda que temporária, causará vivo descontentamento.

A situação da Itália não é muito diferente. Nesse país o meio circulante é cinco ou seis vezes maior do que era antes da guerra, e o valor da lira em termos de ouro é aproximadamente metade. Assim, o ajuste do câmbio ao volume da quantidade de moeda em circulação avançou mais do que na França. Por outro lado, as receitas “invisíveis” da Itália (remessas de emigrantes e gastos de turistas) foram muito prejudicadas. As dificuldades vividas pela Áustria lhe retiraram um mercado importante, e sua dependência da marinha mercante estrangeira e de matéria prima importada, de todos os tipos, a deixou especialmente vulnerável à elevação dos preços internacionais. Por essas razões a sua situação é grave, e o excesso de importações é um sintoma tão sério como no caso da França.⁸

Nos dois países a inflação e o desequilíbrio no comércio exterior são agravados pela infeliz situação orçamentária mantida pelo governo.

⁷ A tabela abaixo mostra como a posição cambial da França está hoje bem longe de uma situação de equilíbrio (valores em milhares de libras):

	Média mensal	Importações	Exportações	Excedente de importação
	1913	28.071	22.934	5.137
	1914	21.341	16.229	5.112
	1918	66.383	13.811	52.572
jan-mar	1919	77.428	13.334	64.094
abr-jun	1919	84.282	16.779	67.503
jul	1919	93.513	24.735	68.778

Esses dados foram convertidos aproximadamente ao par, o que é compensado pelo fato de que em 1918 e 1919 o comércio foi dimensionado com taxas oficiais de 1917. As importações da França não poderão continuar nesse nível, e é falsa a aparência de prosperidade sugerida por essa situação.

⁸ São os seguintes os dados referentes à Itália (valores em milhares de libras):

Na França, é notório o fracasso do esforço de tributação. Antes da guerra os orçamentos da França e da Inglaterra eram mais ou menos iguais, como também a tributação média *per capita*. Na França, porém, nenhum esforço substancial foi feito para cobrir o aumento da despesa pública. Calcula-se que “os impostos aumentaram na Grã-Bretanha, durante a guerra, de 95 para 265 francos per capita, enquanto na França o aumento foi só de 90 para 103 francos.” Para o ano fiscal terminando em 30 de junho de 1919 a tributação aprovada na França foi menos da metade da tributação normal *post bellum*. O futuro orçamento não pode ser estimado em menos de 22 bilhões de francos, ou seja, 880 milhões de libras, valor que poderá ser ultrapassado. Mas mesmo para o ano fiscal 1919-20 a receita tributária não cobre muito mais da metade dessa importância. O Ministério das Finanças francês não dispõe de qualquer plano ou política para cobrir esse déficit prodigioso, com a exceção das receitas esperadas da Alemanha, em uma escala que os próprios funcionários franceses consideram irrealista. Entrementes eles se socorrem da venda de material de guerra e de estoques de excedentes norte-americanos, e não têm escrúpulos em recorrer até mesmo na segunda metade de 1919 a uma expansão adicional das emissões de moeda pelo Banco de França.⁹

A situação orçamentária da Itália talvez seja um pouco melhor do que a da França. Durante a guerra a administração das finanças públicas italianas demonstrou um espírito mais empreendedor do que o das francesas, e esforços muito maiores foram feitos para impor tributos aos contribuintes, de modo a

	Média mensal	Importações	Exportações	Excedente de importação
	1913	12.152	8.372	3.780
	1914	9.744	7.368	2.376
	1918	47.005	8.278	38.727
jan-mar	1919	45.848	7.617	38.231
abr-jun	1919	66.207	13.850	52.357
jul-ago	1919	44.707	16.903	27.804

⁹ Nos dois últimos relatórios disponíveis do Banco de França, de 2 e 9 de outubro de 1919, o aumento na emissão de moeda durante a semana chegou a 18.750.000 e 18.825.000 libras, respectivamente.

cobrir o custo da guerra. Não obstante, em carta dirigida ao eleitorado, às vésperas da eleição geral, em outubro de 1919, o Primeiro Ministro Nitti julgou necessário dar a público a seguinte análise desesperada da situação do país: 1) a despesa governamental chega a três vezes a receita; 2) todas as empresas industriais do Estado, inclusive as ferrovias, telégrafo e telefone, estão incorrendo em prejuízo. Embora o público compre pão a um preço elevado, ele está sendo subvencionado, e representa para o governo um custo da ordem de um bilhão por ano; 3) atualmente o valor das exportações é avaliado em somente um quarto ou um quinto do valor das importações; 4) a dívida nacional está aumentando em cerca de um bilhão de liras por mês; 5) os gastos militares em um mês ainda são superiores aos do primeiro ano da guerra.

Se essa é a situação orçamentária da França e da Itália, a do resto da Europa beligerante é ainda mais desesperadora. Na Alemanha, a despesa total do Império, dos Estados federados e dos municípios em 1919-20 pode ser estimada em 25 bilhões de marcos, dos quais não mais de 10 bilhões são cobertos pela receita dos impostos. Está claro que esses valores não incluem qualquer previsão para o pagamento das reparações de guerra. Na Rússia, Polônia, Hungria e Áustria não se pode dizer que haja propriamente um orçamento.¹⁰

Assim, a ameaça da inflação descrita acima é não só um produto da guerra, que a paz começa a curar. Trata-se de um fenômeno persistente, cujo fim ainda não está à vista.

Todas essas influências se combinam não só para impedir a Europa de gerar imediatamente um fluxo de exportações que pague as mercadorias que ela necessita importar mas prejudi-

¹⁰ Em 3 de outubro de 1919 Bilinski apresentou seu relatório financeiro à Dieta polonesa, estimando a despesa para os nove meses seguintes em mais do dobro dos gastos durante os nove meses precedentes; e enquanto para o primeiro período a receita chegava a um quinto dos gastos, nos meses seguintes elas correspondiam a um oitavo da despesa. O correspondente do *Times* em Varsóvia reportou que “de modo geral o tom de Bilinski era otimista e parecia satisfazer sua audiência”!

cam o seu crédito para conseguir o capital de trabalho necessário para restabelecer o círculo de intercâmbio. Além disso, afastam ainda mais a economia de uma situação de equilíbrio e favorecem a continuação das condições atuais, em lugar de uma recuperação. Temos assim diante de nós uma Europa ineficiente, desempregada, desorganizada, dilacerada pelos conflitos internos e o ódio internacional, lutando, pilhando, mentindo, morrendo de fome. Que garantia podemos ter de um quadro de cores menos sombrias?

Neste livro dei pouca atenção à Rússia, Hungria e Áustria.¹¹ Nesses países a miséria e a desintegração social são por demais conhecidas para exigir uma análise. Eles experimentam o que no resto da Europa ainda pertence ao campo da previsão. No entanto, abrangem um vasto território e uma grande população, e são um exemplo de como uma pessoa pode sofrer e uma sociedade pode decair. Acima de tudo, sinalizam como, na catástrofe final, a doença do corpo se transforma em moléstia da alma. A privação econômica se desenvolve em etapas, e enquanto as pessoas a sofrem com paciência o mundo exterior pouco se importa. A eficiência física e a resistência às doenças diminuem lentamente,¹² mas a vida continua até que é alcançado o limite da resistência humana e idéias de loucura e desespero tiram esses sofredores da letargia que precede a crise. Então o homem sacode os grilhões do costume, e se liberta. O poder das idéias é

¹¹ Os termos do tratado de paz imposto à república austríaca não têm relação com os fatos reais da situação desesperada desse país. Em 4 de junho de 1919 o jornal *Arbeiter Zeitung*, de Viena, comentava o seguinte: “Nunca a substância de um tratado de paz trau de forma tão grosseira as intenções que se alegava terem guiado a sua redação como no caso desse tratado..., onde todas as disposições estão permeadas de crueldade e impiedade, onde não é possível detectar um sopro de simpatia humana, que nega tudo o que une os homens, que é um crime contra a própria humanidade, contra um povo sofrido e torturado.” Estou familiarizado com os detalhes do tratado austríaco, e estive presente durante a redação de alguns dos seus termos, mas não considero fácil desmentir a justiça desse transporte de emoção.

¹² Durante os últimos meses as notícias sobre as condições sanitárias dos Impérios Centrais têm sido tais que chocam a imaginação, e ao citá-las quase parecemos culpados de sentimentalismo. Mas a veracidade dessas notícias não é disputada, e para que o leitor não as perca cito as três que seguem: “Nos últimos anos da guerra só na Áustria pelo menos 35.000

soberano, e ele segue qualquer conselho de esperança, ilusão ou vingança que lhe chega aos ouvidos. No momento em que escrevo, as chamadas do bolchevismo russo parecem haver-se esgotado, pelo menos momentaneamente, e os povos da Europa Central e Oriental são mantidos em um torpor pavoroso. A última colheita mitiga as piores privações, e em Paris a paz foi declarada, mas o inverno se aproxima e as pessoas nada terão para alimentar suas esperanças. Haverá pouco combustível para moderar os rigores da estação e para confortar os corpos esfaimados dos moradores das cidades.

Quem dirá até que ponto o homem pode suportar esses sofrimentos, ou em que direção deve procurar por fim escapar dos seus infortúnios?

peessoas morreram tuberculosas, sendo 12.000 apenas em Viena. Hoje, temos pelo menos 350 a 400 mil pessoas que precisam ser tratadas de tuberculose. ... Em consequência da desnutrição toda uma geração está crescendo com músculos, articulações e cérebro pouco desenvolvidos.” (*Neue Freie Press*, 31 de maio de 1919). A comissão de médicos nomeada pelas faculdades de medicina da Holanda, Suécia e Noruega para examinar as condições da Alemanha reportaram o seguinte à imprensa sueca, em abril de 1919: “A tuberculose está aumentando de modo espantoso, especialmente entre as crianças e, de modo geral, de forma maligna. Assim também o raquitismo está prevalecendo da forma mais séria e mais difundida. É impossível fazer qualquer coisa contra essas doenças; pois não há leite para os tuberculosos nem óleo de fígado de bacalhau para os que sofrem de raquitismo. ... A tuberculose está assumindo aspectos quase sem precedentes, que até agora só eram vistos em casos excepcionais. Todo o organismo é atacado simultaneamente, e nessa forma a doença é praticamente incurável. ... A tuberculose é agora quase sempre fatal nos adultos, sendo a causa de noventa por cento dos casos de hospitalização. Nada se pode fazer contra ela devido à escassez de alimentos. ... Assume as formas mais terríveis, como a tuberculose glandular, que provoca uma dissolução purulenta.” Segue-se uma matéria do *Vossische Zeitung* de 5 de junho de 1919, escrita por jornalista que acompanhou a missão Hoover ao Erzgebirge: “Visitei extensos distritos rurais onde noventa por cento de todas as crianças eram raquíticas e onde crianças com três anos de idade estão começando a andar ... Acompanhem-me a uma escola no Erzgebirge. Parece um jardim da infância, mas não é: são crianças com sete e oito anos, os rostos pequenos, grandes olhos opacos, testas grandes e raquíticas, inchadas, os bracinhos só de pele e osso e sobre as perninhas tortas, com juntas deslocadas, as barrigas inchadas e pontudas do edema fêmico ... ‘Vejam esta criança aqui’, disse o médico responsável: ‘recebeu uma quantidade incrível de pão e contudo não ficou mais forte. Descobri que escondia o pão recebido debaixo do seu colchão de palha. O medo da fome tinha raízes tão profundas que ela preferiu guardar o pão em vez de comê-lo; um instinto animal desorientado fazia com que o medo da fome fosse pior do que a própria fome’” Contudo, aparentemente há muitas pessoas para quem a justiça exige que esses seres paguem um tributo até os quarenta ou cinquenta anos de idade, em benefício do contribuinte inglês.

CAPÍTULO VII

SOLUÇÕES

EM ASSUNTOS muito amplos é difícil manter uma perspectiva correta. Critiquei o trabalho da Conferência de Paris e pintei em cores sombrias a situação e as perspectivas da Europa. Este é um aspecto a considerar, creio que correto. Mas em um fenômeno de tal complexidade nem todos os prognósticos apontam no mesmo sentido, e podemos cometer o erro de esperar que as conseqüências decorram rapidamente, e de forma inevitável, do que talvez não sejam *todas* as causas relevantes. A própria falta de clareza das perspectivas nos leva a duvidar da correção do nosso julgamento; nossa imaginação é embotada, em vez de estimulada, por uma narrativa tão penosa, e nossas mentes recusam o que consideramos “ruim demais para ser verdade”. Mas antes que o leitor seja levado por essas reflexões naturais, e antes que possa conduzi-lo, como é a intenção deste capítulo, a soluções de alguns problemas e a tendências mais satisfatórias, que ele retome o equilíbrio das suas idéias lembrando duas situações contrastantes – Inglaterra e Rússia –, uma das quais pode estimular em excesso o seu otimismo, enquanto a outra deve lembrá-lo de que as catástrofes ainda podem acontecer, e que a sociedade moderna não está imunizada contra os males mais sérios.

De modo geral, ao longo dos capítulos deste livro não focalizei a situação ou os problemas da Inglaterra. “Europa”, na minha terminologia, exclui geralmente as ilhas britânicas. A Inglaterra se encontra em uma fase de transição, e seus problemas econômicos são sérios. Podemos estar às vésperas de grandes mudanças na sua estrutura social e industrial. Alguns de nós podemos saudar essa perspectiva, e outros deplorá-la. De qual-

quer forma, ela tem uma natureza diferente da enfrentada pela Europa. Não vejo na Inglaterra a menor possibilidade de catástrofe, ou qualquer séria probabilidade de um levante geral da sociedade. A guerra nos empobreceu, mas não seriamente – avulso que a riqueza real do país em 1919 é pelo menos igual à de 1900. Nosso balanço comercial é deficitário, mas não em uma escala tal que o reajuste desorganize nossa economia.¹ Nosso déficit orçamentário é grande, mas não excede o que uma orientação firme e prudente pode corrigir. A redução da jornada de trabalho pode ter diminuído um pouco nossa produtividade, mas não seria demais esperar que este seja um problema de transição. Com efeito, quem conhece o trabalhador inglês sabe que, se ele estiver disposto e razoavelmente satisfeito com as suas condições de vida, poderá produzir mais em uma jornada mais curta do que nas longas horas que prevaleciam anteriormente. Os problemas mais sérios da Inglaterra foram trazidos à superfície pela guerra, embora em sua origem sejam mais fundamentais. As forças econômicas do século dezenove se esgotaram. Os motivos e ideais daquela geração deixaram de satisfazer-nos. Precisamos encontrar um novo caminho, voltar a sentir o mal-estar e depois as dores de um novo nascimento industrial. Este é um elemento; o outro é o que desenvolvi no segundo capítulo – o aumento do preço real dos alimentos e a menor resposta da

¹ São os seguintes os dados referentes ao Reino Unido (valores em milhares de libras):

	Média mensal	Importações líquidas	Exportações	Excedente de importação
	1913	54.930	43.770	11.160
	1914	50.097	35.893	14.204
jan-mar	1919	109.578	49.122	60.456
abr-jun	1919	111.403	62.463	48.940
jul-set	1919	135.927	68.863	67.064

O excedente não é tão sério como parece, devido à receita de fretes da marinha mercante e várias outras exportações “invisíveis” do Reino Unido, que são provavelmente maiores do que as de antes da guerra, podendo representar em média pelo menos 45 milhões de libras por mês.

natureza a qualquer aumento adicional da população do mundo, tendência que deve ser especialmente prejudicial à maior das nações industriais, que é a mais dependente da importação de alimentos.

Mas nenhuma época está livre desses problemas seculares, e eles diferem completamente dos que podem afligir os povos da Europa Central. Os leitores mais familiarizados com a situação inglesa poderão ter uma visão otimista (e mais ainda aqueles cujo ambiente imediato é o norte-americano). Precisam assim focalizar a situação da Rússia, da Turquia, da Hungria e da Áustria, onde os males materiais mais terríveis – a fome, o frio, a doença, a guerra, o crime, a anarquia – constituem uma experiência corrente, para poder apreender o caráter desses males; e é certamente nosso dever buscar uma solução para evitar o prolongamento desses males, se é que existe alguma solução para eles.

Que se pode fazer? As sugestões deste capítulo podem parecer inadequadas. Mas a melhor oportunidade foi perdida em Paris, durante os seis meses que se seguiram ao armistício, e essa perda nada que fizermos agora poderá reparar. Grandes privações, e um grande risco para a sociedade, são inevitáveis. Tudo o que nos resta é reorientar as tendências econômicas fundamentais subjacentes aos acontecimentos atuais, na medida em que o pudermos, de modo a reinstaurar a prosperidade e a ordem, em vez de mergulharmos mais profundamente na desgraça.

Precisamos antes de mais nada escapar da atmosfera e dos métodos de Paris. Os que controlavam a Conferência de Paz podem curvar-se diante dos estímulos da opinião pública, mas nunca resolverão os nossos problemas. É difícil imaginar que o Conselho dos Quatro possa retrair os seus passos, ainda que o quisesse. Portanto, a substituição dos atuais governos europeus é uma preliminar quase indispensável.

Dirigindo-me assim àqueles que aceitam que a Paz de Versalhes não poderá ser implementada proponho o exame de um programa com as seguintes partes:

- I. A revisão do Tratado.
- II. A liquidação das dívidas entre os aliados.
- III. Um empréstimo internacional e a reforma monetária.
- IV. As relações da Europa Central com a Rússia.

I. A REVISÃO DO TRATADO

Haverá algum recurso constitucional que permita alterar o Tratado? O Presidente Wilson e o General Smuts, para quem a criação da Liga das Nações compensa os muitos erros do resto do Tratado, já disseram que precisamos confiar na Liga para uma evolução gradual no sentido de uma vida mais tolerável na Europa. Na declaração que apresentou ao assinar o Tratado de Paz, Smuts afirmou: “Há ajustes territoriais que precisarão ser revistos. Há garantias estabelecidas que, todos esperamos, logo parecerão fora de harmonia com o novo espírito pacífico e desarmado dos nossos antigos inimigos. Há punições que acentuam o que uma atitude mais serena teria preferido apagar com a esponja do esquecimento. Há indenizações estipuladas que não podem ser implementadas sem grave prejuízo para o renascimento industrial da Europa, e que será do interesse de todos tornar mais toleráveis e moderadas ... Estou confiante em que a Liga das Nações demonstrará ser para a Europa a via de escape da ruína provocada pela guerra.” Conforme o Presidente Wilson informou o Senado, ao submeter-lhe o Tratado, em julho de 1919, sem a Liga das Nações “... a supervisão contínua da tarefa de reparação que a Alemanha deve completar na próxima geração poderia ser totalmente inviabilizada;² seria impraticá-

² O Presidente Wilson se equivocou ao sugerir que a supervisão do pagamento das reparações de guerra tivesse sido confiada à Liga das Nações. Como mostrei no Capítulo 5, embora a Liga seja invocada com respeito à maioria das disposições econômicas e territoriais

vel a reconsideração e revisão das restrições e dos arranjos administrativos prescritos pelo Tratado, mas que ele reconhece que poderiam não trazer uma vantagem duradoura, ou serem inteiramente justos, se mantidas por um tempo demasiado longo.”

Podemos ter a esperança de obter do funcionamento da Liga das Nações os benefícios que dois dos seus principais autores nos encorajam a esperar? Vamos encontrar no Artigo XIX da Convenção da Liga uma passagem relevante, que reza: “A Assembléia poderá de tempos em tempos aconselhar a reconsideração pelos membros da Liga dos tratados que se tenham tornado inaplicáveis e a consideração de condições internacionais cuja continuidade possa por em perigo a paz mundial.”

No entanto, o Artigo V estabelece que “Exceto quando expresso de outra forma nesta Convenção ou nos termos do presente tratado, as decisões em qualquer sessão da Assembléia ou do Conselho exigirão o acordo de todos os membros da Liga nela representados”. Será que essa disposição reduz a ação da Liga, no que respeita à possível reconsideração de quaisquer termos do Tratado de Paz em pura perda de tempo? Se todas as Partes do Tratado estiveram de acordo em que ele precisa ser alterado de determinada forma, não será necessária a intervenção da Liga ou uma Convenção para assim decidir. E mesmo que a Assembléia chegue a uma decisão unânime, ela só pode “aconselhar” a reconsideração pelos membros especialmente interessados.

Segundo os que a apóiam, a Liga vai funcionar movida pela opinião pública mundial, e na prática a opinião majoritária terá um peso decisivo, embora constitucionalmente não tenha consequência. Esperemos que assim seja. Contudo, nas mãos dos habilidosos diplomatas europeus a Liga pode tornar-se um ins-

do Tratado, o mesmo não acontece com as reparações, e a comissão de reparações é o órgão supremo incumbido dos problemas e das modificações nessa matéria, sem recurso de qualquer tipo à Liga.

trumento eficaz de obstrução e postergação. Com efeito, a revisão dos tratados cabe primordialmente não ao Conselho, que se reúne com freqüência, mas à Assembléia, que terá sessões menos freqüentes e pode tornar-se (como bem sabe quem teve a experiência de grandes conferências entre os aliados) uma sociedade de debates em várias línguas, na qual a decisão mais firme e a melhor condução podem não ser suficientes para trazer um tema à superfície se isso contrariar uma oposição favorável ao *status quo*. Na verdade, há na Convenção da Liga dois pontos de estrangulamento – o Artigo V, que prescreve a unanimidade, e o muito criticado Artigo X, pelo qual “Os membros da Liga se comprometem a respeitar e preservar contra a agressão externa a integridade territorial e a independência política existente de todos os membros da Liga”. Juntos, esses dois Artigos avançam na destruição da idéia da Liga como um instrumento de progresso nas relações internacionais, equipando-a desde o seu nascimento com uma distorção quase fatal em favor do *status quo*. Esses dois Artigos reconciliaram com a Liga alguns dos seus opositores originais, que esperam agora transformá-la em outra Santa Aliança para perpetuar a ruína econômica dos seus inimigos e o equilíbrio de poder em favor dos seus interesses, que eles imaginam ter instituído com o Tratado de Paz.

Mas embora fosse um erro e uma tolice esconder de nossos próprios olhos, em nome do “idealismo”, as dificuldades reais da revisão do Tratado, não há razão para condenar a Liga, que a sabedoria do mundo ainda pode transformar em um poderoso instrumento a serviço da paz, e que nos Artigos XI a XVII já conseguiu uma importante realização positiva.³ Concordo, portanto, em que nossos primeiros esforços para a revisão do Tratado de Paz devam ser feitos através da Liga, na esperança de que

³ Esses Artigos criam uma salvaguarda contra a guerra entre os membros da Liga e também entre membros e não-membros, e constituem uma realização concreta da Convenção. São disposições que tornam substancialmente menos provável uma guerra entre alianças de grandes potências como a de 1914. Isso basta para elogiar a Liga.

a força da opinião pública, e se necessário o recurso à pressão ou a estímulos financeiros possam impedir uma minoria recalcitrante de exercer o seu direito de veto. Precisamos confiar em que os novos governos dos principais países aliados demonstrem mais sabedoria e maior magnanimidade do que os seus predecessores.

Vimos nos capítulos 4 e 5 que se pode criticar o Tratado em muitos detalhes. Não pretendo entrar aqui em minúcias, ou examinar o Tratado cláusula por cláusula. Vou limitar-me a três grandes mudanças que são necessárias para a vida econômica da Europa. Dizem respeito às reparações, ao carvão e ao ferro, e às tarifas.

As reparações. Se a soma exigida para reparações de guerra for menor do que aquela a que os aliados têm direito, em uma interpretação estrita dos compromissos envolvidos, será desnecessário particularizar os itens representados, ou ouvir argumentos sobre a sua compilação. Sugiro, portanto, a seguinte decisão:

1) O pagamento total a ser feito pela Alemanha a título de reparações e de custeio dos exércitos de ocupação poderia ser fixado em 2.000 milhões de libras.

2) A transferência de navios mercantes e cabos submarinos, nos termos do Tratado, de equipamento militar nos termos do armistício, de propriedade governamental nos territórios cedidos, de compensação da dívida pública com relação a esses territórios, das reivindicações da Alemanha junto aos seus antigos aliados, devia ser fixada em 500 milhões de libras, sem tentar definir o valor de cada item.

3) A soma total de 1.500 milhões de libras deveria ser paga pela Alemanha em trinta prestações anuais de 50 milhões de libras, a começar em 1923, e não seria onerada por juros durante o seu pagamento.

4) A comissão de reparações seria dissolvida e quaisquer deveres remanescentes caberiam à Liga das Nações, e sua administração deveria incluir representantes da Alemanha e dos Es-

tados neutros.

5) A Alemanha deveria poder pagar as prestações anuais do modo que escolhesse, e qualquer reclamação pelo não cumprimento das suas obrigações deveria ser submetida à Liga das Nações. Em outras palavras, não haveria mais expropriações da propriedade privada alemã no exterior, exceto na medida em que isso fosse necessário para honrar as obrigações privadas alemãs com as receitas provenientes da parte dessa propriedade que já houver sido liquidada ou que esteja sob custódia pública nos países aliados e nos Estados Unidos; em particular, deveria ser revogado o Artigo 260 do Tratado, que determina a expropriação dos interesses alemães em empresas de utilidade pública,

6) Não se deveria procurar obter pagamentos de reparação da Áustria.

Carvão e ferro. 1) As opções dos aliados a respeito de carvão, constantes do Anexo V, deviam ser abandonadas, mas seria mantida a obrigação da Alemanha de compensar a perda sofrida pela França com a destruição das suas minas de carvão. Em outras palavras, a Alemanha deveria comprometer-se “a fornecer à França anualmente, por um período não superior a dez anos, a quantidade de carvão equivalente à diferença entre a produção anual antes da guerra nas minas de carvão de Nord e de Pas de Calais, destruídas pela guerra, e a produção das minas da mesma área durante o período em questão; esse fornecimento não excederia 20 milhões de toneladas em qualquer ano dos primeiros cinco, e 8 milhões de toneladas em qualquer ano dos cinco anos seguintes.” Mas essa obrigação desapareceria caso os distritos carboníferos da Alta Silésia fossem cedidos pela Alemanha como resultado do plebiscito.

2) O arranjo relativo ao Sarre seria mantido, exceto que, de um lado, a Alemanha não receberia crédito pelas minas e, de outro, depois de dez anos receberia de volta as minas e o território, incondicionalmente e sem pagamento. Mas esse esquema

ficaria sujeito a um acordo com a França para suprir à Alemanha, a partir da Lorena, pelo mesmo período, pelo menos 50% do minério de ferro retirado da Lorena para a Alemanha propriamente, antes da guerra, em troca do compromisso pela Alemanha de fornecer à Lorena uma quantidade de carvão igual à quantidade total enviada anteriormente para a Lorena a partir da Alemanha propriamente, depois de levar em conta a produção do Sarre.

3) O arranjo relativo à Alta Silésia seria mantido, com a previsão de um plebiscito de modo a que se chegue a uma decisão final que leve em conta (por intermédio das principais potências aliadas e associadas) o desejo dos seus habitantes expresso pelo voto, e as condições geográficas e econômicas do local. Mas os aliados deveriam declarar que no seu julgamento as “condições econômicas” exigem a inclusão no território da Alemanha dos distritos carboníferos, a não ser que o desejo dos seus habitantes seja claramente contrário a isso.

4) A comissão do carvão criada pelos Aliados deveria estar ligada à Liga das Nações, sendo ampliada para incluir representantes da Alemanha e dos outros Estados da Europa Central e Oriental, dos neutros do Norte da Europa e da Suíça. Sua autoridade seria apenas consultiva, mas deveria incluir a distribuição do carvão da Alemanha, da Polônia e das partes constitutivas do antigo Império Austro-Húngaro, assim como o excedente exportável do Reino Unido. Todos os Estados representados na comissão deveriam fornecer-lhe as informações mais completas, deixando-se guiar por ela na medida permitida pela sua soberania e os seus interesses vitais.

Tarifas. Uma área de livre comércio deveria ser estabelecida sob os auspícios da Liga das Nações, com países que se comprometeriam a não aplicar tarifas protecionistas⁴ contra os produtos de outros membros da área. A Alemanha, a Polônia, os no-

⁴ Seria desejável definir “tarifa protecionista” de modo a permitir: a) a proibição total de certas importações; b) a imposição de direitos aduaneiros suntuários a mercadorias não

vos Estados que antes integravam os Impérios Austro-Húngaro e Turco e os territórios sob mandato deviam ser obrigados a aderir a esse esquema por dez anos, e depois disso a adesão seria voluntária. Quanto aos demais Estados, sua participação seria sempre voluntária. Cabe esperar que o Reino Unido se tornasse um membro original.

* * *

Fixar os pagamentos das reparações de guerra dentro da capacidade de pagamento da Alemanha tornaria possível a renovação da esperança e do espírito empreendedor no seu território, evitando a fricção perpétua e a oportunidade de pressões impróprias abertas por cláusulas do Tratado cuja aplicação é impossível. Por outro lado, os poderes intoleráveis atribuídos à comissão de reparações passariam a ser desnecessários.

Amenizando as cláusulas relativas, direta ou indiretamente, ao carvão, e pela troca de minério de ferro, permitiremos a continuidade da vida industrial da Alemanha, limitando a perda de produtividade que de outro modo seria acarretada pela interferência de fronteiras políticas na localização natural da indústria siderúrgica.

A área de livre comércio proposta poderia compensar em parte a perda de organização e eficiência econômica resultante das novas e numerosas fronteiras políticas, a separar Estados nacionalistas, sedentos, ciumentos, imaturos e economicamente incompletos. As fronteiras econômicas eram toleráveis enquanto havia uns poucos Estados de grandes dimensões, com um imenso território. Deixarão de ser toleráveis com a fragmen-

produzidas no país; c) a imposição de direitos que não excedam em mais de cinco por cento um tributo aplicado a mercadoria similar produzida no país; e d) taxas de exportação. Além disso, exceções especiais poderiam ser autorizadas pelo voto majoritário dos países participantes da área de livre comércio. Os direitos já existentes há pelo menos cinco anos antes do ingresso do país na área deveriam desaparecer gradualmente, em reduções iguais distribuídas ao longo de cinco anos.

tação da Alemanha, da Áustria-Hungria, da Rússia e da Turquia em cerca de vinte diferentes soberanias. Uma área de livre comércio abrangendo a totalidade da Europa Central, Oriental e Sul-Occidental, a Sibéria, a Turquia e (desejavelmente) o Reino Unido, o Egito e a Índia poderia contribuir para a paz e a prosperidade do mundo tanto quanto a própria Liga das Nações. Bélgica, Holanda, Suíça e a Escandinávia deveriam aderir em pouco tempo. E os amigos da França e da Itália desejariam a adesão desses países.

Imagino que alguns críticos objetariam que esse arranjo poderia representar de certa forma um passo na direção do antigo sonho alemão da *Mittel-Europa*. Está claro que se os outros países cometerem a tolice de permanecer de fora, deixando à Alemanha todos os seus benefícios, poderia haver alguma verdade nessa afirmativa. Mas um sistema econômico aberto a todos os países, sem privilegiar nenhum deles, estaria absolutamente a salvo das objeções feitas a um esquema de privilégios, confessadamente imperialista, que administre exclusões e discriminações. A atitude que tomarmos com relação a essas críticas deve ser determinada pela nossa reação moral e emocional ao futuro das relações internacionais e da paz mundial. Se adotarmos o ponto de vista de que durante pelo menos uma geração não será possível confiar à Alemanha nem mesmo um mínimo de prosperidade; que enquanto todos os nossos recentes aliados são anjos de luz, os nossos recentes inimigos – os alemães, austríacos, húngaros, etc.– são filhos do demônio; que ano após ano a Alemanha precisa ser mantida na pobreza, cercada de inimigos, seus filhos passando fome, então teremos que rejeitar todas as propostas feitas neste capítulo, especialmente aquelas que visam ajudar os alemães a reaver uma parte da sua antiga prosperidade material e a encontrar um meio de vida para a população industrial das suas cidades. Por outro lado, se a outra visão das nações e do relacionamento entre elas for adotada pelas democracias da Europa Occidental, e financiada pelos Estados Uni-

dos, que Deus nos ajude. Se buscarmos deliberadamente o empobrecimento da Europa Central, nossa vingança caminhará com passos firmes – esta é a minha previsão. Nada poderá evitar, então, a guerra civil entre as forças da reação e as convulsões desesperadas da revolução, hostilidades diante das quais os horrores da guerra provocada pela Alemanha empalidecerão, e que podem destruir a civilização e o progresso da nossa geração, qualquer que seja o seu vencedor. Ainda que o resultado nos decepcione, não será melhor basear nossas ações na melhor expectativa, acreditar que a prosperidade e a felicidade de um país estimula a dos outros, que a solidariedade humana não é uma ficção, que as nações ainda podem tratar as outras amigavelmente?

As mudanças que sugeri no tratamento dos nossos inimigos vencidos poderiam contribuir para habilitar as populações industriais da Europa a continuar se sustentando. Por si sós, contudo, não seriam suficientes. A França em particular perderia no papel (somente no papel, porque ela nunca conseguirá receber as indenizações previstas), e seria preciso dar-lhe alguma compensação. Por isso proponho, em primeiro lugar, o ajuste dos débitos entre os aliados, inclusive os Estados Unidos; em segundo lugar, a concessão de créditos suficientes para permitir que a Europa reconstitua seu estoque de capital de giro.

II. A LIQUIDAÇÃO DA DÍVIDA ENTRE OS ALLADOS

Ao propor uma modificação dos termos das reparações, levei em conta apenas as obrigações da Alemanha. Mas seria justo acompanhar essa grande redução do débito alemão de um reajuste da forma como seria distribuído entre os aliados. As posições anunciadas pelos nossos estadistas, durante a guerra, assim como outras considerações, exigem que as áreas danificadas pela invasão inimiga recebam uma compensação prioritária. Embora esta tenha sido uma das metas pelas quais dissemos que

estávamos combatendo, nunca chegamos a incluir a recuperação das indenizações pagas pela dispensa do serviço militar entre os objetivos de guerra. Sugiro portanto que por nossas ações provemos nossa sinceridade e correção, agindo nesses termos. Assim, a Grã-Bretanha deveria dispensar completamente suas reivindicações financeiras em favor da Bélgica, Sérvia e França. A totalidade dos pagamentos feitos pela Alemanha seria dirigida inicialmente para a reposição dos danos materiais sofridos pelas províncias e países invadidos pelo inimigo. Acredito que a soma de 1.500 milhões de libras seria suficiente para cobrir integralmente o custo dessa restauração. Além disso, só subordinando completamente suas próprias reivindicações de pagamento em dinheiro a Grã-Bretanha pode pedir com mãos limpas uma revisão do Tratado de Paz, limpando sua honra pela quebra de confiança de que foi a principal responsável, devido à posição adotada nas eleições gerais de 1918, que foi imposta aos seus negociadores do Tratado.

Com a questão das reparações esclarecida deste modo, seria possível levantar, mais graciosamente e com maior possibilidade de êxito, duas outras propostas financeiras, que envolvem um apelo à generosidade dos Estados Unidos da América.

A primeira é o completo cancelamento das dívidas de guerra entre os aliados (isto é, a dívida entre os governos das Potências Aliadas e Associadas). Esta proposta, que já foi ventilada em alguns círculos, é absolutamente essencial para a futura prosperidade do mundo. Para as duas potências mais diretamente interessadas, os Estados Unidos e o Reino Unido, adotá-la seria um ato de grande sabedoria política. Na tabela seguinte mostramos as importâncias aproximadas que estão envolvidas.

Empréstimos feitos(em milhões de libras)

Beneficiado	Pelos E.U.A.	Pelo Reino Unido	Pela França	Total
Reino Unido	842	—	—	842
França	550	508	—	1.058
Itália	325	467	35	827
Rússia	38	568 ⁵	160	766
Bélgica	80	98 ⁶	90	268
Sérvia e Iugoslávia	20	20 ⁷	20	60
Outros aliados	35	79	50	164
Total	1.900 ⁸	1.740	355	3.995

Portanto, se não anularmos débitos com créditos, o total da dívida entre os aliados chega a quase 4.000 milhões de libras. Os Estados Unidos aparecem exclusivamente como credor. O Reino Unido emprestou quase três vezes o que tomou emprestado. Os outros aliados aparecem só como devedores.

Se houvesse um perdão recíproco de toda essa dívida, o resultado líquido no papel seria uma perda pelos Estados Unidos da ordem de 2.000 milhões de libras, e pelo Reino Unido da ordem de 900 milhões. A França ganharia cerca de 700 milhões, a Itália perto de 800 milhões. Mas esses números exageram a importância da perda do Reino Unido e não levam em conta plenamente a vantagem francesa, pois uma boa parte dos empréstimos feitos pelos dois países teve como tomador a Rússia, e esses créditos não podem ser considerados em situação normal. Se os empréstimos feitos pelo Reino Unido aos seus aliados valessem metade do seu valor nominal (uma hipótese arbitrária mas conveniente que o Ministério das Finanças adotou mais de

⁵ Sem contar juros sobre a dívida a partir da Revolução Bolchevista.

⁶ Não foram cobrados juros sobre os adiantamentos feitos a esse país.

⁷ Não foram cobrados juros sobre os adiantamentos feitos a esse país.

⁸ O total geral dos empréstimos feitos pelos Estados Unidos até esta data é de quase 2.000 milhões de libras, mas não tenho detalhes dessa importância.

uma vez, considerando-a tão boa como qualquer outra para chegar a um balanço dos créditos e débitos do país), a operação não envolveria perda nem ganho. No entanto, qualquer que seja a forma como se calcule o resultado, haveria uma grande vantagem psicológica resultante da liquidação dessa posição. Assim, é dos Estados Unidos que essa proposta espera uma atitude generosa.⁹

Dispondo de um conhecimento muito íntimo das relações entre os tesouros britânico, norte-americano e dos outros aliados, durante a guerra, penso que a Europa tem condições de pedir esse ato de generosidade, desde que faça um esforço honroso em outras direções para não continuar a guerra, econômica ou de outra natureza, mas para reconstruir economicamente todo o continente. O sacrifício financeiro feito pelos Estados Unidos, durante a guerra, foi, em proporção à sua riqueza, muito menor do que o dos países europeus. Não poderia deixar de ser assim: foi uma guerra européia, e o governo norte-americano não poderia justificar perante seus cidadãos o uso de toda a força e todos os recursos do país. Depois que os Estados Unidos entraram na guerra sua assistência financeira foi pródiga e sem ela os aliados nunca poderiam ter vencido,¹⁰ para não mencionar o fa-

⁹ Os dados apresentados na tabela acima são parcialmente estimados, e é provável que não sejam totalmente corretos nos detalhes. No entanto, para os fins desta argumentação eles têm suficiente exatidão. Os números relativos à Grã-Bretanha foram colhidos no Livro Branco de 23 de outubro de 1919 (Cmd. 377). Em uma liquidação real seriam feitos ajustes relativos a certos empréstimos concedidos em ouro e em outros particulares. Neste caso, só estou preocupado com os princípios gerais. As importâncias adiantadas pelos Estados Unidos e a França, respectivamente em termos de dólares e francos, foram convertidas aproximadamente ao par. O total exclui os empréstimos levantados pelo Reino Unido no mercado norte-americano, assim como os empréstimos levantados pela França no mercado do Reino Unido ou dos Estados Unidos, assim como no Banco da Inglaterra.

¹⁰ A história financeira dos seis meses a partir do fim do verão de 1916 até a entrada dos Estados Unidos na guerra, em abril de 1917, ainda não foi escrita. Além da meia dúzia de funcionários do Tesouro britânico, que tinham um contato diário com as imensas ansiedades e as impossíveis necessidades financeiras daqueles dias poucas pessoas podem compreender a determinação e coragem necessárias, e como a tarefa em pouco tempo se tornaria inteiramente desesperadora sem a ajuda do Tesouro dos Estados Unidos. A partir de abril de 1917 os problemas financeiros enfrentados eram de natureza inteiramente distinta.

tor decisivo que foi a chegada das tropas norte-americanas. A Europa nunca deveria esquecer também o extraordinário apoio recebido durante os primeiros seis meses de 1919 através do Senhor Hoover e da comissão norte-americana de assistência. Nenhum nobre esforço, fruto de boa vontade desinteressada, já foi realizado com tanta competência e tenacidade, e com menos agradecimentos pedidos ou dados. Ingratos, os governos europeus devem muito mais do que souberam apreciar, ou que algum dia reconhecerão, à seriedade e à dedicação do Senhor Hoover e do seu grupo de trabalhadores americanos. Só a comissão americana de assistência pôde ver a situação da Europa naqueles meses numa perspectiva verdadeira, reagindo como todos os seres humanos deviam reagir. Foram os seus esforços, a sua energia e os recursos colocados à sua disposição pelo Presidente Wilson, precisando vencer muitas vezes o obstrucionismo europeu, que permitiram evitar uma quantidade imensa de sofrimento humano e impedir a completa destruição do sistema europeu.¹¹

Ao mencionar assim a assistência financeira norte-americana presumimos tacitamente – e creio que os americanos também, quando deram esse dinheiro – que não se tratava de um investimento. Se a Europa precisar pagar os 2.000 milhões de libras de assistência financeira recebida dos Estados Unidos, com juros compostos de cinco por cento ao ano, o assunto assume um aspecto diferente. Se os recursos trazidos pelos Estados Unidos devem ser considerados sob essa luz, pode-se dizer que seu sacrifício financeiro relativo foi bem pequeno.

As controvérsias sobre sacrifícios relativos são estéreis e também muito tolas. Na verdade, não há nenhuma razão por que

¹¹ Hoover foi o único a emergir do martírio de Paris com a reputação elevada. Essa personalidade complexa, com o seu ar costumeiro de Titã fatigado (ou, como diriam outros, de boxeador cansado), os olhos fixos nos fatos genuínos e essenciais da situação europeia, trouxe aos conselhos de Paris de que participou a atmosfera de realismo, conhecimento, magnanimidade e trabalho desinteressado que nos teria levado a uma boa Paz, se existisse também em outros foros.

dois sacrifícios relativos sejam iguais, já que há tantas considerações relevantes distintas em cada caso. Assim, os três fatos que seguem são expostos não para sugerir um argumento convincente em favor dos americanos, mas somente para mostrar que do seu ponto de vista pessoal o inglês que faz esta sugestão não pretende evitar para o seu país um sacrifício que seja devido:

1) As quantias que o Tesouro britânico tomou emprestado ao Tesouro dos Estados Unidos, depois que este país entrou na guerra, foram compensadas aproximadamente pelas somas que a Inglaterra emprestou aos outros aliados durante o mesmo período (isto é, excluindo as importâncias emprestadas antes da entrada dos Estados Unidos na guerra); assim, quase toda a dívida da Inglaterra com os Estados Unidos foi dirigida à assistência prestada aos aliados, que por várias razões não tinham condições de receber essa assistência diretamente dos Estados Unidos.¹² 2) O governo britânico tinha liquidado cerca de 1.000 milhões de libras dos seus títulos estrangeiros, e além disso havia incorrido em dívidas no exterior totalizando cerca de 1.200 milhões de libras. Quanto aos Estados Unidos, em vez de vender recomprou 1.000 milhões, sem contrair praticamente nenhuma dívida externa. 3) A população do Reino Unido corresponde a cerca de metade da norte-americana, a renda a cerca de um terço, e entre metade e um terço da riqueza acumulada. Assim, a capacidade financeira do Reino Unido pode ser estimada em algo entre metade e um terço da dos Estados Unidos.

Esses dados nos permitem fazer a seguinte comparação: excluindo em cada caso os empréstimos aos aliados (o que é correto, presumindo que esses empréstimos devam ser pagos), as despesas de guerra do Reino Unido foram cerca de três vezes as dos Estados Unidos, ou seja, entre sete e oito vezes maiores,

¹² Mesmo depois de os Estados Unidos entrarem na guerra o Tesouro britânico precisou pagar a maior parte dos gastos russos feitos naquele país, assim como todas as demais despesas externas da Rússia.

em proporção à sua capacidade financeira.

Depois de esclarecer este aspecto o mais sucintamente possível, volto-me para os temas mais amplos das futuras relações entre os participantes da guerra, para uma avaliação fundamental da presente proposta.

Se não for possível uma liquidação das dívidas como a que proponho, a guerra terminará com uma trama de pesados débitos, pagáveis reciprocamente pelos aliados. O valor total desse ônus poderá até mesmo exceder a indenização cobrada ao inimigo. O resultado será assim intolerável: os aliados pagando indenizações uns aos outros, em vez de recebê-las dos países vencidos.

Por esse motivo a questão das dívidas entre os aliados está associada de perto ao intenso sentimento popular existente nos países aliados a respeito da questão das indenizações. Sentimento que se baseia não em um cálculo razoável do que os alemães poderiam pagar, mas em uma avaliação realista da situação financeira insuportável em que esses países se encontrarão caso eles não paguem. Tomemos a Itália como um exemplo extremo. Se se considera razoável esperar que a Itália pague 800 milhões de libras, seguramente a Alemanha deve e poderá pagar uma quantia muitíssimo maior. Ou ainda: se for decidido (corretamente) que a Áustria não pode pagar quase nada, não será intolerável que a Itália seja esmagada por um tributo muito pesado, enquanto a Áustria escapa sem qualquer ônus? De outro ponto de vista, como é possível que a Itália se sujeite a esse pagamento tão elevado enquanto a Tchecoslováquia terá muito pouco ou nada a pagar? Do outro lado temos o Reino Unido, cuja posição financeira é diferente, pois cobrar aos ingleses 800 milhões de libras não é o mesmo que apresentar a mesma conta à Itália. No entanto, o sentimento é o mesmo. Se devemos satisfazer-nos sem uma plena compensação paga pela Alemanha, haverá protestos amargos contra o pagamento a ser feito aos Estados Unidos. Dir-se-á: nossos países precisam contentar-se com uma rei-

vindicação contra a Alemanha, a França, a Itália e a Rússia, países falidos, enquanto os Estados Unidos têm uma primeira hipoteca contra o nosso patrimônio. O caso da França tem pelo menos o mesmo peso. Com efeito, ela mal pode obter da Alemanha a plena reposição do que foi destruído no seu campo. Contudo, embora vitoriosa na guerra a França precisa pagar a seus amigos e aliados mais de quatro vezes a indenização que pagou à Alemanha depois da derrota de 1870. O punho de Bismarck foi ligeiro, comparado com o dos aliados e associados. Portanto, a liquidação da dívida entre os aliados é uma preliminar indispensável para os povos dos países aliados que enfrentam, com o espírito aturdido e exasperado, a verdade inevitável sobre as perspectivas de receber uma indenização do inimigo.

Pode ser um exagero dizer que para os aliados europeus é impossível pagar o principal e os juros das suas dívidas, mas não há dúvida de que isso significaria impor-lhes um ônus esmagador. Será de esperar, assim, que tentem constantemente evadir tal pagamento, e essas tentativas serão uma fonte permanente de fricção internacional e má vontade, por muitos anos. Uma nação endividada não ama o seu credor, e será inútil contar com sentimentos de boa-vontade da França, Itália e Rússia para com a Inglaterra ou os Estados Unidos, se o desenvolvimento desses países ficar prejudicado, durante muitos anos, pelo tributo anual que precisem honrar. Haverá um grande estímulo para que busquem amigos em outras plagas, e qualquer futuro rompimento das relações normais trará sempre a enorme vantagem de permitir escapar do pagamento dessa dívida. Por outro lado, se a dívida for perdoada haverá um estímulo à solidariedade e à amizade genuína das nações agora associadas.

A existência de uma grande dívida de guerra representa em toda parte uma ameaça à estabilidade financeira. Não há um único país europeu em que o repúdio dessa dívida não se torne prontamente um tema político importante. No caso da dívida interna, porém, há interessados dos dois lados, e o problema a consi-

derar é a distribuição interna de renda. O mesmo não acontece com as dívidas externas, e as nações credoras podem verificar que os seus interesses se acham ligados inconvenientemente à sustentação de um tipo particular de governo ou de organização econômica nos países devedores. Alianças enredadas e ligas emaranhadas não são nada comparadas às tranças de débitos.

A consideração final que influencia a atitude do leitor a respeito da presente proposta deve dependerá da sua opinião sobre o lugar a ser ocupado futuramente no progresso mundial pelo vastos complexos herdados das finanças da guerra, tanto interna como externamente. A guerra terminou com todos devendo somas imensas a algum credor. A Alemanha tem uma dívida imensa com os aliados; estes devem uma soma importante ao Reino Unido; e o Reino Unido está endividado com os Estados Unidos. Dentro de cada país, os portadores de títulos dos empréstimos de guerra são credores de uma quantia importante devida pelo Estado; e este por sua vez é credor desses portadores, enquanto contribuintes. Uma situação absolutamente artificial, equívoca e vexatória. Se não nos livrarmos dessas algemas de papel não poderemos voltar a usar as mãos. Assim, é de tal forma necessário armar uma grande fogueira saneadora que se não pudermos fazê-lo de modo ordeiro e eqüitativo, sem cometer sérias injustiças, ela assumirá as dimensões de uma grande conflagração, que pode ser muito mais destrutiva. Com respeito à dívida interna, sou um dos que acreditam que um imposto sobre o capital, para extingui-la, é um pré-requisito absoluto para um sistema financeiro sadio em todos os países beligerantes da Europa. Mas a continuidade em larga escala da dívida entre os governos apresenta perigos especiais.

Até meados do século dezenove nenhum país devia a outro em escala considerável, a não ser no caso dos tributos extorquidos mediante a ocupação por forças militares e, em outra época, por príncipes ausentes, sob as sanções do feudalismo. É certo que o capitalismo europeu precisou encontrar uma saída no Novo

Mundo, e isso nos últimos cinquenta anos levou certos países como a Argentina a fazer um pagamento anual a países como a Inglaterra, embora em escala relativamente modesta. Mas o sistema é frágil e só sobreviveu porque o ônus incorrido pelos países devedores não tem sido opressivo, já que esse ônus é representado por ativos reais, associados ao sistema de propriedade, e também porque as somas já emprestadas não são excessivas em relação àquelas que ainda se espera emprestar. Os banqueiros estão acostumados com esse sistema, que acreditam ser uma parte necessária da ordem permanente da sociedade. Assim, inclinam-se a acreditar, por analogia, que um sistema comparável entre governos, em escala bem maior, e claramente opressiva, sem conexão com ativos reais, e menos intimamente vinculado ao sistema de propriedade, é natural e razoável, de conformidade com a natureza humana.

Tenho dúvidas sobre essa visão do mundo. Mesmo o capitalismo interno, que conquista muita simpatia local e exerce uma função real no processo quotidiano de produção, e do qual depende em grande parte a segurança da atual organização social, não é muito seguro. De qualquer forma, será que os povos descontentes da Europa estarão prontos a ordenar a sua vida, por toda uma geração, de forma que uma parte apreciável da sua produção diária seja destinada a um pagamento externo? E farão isso se a razão desse pagamento não encontrar fundamento no seu sentido de justiça ou de dever, como é o caso das dívidas entre a Europa e os Estados Unidos, ou entre a Alemanha e o resto da Europa?

De um lado, no longo prazo a Europa dependerá do seu próprio esforço quotidiano, e não da liberalidade dos Estados Unidos; de outro lado, os europeus não se sacrificarão para que o fruto do seu esforço seja desviado a outro país. Em suma, não acredito na continuidade do pagamento de qualquer desses tributos, e penso que serão pagos no máximo durante uns poucos anos, pois não se coadunam com a natureza humana ou com o

espírito da nossa época.

Se há alguma força nesta maneira de pensar, a generosidade concorda com o que é praticável, e a política que melhor pode promover a amizade entre as nações não entrará em conflito com os interesses permanentes do benfeitor.¹³

III. UM EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL E A REFORMA MONETÁRIA

Passo agora à minha segunda proposta financeira. As necessidades da Europa são *imediatas*. A perspectiva de evitar pagamentos opressivos de juros à Inglaterra e aos Estados Unidos, ao longo de todo o tempo de vida das próximas duas gerações (e de receber algum dinheiro da Alemanha cada ano, para custear a reconstrução) livraria o futuro de uma ansiedade excessiva. Mas isso não resolveria os problemas do presente imediato – o excesso das importações sobre as exportações, o câmbio adverso e a desordem monetária. Será difícil para a Europa reiniciar sua produção sem uma medida temporária de assistência externa. Sou favorável assim a um empréstimo internacional, como tem sido defendido em muitos círculos na França, Alemanha, na Inglaterra e também nos Estados Unidos. Como quer que se distribua a obrigação do seu repagamento, o ônus de conseguir os recursos imediatos necessários caberá inevitavelmente aos Estados Unidos em sua maior parte.

São as seguintes, suponho, as principais objeções às diferentes variedades deste projeto. Com suas experiências recentes, os Estados Unidos não se inclinam a enredar-se ainda mais nos assuntos da Europa, e ademais por enquanto não dispõe de

¹³ Noticia-se que o Tesouro dos Estados Unidos da América concordou em financiar (isto é, em acrescentar ao principal) os juros devidos pelos empréstimos a serem concedidos durante os próximos três anos. Presumo que o Tesouro britânico faça o mesmo. Se tais dívidas forem pagas, o aumento representado pelos juros compostos faz com que a situação se torne ainda mais séria. Mas a oferta do Tesouro norte-americano proporciona um intervalo para que o problema seja examinado calmamente, à luz da situação do pós-guerra que se descortinará em breve.

capital disponível para exportação em larga escala. Não há nenhuma garantia de que a Europa utilize adequadamente essa assistência financeira, de que não a dispersará, apresentando em dois ou três anos um quadro não muito diferente do atual. Klotz usará o dinheiro para adiar um pouco mais o aumento necessário da tributação. A Itália e a Iugoslávia disputarão a parte do empréstimo que lhes couber. A Polônia usará os recursos para preencher, com relação aos seus vizinhos, o papel militar que lhe foi encomendado pela França. Na Romênia os membros da classe dominante dividirão o dinheiro entre si. Em suma, os Estados Unidos terão adiado o seu desenvolvimento e elevado o seu custo de vida para que a Europa mantivesse por mais um ou dois anos as práticas, as políticas e os políticos dos últimos nove meses. E quanto à assistência a ser prestada à Alemanha, será razoável ou mesmo tolerável que tendo retirado da Alemanha os últimos resíduos do seu capital produtivo, opondo-se aos argumentos e apelos dos representantes financeiros dos Estados Unidos em Paris, os aliados europeus se voltem a esse país em busca de fundos para reabilitar a vítima na medida necessária para que o processo de espoliação prossiga dentro de um ou dois anos?

Hoje não é possível retrucar a essas objeções. Se eu tivesse influência sobre o Tesouro dos Estados Unidos não emprestaria um só centavo aos atuais governos europeus. Com efeito, não se deve confiar-lhes recursos que seriam empregados em políticas repugnantes aos Estados Unidos, tanto ao Partido Republicano como ao Democrata, a despeito do insucesso do Presidente Wilson em afirmar, neste particular, o poder e os ideais do povo norte-americano. No entanto, devemos rezar para que este inverno os povos da Europa abandonem os falsos ídolos que sobreviveram à guerra que os criou; que substituam nos seus corações o ódio e o nacionalismo que hoje os dominam pela esperança de felicidade e solidariedade da família européia. Quando isso acontecer, a piedade natural e o amor filial levarão o povo nor-

te-americano a afastar todas as pequenas objeções, baseadas na expectativa de vantagens particulares, e a completar o trabalho iniciado salvando a Europa da tirania da força organizada, salvando-a de si mesma. E mesmo se essa conversão não se realizar completamente, e em cada um dos países europeus só alguns grupos tiverem esposado uma política de reconciliação, os Estados Unidos poderão sempre indicar o caminho a seguir, levantando as mãos dos partidários da paz com um plano e condições que poderão ajudar o trabalho de renovação da vida europeia.

O impulso dos Estados Unidos no sentido de livrar-se da confusão, das complicações, da violência e das despesas da Europa, parece agora bem forte. Acima de tudo, há a falta de compreensão dos problemas europeus, que é fácil de entender. Ninguém sentirá mais intensamente do que este autor como é forte e espontânea a tendência para desprezar a insanidade e a falta de sentido prático dos estadistas europeus: “Apodreçam então na sua própria malícia, e quanto a nós, seguiremos o nosso caminho.”

“Longe da Europa, das suas esperanças destruídas,
Dos seus campos repletos de cadáveres, do seu ar poluído.”

Mas se a América lembrar por um momento o que a Europa significou para ela; o que apesar de tudo a Europa, mãe das artes e do conhecimento, ainda é e será, não rejeitará esses conselhos de indiferença e isolamento, mantendo o seu interesse pelo que pode representar fator decisivo para o progresso e a civilização de toda a humanidade?

Presumindo assim (quando menos para manter aquecida a nossa esperança) que a América estará pronta a contribuir para o processo de desenvolver as forças positivas da Europa, e não nos deixará entregues a nossas desventuras, depois de ter completado a destruição do inimigo, que forma poderia ter essa ajuda?

Não pretendo aqui entrar em detalhes, mas os traços gerais

de todos os empréstimos internacionais são os mesmos. Os países em condição de prestar essa assistência, os neutros, o Reino Unido e os Estados Unidos – para a maior parte da soma requerida – ofereceriam créditos a todos os países beligerantes da Europa continental, os aliados e os ex-inimigos. A importância total pode não ser tão grande quanto se imagina. Muito poderia ser feito, possivelmente, com recursos da ordem de 200 milhões de libras para começar. Mesmo que um precedente diverso tenha sido criado com o cancelamento da dívida de guerra entre os aliados, essa soma seria emprestada com a intenção inequívoca de repagamento pleno. Neste sentido, as garantias para o empréstimo seriam as melhores disponíveis, e os arranjos para o seu pagamento os mais completos. Essas obrigações teriam prioridade sobre todas as reparações de guerra, as dívidas de guerra entre os aliados, os empréstimos internos, todas as outras obrigações governamentais de todos os tipos. Todos os países beneficiados seriam obrigados a aplicar seus direitos aduaneiros com base ouro, comprometendo-os no serviço do empréstimo internacional, e aqueles que tivessem créditos a receber como reparações de guerra seriam obrigados a utilizá-los da mesma forma.

A utilização do empréstimo estaria sujeita a uma supervisão geral, mas não detalhada, por parte dos países que o concedessem.

Se além desse empréstimo destinado à aquisição de alimentos e matérias-primas fosse criado um fundo de garantia no mesmo valor (duzentos milhões de libras, provavelmente só uma parte em dinheiro), mediante contribuições de todos os membros da Liga das Nações, de acordo com a capacidade financeira de cada um, poder-se-ia usá-lo como base para uma reordenação geral do sistema monetário europeu.

Desse modo a Europa se equiparia com um mínimo de recursos líquidos para realimentar suas esperanças, para renovar sua organização econômica e fazer com que sua grande riqueza

intrínseca funcionasse em benefício dos seus trabalhadores. No entanto, no momento seria inútil elaborar esses esquemas em maior detalhe. Para que as propostas que constam deste capítulo pudessem ser objeto de medidas políticas práticas seria necessário uma grande mudança na opinião pública, e precisamos aguardar os acontecimentos com toda paciência que pudermos arregimentar.

IV. AS RELAÇÕES DA EUROPA CENTRAL COM A RÚSSIA

Neste livro falei muito pouco sobre a Rússia. É desnecessário enfatizar os aspectos gerais da situação vivida por esse país, e quanto aos detalhes quase nada sabemos de autêntico. Mas ao discutir como restaurar a economia da Europa há alguns aspectos da questão russa que têm importância vital.

Do ponto de vista militar alguns círculos temem a possibilidade de uma união das forças da Rússia e da Alemanha. Isso poderia acontecer se movimentos revolucionários tivessem êxito nos dois países, mas uma efetiva unidade de objetivos entre Lenin e o atual governo da Alemanha, que representa essencialmente a classe média, é impensável. Por outro lado, as mesmas pessoas que temem uma tal união receiam ainda mais o êxito do bolchevismo. No entanto, ainda não reconhecem que os reacionários são, dentro da Rússia, a única força eficiente capaz de combatê-lo; fora, as forças da ordem e da autoridade na Alemanha. Assim, os que defendem a intervenção na Rússia, direta ou indireta, estão sendo incoerentes. Não sabem o que querem; melhor dito, querem coisas que não podem deixar de ver que são incompatíveis. Esta é uma das razões por que sua política é tão inconstante e tão imensamente fútil.

O mesmo conflito de objetivos transparece na atitude do Conselho dos Aliados, em Paris, com respeito ao atual governo alemão. Uma vitória do espartacismo na Alemanha poderia significar o prelúdio para uma revolução generalizada. Renovaria

as forças do bolchevismo russo e precipitaria a temida união da Alemanha com a Rússia, pondo fim seguramente às expectativas que se desenvolveram com relação às cláusulas econômicas e financeiras do Tratado de Paz. Por isso Paris não ama Espártacos. De outro lado, uma vitória reacionária na Alemanha seria considerada por todos uma ameaça à segurança do continente, pondo em perigo os frutos da vitória e os fundamentos da paz. Além disso, um novo poder militar no Leste, tendo Brandenburgo como seu lar espiritual, atraindo o talento militar e todos os aventureiros belicistas, todos os que odeiam a democracia e lamentam a ausência de imperadores na Europa Oriental, do Sul e do Sudeste, uma potência geograficamente inacessível às forças militares dos países aliados, poderia fundar (pelo menos na expectativa dos timoratos) um novo domínio napoleônico, que surgisse como fênix das cinzas do militarismo cosmopolita. Por isso Paris não ama Brandenburgo. O argumento se inclina, assim, pela sustentação daquelas forças moderadas favoráveis à ordem que, para surpresa do mundo, ainda conseguem se manter com base no caráter alemão. O atual governo da Alemanha representa a unidade alemã mais do que qualquer outra idéia. A assinatura do Tratado de Paz foi, antes de mais nada, o preço que alguns alemães acharam justo pagar pela manutenção da unidade – tudo o que lhes restou de 1870. Por isso Paris, cuja esperança de uma desintegração do outro lado do Reno ainda não se extinguiu, não resiste a qualquer oportunidade de insultar ou de cometer uma indignidade, nenhuma oportunidade de reduzir o prestígio ou debilitar a influência de um governo com a estabilidade persistente que interessa a todos os interesses conservadores da Europa.

O mesmo dilema afeta o futuro da Polônia, no papel que lhe foi dado pela França. A Polônia precisa ser forte, católica, militarista – a consorte, ou pelo menos a favorita – da França vitoriosa, próspera e magnífica entre as cinzas da Rússia e as ruínas da Alemanha. A Romênia, que devia ser convencida a

manter um pouco mais as aparências, é parte da mesma concepção desmiolada. No entanto, se os seus grandes vizinhos não forem prósperos e ordenados, a Polônia será uma inviabilidade econômica, tendo como única indústria a perseguição dos judeus. E quando descobrir que a política francesa de sedução não tem substância, que não lhe trará nem dinheiro nem glória, preferirá recair em outros braços, o mais rapidamente possível.

Como se vê, os cálculos da “diplomacia” não nos levam a nada. Sonhos insanos e intrigas infantis com relação à Rússia, Polônia etc., são o esporte predileto de ingleses e franceses em busca de excitação na sua modalidade menos inocente, e acreditam – pelo menos se comportam como se acreditassem – que a política internacional pertence ao mesmo gênero do melodrama barato.

Voltemo-nos, portanto, para algo mais sólido. Em 30 de outubro de 1919 o governo alemão anunciou sua adesão contínua à política de não-intervenção nos assuntos internos da Rússia, “não só por princípio mas porque acredita que essa política também se justifica do ponto de vista prático.” Admitamos que na Inglaterra vamos adotar a mesma posição, se não por uma questão de princípio pelo menos do ponto de vista prático. Quais são, neste caso, os fatores econômicos fundamentais nas futuras relações entre a Europa Central e Oriental?

Antes da guerra a Europa Ocidental e Central importava da Rússia uma parte substancial dos cereais que consumia. Sem esse suprimento, os países importadores teriam um déficit alimentar. A partir de 1914 a perda do suprimento russo foi compensada em parte pelo recurso a estoques de reserva, em parte pelas grandes colheitas da América do Norte, provocadas pela garantia de preço de Hoover. E também, em grande parte, pela redução do consumo, e a privação. Depois de 1920 a demanda pelos cereais da Rússia será ainda maior do que a de antes da guerra, devido à descontinuidade do preço garantido nos Estados Unidos e o aumento vegetativo da população daquele país,

que acrescentará sensivelmente à demanda. Por outro lado, a produção européia não terá recobrado sua antiga produtividade. Se o comércio com a Rússia não for reaberto, em 1920-1 o trigo será escasso e muito caro, a não ser que a colheita seja especialmente generosa. Por isso o bloqueio da Rússia, proclamado pelos aliados, é uma medida míope e pouco inteligente. Estamos bloqueando não tanto a Rússia como nós mesmos.

De qualquer modo, o processo de ressurgimento das exportações da Rússia deverá ser lento. Atualmente, não se acredita que a produtividade do camponês russo seja suficiente para justificar um excedente exportável na mesma escala de antes da guerra. Evidentemente há muitas razões para isso, e entre elas devemos incluir a insuficiência dos implementos e acessórios agrícolas e a inexistência de incentivos à produção devido à falta de produtos, nas cidades, que os camponeses pudessem adquirir em troca da sua produção. Finalmente, há a decadência do sistema de transporte, que dificulta ou impossibilita o recolhimento dos excedentes da produção local, para reuni-los nos grandes centros de distribuição.

Não vejo o modo de corrigir essa baixa de produtividade dentro de um prazo razoável, exceto recorrendo à capacidade de empreendimento e organização da Alemanha. Por muitas razões, inclusive geográficas, essa é uma tarefa impossível para ingleses, franceses ou americanos. Não temos nem os meios nem os incentivos para realizá-la em escala suficiente. A Alemanha, no entanto, tem a experiência, o estímulo e em larga medida os materiais necessários para equipar o camponês russo com tudo o que ele deixou de ter nos últimos cinco anos; para reorganizar o transporte e o recolhimento dos cereais; portanto, para trazer ao mercado internacional, com vantagens para todos, os suprimentos que foram desastrosamente interrompidos. No Reino Unido temos interesse em apressar o dia em que os alemães possam por em movimento em todas as aldeias da Rússia os impulsos da motivação econômica. Esse é um processo que não de-

pende da autoridade governante no país; mas podemos prever com alguma segurança que, perdure ou não a forma de comunismo representada pelo governo soviético, adapte-se ou não ao temperamento russo, o renascimento do comércio, das comodidades da vida quotidiana e da motivação econômica corrente não deverá promover as formas extremas das doutrinas da violência e da tirania que nascem da guerra e do desespero.

Portanto, que a nossa política com relação à Rússia não só elogie e imite a posição de não-intervenção anunciada pelo governo alemão mas, desistindo de um bloqueio que é tão prejudicial a nossos interesses permanentes, além de ilegal, nos permita estimular e ajudar a Alemanha a assumir novamente seu lugar na Europa, como fonte de criação e ordenação de riqueza dos seus vizinhos orientais e meridionais.

Muitos reagirão preconceituosamente a estas propostas. Peço-lhes que sigam em pensamento os resultados que colheríamos cedendo a esses preconceitos. Se nos opusermos minuciosamente a todos os meios que permitam à Alemanha ou à Rússia recuperar o seu bem-estar material, em função de um ódio nacional, racial ou político pela população ou o governo desses países, devemos estar preparados para as conseqüências dessa posição. Ainda que não haja uma solidariedade moral entre as raças quase aparentadas da Europa, há entre elas uma solidariedade econômica que não podemos desprezar. Mesmo agora, o mercado mundial é um só. Se não permitirmos que a Alemanha troque seus produtos com a Rússia, para poder alimentar seu povo, ela precisará inevitavelmente competir conosco pelos alimentos produzidos no Novo Mundo. Quanto mais êxito tivermos em prejudicar as relações econômicas entre a Alemanha e a Rússia, mais cairá o nosso nível econômico e mais se agravarão os nossos problemas internos. Isto, vendo a questão em suas menores repercussões. Há outros argumentos, que mesmo os mais obtusos não podem ignorar, contra uma política dirigida para ampliar e estimular ainda mais a ruína econômica das grandes nações.

* * *

Vejo poucos sinais de desenvolvimentos surpreendentes e dramáticos em qualquer lugar. Podem ocorrer distúrbios e revoluções, mas não de importância fundamental. A revolução é uma arma contra a tirania política e a injustiça. Mas que esperança podem os revolucionários oferecer aos que sofrem privações econômicas que não têm raiz em injustiças distributivas, mas cujas causas têm um caráter geral? A única garantia contra a revolução na Europa Central é o fato de que, mesmo quando os homens estão desesperados, a revolução não oferece uma perspectiva de melhoria. Portanto, poderemos ter à nossa frente um longo e silencioso processo de alimentação insuficiente, e uma redução gradual e contínua do padrão de vida e de conforto. Se deixarmos que prossigam a decadência e a insolvência da Europa, ela terminará por afetar a todos no longo prazo, embora talvez não de forma marcante ou imediata.

Isso nos mostra um aspecto feliz. Ainda podemos ter tempo para reconsiderar o nosso rumo e para ver o mundo com novos olhos. Com relação ao futuro imediato, a situação é determinada pelos acontecimentos. O destino próximo da Europa não está mais em nossas mãos. Os eventos do próximo ano não dependerão das deliberações dos estadistas, mas das correntes ocultas que fluem continuamente sob a superfície da história política, e cujo resultado ninguém pode prever. Só de um modo podemos influir sobre essas correntes ocultas – pondo em movimento as forças da educação e da imaginação que conseguem mudar a *opinião* das pessoas. A afirmação da verdade, o desvelar das ilusões, a dissipação do ódio, a ampliação e a educação dos corações e das mentes dos homens – estes devem ser os meios utilizados.

Escrevo no outono de 1919, e estamos no ponto morto da nossa sorte. A reação dos esforços, temores e sofrimentos dos

cinco últimos anos chegou ao auge. Nossa capacidade de sentir além dos problemas imediatos do nosso bem-estar material sofre temporariamente um eclipse. Fora da nossa experiência direta e das nossas expectativas mais terríveis não nos comovemos com os acontecimentos mais importantes.

“O terror sobrevive, em cada coração humano,
 Às ruínas que tragou: ao medo mais forte.
 Tudo o que não queriam pensar era verdade:
 A hipocrisia e o hábito formam na sua mente
 O templo de muitos ritos, já ultrapassados.
 Não ousam propor o bem para o homem
 E contudo não sabem que não o ousam.
 Os bons só querem o poder para chorar lágrimas infrutíferas.
 Aos poderosos falta o bem: é o que mais necessitam.
 Os sábios querem o amor; e os que amam, a sabedoria;
 Assim, tudo o que é melhor se confunde com o mal.
 Muitos são fortes e ricos, e seriam justos,
 Mas vivem entre outros homens que sofrem
 E pensam que o sofrimento inexistente: não sabem o que fazem.”¹⁴

Já nos comovemos além da nossa resistência e agora precisamos repousar. Nunca no tempo de vida dos que hoje estão vivos o elemento universal brilhou tão pouco na alma humana.

Por essas razões a verdadeira voz da nova geração ainda não se fez ouvir, e a sua opinião silenciosa ainda não está formada. Dedico assim este livro à formação da opinião geral do futuro.

¹⁴ No original: “*In each human heart terror survives/ The ruin it has gorged: the loftiest fear. / All that they would disdain to think were true:/ Hypocrisy and custom make their minds/ The fanes of many a worship, now outworn. / They dare not devise good for man’s estate,/ And yet they know not that they do not dare./ The good want power but to weep barren tears./ The powerful goodness want: worse need for them./ The wise want love; and those who love want wisdom;/ And all the best things are thus confused to ill./ Many are strong and rich, and would be just,/ But they live among their suffering fellow-men/ As if none felt: they know not what they do.*”

ÍNDICE REMISSIVO

- Acumulação, de capital na Europa pré-1914, *11-14*
- Alemanha, capacidade de pagar reparações, *115-151*
cessão das colônias, *44-46*
efeitos do Tratado na população, *158-160*
- Alimentos, declínio do suprimento na Europa do pós-guerra, *161-163*
- Armistício, condições do e relações com o Tratado, *37-43*
- Bélgica, reivindicação por reparações, *80-86*
- Capacidade de pagamento da Alemanha, *115-151*
- Capital, acumulação de na Europa pré-1914, *11-14*
- Carvão, declínio da produção européia no pós-guerra, *161-163*
- Carvão, efeito do tratado no suprimento alemão de, *54-65*
- Carvão, entregas da Alemanha para a França, *57-66*
- Carvão, sugestões para a modificação das obrigações alemãs em relação ao, *182-183*
- Clemenceau, no Conselho dos Quatro, *17-23*
- Colônias alemãs, cessão de, *44-46*
- Comissão de Reparações, funções e poderes da, *144-151*
- Compensações e pensões, reivindicações por, *104-110*
- Conselho dos Dez, *28-33*
- Conselho dos Quatro, *17-35, 157*
- Conselho Econômico Supremo, *4*
- Contra-propostas alemãs, *151-155*
- ‘Corromper a moeda, a melhor forma de destruir o sistema capitalista’, *163*
- Dívidas dos aliados, sugestões para lidar com as, *186-196*
- Economia européia, fragilidade da organização da, *1-2*
- Edição francesa, prefácio à, III
- Empréstimo internacional, sugestões de, *196-200*
- ‘Enforçar o Kaiser’, *96-98*
- Estoque de equipamento rolante, cessão do pela Alemanha, *71-72*
- Europa central, relações com a Rússia, *200-204*
- Europa, Inglaterra fora da, *2-3*
fragilidade da organização econômica da, *1-2*
relação com o continente americano pré-1914, *14-16*
solidez da Europa continental, *2-3*
- Europa, organização econômica pré-1914, *9-11*
- Exportações, possibilidade alemã de aumentar as para pagar reparações, *129-138*
- França, problemas orçamentários e reparações, *101-102*

- interesses da de acordo com Clemenceau, 20-23
- reivindicação por reparações, 80, 85-89
- Frota alemã, valor após a rendição, 118-119
- Grã-Bretanha, reivindicação por reparações, 89-90
- efeitos das eleições inglesas de 1918 nas negociações do Tratado, 92-101
- Grécia, reivindicação por reparações, 90
- House, Coronel, 28
- Importações, possibilidade da Alemanha diminuir as para pagar reparações, 129-138
- Investimentos alemães de ultramar, tratamento dos, 47-54
- Investimentos estrangeiros da Alemanha pré-1914, 10-11
- Investimentos estrangeiros, posse alemã de em 1919, 119-124
- Itália, reivindicação por reparações, 79, 81, 90
- Lenin, e a corrupção da moeda, 163
- Liga das Nações, 31-33
- expectativas de Wilson para a, 178-181
- Lloyd George, D., no Conselho dos Quatro, 19-20, 26-27
- compromissos eleitorais de em relação às reparações, 92-101, 103-107
- Magnanimidade, o caso para, 100-101
- Marinha mercante, cessão alemã da, 44
- valor após a rendição alemã, 118-119
- Minério de ferro, efeitos do tratado nos suprimentos alemães de, 66-68
- Navegação fluvial, cláusulas do Tratado concernindo a, 72-75
- Organização da economia europeia pré-1914, 9-11
- Orlando, Signor, no Conselho dos Quatro, 18
- ‘Ossos estalarem, até que se ouça os’, 97
- Ouro, reservas alemãs em 1918, 115-118
- Pagamentos anuais, capacidade alemã de fazer, 127-143
- Paz de Cartago, 37, 103
- impraticabilidade da, 23
- inevitabilidade da, 22
- Pensões e compensações, reivindicações por, 104-110
- População, crescimento da na Europa, 7-9
- Posições orçamentárias, dos países europeus no pós-guerra, 169-173
- Propriedade privada, na Alsácia-Lorena, cessão da, 46-47
- fora da Alemanha, tratamento da, 47-54
- nas colônias alemãs, cessão da, 46-47
- Propriedade, valor da em território concedido, 124-127
- Quatorze Pontos de Wilson, 37-42
- relação dos com o Tratado, 41-44
- Reparações, conclusões concernindo a capacidade máxima alemã de pagar as, 138-143
- capacidade alemã de pagar as, 115-151
- cláusulas para as nos Quatorze pontos de Wilson, 77-79
- demanda total por, 109
- estimativa do total justificável de, 91-92
- interpretação dos Quatorze Pontos de Wilson concernindo as, 181-182
- sugestões para diminuir as demandas por, 181-182
- termos e datas dos pagamentos das, 110-115

- Reservas, de ouro da Alemanha em 1918, *115-118*
- Revisão do Tratado, sugestões para, *178-186*
- Romênia, reivindicação por reparações, *79, 81, 90*
- Rússia, relações com a Europa Central, *200-204*
- Sérvia, reivindicação por reparações, *79, 81, 90, 91*
- Sistemas monetários na Europa do pós-guerra, *163-169*
- Soluções, sugeridas para a situação pós-Versalhes, *175-178*
- Suprimento alimentício americano e desenvolvimento europeu, *5-6, 14-16*
- Tarifas, alemãs, requerimento do Tratado concernindo, *68-71*
sugestões de uma área de livre comércio concernindo, *183*
- Títulos Estrangeiros, valor após a rendição alemã, *119-124*
- Tratado de Versalhes, conseqüências do para a Europa, *157-173*
- Tratado, esquemas rivais ao, *37-42*
características principais do, *44-48*
- Wilson, Presidente Woodrow, no Conselho dos Quatro, *23-25*

